

Mulheres rurais na Bahia

Lutas e conquistas

Tatiana Ribeiro Velloso
Elieze Gomes dos Anjos
(Orgs.)



Editora UFRB

Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Leila Damiana Almeida dos Santos Souza

Leilane Silveira D'Ávila

Luciana da Cruz Brito

Maurício Ferreira da Silva

Paula Hayasi Pinho

Paulo Henrique Ribeiro do Nascimento

Rafael dos Reis Ferreira

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (Presidente)

Rubens da Cunha

SUPLENTES

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Tatiana Polliana Pinto de Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

(Referente ao Edital no. 004/2020 EDUFRB – 15 anos de Ações e Políticas
Afirmativas da UFRB)

Andrey Rooseweet Chagas Lemos

Edilza Correia Sotero

Givânia Maria da Silva

Lúcia Maria Xavier de Castro

Petrônio José Domingues

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Tatiana Ribeiro Velloso
Eliene Gomes dos Anjos
(Orgs.)

Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas



Editora UFRB
Cruz das Almas - Bahia
2022

Copyright©2022 by Tatiana Ribeiro Velloso e Eliene Gomes dos Anjos
Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica
Antonio Vagno Santana Cardoso

Imagens da capa

https://br.freepik.com/trabalhadora-rural-no-campo_11290749
David Greenwood: <https://pixabay.com/pt/users/5671698-5671698>

Revisão e normatização técnica
André Galvão

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei no 9.610/98

M956 Mulheres rurais na Bahia: lutas e conquistas / Organizadoras:
Tatiana Ribeiro Velloso e Eliene Gomes dos Anjos. Cruz
das Almas, BA: EDUFRB, 2022.
262p.; il.

Este Livro Eletrônico é parte da Coleção 15 Anos de
Ações e Políticas Afirmativas da UFRB. Volume 4.

ISBN: 978-65-88622-69-8.

ISBN: 978-65-88622-61-2.

1.Agricultura familiar – Mulheres do campo. 2.Agricultura
familiar – Comunidades agrícolas. 3.Economiasocial – Análise.
I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.Velloso,
Tatiana Ribeiro. III.Anjos, Eliene Gomes dos. V.Título.

CDD: 307.72

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela
Elaboração – Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Livro lançado em 6 de outubro de 2022



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil

Tel.: (75) 3621-7672

editora@reitoria.ufrb.edu.br

www.ufrb.edu.br/editora

Sumário

Prefácio

Ionara Magalhães de Souza 9

Apresentação

Tatiana Ribeiro Velloso,
Eliene Gomes dos Anjos 13

Agricultoras negras e os caminhos do empoderamento

Flávia Santos Silva,
Eliene Gomes dos Anjos 19

Vivências associativas das mulheres de Lage dos Negros

Aliete Alves da Gama,
Tatiana Ribeiro Velloso 39

A mulher quilombola e seu protagonismo no campo

Hegair das Neves Pereira,
Tatiana Ribeiro Velloso 59

Grupo de mulheres quilombolas da Matinha dos Pretos

Gilmara Borges Ferreira,
Tatiana Ribeiro Velloso 77

Saberes e fazeres quilombolas sobre plantas medicinais

Silvana Souza da Silva,
Tatiana Ribeiro Velloso 97

Arte de curar pelas plantas: as mulheres rurais de Santa Luz

Érica de Oliveira Carneiro,
Tatiana Ribeiro Velloso 115

As mulheres camponesas na produção agroecológica

Aidraiane Ferreira dos Santos,
Tatiana Ribeiro Velloso 131

Experiência das mulheres camponesas do Assentamento do Rose Aline Machado Santana, Tatiana Ribeiro Velloso.....	147
As relações de gênero em empreendimentos associativos Kátia Emanuela Duarte Guedes, Eliene Gomes dos Anjos.....	165
Desigualdades de gênero e o empoderamento feminino Jaciane Silva de Araújo, Eliene Gomes dos Anjos.....	187
Tecnologia social e inclusão social: as mulheres de fibra Geusa da Purificação Pereira, Tatiana Ribeiro Velloso.....	207
Inclusão socioproductiva de mulheres rurais de Valença Rosana Andrade Bonfim, Tatiana Ribeiro Velloso.....	223
O trabalho em empreendimentos solidários de mulheres Ivanice Cerruci, Eliene Gomes dos Anjos.....	241
Autoras.....	259

Prefácio

Ionara Magalhães de Souza¹

Mulheres escrevem este livro. Essa obra abriga campos de lutas, forças e conquistas. Vozes femininas reverberam tantas vozes femininas, refletem a governabilidade feminina, a intelectualidade feminina, a sagacidade feminina, a emancipação feminina. Expressa a narrativa de mulheres sobre os desafios que se impõem nos campos de disputa que ameaçam os territórios existenciais e a dignidade humana.

Mulheres pavimentaram a história. As lutas e conquistas das mulheres rurais provocaram acentuadas mudanças sociais, políticas e econômicas. A desigualdade e conflitos fundiários se somaram à objetificação, controle, expropriação, subestimação e estigmatização das mulheres do campo, potencializando as violações de direitos. Todavia, essas mulheres tornaram-se protagonistas de histórias pessoais e coletivas. A cartografia política das mulheres rurais se confunde com o processo de reconhecimento de direitos sociais e de desenvolvimento do campo.

Mulheres plantam, colhem, cultivam. O trabalho de mulheres no manejo sustentável, na defesa da segurança territorial e conservação da biodiversidade não falam sobre si, mas sobre a preocupação com o curso da humanidade. No chão da história, mulheres empunharam o arado em defesa da soberania alimentar, da economia solidária e dos agroecossistemas sustentáveis.

Mulheres lutam e conquistam. Lutas sociais fazem a história. O reconhecimento da luta feminina pela agricultura familiar e pela refor-

¹ Professora Adjunta do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CCS/UFRB). Coordenadora de Políticas Afirmativas da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). Integrante do Observatório de Políticas Afirmativas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdades em Saúde (NUDES/UEFS). Membro do Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra e do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

ma agrária é questão de justiça, de reparação histórica. A despeito da limitação do acesso às políticas da reestruturação agrária, mulheres potencializaram o desenvolvimento rural, cultivaram outra sociabilidade, comandaram projetos anticoloniais, imprimiram outra conotação política à luta. São mulheres que sustentam saberes, práticas e tecnologias populares, resistem ao avanço do imperialismo e se impõem na resolução de conflitos, demarcação e organização territorial.

Este livro é sobre isso. Sobre intempéries, insurreição, emancipação e independência de mulheres rurais, a saber, quilombos vivos, dotados de múltiplas territorialidades, porta-vozes do tempo e do espaço, de saberes, fazeres, da memória e geração.

A terra é mãe. Deste solo, recordo-me que minhas ancestrais, amparadas pelo Velho Chico, sobreviveram à seca, à enchente, plantaram, perderam a lavoura, colheram, alimentaram a prole, tendo como matéria-prima a honestidade, a solidariedade, a comunidade, a resiliência, a tradição. Os pés descalços sobre os barrancos, o candeiro aceso, a privação diuturna, a devoção à mãe natureza, a leitura do mundo que precedia a leitura da palavra, encerravam toda a humanidade.

Essas trajetórias mobilizam as organizadoras deste livro, a mim (que humildemente me atrevo a lançar essas palavras) e a todas as outras mulheres que provocam em seus capítulos dimensões do olhar sobre as lutas e conquistas das mulheres rurais, cujas vivências compõem territórios de aprendizados, autonomia e liberdade. Essas trajetórias não constituem excepcionalidades, mas apontam para a falta de visibilidade, reconhecimento social e para a necessidade de ações afirmativas nesse campo. Há tantas Marias revolucionando territórios...

Mulheres rurais protagonizaram a luta por sobrevivência e pela concretização de um projeto que não é individual. É impossível olhar para trás e não se emocionar, não reverenciar tantas mulheres pelos levantes produzidos em suas comunidades, pela adoção de práticas

solidárias, pela busca incessante por melhores condições de vida social, por terem nos proporcionado um mundo melhor.

Essa luta é pela democracia no país. Essa luta é pela dignidade no campo. Essa luta é pela sustentabilidade da vida.

Apresentação

*Tatiana Ribeiro Velloso
Eliene Gomes dos Anjos*

Os escassos estudos que analisam a situação das mulheres rurais na Bahia, baseados na perspectiva interseccional, revelam que as questões de gênero e raça estão imbricadas entre aquelas que estão conceitualmente nomeadas como agriculturas familiares. A intersecção entre o gênero e a raça nos espaços rurais, somada a outras variáveis como a geração e a negação ao direito à terra, explicam os fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza rural, mitigada nas últimas três décadas com o avanço das políticas sociais, resultado, em certa medida, pela organização das mulheres que romperam com a situação de invisibilidade que estavam submetidas.

Em 2013, as mulheres rurais somavam 14 milhões e chefiavam 24,8% dos domicílios rurais, no entanto, segundo o IBGE (2010), 34,1% delas não possuíam rendimento, e a maior parte de sua renda era proveniente das transferências públicas dos programas sociais. O contexto impulsiona a ação coletiva das mulheres agricultoras na Bahia e no Brasil, entorno de quatro demandas principais: o reconhecimento do trabalho feminino na agricultura; luta pelo direito à terra; acesso às políticas públicas, em especial à previdência social; e participação associativa e sindical. A mobilização propiciada por essas lutas resultou no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pro-naf Mulher, criado em 2003.

Apesar da conquista, a situação de vulnerabilidade das agricultoras familiares do estado da Bahia, em sua maioria negras, persiste, ainda que as experiências dessas mulheres tenham contribuído para reforçar a importância de se ampliar a visão do que é econômico

para além das trocas mercantis, valorizando as práticas de cooperação, especialmente as constituídas em empreendimentos associativos e redes. É nesse contexto que surge a proposta de organização do *E-book Mulheres Rurais na Bahia: Lutas e Conquistas*, no bojo do Edital no. 004/2020 - Ações e Políticas Afirmativas da UFRB, promovida pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) em parceria com a Editora da UFRB.

Essa obra pretende visibilizar um agrupamento diverso de mulheres, como as agricultoras familiares, assentadas, quilombolas e as suas organizações que lutam por uma sociedade na qual todas as trabalhadoras e trabalhadores tenham oportunidades de serem sujeitos da sua história pessoal e coletiva. Ao narrar as lutas e conquistas das mulheres rurais, estamos, também, reforçando a parceria da Universidade com as comunidades tradicionais, pois as autoras de todos os capítulos são egressas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e, em sua maioria, oriundas de algum agrupamento da agricultura familiar. Ao ingressarem na UFRB, muitas delas representaram a primeira pessoa de suas famílias a terem acesso ao ensino superior, e assumiram o protagonismo do seu processo formativo de integrar as atividades acadêmicas de ensino, de extensão e de pesquisa, em que visibilizaram trajetórias, resistências, resiliências, sonhos, lutas e conquistas em seus trabalhos de conclusão de curso que se configuram a materialidade das ações afirmativas.

Pretendemos demonstrar, pelas experiências das mulheres rurais, o enfrentamento das diversas formas de desigualdades que perpassam os contextos rurais do estado e reconhecer, sobretudo, os avanços conquistados que, a partir das ações coletivas, romperam com os processos que as invisibilizavam. Tanto no espaço público quanto na esfera privada, essas mulheres reivindicaram direitos e políticas que alteram, gradualmente, as hierarquizações sociais as quais estão submetidas.

O acirramento das desigualdades com a crise provocada pela pandemia do coronavírus, a partir de março de 2020, ampliou as desvantagens dos segmentos que já eram identificados como vulneráveis, a exemplo das mulheres, com mais ênfase entre as rurais e as negras. Essa situação adversa, provocada pelo aumento do desemprego e ampliação do trabalho dedicado ao cuidado, impõe à sociedade brasileira, e mais particularmente à baiana, uma reflexão da situação das mulheres rurais que estão nos rincões das ruralidades resistindo para continuar existindo. Essa existência não se restringe à contribuição com o autoconsumo da família, como é atestado pelo Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O referido censo registrou 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil. Desses, 593.411 estão localizados na Bahia, dos quais 433.551 são dirigidos por homens e 159.860 pelas mulheres. O número mais reduzido de mulheres como principal responsável na propriedade familiar deve-se, dentre outros fatores, a falta de reconhecimento do trabalho feminino nos espaços rurais. Cabe ressaltar a presença majoritária das mulheres negras, 78%, entre aquelas que dirigem seus estabelecimentos no estado.

A incorporação de variáveis que nos permite analisar, entre outros aspectos, a ação coletiva dos produtores e das produtoras agropecuários/as pelo IBGE numa perspectiva epistemológica que valorize as ações dos grupos que foram subalternizados, com a abordagem de gênero e do feminismo negro, não nos impede de tecer uma crítica às escolhas metodológicas que reduzem a participação das mulheres nas atividades agrícolas familiares. O Censo Agropecuário 2017, não pode invisibilizar a atuação das mulheres rurais, as subordinando há um mundo rural masculinizado que ignora o trabalho do cuidado, apresentando indicadores que captam somente às atividades voltadas para a produção, desconsiderando, assim, as demais dimensões que garantem a reprodução da população que está nos espaços rurais.

Esse é o contexto que estimulou as diversas autoras dos capítulos na elaboração dos trabalhos de conclusão de curso na UFRB, orientadas pelas organizadoras desta obra. A abordagem qualitativa presente na maioria dos capítulos expressa o diálogo estabelecido entre as mulheres rurais que acampam suas lutas para reverter o ideário patriarcal que impera tanto nos espaços rurais quanto no ambiente acadêmico. São pesquisas que se aliam a perspectiva das ações afirmativas ao buscar visibilizar as demandas das mulheres rurais para ampliar as oportunidades, tanto para produzir em condições dignas quanto serem reconhecidas como produtoras, por um lado. Por outro, ao colaborar com o fortalecimento desse segmento numa perspectiva de inclusão social, a Universidade assegura a formação de profissionais éticos, comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, temos o capítulo 1, de Flávia Santos Silva e Eliene Gomes dos Anjos, *Agricultoras negras e os caminhos do empoderamento*, que reflete se a inserção das agricultoras familiares em iniciativas de trabalho da economia solidária estaria contribuindo para o processo de empoderamento feminino no território do Recôncavo. Na sequência, temos quatro capítulos que abordam vivências das mulheres quilombolas.

O capítulo 2, de Aliete Alves da Gama e Tatiana Ribeiro Velloso, *Vivências associativas das mulheres de Lage dos Negros*, buscou analisar de que forma a participação das mulheres quilombolas nas Associações Comunitárias tem contribuído para o seu empoderamento, tanto no espaço público quanto âmbito doméstico-familiar e as vivências das práticas agroecológicas no Território de Lage dos Negros, no município de Campo Formoso. No capítulo 3, de Hegair das Neves Pereira e Tatiana Ribeiro Velloso, *A mulher quilombola e seu protagonismo no campo*, analisa o protagonismo da mulher quilombola, a partir das experiências das comunidades quilombolas Mari e Cedro do município de Palmas de Monte Alto, nos seus processos organizativos e

práticas agroecológicas. No capítulo 4, de Gilmara Borges Ferreira e Tatiana Ribeiro Velloso, *Grupo de mulheres quilombolas da Matinha dos Pretos*, analisa a experiência do grupo de mulheres que gerenciam uma unidade de beneficiamento de polpa de frutas *Frutos da Terra*, na comunidade quilombola de Matinha dos Pretos. O Capítulo 5, de Silvana Souza da Silva e Tatiana Ribeiro Velloso, *Saberes e fazeres quilombolas sobre plantas medicinais*, buscou investigar os saberes e os fazeres de conhecimento etnobotânico das plantas medicinais das mulheres camponesas da comunidade quilombola de Segredo, em Souto Soares.

Os três capítulos que seguem têm como lócus de análise assentamentos organizados na luta pela reforma agrária. No capítulo 6, de Érica de Oliveira Carneiro e Tatiana Ribeiro Velloso, *Arte de curar pelas plantas: as mulheres rurais de Santa Luz*, realiza a sistematização do conhecimento, sobre o uso das plantas medicinais das mulheres assentadas, como forma de valorização do conhecimento tradicional. No capítulo 7, de Aidraiane Ferreira dos Santos e Tatiana Ribeiro Velloso, *As mulheres camponesas na produção agroecológica*, analisa a participação das mulheres camponesas na produção agroecológica do Assentamento Lagoa de Dentro I e II, localizado em Ourorândia. No capítulo 8, Aline Machado Santana e Tatiana Ribeiro Velloso, *Experiência das mulheres camponesas do Assentamento Rose*, relata a experiência da organização das mulheres camponesas do Assentamento do Rose, situado no município de Santaluz.

Nos dois capítulos seguintes destacam-se os embates entorno das relações assimétricas de gênero. No capítulo 9, de Kátia Emanuela Duarte Guedes e Eliene Gomes dos Anjos, *As relações de gênero em empreendimentos associativos*, almeja compreender como as mulheres estão lidando com as desigualdades de gênero com o intuito de verificar se a experiência em empreendimentos associativos norteados pelos princípios da economia solidária contribui para o

protagonismo feminino e a redução das desigualdades entre homens e mulheres no território do Recôncavo. No capítulo 10, de Jaciane Silva de Araújo e Eliene Gomes dos Anjos, *Desigualdades de gênero e o empoderamento feminino*, analisa em que medida a participação das mulheres na diretoria de empreendimentos da economia solidária contribui com a redução das desigualdades de gênero.

No capítulo 11, de Geusa da Purificação Pereira e Tatiana Ribeiro Velloso, *Tecnologia social e inclusão social: as mulheres de fibra*, apresenta as principais Tecnologias Sociais identificadas a partir das oficinas realizadas na COOPERAFIS, destacando as características de cada uma delas no Território do Sisal. No capítulo 12, de Rosana Andrade Bonfim e Tatiana Ribeiro Velloso, *Inclusão sócio produtiva de mulheres rurais de Valença*, apresenta as ações da extensão universitária, voltadas para contribuir com a promoção da inclusão sócio produtiva e gestão associativa das mulheres rurais da comunidade de Orobó. No capítulo 13, de Ivanice Cerruci e Eliene Gomes dos Anjos, *O trabalho em empreendimentos solidários de mulheres*, examinou as condições do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários da Bahia formados exclusivamente por mulheres para dimensionar o acesso aos direitos laborais e as principais dificuldades para garanti-los.

Este conjunto de estudos relatam uma realidade multiforme entre as mulheres rurais da Bahia. A ampliação geográfica dos casos analisados demonstra as similitudes em experiências que mantêm especificidades, mas que não prescindem de políticas afirmativas para fortalecer as diversas ações coletivas que animam as lutas dessas mulheres, inclusive quando inúmeras delas adentram os muros da Universidade e retornam mais fortalecidas para lutar por uma sociedade na qual mulheres e homens compartilhem as responsabilidades e o reconhecimento pelo seu trabalho.

Agricultoras negras e os caminhos do empoderamento

*Flávia Santos Silva
Eliene Gomes dos Anjos*

Introdução

O século XX foi marcado pelas lutas feministas que buscavam a emancipação da mulher. O intuito dessas lutas era acabar com os diversos processos de dominação e subordinação presentes nas diversas relações sociais e, principalmente, demonstrar que a organização das mulheres pode superar o patriarcalismo que norteia as desigualdades de gênero. No entanto, essa luta variou, enormemente, segundo cada país e as particularidades que caracterizaram seus fatos históricos, inclusive dentro do próprio movimento feminista com a emergência do feminismo negro. Na realidade brasileira, esse campo de luta foi ampliado com a expansão das iniciativas de trabalho da economia solidária.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) adquirem notoriedade a partir de 1990, não somente porque ocupam diversos segmentos da classe trabalhadora que nunca foram inseridos plenamente no trabalho formal (ANJOS; ROCHA; CERRUCI, SILVA, 2019). Eles assumem relevância política porque propiciam experiências emancipatórias para grupos historicamente subalternizados como os/as agricultores/as familiares. Segundo Cintrão e Siliprandi (2011, p. 199-200):

Movimentos de mulheres rurais vêm reivindicando políticas de apoio à produção e à comercialização e têm estimulado a constituição de grupos produtivos de mulheres como uma forma de se contrapor a essa realidade. Estes grupos muitas vezes se ini-

ciam a partir de atividades já realizadas pelas mulheres, tais como artesanato, processamento e/ou comercialização de produtos oriundos dos quintais e arredores da casa. À medida que vão se consolidando, as mulheres passam a enfrentar os desafios relacionados às atividades de comercialização.

Dessa forma, as mulheres da agricultura familiar, como as dos demais segmentos que compõem a economia solidária, aprendem, na esfera pública, a reivindicar seus direitos para que a autonomia econômica seja viável e sustentável. Porém, esse processo não está limitado ao setor produtivo, a contestação e a luta pela autonomia econômica se expandem para a esfera privada, repercutindo nas relações de gênero estabelecidas no cotidiano doméstico, assim como entre os próprios associados/as do empreendimento.

Esse é o contexto que instigou a indagação principal deste capítulo, qual seja: em que medida a inclusão nos empreendimentos econômicos solidários contribui para o empoderamento da mulher? A partir desta questão, buscamos refletir se a inserção das agricultoras familiares em iniciativas de trabalho da economia solidária estaria contribuindo para o processo de empoderamento feminino no território do Recôncavo. Assim, se buscou construir o perfil das agricultoras familiares da Bahia, com ênfase nas do território do Recôncavo, para visibilizar o trabalho produtivo dessas mulheres; destacar a finalidade da produção e o papel da renda obtida pelos estabelecimentos familiares com o intuito de valorizar as reivindicações e conquistas da agricultura familiar inserida em formatos associativos da Bahia e do Recôncavo; e compreender o nível de autonomia em que as mulheres se encontram.

Realizamos um levantamento bibliográfico, um estudo com os dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além do estudo de caso, método escolhido pela limitação financeira de um trabalho de conclusão de curso de graduação. Segundo Yin (2005), o estudo de caso constitui uma

estratégia que não pode ser classificada *a priori* como qualitativa nem quantitativa por excelência, mas que está interessada no fenômeno. O estudo de caso requer múltiplos métodos e fontes para explorar, descrever e explicar um fenômeno em seu contexto e suas minúcias.

Por sua vez, Gil (2009) aponta alguns propósitos dos estudos de caso: 1) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; 2) preservar o caráter unitário do objeto estudado; 3) descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação; 4) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e 5) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitam o uso de levantamentos e experimentos. Nesta direção, o estudo de caso possibilita compreender uma realidade de forma minuciosa, possibilitando, dessa forma, um maior conhecimento da problemática investigada.

Como as adversidades e a invisibilidade do trabalho produtivo feminino grassam nos espaços rurais na Bahia e no Brasil, a escrita deste capítulo almeja visibilizar as lutas travadas pelas mulheres rurais para participarem de espaços de decisão, compartilharem o trabalho reprodutivo, terem acesso às políticas públicas e comercializarem com algum grau de autonomia. Esperamos fortalecer uma batalha que é de todos/as que acreditam numa sociedade justa, sem nenhuma forma de preconceito e discriminação que reduza as possibilidades de outra sociabilidade possível.

Dialogando sobre a economia solidária

Na última década do século XX há um vertiginoso crescimento das iniciativas da economia solidária, resultado, em grande medida, da situação de desemprego vivenciada por diversos segmentos da classe trabalhadora com baixa qualificação profissional (ANJOS, 2016). Essas experiências se constituem espaços de reinvenção da luta por uma sociedade na qual todos e todas sejam tratados com dignidade,

sujeitos de direitos e protagonistas das suas histórias pessoais e coletivas. Nesse contexto, Gaiger (2009) afirma que a economia solidária é um conceito, um paradigma que nomeia as experiências baseado na solidariedade e na democracia. Sendo assim, os empreendimentos identificados com os valores desse movimento apresentam como prioridade a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, a participação e a autogestão como princípios basilares.

A construção teórica do conceito de economia solidária aproximou as demandas e lutas travadas pelas organizações que representam a agricultura familiar. Nesse sentido, inúmeros grupos informais, associações e cooperativas somaram-se para estruturar o movimento de economia solidária, tanto nas unidades federativas quanto no âmbito nacional. Essa articulação resultou na criação, em 2003, da Secretaria Nacional da Economia Solidária – Senaes, extinta no governo de Jair Bolsonaro, em 2019, juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, também criado no mesmo ano.

A Senaes realizou, entre 2009 e 2013, o Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária que registrou 19.708 empreendimentos. Desses, 10.899 (55,3%) têm predominância de agricultores familiares no quadro social, além de mais 1.033 (5,2%) assentados de reforma agrária. O Nordeste tem mais da metade desses empreendimentos, 52,2%, e a Bahia tem 10,2% deles, seguido do Ceará (9,9%) e Pernambuco (7,8%).

Os agricultores e agricultoras familiares também são maioria nos empreendimentos econômicos solidários (EES) do Recôncavo, conforme o mapeamento da Senaes. Foram registrados 48 EES, em 12 municípios, totalizando 1.399 mulheres associadas e 1.834 homens. Entre os sócios solidários, predominam os de cor preta, 47,9%, seguidos dos pardos, 25%. Quanto ao perfil etário, em 89,7% predominam os adultos, e os jovens e idosos somam 8,3% (SANTOS, 2016).

Com o contexto descrito, aliado à inúmeras pesquisas que apresentam a inserção em empreendimentos solidários como possibilidade de experiências que promovem a autonomia e a percepção mais críticas dos papéis atribuídos às mulheres socialmente, buscou-se no estudo de caso realizado entender esse processo formativo e suas repercussões no cotidiano das associadas.

Cabe destacar que a partir da literatura consultada, identificamos que as experiências de economia solidária favoreciam o processo de empoderamento das mulheres, principalmente as negras, para lutar pelos direitos, dentre eles, o reconhecimento do seu papel como sujeito ativo na construção da sociedade brasileira. Com a presença majoritária da população negra nessas iniciativas, a abordagem do feminismo negro, que busca visibilizar as demandas e processos discriminatórios mais intensos vividos pela mulher negra, perpassa a concepção analítica retratada neste capítulo (ANJOS; ROCHA; CER- RUCI; SILVA, 2019). Nesta perspectiva, iremos analisar a experiência de um grupo de agricultoras familiares que estão aprendendo num processo de fluxo e refluxo a serem protagonistas para, em certa medida, reduzir a situação de subordinação e dominação que caracteriza o cotidiano das mulheres rurais. No entanto, antes dessa seção, faremos uma breve reflexão sobre a situação da agricultura familiar, com ênfase nas agricultoras familiares em formatos associativos, com os dados do Censo Agropecuário 2017.

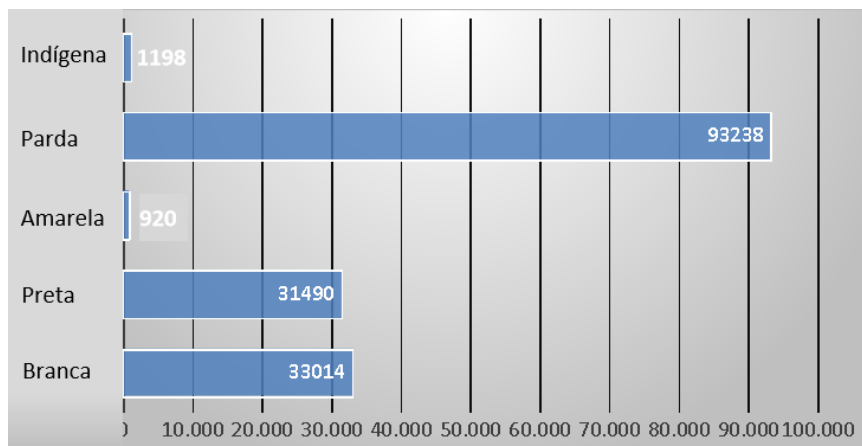
Perfil das agricultoras familiares

O Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) registrou 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, desses, 593.411 estão localizados na Bahia, dos quais 26.057 estão no Recôncavo, território em que se localiza o estudo de caso pesquisado. Dos estabelecimentos familiares do estado, os homens dirigem 433.551, já as mulheres

159.860. O número mais reduzido de mulheres como principal responsável na propriedade familiar deve-se, dentre outros fatores, à falta de reconhecimento do trabalho feminino rural. Segundo Cintrão e Siliprandi (2011, p. 189), a pobreza e a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, categorizado como uma ajuda, "continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres que vivem no campo brasileiro".

Apresentar o perfil das agricultoras contribui para reduzir a situação de invisibilidade à qual estão submetidas, além de possibilitar uma análise interseccional que explicita as desigualdades entre os desiguais, como é o caso da realidade das mulheres negras. Nesta perspectiva, vale ressaltar a presença majoritária das mulheres negras, 78%, entre aquelas que dirigem seus estabelecimentos no estado, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1. Número de estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres segundo a cor/raça na Bahia.

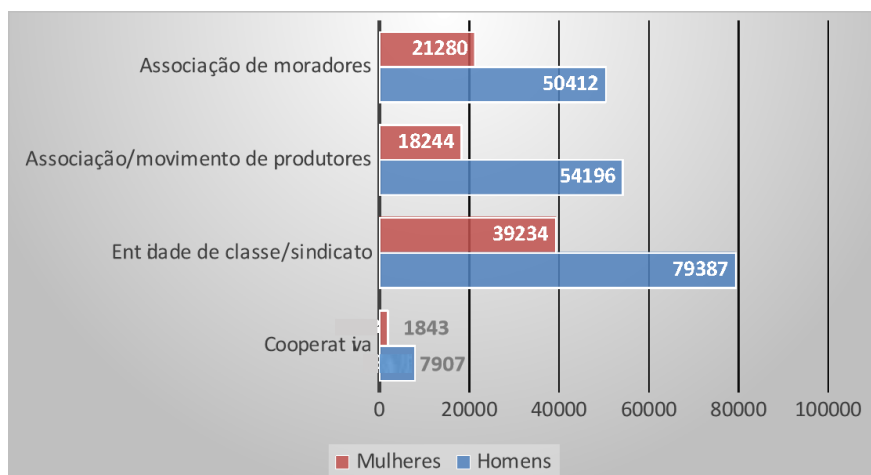


Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Para superar o quadro histórico de adversidades que caracterizam os espaços rurais, o poder público e as entidades de representação da agricultura familiar estimulam a participação em organizações

coletivas como estratégia para minimizar as dificuldades enfrentadas nas condições de vida e no processo de comercialização da produção nos mercados. Neste sentido, é importante destacar que o Censo agropecuário 2017 registrou 223.185 estabelecimentos familiares vinculados a associação, sindicato ou cooperativa. Desses, 65.165 são de mulheres e 158.020 de homens, de acordo com o gráfico 2.

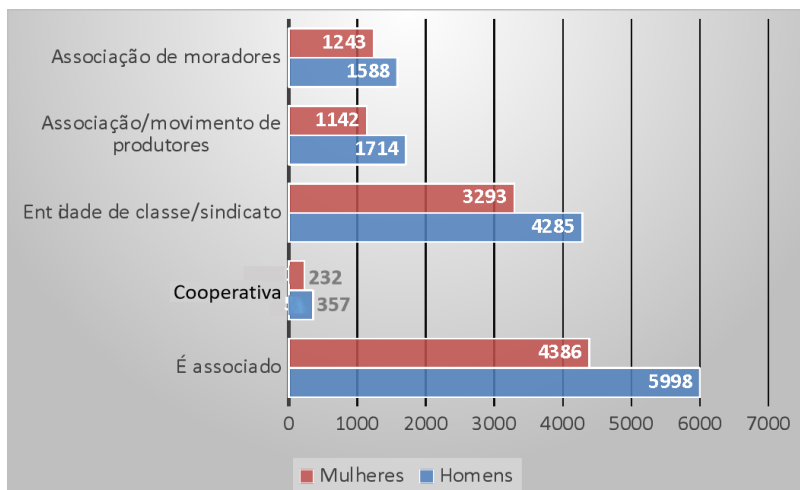
Gráfico 2. Número de estabelecimentos da agricultura familiar associados segundo o sexo do produtor na Bahia.



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Entre os 26.057 agricultores/as familiares recenseados do Recôncavo, 16.023 homens e 10.034 mulheres, 91,3% estão classificados no Pronaf B, agrupamento que reúne os agricultores com maior vulnerabilidade socioeconômica com renda familiar de até 20 mil reais no ano de 2017. Entre esses, há 10.384 agricultores/as associados/as, e a distribuição por tipo de organização, segundo o sexo, demonstra maior participação dos homens na esfera pública, outro indício de que as mulheres rurais ainda assumem com mais relevância as atividades no âmbito doméstico (gráfico 3).

Gráfico 3. Número de estabelecimentos da agricultura familiar associados segundo o sexo do produtor no Recôncavo.



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

No cômputo geral dos/as produtores/as associados/as, tanto na Bahia quanto no Recôncavo, os homens têm participação predominante, no entanto, é preciso destacar que o alto percentual da presença masculina em cooperativas no estado, 81% contra 19% de cooperadas, destoa do contexto do território analisado. Nele, há 34,4% de mulheres cooperadas, restando 60,6% de homens cooperados. Considerando que a cooperativa é a entidade jurídica com finalidade econômica, os dados constatados sugerem maior participação das mulheres do Recôncavo para diversificar os canais de comercialização. Além disso, é preciso registrar que na totalidade dos/as agricultores/as familiares do Recôncavo, 76,3% declararam que a finalidade principal da sua produção é a comercialização, revelando, assim, a importância do associativismo e do cooperativismo para oportunizar novas alternativas de comercialização para além dos canais mais tradicionais como as feiras livres e os atravessadores.

No que tange à questão da renda obtida com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos associados, os agricultores familiares que estão em associações de produtores e cooperativas na Bahia, 66% e 55% respectivamente, afirmam que os rendimentos com essas atividades são menores que os oriundos daquelas atividades realizadas fora da propriedade. Dessa forma, os dados manuseados demonstraram que, no âmbito estadual, a renda obtida do que é produzido na propriedade tem caráter complementar a outras rendas obtidas em outras atividades que podem ser agrícolas ou não agrícolas. No entanto, quando visualizamos a realidade do Recôncavo nesse quesito, verifica-se que é muito distinta da apresentada pelo estado, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. Renda maior obtida pelas atividades do/a agricultor/a familiar desenvolvidas nos estabelecimentos associados na Bahia e no Recôncavo.

Bahia	Renda maior nos estabelecimentos	Número absoluto	Percentual
	Total de associados em cooperativa e associação de produtores	63.904	28,6
	Cooperativa	4.364	44,8
	Associação de produtores	24.699	34,1
Recôncavo	Total de associados em cooperativa e associação de produtores	5.087	49
	Cooperativa	448	76,1
	Associação de produtores	1.971	69

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Para os agricultores familiares, desses formatos associativos no Território do Recôncavo, os percentuais que afirmaram ser maior, a renda das atividades dos seus estabelecimentos revela sua importância para reduzir a situação de vulnerabilidade socioeconômica das famílias rurais. Dos 2.856 que estão em associações e dos 589 em cooperativas, 69% e 76%, de modo recíproco, afirmaram que os rendimen-

tos oriundos das atividades dos estabelecimentos são maiores do que a renda obtida das atividades em outros espaços.

Quanto ao nível de escolarização dos/as agricultores familiares/as no Recôncavo, expresso na tabela 1, percebe-se que, assim como os dados para toda a Bahia, a educação básica finalizada ainda é um grande desafio a ser alcançado.

Tabela 2. Número de estabelecimentos da agricultura familiar segundo a escolaridade e o sexo do/a produtor/a no Recôncavo.

Nível de escolaridade	Homens	Mulheres
Sabe ler e escrever – sim	11248	7361
Sabe ler e escrever – não	4775	2673
Nunca frequentou escola	2680	1603
Classe de alfabetização – CA	3025	1523
Alfabetização de jovens e adultos – AJA	339	226
Antigo primário (elementar)	4071	2404
Antigo ginásial (médio 1o ciclo)	1300	794
Regular do ensino fundamental ou 1o grau	2524	1551
EJA - educação de jovens e adultos (1o grau)	45	37
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2o ciclo)	48	64
Regular de ensino médio ou 2o grau	1644	1567
Técnico de ensino médio ou do 2o grau	133	83
EJA - Educação de jovens e adultos (2o grau)	21	20
Superior – graduação	180	157

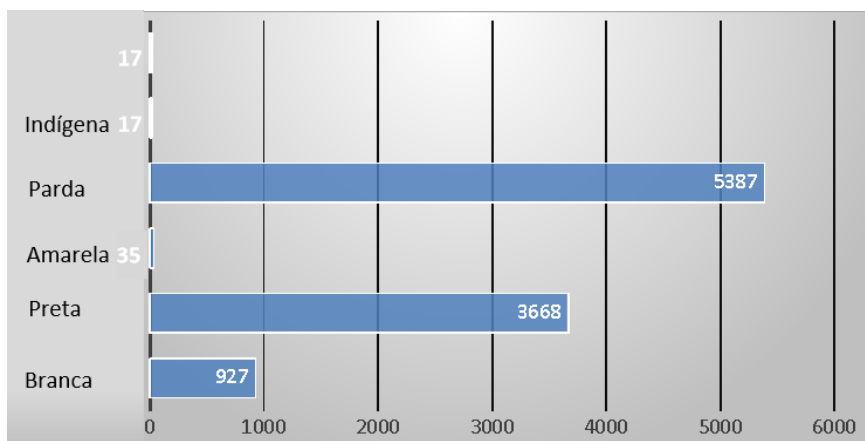
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

A Tabela 2 demonstra que o nível de escolarização da maioria dos/as agricultores/as do Recôncavo ainda é muito baixo, uma vez que dos 18.609 que sabem ler e escrever, 95,9% estudaram somente até o primeiro grau (ensino fundamental). Desses, 63,4% de homens e 36,6% de mulheres. Já entre os 7.448 que não sabem ler e escrever, 28,6% da totalidade de produtores familiares dos estabelecimentos do território, dentre eles estão 35,9% de mulheres. Esse contexto, somado à maior presença de mulheres agricultoras com perfil etário acima

de 45 anos (52,7%), dimensiona o tamanho do desafio para superar a cultura patriarcal na qual foram educadas e serem protagonistas nos percursos pessoais e coletivos.

Para finalizar esta seção, apresentamos, no gráfico 4, o perfil racial das agricultoras do Recôncavo que dirigem seus estabelecimentos.

Gráfico 4. Número de estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por mulheres segundo a cor/raça no Recôncavo.



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Há 159.860 estabelecimentos dirigidos por mulheres na Bahia, nos quais em 78% deles (124.728) predominam as agricultoras negras, como já demonstrado no gráfico 1. Assim como no estado, as mulheres negras são maioria no território, com um percentual mais expressivo, 90,2%. Essa constatação é reforçada pelo perfil étnico das mulheres que compõem o estudo de caso, no qual todas se autodeclararam como negras. O escrutínio dos dados agregados, mulheres negras, em sua maioria, com baixa escolarização, em idade adulta e classificadas no agrupamento com menor poder aquisitivo, reforça a importância da organização coletiva e, particularmente, das experiências da geração de trabalho e renda no campo da economia solidária. São esses

empreendimentos que, segundo Anjos (2016) e Cintrão e Seliprandi (2011), estão contribuindo para alterar, em alguma medida, a relação de subordinação na qual estavam inseridas inúmeras agricultoras com a conquista paulatina da autonomia econômica.

Aprendendo a ser protagonistas

Não podemos falar em empoderamento sem falar de feminismo, que é um movimento que deu origem a essa consciência das mulheres em relação ao lugar em que se encontravam. Através do feminismo as mulheres puderam lutar por seus direitos, deram voz umas às outras, conseguiram se unir em prol de um bem maior que vem a ser a igualdade de gênero, que ainda hoje em pleno século XXI não foi alcançado, mas está menos desigual em algumas situações.

Através do feminismo as mulheres conseguiram conquistar lugares jamais imaginados em séculos passados. As mulheres hoje conseguem votar, trabalhar fora de casa, se sustentar, não precisam necessariamente depender dos homens para viver, conseguiram independência e autonomia, ainda que faltem muitas conquistas, mas já se avançou em mais de um século de luta. Junto ao feminismo surgem outras vertentes, ramificações desse movimento, como por exemplo o feminismo negro, o feminismo lésbico, o feminismo transexual, que fazem parte do movimento feminista em sua pluralidade, com demandas específicas. Neste capítulo, ressaltamos o feminismo negro, que demonstra pela perspectiva interseccional a tripla opressão vivenciada pelas mulheres negras, a classe, o gênero e a raça.

A expressiva presença das mulheres nos empreendimentos solidários não pode ser explicada de forma unicausal. Decerto que a necessidade de gerar trabalho e renda é manifestada, como demonstrado na seção anterior, a vivência com os desafios da gestão coletiva e o estímulo à participação têm incitado inúmeras mulheres a enfrentarem as relações assimétricas de poder com os homens e a lutarem

por mudanças. Esse é o caso de um empreendimento de agricultoras familiares no município de São Felipe, no Recôncavo da Bahia.

O Recôncavo é um território situado no nordeste baiano que envolve 19 (dezenove) municípios, em uma área total de 5.221 km². De acordo com os dados do IBGE (2010), o Recôncavo tem uma população de 514.792 habitantes, com uma densidade demográfica de 107,4 hab./km². O grau de urbanização é de 66,9%. Os dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) indicam um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$12.833,00 para o ano de 2016. O Índice de Gini, para o ano de 2010, foi 0,574. O território possui 32.234 estabelecimentos agropecuários, sendo que 26.057 (80,8%) são da agricultura familiar.

Dos 48 empreendimentos de economia solidária mapeados no Recôncavo pela Senaes, 68,8% estavam em funcionamento à época da coleta dos dados, 25% estavam em processo de implantação e os outros 6,3% estavam em processo de reestruturação. Segundo Anjos (2016), os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora utilizam-se da associação e da cooperação para enfrentar as adversidades, principalmente no mundo rural. Assim, não foi surpresa identificar que, do universo analisado, 72,9% dos EES estão localizados na área rural. Os outros 14,6% estão localizados em áreas urbanas e 12,5% deles atuam em áreas urbanas e rurais. Quanto aos aspectos socioeconômicos dos sócios desses empreendimentos, a variável que escrutina o acesso aos programas de transferência de renda possibilita um vislumbre dessa realidade, pois 70,8% dos EES têm predominância de beneficiários desses programas e, desses, 68,8% recebem Bolsa Família (SANTOS, 2016).

Na experiência analisada empiricamente, há uma relação estreita dos EES com a agricultura familiar. Em 2013, as mulheres rurais no Brasil eram 14 milhões, ou seja, 14% da população total do sexo feminino. Segundo o IBGE (2010), 34,1% dessas mulheres não possuíam rendimento e a maior parte de sua renda originava-se do programa Bolsa Família.

Muitas das mulheres rurais fazem parte de empreendimentos solidários como meio de inserir seus produtos nos mercados, potencializando as formas de comercialização da agricultura familiar e a geração de trabalho de forma associada fora do ambiente familiar. Além disso, nesses empreendimentos, as mulheres criam vínculos, descobrem, muitas vezes, as relações de opressão e domínio às quais estão submetidas.

A vivência com o grupo de mulheres de uma cooperativa de produção do município de São Felipe, entre 2014 e 2017, permitiu identificar que há mudanças nas relações de subordinação nas quais as associadas estão inseridas. No entanto, essas transformações não estão finalizadas, ao contrário, trata-se de um processo de empoderamento que, em níveis distintos, é apropriado pelas associadas.

Em fevereiro de 2017, o grupo era composto por 48 mulheres que, apesar de a maioria ser sócia de uma cooperativa, se organizou para a produção de alimentos e sua comercialização é realizada nas cantinas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)², no município de Cruz das Almas. Todas as associadas se autodeclararam pardas ou pretas, inúmeras delas enfatizaram o processo de discriminação enfrentado pela população negra e reafirmaram orgulho de pertencimento ao grupo étnico. O perfil etário é diverso, com a presença de jovens entre 25 e 30 anos, em pelo menos $\frac{1}{4}$ das associadas, enquanto a maioria oscila entre os 35 e 50 anos.

Todas as mulheres residem no espaço rural e, antes de participarem do grupo produtivo, foram mobilizadas a criar uma associação para melhorar as condições de vida da comunidade. O grupo surge da necessidade de gerar trabalho pela impossibilidade da fabricação informal de fogos, ocupação essa que envolvia praticamente todas as comunidades rurais do município. Com a assessoria de diversas entidades, dentre elas, a Incubadora de Empreendimentos Solidários

² As chamadas públicas foram direcionadas para as sociedades cooperativas da agricultura familiar que atuavam no segmento alimentício interessadas na utilização do espaço das cantinas localizadas nos campi universitários de Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Amargosa.

- Incuba, da UFRB, as mulheres negras fizeram cursos de capacitação, adquiriram os equipamentos necessários para a produção dos alimentos e venceram a chamada pública para comercializar nas cantinas universitárias em 2010. Além da comercialização na UFRB, o grupo fornece refeições para eventos, participa de feiras da agricultura familiar e da economia solidária, comercializa alguns produtos com supermercados, como a farinha de mandioca e o beiju.

As rupturas com as obrigações domésticas foram os primeiros desafios enfrentados pelas trabalhadoras. Como residem em São Felipe, cidade distinta dos espaços de comercialização, passaram a se ausentar do domicílio por longas jornadas. Quando estão em casa, além de cuidarem dos afazeres domésticos, cuidam de suas lavouras, plantando inhame e mandioca, pois, como já relatado, todas elas são agricultoras familiares. Devido às atividades agrícolas, as associadas afirmam que a remuneração oriunda do empreendimento é complementar aos rendimentos familiares, porém foi possível observar que, apesar de o trabalho associado ser secundário, se comparado com o agrícola, ele não é residual, pois todas as participantes declararam assumir compromissos financeiros com a renda gerada pelo grupo.

As mulheres entrevistadas declararam que foi no campo da economia solidária que encontraram a autonomia e a liberdade para ter uma vida melhor. Afirmam que ampliaram o conhecimento, tiveram oportunidade de viajar, falar em público e ter qualificação na ocupação desempenhada.

As entrevistadas que assumem cargo de direção avaliam as dificuldades em exercer a liderança, o que gera, em algumas situações, conflitos, não agradando a todas, porém, destacam uma relação amistosa no grupo. Contudo, verificamos que nenhuma das mulheres do grupo assumiu a direção-presidência da cooperativa. Mesmo sendo a maioria no número de filiados, o cargo com mais poder continua sendo exercido pelos homens.

Ainda que essas mulheres estejam no espaço da Universidade e recebam assessoria da Incubadora, as inserções delas nas atividades formativas não se dão da mesma forma para todas. Um limitador é o próprio trabalho, enquanto algumas mulheres fazem o trabalho dito manual, outras fazem o trabalho intelectual, algumas saem e representam essas experiências em eventos locais, no estado e fora dele, e isso faz toda a diferença.

Sendo assim, é perceptível que há lideranças no grupo com diferentes níveis de empoderamento. A liderança exige muito mais empoderamento e uma compreensão desses processos, inclusive de articulação para expor suas ideias.

Para Miguel e Biroli (2014), é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Nessa perspectiva, cabe analisar se as mulheres que estão conseguindo ocupar espaço na esfera pública também estão se empoderando no âmbito familiar, ou seja, na denominada esfera privada.

Com essa indagação, faz-se necessário definir nosso entendimento pela concepção de empoderamento. Este conceito significa ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade. Nesse sentido, empoderamento é ter a liberdade, autonomia, é ter suas próprias ideias e posicionamento, é ser independente para manifestar seus desejos e opiniões.

Empoderar é decidir sobre sua vida, seu corpo, sua casa, em quem votar, é poder decidir sobre qualquer questão da vida. Na teoria, a mulher se torna empoderada quando conhece seus direitos, suas responsabilidades, quando tem voz ativa para expor o que pensa e quando tem o poder de decisão.

Para Freire e Shor (1986), empoderar é a capacidade de um indivíduo em buscar por si mesmo as ferramentas necessárias para evoluir e se fortalecer. E assim fizeram as mulheres, que, mesmo fazendo parte de uma cultura onde são educadas como fragilizadas, tomaram

consciência de que são capazes de fazer escolhas, que têm vez e voz e que podem ocupar os espaços que quiserem, seja no mercado de trabalho, nos lares e nas universidades.

Para Matos (2005, p. 80), "o empoderamento deve ser entendido como um processo de mudanças das relações de poder com a eliminação das ações de subordinação das mulheres e subversão das práticas instituídas". Nessa perspectiva, se empoderar implica conquista da liberdade, avanço e superação do estado de subordinação, seja dependência econômica, física, política, pública e/ou privada.

Considerando as noções expostas, inferimos que há um empoderamento processual, com fluxo e refluxo, nas vivências das mulheres investigadas. Algumas entrevistadas narraram que já conseguem dividir as tarefas domésticas com os companheiros e os filhos do sexo masculino, porém, essa é uma realidade da minoria. A maioria delas ainda não conseguiu alterar a organização patriarcal que impera no trabalho reprodutivo. Continuam realizando as tarefas domésticas, dentre elas, o cuidado exclusivo com os filhos, como se essas atividades fossem uma atribuição delas.

Ainda que nas entrevistas algumas mulheres apontem uma equidade nas responsabilidades domésticas, na atividade em grupo na qual refletiam as mesmas questões elas apontaram outra realidade. Desse modo, fica evidente que as mulheres ainda não construíram uma relação igualitária, mas, apesar das dificuldades, elas conseguem manter, com algum grau de equilíbrio, o trabalho realizado fora da comunidade e a conciliação do doméstico.

Apesar da tripla jornada, agricultora familiar, trabalhadora associada e dona de casa, as mulheres afirmam que a participação nos espaços formativos da economia solidária contribuiu para transformar a percepção que tinham da vida. Agora sentem que são produtivas, donas do seu próprio destino, pois teriam liberdade para se expressar e tomar suas próprias decisões. Embora tenhamos percebido

respostas que caracterizam o empoderamento feminino, o convívio cotidiano com essas mulheres demonstra que no imaginário há uma autonomia muito mais ampla do que a realidade vivida, concreta, em cada espaço doméstico.

Não obstante, a inserção no campo da economia solidária tem propiciado uma valorização pessoal e profissional para o grupo de mulheres negras que participaram da pesquisa, inclusive uma autonomia econômica, ainda que limitada pelas dificuldades enfrentadas na comercialização dos seus produtos.

O empreendimento não contribui apenas com a geração de trabalho e renda, mas também possibilitou espaços em que as mulheres negras se sentem empoderadas, ainda que seja para reconhecer a situação de desigualdade e a necessidade de alterá-la, começando pelo reconhecimento do seu processo de empoderamento que é contínuo e envolve todas as esferas da vida.

Considerações finais

Esta pesquisa investigou se a inserção das agricultoras familiares em iniciativas de trabalho da economia solidária estaria contribuindo para o processo de empoderamento feminino no território do Recôncavo. O acompanhamento sistemático do cotidiano de um grupo de agricultoras negras, organizadas no trabalho associado, nos permitiu inferir que as mulheres alimentam uma narrativa de empoderamento, ainda que essa percepção possa ser problematizada pelas práticas constatadas nos ambientes domésticos e nas vivências na cooperativa.

Apesar de se sentirem empoderadas, a vivência na esfera privada demonstra que há um longo caminho a ser percorrido para construir uma relação igualitária entre homens e mulheres. Isto porque as entrevistadas demonstram ter consciência das desigualdades inerentes à construção social dos papéis de homens e mulheres, porém a divisão igualitária das responsabilidades domésticas com os homens da família ainda não está assegurada em nenhum depoimento coletado.

Não obstante, os relatos feitos por elas demonstram que a inserção nos empreendimentos de economia solidária contribuiu positivamente em suas vidas, pois, além de ajudar no aumento da renda familiar, resgatou a autoestima e a valorização pessoal. Além disso, são desafiadas a assumir cada vez mais responsabilidades no fortalecimento do grupo. As narrativas evidenciam que as agricultoras negras se sentem empoderadas no sentido de serem donas de suas vidas, destacando o crescimento pessoal e político que alcançaram a partir do momento em que iniciaram na organização coletiva.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a inserção no empreendimento de economia solidária se apresenta como um importante instrumento para o processo de emancipação da mulher. Isto não significa que seja uma etapa encerrada, sem fluxo e refluxo. O grupo pesquisado demonstra indícios desse processo, mas, considerando os limites do estudo de caso, não é possível generalizar essas análises para todas as mulheres agricultoras que estão nesta modalidade no território do Recôncavo. Não obstante, o estudo tem o mérito de demonstrar que a experiência do trabalho associado pode trazer mais do que benefícios econômicos, mas, sobretudo, possibilita que segmentos subalternizados lapidem caminhos que os levem às rupturas com as desigualdades e se reconheçam como protagonistas da própria vida.

Referências

ANJOS, E. G. dos. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da economia solidária? Uma análise baseada nos mapeamentos dos empreendimentos solidários. **Otra Economia**, v. 10, São Leopoldo/RS, p. 112-124, 2016.

ANJOS, E. G. dos; ROCHA, A. G.; CERRUCI, I.; SILVA, F. S. A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. **Otra Economia - Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v. 12, p. 106-119, 2019.

CERRUCI, I. **Uma análise sobre o trabalho em empreendimentos econômicos solidários formados exclusivamente por mulheres na Bahia.**

2016. Monografia (Graduação em Gestão de Cooperativas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2016.

CINTRÃO, R. P.; SILIPRANDI, E. O progresso das mulheres rurais. *In*: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-230.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GAIGER, L. Empreendimento econômico solidário. *In*: CATTANI, A.; LAVILLE, J. L. *et al.* (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 161-168.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010** - características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 02/11/2020.

MATOS, M. I. S. de. **Terceiro Setor e gênero**: trajetórias e perspectivas. Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005. p. 47-77.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, Flavia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

SANTOS, I. F. **A contribuição dos empreendimentos econômicos solidários na geração de trabalho e renda no Recôncavo baiano**. 25 f. 2016. Trabalho de Conclusão (Curso de Gestão de Cooperativas) – UFRB, Cruz das Almas, 2016.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Vivências associativas das mulheres de Lage dos Negros

*Aliete Alves da Gama
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

As comunidades quilombolas foram formadas de maneira coletiva na resistência aos processos de violência a que os sujeitos da África foram submetidos com a escravização no Brasil, com a organização para a construção de melhores condições de vida e de liberdade. Segundo Munanga (1996, p. 58), estes povos foram "arrancados de seu continente natal, os negros africanos conheciam a palavra 'kilombo' de origem banta umbundo, que diz respeito a um tipo de instituição sociopolítico militar conhecido na África central".

Portanto, a organização dos quilombos no Brasil foi a forma de luta dos negros e das negras pelo seu território e liberdade, negados secularmente. Nesse sentido, a definição do conceito de quilombo é veiculada no decreto no 4.887 de 20 de novembro de 2003, que considera como remanescentes de quilombo,

os grupos étnico-raciais, segundo os critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Essa realidade é presente no município de Campo Formoso, com a existência de 21 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo que 19 destas comunidades estão inseridas no Território Quilombola Lage dos Negros. Estas comunida-

des têm com base organizativa o associativismo comunitário, marcado pela participação das comunidades quilombolas, especialmente a participação das mulheres negras rurais.

Enquanto mulher negra, quilombola, jovem, agricultora, rural, liderança comunitária, primeira da família a acessar a universidade pública, militante da Pastoral da Juventude Rural – PJR, que é um movimento social que integra a via camponesa, busquei abordar neste capítulo um tema de relevância tanto para as comunidades do Território Quilombola de Lage dos Negros, quanto para nossa luta social e política do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da UFRB, fruto do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Um trabalho que tem vinculação com a luta e a prática do cuidado com a terra tem que somar a prática do cuidado com as pessoas e com a edificação de novas analogias entre mulheres e homens na sociedade.

Nesse contexto, o capítulo buscou analisar de que forma a participação das mulheres quilombolas nas Associações Comunitárias tem contribuído para o seu empoderamento, tanto no espaço público quanto no âmbito doméstico-familiar, e as vivências das práticas agroecológicas no Território de Lage dos Negros, no município de Campo Formoso-BA. Para tanto, se buscou analisar o protagonismo das mulheres negras na luta e resistência no contexto dos quilombos; estudar a comunidade quilombola de Lage dos Negros e sua formação histórica de luta e de resistência; e compreender como as mulheres quilombolas participam do associativismo e suas contribuições para o exercício das práticas agroecológicas no Território Quilombola de Lage dos Negros.

A pesquisa tem a metodologia qualitativa, que integra trabalho de campo com a análise documental, a partir de um mapeamento das associações quilombolas existentes no Território de Lage dos Negros. Foram identificadas 19 associações quilombolas ativas, 4 destas localizadas na sede de Lage dos Negros e 15 distribuídas nas comunidades quilombolas que compõem o território. Foram selecionadas 4 associações comunitárias, tendo como critérios: direção gerida por

mulheres; maioria dos associados composta por mulheres; e mais de 3 anos de fundação. As presidentas entrevistadas foram nominadas com referência "aos nomes das heroínas negras" ao longo do trabalho.

De acordo com Diedrich (2009, p. 111),

a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem, na coleta de dados e no registro das variáveis. Entrevistas, questionários e formulários são recursos comuns para a coleta de dados nesse tipo de pesquisa.

No entanto, para a coleta dos dados foram utilizados instrumentos pedagógicos, tais como: história oral e história de vida; entrevista com anciãs da comunidade nos espaços onde estas mulheres estão inseridas e com as mulheres presidentas das associações.

Luta e resistência dos quilombos

As mulheres negras, desde o período da escravidão, são reconhecidas pelos estereótipos que obedecem a um padrão representado pelo corpo, que quando não sexualizado era condicionado às práticas de servidão. Além disso, essas mulheres escravizadas realizavam tarefas domésticas e trabalhos agrícolas em extensas lavou-
ras, com a ausência da distinção de gênero para a realização dos trabalhos, pois, independentemente de serem mulheres, eram consideradas trabalhadoras úteis.

Segundo Davis (2016, p. 47),

no trabalho escravo as mulheres negras experimentaram a igualdade com homens na produção, na força, nas surras, muitas das quais seguidas de mortes, predominando múltiplas violências as mulheres, pelo estupro, reprodução e lactação.

Como aponta a autora, desde o processo da escravidão, as mulheres quilombolas estão lado a lado trabalhando com os homens, além de assumir cargos de lideranças.

As mulheres negras tiveram uma participação bastante significativa na luta contra a escravidão no Brasil, sempre mostraram sua resistência e protagonismo na luta pela liberdade. Porém, a história oficial sempre tentou apagar a luta e protagonismo dessas mulheres. Neste sentido, faz-se necessário apresentar o protagonismo de mulheres negras, símbolo de luta e resistência dos quilombos, a exemplo de Aqualtune, Dandara, Tereza de Benguela e Luiza Mahim.

Uma das principais mulheres negras símbolos da resistência quilombola e luta pela liberdade do povo negro foi Aqualtune, filha do Rei do Congo, que demonstrou o protagonismo e a coragem da mulher negra. Conforme afirma Costa (2017, p. 5):

Aqualtune foi uma Princesa guerreira, filha do rei do Congo, que liderou um exército de 10.000 homens em batalha. Derrotada, capturada e vendida como escrava reprodutora, Aqualtune ouviu falar de Palmares e, mesmo reduzida a essa triste função, a princesa guerreira não perdeu sua coragem. Mesmo em estado de gravidez avançada, não pensou duas vezes e fugiu, liderando um grupo de 200 pessoas para a liberdade.

Nesse sentido, a história de Aqualtune expressa a força e resistência feminina, uma mulher que mesmo submetida a péssimas condições, diante de tanto sofrimento e exploração, sempre se manteve corajosa e persistente e resistente na luta, tornando-se símbolo de resistência do Quilombo Palmares.

Outra grande representante das mulheres quilombolas é Dandara, esposa de Zumbi dos Palmares, mulher negra capoeirista, e não se sabe onde ou quando ela nasceu. A história de Dandara dos Palmares tem referência pela sua coragem na luta contra o sistema escravocrata. Sua atividade não se limitava apenas no trabalho doméstico, ela dedicava-se à caça, empunhar arma e à luta.

Costa (2017) afirma que Dandara é referência para as mulheres negras por sua ousadia e valentia, liderou mulheres e homens na luta

pela libertação e conquistou seus espaços através de sua inteligência e determinação. O espírito guerreiro de Dandara permeia na vida de várias mulheres negras, que visa à auto-organização e fortalecimento comunitário, lutando em defesa dos direitos de seus povos e na busca por uma sociedade justa e igualitária.

Tereza de Benguela foi outra mulher negra símbolo de luta e resistência, a mesma foi rainha do quilombo Quariteré, localizado no estado de Mato Grosso. A princípio este quilombo era liderado por seu esposo, João Piolho, e com sua morte, Tereza assumiu a liderança do quilombo, mostrando a valentia e o protagonismo da mulher negra.

A história de Tereza de Benguela serve como uma mostra de exemplo administrativo e disciplinar de um quilombo [...] Tereza foi um exemplo de liderança não somente comunitária, mas também política (COSTA, 2017, p. 8).

Lúisa Mahim foi uma mulher negra, símbolo de luta e resistência do quilombo, nascida no século XIX, na Costa da Mina da nação Nagô. Foi arrancada do continente africano e tornou-se líder de uma grandiosa batalha de escravos, a Revolta dos Malês na Bahia. Foi vendida como escrava, teve sua *alforria* e passou a sobreviver do trabalho de quituteira, função que contribuiu para a Revolta dos Malês. Costa (2017, p. 8) afirma que “ela enrolava seus quitutes em mensagens escritas em Árabe e espalhava entre os envolvidos. Sua inteligência e coragem garantiram lugar de destaque entre a resistência negra”.

Luiza Mahim deixa como legado a negação de viver submissa, enquanto mulher que deixa evidente o protagonismo da mulher negra, que lutou contra as elites dominantes pela liberdade. Uma mulher negra referência na superação das opressões impostas pela escravidão, bem como para a luta pela liberdade dos negros e das negras.

Nesse sentido, a conjuntura social e econômica das mulheres negras é marcada pela expansão do racismo estrutural, que tem se manifestado de diversas formas: ausência de representatividade de

mulheres negras nos espaços públicos e de participação em espaços de poder e decisão.

Contudo, a conjuntura atual das mulheres negras é caracterizada pelas grandes desigualdades provindas das diversas formas de racismo. Porém, mesmo com esses empecilhos, estas sujeitas têm se organizado, lutado e ocupado diversos espaços, mas ainda precisam alcançar alterações significativas, o que expressa a realidade presente no território quilombola de Lage dos Negros, município de Campo Formoso - BA.

Quilombo de Lage dos Negros

O Quilombo Lage dos Negros está situado a aproximadamente 100 km da sede do Município de Campo Formoso-BA, localizado no sertão da Bahia, no território de identidade³ Piemonte Norte do Itapicuru, fazendo divisa com os municípios de Juazeiro, a 120 km, Santo Sé, a quase 123 km e Umburanas, a aproximadamente 150 km. A partir da narrativa das agricultoras quilombolas e lideranças entrevistadas, foi possível conhecer os processos que contribuíram para a formação histórica do território quilombola, bem como suas lutas, conquistas e histórico de resistência. Luiz José dos Santos, conhecido como Luizinho, foi o primeiro escravo que habitou o território hoje chamado de Lage dos Negros, ele que teria vindo do quilombo Bananeiras dos Pretos (bananeira Santa Efigênia), localizado no município de Antonio Gonçalves, por volta do século XVIII.

A entrevistada Maria Lutadora, 70 anos de idade, relata que:

de acordo com as histórias ouvidas pelos mais velhos quando Luizinho chegou à Fazenda Escurial a mesma já era de posse da família Fagundes, daí o

³ Os Territórios de Identidade da Bahia é determinada na Lei Estadual no 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que estabelece a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, instituindo o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os 27 (vinte e sete) Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs. Segundo a SEPLAN (2019, p. 1), a abordagem territorial considera toda a diversidade cultural, ambiental, econômica e social existente no estado e “estabelece um novo paradigma na gestão governamental, iniciativa que possibilitou a participação social no ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas”.

mesmo começou a trabalhar como capataz para o senhor Fagundes, tempos depois casou com uma escrava chamada Maria Lage, tiveram filhos, foi quando o Senhor Fagundes pediu a seu escravo Luizinho que procurasse uma casa para que este se estabelecesse com sua família, isto aconteceu porque o mesmo percebeu que não dava para Luizinho e sua família trabalhar, pois as terras não eram só suas, mas de toda a família Barros (MARIA LUTADORA, 2018).

No entanto, por não encontrar outro lugar para morar com sua família, voltaram à fazenda Escurial, ficando em suas redondezas, onde Luizinho comprou um pedaço de terra que seria pago com o trabalho de diarista realizado na fazenda do Senhor Fagundes. Ao ser questionada quanto ao processo de luta pela terra, Maria Lutadora diz: “no Território quilombola, não houve o processo de luta pela terra, o território quilombola de Lage dos Negros foi construído a partir da compra de terra, como pagamento de serviços prestados ao senhor Fagundes” (MARIA LUTADORA, 2018).

Segundo Maria da Esperança, as terras compradas por Luizinho receberam o nome de Lage dos Negros e sobre a origem do nome existem duas versões: a primeira é decorrente da quantidade de lajedo, pois na beira do riacho havia um enorme lajedo de pedra e negros, devido à predominância de negros entre os povos que ali moravam. A segunda versão é a mais aceita, sustenta-se na crença de que o nome Lage dos Negros se originou dos sobrenomes de alguns fundadores, tais como: Maria Lage, esposa de Luizinho.

Em fevereiro de 1998, a comunidade fez um requerimento para a Fundação Cultural Palmares (FCP) solicitando a certidão de autodefinição de remanescentes de quilombos. No entanto, só após vários anos de luta e pressão social a comunidade foi reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares, sendo certificada em 25 de maio de 2005 sob ID quilombola nº 1.677. A certificação foi uma conquista, mas a luta contemporânea é pela demarcação do território, para estes

povos esse processo é uma questão crucial, pois só dessa forma poderão preservar com segurança sua cultura e seu modo de vida.

O território quilombola agrega 30 comunidades situadas em torno de Lage dos Negros. Destas 30 comunidades, apenas 19 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares. São as comunidades: Lages de Cima II; Gameleira do Dida; Mulungu; Sangradouro I e II; Barroca; Alagadiço; Casa Nova dos Marinós; Casa Nova dos Ferreiros; Casa Nova dos Amaros; Saquinho; Poço da Pedra; Patos I, II e III; Pedras; Buraco; Pacuí; e Bebedouro. A sede do território tem uma população estimada em aproximadamente oito mil habitantes e somada com as 30 comunidades juntos totalizam uma população elevada para aproximadamente 17 mil habitantes.

Existem na comunidade diversas manifestações culturais como: Congado; Folia de Reis; Roda de São Gonçalo; Roda de Terreiro; Festa do Padroeiro Santo Antônio (com seus treze dias de festa); capoeira; Samba de Pé; Ciganagem; e Amassa-Barro (tipo de dança associada à construção de casas em regime de mutirão, amassando o barro e cantando lamentos, improvisos de suas vidas).

No requisito religião, segundo Maria do Amor, a maior parte da população é católica; menor proporção é evangélica; e existem aqueles que não têm religião definida. Ao ser questionada sobre o candomblé, Maria do Amor (2008) afirma: "antes tinha muito, mas como tempo foi se perdendo, pessoal ficaram [sic] com anseios de assumir ser dessa religião, outros optaram por aderir a outra religião".

Sobre o primeiro espaço de organização da comunidade, Maria Lutadora diz:

O primeiro espaço foi através da Associação Comunitária dos Pequenos Criadores e Mestre (professores) (ASPAME) fundada em 10 de abril de 1987 tendo como primeiro presidente o senhor Arismário Barbosa e vice-presidente a senhora Angélica, com os seguintes objetivos: contribuir para o fomento e a exploração agropecuária; contribuir para o bem da saúde coletiva; contribuir para o

desenvolvimento da educação e cultura; criar escolas profissionalizantes e assinar convênios nas já existentes (MARIA LUTADORA, 2018).

Como fica explícito na fala da Maria Lutadora, a Associação Comunitária dos Pequenos Criadores e Mestres (professores) foi criada com o intuito de exercer múltiplas funções desde a área da agropecuária, saúde e educação. Esta associação foi proponente no processo de criação de creche e avanços na área da educação. Posteriormente, foi fundada a Associação Comunitária agropastoril quilombola do povoado de Lage dos Negros, em 5 de agosto de 1995, com o objetivo de lutar pela demarcação e organização do território, melhorias da qualidade de vida dos associados e defender seus ideais.

Sobre a participação das mulheres nesses espaços, Maria do Amor aborda que:

a participação das mulheres, elas sempre eram ativas, há 30 anos atrás a coisa era bem diferente as mulheres não ficavam muito na linha de frente, os homens que assumiam os cargos diretivos no papel, porque na prática mesmo era as mulheres que dava conta do recado eram ela quem trazia as ideias, quem defendiam os ideais quem viajava para os outros movimentos (MARIA DO AMOR, 2018).

Como visto, as mulheres sempre participaram das associações comunitárias não como membras da diretoria, mas como associadas, sendo que na prática quem conduzia e orientava todos os processos eram elas. Ainda segundo as entrevistadas, após a criação dessas duas associações, surgiram outras formas de organização como Sindicatos e grupo de Igrejas.

Atualmente o Território Quilombola Lage dos Negros tem como base organizativa as associações comunitárias sem fins lucrativos: são 4 associações e 1 central das associações na sede de Lage dos Negros, e 15 distribuídas nas comunidades que compõem o território quilombola, totalizando 19 associações quilombolas ativas (Quadro 1).

Quadro 1. Associações, sexo da presidência, data de fundação, comunidade quilombola e objetivo social do Território Quilombola de Lage dos Negros, em Campo Formoso – 2019.

Nome da Associação	Sexo da Presidência	Data de Fundação	Comunidade	Objetivo Social
Associação Quilombola dos Agricultores Familiares de Bebedouro	Feminino	2012	Bebedouro	Organizar comunidade com intuito de acessar as políticas públicas
Associação Comunitária dos Agricultores e Moradores de Pacuí	Feminino	1987	Pacuí	Buscar melhorias para o desenvolvimento da comunidade através do acesso a políticas públicas
Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola de Buraco	Feminino	2013	Buraco	Buscar projetos para ajudar toda comunidade e manter a comunidade organizada
Associação dos Pequenos Trabalhadores de Pedra	Masculino	1995	Pedra	Lutar por melhorias para os agricultores, principalmente na área agrícola
Associação Comunitária Quilombo dos Agricultores Familiar de Patos III	Feminino	2013	Patos III	Manter a comunidade organizada e politizada para lutar por melhorias e acesso a políticas públicas
Associação Agropastoril dos Agricultores de Patos I	Feminino	2000	Patos I e II	Organizar a comunidade para buscar melhorias através do acesso a políticas públicas
Associação Comunitária Agropastoril Quilombola de Casa Nova dos Amaros	Feminino	2000	Casa Nova dos Amaros	Organizar a comunidade para buscar melhorias através do acesso a políticas públicas
Associação Comunitária Quilombola e Agropastoril de Casa Nova dos Marinos	Feminino	2012	Casa Nova dos Marinos	Organizar a comunidade para reivindicar políticas públicas e defender o interesse da comunidade em todos os aspectos
Associação Comunitária e Agropastoril dos Agricultores de Casa Nova dos Ferreira	Feminino	1988	Casa Nova dos Ferreira	Manter a comunidade organizada e buscar melhoria para a mesma e projetos em todas as áreas

Associação Agropastoril Quilombola Tradicional de Alagadiço de Lage	Masculino	2005	Alagadiço	Buscar melhorias para a comunidade através da organização e união
Associação Quilombola Tradicional de Lage de Cima I e II	Masculino	1989	Lage de Cima I e II	Buscar o desenvolvimento da comunidade através do acesso às políticas públicas
Associação Tradicional Quilombola dos Pequenos Agricultores de Barroca	Feminino	2016	Barroca	Manter a comunidade Unida e organizada e visível para o poder público, para termos acesso a projetos
Associação Comunitária Agropastoril e quilombola de Sangradouro	Masculino	2000	Sangradouro	Buscar melhorias para comunidade, através da organização
Associação Comunitária Agropastoril de Gameleira do Dida	Feminino	2000	Gameleira do Dida	Ajudar na organização da comunidade e buscar oportunidade de melhorias para o coletivo
Associação Comunitária quilombola dos Moradores de Mulungu	Feminino	1967	Mulungu	Promover a organização, fortalecimento e buscar melhorias para a comunidade em geral em todos os aspectos possíveis
Associação de mulheres Quilombolas de Lage dos Negros	Feminino	2012	Lage dos Negros	Promover espaço de lazer, geração de ocupação e renda para as mulheres
Associação Comunitária agropastoril quilombola do povoado de Lage dos Negros	Masculino	1995	Lage dos Negros	Lutar pela demarcação e organização do território, melhorias da qualidade de vida e defesa de seus ideais
Associação Cidadania Rural	Masculino	2006	Lage dos Negros	Lutar em prol da agricultura familiar e respeito ao meio ambiente
Central das Associações Quilombolas de Lage dos Negros (Ceaqlan)	Feminino	2012	Lage dos Negros	Promover os registros em Lage dos Negros e construir espaços de comunicação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Conforme o Quadro 1, a constituição das associações comunitárias se dá com maior força a partir de 1988: 2 associações comunitárias constituídas no período de 1967 a 1987; 10 associações comunitárias no

período de 1988 a 2006; e 6 associações comunitárias no período de 2012 a 2016. O alto índice de associações fundadas em meados dos anos 2000 é consequência da falta de crença da população em algumas lideranças. Pode-se observar também a dinâmica do Território Quilombola de Lage dos Negros, em Campo Formoso-BA: das 19 associações comunitárias mapeadas, 12 são presididas por mulheres quilombolas (67%), ou seja, a maioria das associações comunitárias tem a representação das mulheres quilombolas no cargo da presidência.

Assim, as associações comunitárias possibilitaram a organização das comunidades quilombolas, facilitando o acesso às diversas políticas públicas, com destaque para: acesso a água pelas cisternas de consumo humano e de produção; energia elétrica; projetos produtivos; Política Nacional de Habitação Rural (PNHR); trator com implementos agrícolas; banheiros; acesso ao crédito rural (Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF).

No entanto, ainda são muitos os desafios a serem superados, o território necessita do acesso a políticas públicas de convivência com semiárido com ênfase na agroecologia, que visa à segurança e soberania alimentar, a uma saúde de qualidade, uma educação contextualizada, segurança, incentivo na área da arte e cultura para a juventude.

Vivências associativas e agroecológicas

No entendimento de como as mulheres quilombolas participam do associativismo e suas contribuições para o exercício das práticas agroecológicas no Território Quilombola de Lage dos Negros, foram utilizadas entrevistas com as presidentas das Associações: Mulheres de Lage dos Negros; Quilombola dos Agricultores Familiares de Bebedouro; Comunitária Quilombola e Agropastoril de Casa Nova dos Marinós; e Comunitária Quilombola Agropastoril de Casa Nova dos Amáros. As mesmas foram identificadas com os nomes das heroínas

negras como codinomes das mulheres presidentas das associações quilombolas, denominadas de: Aqaltune; Dandara; Tereza de Benguela; e Luiza Mahim.

Quadro 2. Caracterização social das presidentas das Associações Quilombolas – 2019.

Presidenta	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Tempo de Associação (ano)
Aqaltune	52	Casada	Fundamental Incompleto	4 anos
Dandara	22	Solteira	Superior incompleto	5 anos
Tereza de Benguela	27	Viúva	Médio completo	7 anos
Luiza Mahim	53	Separada	Médio completo	20 anos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Pode-se observar no Quadro 2 que as lideranças possuem características diversificadas, respectivamente casada, solteira, viúva e separada. O nível de escolaridade vai desde o fundamental ao nível superior. O tempo de ingresso na associação é entre 4 e 20 anos, levando em consideração o tempo de fundação das associações, todas se autorreconhecem enquanto mulheres negras, descendentes de quilombolas.

Sobre como iniciaram a participação nas associações comunitárias, três delas informaram que foi a partir das reuniões de fundação das mesmas. Apenas uma indicou que sua participação foi posterior, a partir de convite dos associados. Todas indicaram que a motivação foi de contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento das associações.

Em relação ao sentimento das mulheres negras sobre a sua participação nas associações comunitárias quilombolas, todas manifestaram que o espaço de participação tem sido de sentimento de confiança e de fortalecimento nas lutas por parte das mulheres, e apenas uma afirmou que apesar da contribuição para o sentimento de segurança das mulheres, também tem "sofrimento" na garantia deste espaço.

É possível notar o sentimento de satisfação e orgulho em contribuir com o fortalecimento da organização e desenvolvimento da comunidade. Percebe-se também que o envolvimento com outras mulheres, com o coletivo tem melhorado o humor, tornando-as mais fortes, seguras, autônomas e confiantes nas relações sociais. A entrevistada Luiza Mahim relata como assumiu a direção da associação:

Assumi a direção da associação quando ninguém queria assumir por medo e falta de interesse, no início muitos achavam que não ia da conta, pois mesmo terminando o ensino médio com 42 anos, ainda tenho dificuldade em mexer com computador e a escrita não é muito boa, mas tenho o que muito não tem interesse e ousadia para buscar melhoria, hoje me sinto mais segura e com muitos conhecimentos, minha participação como conselheira no conselho de desenvolvimento sustentável é muito positiva pois lá tenho acesso a informações que têm ajudado muito os agricultores(as) da comunidade, esses dias mesmo tinha uma mulher da comunidade com dúvidas em relação ao garantia safra, na reunião do conselho que acontece mensalmente compartilhei com o pessoal essa dúvida, lá eles me orientaram, aí falei pra mulheres, foi rapidinho, ela resolveu o problema (LUIZA MAHIM, 2019).

Na fala de Luiza Mahim é notável o sentimento de orgulho e de pertencimento à associação, percebe-se também que ela adquiriu alguns graus de empoderamento, através de sua participação nos espaços comunitários e políticos.

Para Berth (2018), o termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletiva, que questionam as bases das relações de poder. No caso de sujeitos e grupos cujo acesso aos recursos e poder é determinado por classe, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando as sujeitas não apenas reconhecem as forças sistêmicas que as oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes.

Observou-se no diálogo que nenhuma das lideranças obteve melhorias financeiras, por motivos distintos: ou porque o grupo ainda está no processo de organização; ou porque as associações não dispõem de recursos para estruturar o trabalho coletivo na área produtiva para geração de renda, pois conforme o regime associativista, o exercício do cargo de direção em uma associação não pode ser remunerado. Porém, é notável a melhoria na qualidade de vida destas lideranças no âmbito social, onde as comunidades buscam contribuir para a autonomia das mulheres negras, com sentimentos de segurança, fortalecidas e com alguns graus de empoderamento.

Assim se destaca a importância da participação das mulheres negras em espaços decisórios. Para Siqueira (2014, p. 53),

as pessoas percebem seus ambientes, sentem uma competência pessoal, provavelmente em decorrência da sua participação no processo de tomada de decisão, tomam consciência de sua própria capacidade de lutar pelos seus interesses e de influenciar outras pessoas.

Para Caporal e Costabeber (2004, p. 13):

Quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Em consonância com o pensamento dos autores, destaca-se que o conceito de agroecologia é bastante amplo, todavia faz-se necessária a preocupação tanto com os recursos físicos quanto humanos, onde o cuidado com a terra precisa somar com o exercício do cuidado com as pessoas, com a construção de uma relação equilibrada, com a perspectiva da equidade entre homens e mulheres, proporcionando o direito e a oportunidade de ocupar diferentes espaços e diferentes cargos perante a sociedade.

Sobre as práticas agroecológicas realizadas pelas mulheres, as lideranças mulheres negras destacaram que:

A associação conta com uma participação expressiva de mulheres, onde vemos trabalhando no resgate das sementes crioulas, conquistamos o banco de semente que tem como principal objetivo resgatar as sementes guardadas pelos anciões das comunidades, garantindo autonomia e segurança no plantio das sementes nos roçados, também temos os quintais produtivos com uma diversidade de espécies de árvores (DANDARA, 2019).

Aqui temos só a participação ativa das mulheres nas reuniões e eu como presidente gerindo os projetos, os técnicos que prestam assistência técnica através do Pró Semárido e Bahia Produtiva vêm discutindo muito sobre agroecologia, sobre não uso de agrotóxicos, estamos nos conscientizando sobre a importância de cuidar da terra, não usar veneno, mas não temos nenhuma prática concreta realizada pelas mulheres (TEREZA DE BENGUELA, 2019).

Aqui as mulheres vêm trabalhar com umas variedades de árvores, umas plantam árvores frutíferas, outras hortaliças, as que têm cisterna de calçada sempre têm legumes para vender e consumir, não usam veneno nenhum, só esterco de árvores como espinheiro e de animais (LUIZA MAHIM, 2019).

Conforme Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia é uma ciência que integra, que reconhece e se nutre dos saberes e dos conhecimentos dos agricultores, dos povos indígenas e das florestas, das comunidades quilombolas e dos pescadores, como demais sujeitos envolvidos em processo de desenvolvimento rural.

Esse processo está baseado na prática agroecológica, no contexto das sementes crioulas e no combate ao uso do agrotóxico, por meio do manejo adequado, uso de insumos internos, valorização dos saberes, na relação harmoniosa com a terra e na inclusão social, visando à agricultura sustentável.

Esse contexto é integrado com a emancipação das comunidades, a partir do trabalho associativo, promovido pelas Associações

Comunitárias. Todas acreditam no associativismo como forma de organização, visibilização, fortalecimento e futuramente emancipação das comunidades, na relação com conquistas das políticas públicas. De acordo com Horochovski (2007, p. 496) *apud* Siqueira (2014, p. 120):

O empoderamento comunitário é o processo pelo qual os sujeitos – individuais e coletivos – de uma comunidade, por meio de processos participativos, constroem estratégias e ações para atingir seus objetivos coletivos e consensualmente traçados.

Nesse sentido, fica evidente que as vivências das lideranças mulheres negras são cercadas por fatores políticos, econômicos, culturais e sociais que têm influenciado diretamente na posição social e profissional das mesmas. A condição social na qual se reconhecem tem propiciado o acúmulo de conhecimentos, a partir de uma perspectiva de valorização e reprodução da vida.

Destacam-se as questões que se encontram no interior do debate sobre Agroecologia, como o empoderamento feminino, organização política, o resgate das sementes crioulas, relações de solidariedade e cooperação e o cuidado com outro. Esta participação crescente em espaços políticos tem contribuído para o processo de empoderamento e para que elas saiam do espaço doméstico, obtendo mais independência e autoestima.

Considerações finais

Foi possível perceber que a trajetória de luta do povo negro é remontada ao período da escravidão, onde os negros foram violentados e escravizados no Brasil. É notável que a trajetória de luta das mulheres quilombolas, por sua vez, também é longa, o lugar demarcado para a mulher negra é carregado de negativismo e inferioridade, onde sua participação na luta, resistência e liderança dos quilombos foram invisibilizadas. Observa-se que os avanços caminham a passos lentos,

sobretudo com relação à visibilidade destas heroínas no processo de luta e resistência dos quilombos.

No território Quilombola de Lage dos Negros esta realidade não é diferente, as mulheres sempre participaram do processo de formação, organização e resistência do quilombo, porém nunca ficaram na linha de frente no papel, mas na prática eram elas que davam conta do recado, que traziam as ideias e viajavam para defender os ideais perante outros movimentos. Atualmente pode-se observar a participação expressiva das mulheres negras nos cargos de direção das associações quilombolas do território Lage dos Negros.

Percebe-se que as sujeitas participantes da pesquisa têm desenvolvido atividades que vão além de seu espaço doméstico. Através da participação no cargo diretivo das associações, as mulheres passaram a gerir projetos governamentais, seus limites deixam de ser a comunidade e passam a ocupar espaços em conselhos municipais, participando de movimentos em prol da titulação e demarcação do território, coordenando grupo de mulheres que trabalham com artesanatos e costuras através da cooperação e solidariedade, passam a ser proponentes de projetos em parcerias com entidades sociais e órgãos governamentais, além de preservar e manter vivo o banco de sementes conquistado através da luta dessas mulheres e da comunidade.

No universo de 4 lideranças mulheres negras que participaram da pesquisa foi notado que as suas vivências eram/são cercadas por fatores econômicos, sociais e políticos que têm influenciado tanto no desenvolvimento pessoal quanto social dessas mulheres. Porém, a partir da participação no associativismo é perceptível o sentimento de pertencimento à associação, o respeito mútuo, a existência de práticas solidárias, o crescimento pessoal, individual, social e comunitário.

Portanto, conclui-se que a partir da participação das mulheres na direção das associações elas têm conquistado autonomia, autoconfiança, melhoria no humor, segurança e principalmente conhe-

cimento, conhecimento este que as levou a adquirir alguns graus de empoderamento. O empoderamento surge a partir do envolvimento das mesmas nos espaços produtivos, organizativos e culturais e nos processos de formações, participação em reuniões, cursos, na gerência de projetos governamentais e na coordenação de eventos sociais.

Desse modo, o debate acerca do associativismo, da participação das mulheres, especificamente mulheres quilombolas, em organização política, das práticas agroecológicas desenvolvidas por essas mulheres, está totalmente voltado para a perspectiva agroecológica, tendo em vista que a agroecologia entrelaça a relação dos agricultores com os agroecossistemas, busca resgatar as sementes crioulas e as manter reservadas nos banco de sementes, visa ao desenvolvimento local e à construção de novas relações entre homens e mulheres, além de trabalhar com a lógica das mulheres frente aos espaços decisórios.

Referências

BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

CAPORAL, R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

CARLOS, E.; SILVA, M. Z. Associativismo, participação e políticas públicas. **Política e Sociedade**, n. 9, outubro de 2006, p. 162-194. Disponível em: C:/Users/Administrador/ Downloads/1838-5219-1-PB.pdf>. Acesso em: maio de 2019.

COSTA, M. S. Poesia negra contemporânea sob lirismo de poder e resistência. In: IV SIMPÓSIO NACIONAL DE LINGUAGEM E GÊNEROS TEXTUAIS, Universidade Estadual da Paraíba – UEP, 2017. **Anais** [...]. 2017.

DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. Trad. H. R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEDRICH, M. M. **Bê-á-bá da metodologia de trabalhos acadêmicos e científicos**. Passo Fundo-RS: Imed, 2009.

MUNANGA, K. "As facetas de um racismo silenciado". In: SCHWARCZ, Lília M. e QUEIROZ, Renato S. (orgs). **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

SEPLAN. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Política Territorial**. Disponível em: www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55. Acesso em: maio de 2019.

SIQUEIRA, A. E. S. S. **Empoderamento de mulheres agricultoras**: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – UFBA, Salvador - BA, 2014.

A mulher quilombola e seu protagonismo no campo

Hegair das Neves Pereira
Tatiana Ribeiro Velloso

Introdução

O meio rural enfrenta desigualdades sociais que são herança do modo de produção escravista e, posteriormente, capitalista. Neste cenário, a população negra detém a maior sobrecarga de trabalho, a situação de vida mais precária e, conseqüentemente, é constituída das principais vítimas das desigualdades no acesso a serviços e ensino de qualidade.

Quando se trata da mulher quilombola do campo essa disparidade é acentuada, pois dentre as relações sociais, os fatores gênero, raça e classe impõem, para estas, as últimas camadas da sociedade. Além das atividades domésticas, o campo é extensão da casa e, mesmo protagonizando avanços no desenvolvimento rural, as mulheres enfrentam uma tripla jornada de trabalho que gera, entre outras conseqüências, carga mental, seu esgotamento físico e psíquico.

Embora haja práticas sustentáveis, inclusive protagonizadas por estas mulheres, o meio rural ainda reflete os resquícios do processo convencionalmente chamado Revolução Verde. Neste contexto, Tavares, Costa e Fagundes (2016) reconhecem que o *pacote tecnológico*, imposto pela *Revolução verde*, implantado no Brasil em 1950, a partir dos instrumentos de crédito, assistência técnica e mercado especializado com a utilização de alta tecnologia para monocultivos destruiu os sistemas de produção baseados no policultivo em muitos lugares. Esta dinâmica provocou graves problemas sociais e ambientais, em particular nos países do chamado terceiro mundo (SILIPRANDI, 2015).

Nesse sentido, faz-se necessário analisar os impactos dessa mudança no modelo de produção, visivelmente insustentável, nas comunidades quilombolas que sempre tiveram uma relação diferenciada com a terra e com os demais organismos vivos da natureza.

Observa-se, na realidade dos quilombos, remanescentes desde o período colonial, a importância das mulheres, principalmente no tocante à questão econômica, sua participação nas organizações sociais e as alternativas viáveis para geração de trabalho e renda que estas elaboraram ao longo do tempo.

A partir da realidade das comunidades quilombolas no Brasil, considerando a trajetória da autora na relação com as comunidades quilombolas Mari e Cedro, no município de Palmas de Monte Alto-BA, e a sua integração com as organizações e os movimentos sociais do campo, realizou-se o estudo de caso destas comunidades.

Portanto, este capítulo é uma contribuição que emerge como parte de ações devolutivas que se pretende realizar na comunidade de origem da autora. Nesta perspectiva, o primeiro passo foi ser coerente com todo o esforço familiar e comunitário que a possibilitou acessar o ensino superior. Com base neste contexto, o objetivo deste capítulo foi analisar o protagonismo da mulher quilombola, a partir das experiências das comunidades quilombolas Mari e Cedro do município de Palmas de Monte Alto - BA, nos seus processos organizativos e práticas agroecológicas.

Para isso, se buscou caracterizar os quilombos de Mari e Cedro, município de Palmas de Monte Alto - BA no processo de sua constituição histórica, organizacional e de acesso a serviços como educação e saúde; e analisar o perfil socioeconômico e organizacional das mulheres dos quilombos de Mari e Cedro do município de Palmas de Monte Alto-BA e sua relação com as organizações comunitárias e as práticas agroecológicas.

A construção metodológica deste capítulo foi feita a partir de uma série de diálogos que procuraram potencializar a integralização do curso de Agronomia, realizando uma pesquisa qualitativa, que tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, com a utilização de métodos com princípios sociológicos e antropológicos.

Foram utilizadas algumas ferramentas e técnicas presentes no Diagnóstico Rural Participativo (DRP), caracterizado por Verdejo (2010, p. 12) como um "conjunto de ações que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento". Tais procedimentos de aproximação e coleta de dados também se basearam na etnografia.

A pesquisa foi complementada com entrevista semiestruturada para algumas pessoas-chave dos quilombos e formulário para caracterização das mulheres. Optou-se em não identificar as mulheres quilombolas entrevistadas, sendo atribuído para cada uma delas um nome de orixá em alusão às religiões de matrizes africanas. A articulação e a mobilização para a oficina participativa foram realizadas a partir de lideranças comunitárias. O número de participantes não foi limitado, nem mesmo a idade e grau de escolaridade.

As comunidades quilombolas Mari e Cedro

As comunidades quilombolas denominadas Mari e Cedro estão inseridas no município Palmas de Monte Alto-BA, que por sua vez, localiza-se a 840 km de distância da capital baiana, localizado no Território de Identidade Sertão Produtivo. Os quilombos Mari e Cedro localizam-se a, respectivamente, 47 e 52 km da sede do município de Palmas de Monte Alto. Segundo informação das moradoras lemanjá e Kaiala, Cedro possui 64 famílias, e Mari tem 75 famílias, com relatos da existência dos dois Quilombos há mais de 100 anos.

As comunidades Mari e Cedro possuem os referentes nomes em decorrência a grande quantidade de marizeiros e cedros existentes na época da formação dos quilombos. O marizeiro é uma árvore de grande porte "adaptada às condições de matas ciliares do semiárido e ecossistemas associados, ocorrendo em vastas áreas do Nordeste brasileiro e no vale do rio São Francisco" (CAMELO DE SOUZA *et al.*, 2011, p. 1), comum nas margens do único rio da comunidade, denominado Barra.

O Cedro é uma espécie arbórea frondosa, caracterizada pela diversidade na utilização de sua madeira, além da extensão do caule que pode chegar até trinta metros de altura. A comunidade Cedro possui este nome devido à expressiva altura das árvores da referida espécie vegetal existentes no local.

Os nomes dos quilombos refletem a relação que os/as moradores/as tinham com a vegetação local, relação baseada na interação, observação e conservação do ambiente. Dona Iansã, moradora do Mari, afirma que as plantas que deram o nome às duas comunidades já não existem com a mesma abundância e exuberância de antigamente, principalmente o Marizeiro, que ficava às margens do "ex-rio" de águas caudalosas e perenes que hoje mingua somente nos períodos chuvosos, ao final do ano.

Memórias de lutas e resistência

Sobre o uso da terra no Brasil, desde a época colonial há disputas acirradas pelo seu controle, e sua posse é um gesto de demonstração de poder político. Desde a invasão portuguesa, a propriedade privada é a maneira mais comum do controle da terra no Brasil (SOUZA, 2017). Compreender como se deu o acesso às terras brasileiras é necessário. Pois, com isso, é possível interpretar a desigualdade fundiária vivenciada atualmente pelas comunidades tradicionais e a perpetuação do racismo nas instituições.

O modo de vida das pessoas das referidas comunidades desde sempre foi semelhante. Segundo Oxum, importante liderança comunitária do Cedro, a história dos quilombos advém dos descendentes de escravizados que por ali foram produzindo seu alimento dentro das matas, constituindo suas casas próximas umas das outras, dando origem aos povoados.

Para o cultivo do milho, feijão, melancia, sorgo e arroz, principais culturas dos quilombos, desmatava-se uma área de mata virgem, de acordo com a quantidade de integrantes da família e naquele chão cultivava-se por, em média, cinco anos. Durante este intervalo de tempo a terra doava sua fertilidade para as plantas cultivadas, ao findar este período cada família deixava aquela área, que passava a ser chamada de capoeira e iniciava um novo plantio em terras mais férteis.

Historicamente, o uso da terra era coletivo. Os animais eram criados soltos e seus donos os pastoreavam. Contudo, no ano de 1970, este modo de produção e criação mudou abruptamente, motivado por conflitos com a invasão de terra promovida por um latifundiário da região.

Ele chegou e convidou todo mundo uma festa. No final do evento pediu que a gente assinasse uma lista de presença. Depois que todos tinham assinado ele disse 'você acabaram de assinar o documento que passa essas terras tudo pra o meu nome e a partir de hoje pra tirar um pau de lenha tem que pedir minha autorização'. (DANDALUNDA, 2019).

Práticas de roubo como essa, em que ladrões letrados aproveitaram-se do analfabetismo e da honestidade da população do campo, induzindo-a assinar papéis sem conhecimento do que se trata, podem ser comuns no Brasil. Como consequência desta invasão, imediatamente houve o aumento de conflitos entre os moradores por terra e a saída de muitas famílias por falta de área para produzir. As mulheres quilombolas que ficaram repartiram a terra restante entre si, cercaram suas áreas e passaram a cultivá-las na medida do possível.

Quando as terras das famílias foram invadidas e roubadas, houve o desmatamento de uma grande extensão de área para o monocultivo de algodão. Como alternativa de renda, as mulheres juntamente com seus filhos acampavam na fazenda para colheita da cultura por longos períodos.

O uso das sementes crioulas foi substituído pelo plantio das sementes geneticamente modificadas ou “sementes do mercado”, com isso o ataque de pragas passou a ser mais intenso, o que levou ao uso de agrotóxicos. O manejo do solo, que era realizado de forma manual ou com a tração animal, passou a ser feito por máquinas pesadas como o trator. O consórcio entre culturas anuais é uma prática ainda persistente nas comunidades após os conflitos agrários ocorridos.

As moradoras pontuaram como fatos marcantes nos quilombos um período de chuva intensa, que ocasionou a enchente do rio que passava pelas comunidades, afluente do Rio das Rãs nos anos 1960 e 1992, que resultou na destruição de casas e posterior afastamento das famílias das margens do rio onde ficavam suas moradas. Elas relatam que no ano de 1966 uma seca deixou muitas famílias com fome, tendo a farinha da raiz do umbu e o arroz de *quilera* como principais alimentos responsáveis pela sobrevivência de muitos núcleos familiares.

O processo de adaptação das comunidades às mudanças climáticas e demais impactos sociais revelam a essência da resistência adquirida desde os tempos de escravidão. No Brasil, a qualidade de vida da população negra é afetada pelo descaso histórico e invisibilizada diante do racismo institucional que faz o acesso a estruturas mínimas, como água encanada e luz, chegar às comunidades quilombolas só depois de muito tempo.

Referente à educação, Cedro possui uma escola que oferece apenas a alfabetização em sistema *multisseriado* com aproximadamente 24 alunos. Neste sistema crianças de diferentes idades e de diferentes séries dividem, ao mesmo tempo, o mesmo espaço estrutural

e a mesma equipe pedagógica (OLIVEIRA *et al.*, 2016). O Mari teve a única escola, que funcionava em regime semelhante, fechada no início do ano de 2017. Os estudantes de ambas as localidades se deslocam diariamente no transporte escolar para a comunidade de Espirado, onde estudam até o terceiro ano do ensino médio.

O deslocamento dos(as) estudantes de sua comunidade para outra gera transtorno e cansaço para estes(as), que passarão mais tempo na estrada e não terão mais a escola como extensão da sua casa. O fechamento de escolas causa impactos diretos para as mulheres, visto que a educação e cuidado dos filhos ainda é uma tarefa socialmente delegada a ela.

Segundo o Censo do INEP, no período de 2007 a 2014, foram fechadas 55.290 escolas do campo no Brasil. No município de Palmas de Monte Alto, neste período foram fechadas 48 escolas do campo, que representam 61,5% das escolas do campo do município.

O fechamento das escolas do campo é uma consequência do modelo de desenvolvimento agrário, em que se busca a diminuição de custos aos municípios e estados, com a nucleação de escolas e consequentemente o aumento da necessidade de transportes escolares, como também da precariedade das condições da educação no campo.

Este modelo de “des-envolvimento” do campo, que opta pelo fechamento das unidades de ensino e esvazia o meio rural, favorece a perda da identidade cultural dos(as) jovens propositalmente para o estabelecimento do agronegócio que comunga com a substituição de pessoas por máquinas.

Assim como a educação, o acesso a serviços de saúde nos referentes quilombos é precário. O posto de saúde também se localiza na comunidade Espirado, que possui atendimento médico e odontológico, fazendo-se necessário o deslocamento dos moradores quando necessitam de alguma consulta médica. Os exames são realizados na sede do município.

Inseridos no semiárido nordestino, os referidos quilombos consolidaram um modo de vida único, com protagonismo da mulher negra rural, que envolve a capacidade de resistir aos impactos sociais e ambientais; o forte vínculo com a agricultura enquanto prática de sobrevivência e o retrato vivo das consequências do colonialismo para as populações afrodescendentes.

Mulheres quilombolas nos espaços de decisão

No quesito da organização social, as mulheres têm o associativismo como referência. Para elas, a existência das associações nas duas comunidades é um grande potencial, embora pouco explorado. A associação do Cedro foi fundada no ano de 2002 com o objetivo de promover melhorias para a comunidade através da captação de recursos para os(as) agricultores(as), assim como a associação do Mari, fundada no ano de 2006.

Ambas as associações são presididas por mulheres e todas as que estavam presentes na oficina são associadas. Isso demonstra certo avanço, visto que, historicamente, a participação feminina nas organizações é reduzida e os cargos de poder são ocupados por homens. Oxum (2019), atual presidente da associação do Cedro, aborda a sua concepção sobre a associação e sobre ser liderança na comunidade:

A associação é tudo! É através dela que buscamos a melhoria, por meio de informações, projetos, palestras... Estamos sempre buscando o melhor para a comunidade, ajudando no que for possível, porque nosso quilombo tem muita riqueza que é pouco explorada. Eu me vejo enquanto liderança porque ser líder é buscar o melhor para comunidade, mesmo alguns moradores interpretando essa busca de forma errada, acreditando mais no que vem de fora do que na gente que é daqui do lugar.

O que Oxum (2019) relata é a realidade de muitas organizações no campo. Ainda há uma visão conturbada, herança do assistencialis-

mo rural, que coloca as associações exclusivamente como captadoras de créditos, através de projetos para os(as) agricultores(as). Ainda que assumam as atividades das associações, as mulheres não abdicam dos afazeres domésticos, na verdade passam a ser mais uma função acumulada à sua tripla jornada de trabalho: casa, cuidado com a família e o trabalho na roça.

Além disso, quando, no núcleo familiar, mais de uma pessoa participa da associação, quase sempre as mulheres ficam em casa e os homens vão para a reunião. Este fato comprova que ser associada não é sinônimo de participação efetiva nos espaços de decisão. Enquanto a sociedade se basear na histórica divisão sexual do trabalho que define lugar de mulher e lugar de homem de forma desigual, a participação feminina nos espaços de decisão será afetada pela sua ausência ou pela sua presença sobrecarregada.

Para as mulheres que são mães, o principal desafio destacado é a influência da tecnologia na criação da família. Aliadas a isso, questões estruturais como acesso à água, qualidade da educação e disponibilidade de serviços de saúde são apontadas como fatores relevantes para melhoria na qualidade de vida.

Força e empoderamento das mulheres quilombolas

Durante a oficina participativa, o fato mais importante destacado pelas mulheres foi o processo de autorreconhecimento por parte da comunidade e a conquista da certificação quilombola, que ocorreu em 2013. Iemanjá (2019) relata como se deu o processo:

Já existia diálogo sobre a certificação dos quilombos há mais de 5 anos. Havia reuniões nas comunidades, conversas com a Fundação Palmares. Durante o processo de reconhecimento enquanto quilombo algumas pessoas achavam que ser quilombola iria diminuir a quantidade de terra que cada um possuía.

A maneira como se deu o uso da terra no Brasil sempre foi conflituosa. No caso das comunidades quilombolas em questão, Mari e Cedro, o histórico de conflitos pela terra, ou pela ausência de acesso, historicamente é um desafio estruturante para muitas famílias. Por isso, não é motivo de estranhamento o fato de alguns moradores interpretarem o processo de certificação como algo negativo. Esse fato comprova que a discussão em torno da definição de quilombo e dos direitos reservados a esse grupo ainda não chegou às bases.

Desde antes da invasão, as comunidades possuíam a cultura de trabalhar com o plantio, beneficiamento da pluma e a fabricação de tecidos com o algodão. Atualmente, Dandalunda (2019) relata com orgulho a arte da tecelagem existente nas comunidades, afirmando que ainda há mulheres que fiam linhas e tecem tecidos coloridos, denominado "riscado". Essa fala aparece também com Oxum (2019), em considera que:

Já houve tecelagem muito forte na região a partir do cultivo de algodão, mas hoje poucas pessoas fazem. A gente fia a linha na *roda*, depois tece no *teal* e faz o tecido que chamamos de riscado. É um tecido muito resistente que utilizamos principalmente para fabricação de roupas.

As mulheres sempre atuaram nas mais diversas atividades desenvolvidas no campo e no interior de suas moradas, independentemente de seu estado civil, ao longo da constituição dos quilombos estudados neste capítulo. E por isso se identificam enquanto agricultoras, expressando seu forte vínculo com a terra e com a arte.

Em se tratando de autonomia nestes quilombos, é evidente a independência que as mulheres construíram perante os desafios impostos historicamente. Sem o acesso a políticas públicas e pouco apoio por parte do Estado, dona Iansã (2019), 68 anos de idade, aposentada, relata como conseguiu criar seus oito filhos:

Sempre trabalhei na roça junto com meus filhos. Nunca tive patrão! Saí de onde morava com meu

marido e retornei pra comunidade para colocar meus sete filhos na escola pois sabia que o peso da caneta era menor que o da enxada. Nossa roupa era a gente mesmo que tecia com o algodão que plantava. Fazia roupa para os adultos e crianças vestir, toalhas de banho e de mesa, cobertores... A gente só ia na cidade comprar sal pra colocar na comida e querosene pra os candeeiros. No mais, tudo a gente plantava, criava e fazia aqui na roça mesmo.

Este relato revela o real sentido de emancipação no interior dos quilombos e reforça o quanto este grupo tem a contribuir para um modo de vida mais equilibrado, que perpassa pelo enfrentamento ao modelo de produção capitalista e a busca por autonomia.

O resgate dessas práticas emancipatórias notoriamente se faz necessário dentro destas comunidades quando a falta de emprego e de união entre os moradores são os principais problemas destacados por elas. Para Dona Nanã (2019), a ausência de emprego dificulta a vida no campo, pois mesmo a agricultura sendo uma fonte de renda, por se tratar de uma região semiárida, a prática agrícola é condicionada pelas épocas chuvosas (do final ao início do ano).

Além disso, com a inconstância das precipitações e o aumento da incidência de insetos, nem sempre é possível atingir produtividade satisfatória, suficiente para alimentação da família e comercialização do excedente como em outros tempos. Sem geração de renda, há o desestímulo e conseqüentemente a saída dos jovens e demais pessoas, que ainda possuem condições físicas de trabalho, para as cidades.

O principal destino dos homens que saem das comunidades geralmente é o estado de São Paulo, mais especificamente para o corte da cana. As mulheres que acompanham seus maridos continuam desenvolvendo os serviços domésticos. As mulheres jovens vão para os municípios vizinhos, Guanambi, Riacho de Santana e Bom Jesus da Lapa, trabalhar nas casas de família como domésticas ou em supermercados como atendentes. Muitas destas concluem o ensino médio e não continuam os estudos.

Na luta e labuta com a terra

A agropecuária é indicada como fonte de sustento das famílias. Entretanto, a ausência de água e o preço baixo dos produtos impede que esta atividade se torne a principal fonte de renda das moradoras.

A incorporação de algumas práticas oriundas da Revolução Verde nas áreas de produção das agricultoras, como o uso de agrotóxicos para controle de insetos e plantas espontâneas, o plantio de sementes geneticamente modificadas e o uso de maquinários pesados para o revolvimento do solo afetam os ecossistemas locais e a produtividade das culturas.

Atualmente nos quilombos poucas pessoas cultivam sementes crioulas. A inserção das sementes geneticamente modificadas gerou a perda das sementes historicamente cultivadas pelas comunidades. Esta inserção gera dependência das famílias, que anualmente compram suas sementes de milho, feijão e sorgo no mercado para plantio, resultando na perda da identidade e cultura de um povo.

O plantio dessas sementes também induz ao uso de um conjunto de técnicas atreladas à produtividade da cultura nos moldes dos pacotes tecnológicos. Técnicas que consistem na movimentação dos solos com máquinas pesadas em períodos inadequados, gerando inúmeros prejuízos como a compactação, erosão e perda da fertilidade do solo; na aplicação de adubos nitrogenados, que quando utilizados de maneira indevida promovem a salinização dos solos; no uso de veneno para o combate de pragas e conseqüentemente demais insetos benéficos para o ambiente, promovendo a contaminação dos corpos hídricos e dos corpos humanos.

A região é caracterizada pelo desmatamento de extensas áreas de vegetação para a fabricação de carvão vegetal e, posteriormente, implantação de pastagem para criação de gado bovino, o que tem contribuído significativamente para o avanço da desertificação nas comunidades. Além disso, a supressão da vegetação, aliada às

demais práticas insustentáveis citadas, contribuiu de forma significativa para as mudanças climáticas na região, de acordo com as informações de Dona Kaiala (2019):

Antigamente aqui na região as chuvas começavam no mês de novembro e ia até março. A gente plantava as coisas na data e tinha a certeza que ia colher. Hoje a gente planta sem saber se vai produzir porque não tem mais chuva. Já tem mais de seis anos que a gente não tem mais uma safra boa. E quando acontece da chuva cair no tempo certo, tem as pragas que atacam.

Não há mais uma regularidade nos períodos chuvosos. Segundo os relatos das moradoras, em alguns anos houve a concentração de chuvas em um período de tempo reduzido, em outros anos houve o espaçamento muito longo entre uma chuva e outra. Ambas as situações afetam negativamente a produção.

A agricultura é uma técnica que exige presença constante da agricultora. No caso da região semiárida, mesmo que as chuvas tenham um curto período de ocorrência (de outubro a março), durante todos os outros meses do ano as famílias continuam envolvidas no processo de produção.

De agosto a setembro é o momento de colheita do tamarindo e do maracujá do mato, plantas nativas da caatinga. Neste período ocorre também o preparo da terra, que consiste na *destoca* da área a ser cultivada. Esta é considerada uma atividade exaustiva e pesada, realizada com foice, machado e facão. Convencionalmente costumam dizer que é a tarefa dos homens, entretanto, Dona Iansã (2019) diz como esta atividade era realizada em sua propriedade:

Eu nunca deixei de fazer qualquer serviço em minha propriedade por ser mulher, não me troco por ninguém. Meu pai me criou fazendo tudo na roça. É pesado, mas eu tinha que criar meus filhos. Então enfrentava... arrancava broto, fazia os aceiros as coivaras, pra quando a chuva chegar, a terra já

está pronta pra receber a semente. E assim como eu, várias outras mulheres aqui levam essa lida.

No mês de outubro iniciam-se as primeiras chuvas. Algumas famílias realizam o *plantio no pó*, que consiste na aração, gradagem e plantio no solo ainda seco. Novembro é o mês oficial de plantio de feijão, milho, mandioca, sorgo, milheto, melancia, maxixe e capim. Em dezembro ocorre a limpeza da roça, isto é, a retirada das plantas espontâneas nas lavouras.

As técnicas de destoca e limpeza das roças revelam que as famílias estão adaptadas à agricultura "limpa", em que a lavoura ideal é aquela que possui apenas as culturas de interesse e as demais plantas que germinam de maneira espontânea são indesejadas e por isso de retiradas da área. Notoriamente é uma prática reproduzida nos monocultivos do agronegócio.

A colheita das culturas incluindo a acerola, manga e umbu são realizadas de janeiro a março, com destaque para o feijão, que é a principal cultura produzida e comercializada no local. Em abril as chuvas cessam e ocorre a colheita da semente do capim e durante junho e julho a colheita e beneficiamento da mandioca.

Durante esse processo, as mulheres relatam estar envolvidas em todas as atividades. Em algumas tarefas com maior protagonismo, como é o caso das colheitas e beneficiamento dos produtos. O beneficiamento das frutas nativas da caatinga, como o umbu, maracujá do mato, tamarindo e o fruto da palmatória e demais frutíferas exóticas ainda é uma prática pouco explorada pelas famílias. O único beneficiamento que realizam é a extração da polpa, de maneira artesanal. Mesmo com alto índice de desmatamento, a região possui muitas árvores de umbu e tamarindo, e o maracujá do mato não é mais encontrado com tanta facilidade.

A culinária típica é uma herança ancestral ainda preservada pelas mulheres. A fabricação de bolos, pães, cocadas, beijus, doces

e mingau é uma característica forte entre elas. Além disso, o artesanato (tecelagem, tapetes, crochê, ponto cruz, renda, bordado, esteira, colher de pau e panela de barro) está presente no dia a dia dessas pessoas e mesmo não havendo comércio para estes produtos, a confecção é uma prática de lazer e descanso realizada por elas.

A participação das mulheres nos programas de compra da agricultura familiar, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é reduzida. As justificativas giram em torno do desconhecimento dos programas e da produção insuficiente para entrega nos municípios. Nas duas comunidades, apenas três famílias realizaram entregas nos dois programas. Número baixo diante da quantidade de famílias existentes nos quilombos.

Diante das dificuldades enfrentadas na produção e comercialização dos produtos, as principais fontes de renda apontadas por maior parte das participantes foram: políticas de distribuição de renda e compensação social como bolsa família, aposentadoria e auxílio doença; venda do dia de trabalho, que consiste no fornecimento de serviços em esquema de diárias.

As mulheres avaliaram que a criação de um grupo de mulheres destinado para produção e comercialização dos produtos fabricados nas comunidades seria uma oportunidade viável para o acesso a políticas de compras da agricultura familiar, a geração de renda e desenvolvimento das comunidades. Iemanjá (2019) faz uma observação sobre a organização deste grupo:

Temos os nossos produtos e às vezes não é valorizado, temos a coragem de trabalhar e às vezes as portas não se abrem. A esperança é que formos um grupo pra essas portas se abrirem para o artesanato, a culinária, as hortaliças e outras coisas que as comunidades quilombolas têm. Aqui tem muitas pessoas experientes que sabem trabalhar, sabe fazer e faz bem feito e isso faz a diferença.

As relações de gênero no meio rural são marcadas pelo patriarcado, o colonialismo, o racismo, o machismo, o coronelismo e as demais opressões oriundas da falta de respeito e união do Homem pelo Homem.

A realidade das mulheres quilombolas do campo é cheia de percalços, o seu fortalecimento advém da capacidade que estas adquiriram de se reinventar e resistir diante dos inúmeros desafios impostos para sua sobrevivência. Neste sentido, ser quilombola:

É ser guerreira! Aquela que não pode temer às dificuldades, que são muitas. Que mostra a força, a origem e a descendência e não tem vergonha de lutar e falar 'eu sou e tenho orgulho de ser uma mulher de quilombo'. (KAIALA, 2019).

Considerações finais

As comunidades quilombolas Mari e Cedro se constituíram a partir de atividades agrícolas e não agrícolas. Possuem relevante importância para a sociedade, pois contribuem para a produção de alimentos presentes na alimentação básica do(a) brasileiro(a), como o feijão, a carne, o milho e a mandioca.

A maior parte das famílias aderiu ao modo de produção convencional, baseado no uso de insumos externos e artificiais, embora algumas práticas como o consórcio de culturas, manutenção de algumas variedades de sementes e colheita manual ainda sejam conservadas e realizadas, principalmente pelas mulheres.

Existem associações nas duas localidades. E estas são vistas enquanto potencial de desenvolvimento para as(os) agricultoras(es). Entretanto, além das mulheres participantes da oficina, não foi possível analisar a participação de demais integrantes das associações como adultos e jovens. As mulheres possuem dificuldades organizativas decorrentes da tripla jornada de trabalho que assumem, dificultando sua participação nas atividades coletivas.

O protagonismo das mulheres é evidente nas várias atividades agrícolas como o preparo da terra para o cultivo, plantio, limpeza da roça, colheita, beneficiamento e armazenamento dos produtos. O protagonismo na criação de animais de grande e médio porte como bovinos, caprinos e ovinos é da figura masculina, enquanto animais de pequeno porte, como galinhas, ficam sob os cuidados das mulheres. As atividades domésticas e o cuidado com as crianças ainda são funções realizadas pela figura feminina. Os homens quando, porventura, fazem alguma atividade no interior da casa, assumem o papel de ajudante.

Os principais desafios enfrentados pela mulher quilombola nas referentes comunidades são a falta de união entre moradores da comunidade, a baixa oferta de emprego e renda no local, a falta d'água para produção agrícola e a dificuldade na comercialização dos produtos. No interior dos núcleos familiares elas destacam a influência das tecnologias na criação dos filhos como maior dificuldade.

Além de atuarem no campo e nos afazeres domésticos, as quilombolas trabalham com uma diversidade de produtos e apontam potencialidades locais envolvendo a confecção de artesanatos variados, a fabricação de bolos, pães, cocadas e mingau e o beneficiamento de frutos da caatinga como umbu, tamarindo, maracujá do mato e frutos exóticos, como acerola, manga e goiaba.

Elas avaliam que a criação de um grupo de mulheres tende a contribuir para o fortalecimento feminino, a organização da produção, a venda por um preço mais justo dos produtos e, conseqüentemente, para a geração de trabalho e renda no local. Ao se assumirem enquanto agricultoras quilombolas, as mulheres reafirmam sua identidade se autodenominando guerreiras, fortes e resistentes, orgulhosas de sua origem e de seus descendentes.

Este trabalho, após concluído, foi apresentado nas comunidades com o intuito de promover a discussão e reflexão em torno das informações obtidas. Além disso, as mulheres demonstraram total in-

teresse em continuar o diálogo, consolidar a formação do grupo e conhecer outras realidades semelhantes às delas para se fortalecerem e empoderar-se.

Referências

CAMELO DE SOUZA, V.; ALVES DE ANDRADE, L.; DA SILVA CRUZ, F. R.; FABRICANTE, J. R.; OLIVEIRA, L. S. B. Conservação de sementes de marizeiro *Geoffroea spinosa* Jacq. utilizando diferentes embalagens e ambientes. **Ciência florestal**, 21(1), 2011.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SOUZA, Raumi Joaquim de. **Terra, raça, classe e estratégia**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial) – Unesp, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Diego de A. *et al.* A importância das comunidades tradicionais de Fundos de Pasto: estudo de caso em Testa Branca no município de Uauá – BA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli (org.). **Diversidade produtivas das mulheres do MPA**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria de Agricultura Familiar, 2010.

Grupo de mulheres quilombolas da Matinha dos Pretos

*Gilmara Borges Ferreira
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

A comunidade quilombola de Matinha dos Pretos, situada no município de Feira de Santana-BA, tem um histórico de organização social que se fortaleceu a partir dos conflitos agrários que cercaram e cercam a comunidade. Com objetivo de debater questões de interesses coletivos, os moradores de Matinha fundaram a Associação Comunitária de Matinha – ACOMA. A partir dessa fundação, a comunidade organizada enquanto associação passa a buscar novas parcerias para contribuir nas lutas por melhorias para a comunidade.

Além das parcerias, a ACOMA integrou junto com a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana – APAEB uma Rede denominada "Frutos da Terra", que passou a realizar atividades junto à associação, onde mulheres da comunidade participaram de cursos de beneficiamento de frutas, bem como de plantio e diversificação de culturas frutíferas da comunidade para a agricultura familiar.

A unidade de beneficiamento de polpa de frutas "Frutos da Terra" foi instalada na comunidade de Matinha dos Pretos, junto com a unidade de beneficiamento vieram os novos desafios, cada etapa vivenciada e vencida se tornou um exercício de fortalecimento que proporcionou experiência e autonomia para o grupo. Para garantir a produção, as mulheres que trabalham na unidade fornecem frutas dos seus quintais, compram da própria comunidade e de comunidades vizinhas as frutas para o processamento em polpa.

A produção de polpa de frutas é vendida na comunidade e para o mercado institucional, como por exemplo, para a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, que compra para a alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, respectivamente voltadas para as escolas municipais e os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS.

As mulheres rurais que gerenciam a unidade de beneficiamento têm como principal fonte de renda as atividades oriundas da agricultura familiar, a partir do trabalho na propriedade e venda dos produtos em feiras livres de dois bairros do município de Feira de Santana. Este grupo é formado por jovens e idosas, que além de gerenciar a unidade, em sua maioria chefiam a família, onde são responsáveis na maioria das vezes pelo cuidado da roça, comercialização dos produtos e renda familiar.

Pesquisar a experiência do grupo de produção é um propósito desde 2014, quando a comunidade de Matinha dos Pretos foi integrada para as ações do tempo comunidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Foi realizado o Diagnóstico Rural Participativo – DRP, como instrumento estratégico de aprendizado que resultou na construção de um projeto de intervenção que promoveu diversas atividades formativas com o grupo no decorrer dos cinco anos da graduação. Esta dinâmica construiu uma relação de troca de conhecimentos que possibilitou uma interação entre universidade e comunidade e entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

O presente capítulo analisou a experiência do grupo de mulheres que gerenciam uma unidade de beneficiamento de polpa de frutas *Frutos da Terra*, na comunidade quilombola de Matinha dos Pretos, com enfoque nas práticas organizativas e agroecológicas. Este grupo pertence à Associação Comunitária da Matinha – ACOMA, que foi formada como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar do

município de Feira de Santana-BA. Para tanto, se buscou levantar o contexto agrário do município de Feira de Santana e as considerações históricas e estruturais na formação da comunidade de Matinha dos Pretos; caracterizar o grupo de mulheres que trabalham na unidade de beneficiamento e as suas experiências de práticas organizativas; e mapear as espécies utilizadas na produção e no consumo das famílias e as práticas de transição agroecológicas realizadas pelo grupo de mulheres da ACOMA.

Foi desenvolvida uma pesquisa de cunho qualitativo e entrevistas estruturadas, com estudo de caso, que possibilitou a caracterização do grupo de mulheres. Para Marconi e Lakatos (2011, p. 180), a "entrevista estruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, onde as perguntas realizadas são predeterminadas".

Foram realizadas cinco entrevistas utilizando o critério de ouvir as mulheres que acompanharam todo o processo de estruturação da unidade desde o início, e a identificação das mesmas no trabalho foi feita por meio de nomes figurativos, a partir de adjetivos inerentes à personalidade de cada uma. Estas entrevistas possibilitaram o levantamento das práticas organizativas das mulheres rurais que compõem a unidade de beneficiamento de polpa de frutas. Além das entrevistas, foram realizadas visitas em 15 quintais produtivos pertencentes às mulheres que compõem o grupo de produção da polpa de fruta *Frutos da Terra*. As visitas possibilitaram levantamento das culturas e das práticas agroecológicas desenvolvidas nos quintais produtivos.

Os resultados desta pesquisa se articulam com a Educação do Campo a partir da organização das mulheres rurais, em uma comunidade quilombola, que vivenciam experiências importantes de práticas participativas de construção de conhecimentos implicados para a transformação social e econômica. São experiências fundamentadas em princípios de valorização dos povos que vivem no campo, respei-

tando sua diversidade, a partir de modo de vida coletivo e de emancipação humana.

Esta experiência foi fundamental para a relação com a Licenciatura em Educação do Campo nas ações de ensino de maneira integrada com a pesquisa e a extensão universitária, a partir de práticas comunitárias e agroecológicas vinculadas ao desenvolvimento da agricultura familiar protagonizada por mulheres rurais, na luta por transformações das suas condições de vida que possibilitem a vivência no campo de maneira digna e feliz.

Contexto agrário de Feira de Santana

O município de Feira de Santana se assemelha à realidade do Brasil, seu espaço agrário é responsável por muitos conflitos, causados em razão das desigualdades criadas pela distribuição injusta de terras que vem desde a colonização. Feira de Santana é uma das muitas cidades brasileiras cujo contexto agrário tem concentração de terras, em que as propriedades existentes estão distribuídas de forma desigual: os pequenos estabelecimentos são caracterizados pelo trabalho familiar, produzem milho, feijão, mandioca, fumo, fruteiras, e estão em pequenas parcelas de terra (minifúndios); e as propriedades maiores são caracterizadas historicamente com a criação de gado.

O município de Feira de Santana tem 91,7% da população residente na zona urbana, que representam 556.642 habitantes; e a população que reside na zona rural representa 8,3%, com 46.007 habitantes, o que, entretanto, coloca o município com o maior número de pessoas residentes no campo *per capita* do estado da Bahia (IBGE, 2010).

Os agricultores de Feira de Santana que possuem pequenas propriedades têm muitos desafios a serem superados, que vão desde o acesso a terra, ao crédito até a convivência com fenômenos climáticos que assolam a região semiárida. No que diz respeito aos estabelecimentos agropecuários em Feira de Santana, 6.156 estabelecimentos

têm uma área de 4.579 hectares, e, que, portanto, são estabelecimentos em áreas menores de 2 hectares; enquanto 119 estabelecimentos ocupam uma área de 29.127 hectares, superando 100 hectares por estabelecimento (PTDRSS, 2017).

Segundo o Censo do IBGE (2017), em Feira de Santana existem 8.969 estabelecimentos agropecuários, em que 7.814 são da agricultura familiar, o que representa 87% do total dos estabelecimentos. Estes dados fundamentam a predominância da agricultura familiar na zona rural, ao mesmo tempo em que a maioria da população de Feira de Santana está concentrada em áreas urbanas, mas a economia agrícola é um dos principais setores geradores e concentradores de riquezas e tem uma grande relevância para a população rural residente na zona rural.

No município de Feira de Santana não há nenhum assentamento de reforma agrária, mas existem duas áreas ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): uma nas margens da BR-116 Sul, no distrito de Ipuacu; e outra na Fazenda Mocó, no bairro do Campo do Gado, em uma área pertencente ao Governo do Estado da Bahia. Existem três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares: a comunidade da Matinha dos Pretos, que é local deste estudo, e que foi certificada no dia 5 de fevereiro de 2014; Lagoa Grande, cuja certificação aconteceu em 17 de abril de 2007; e Candeal II, em 29 de novembro de 2016 (FCP, 2019).

O Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003 regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes quilombolas. No seu art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 2o Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, do-

tados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1o Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto-definição da própria comunidade. (BRASIL, 2003, p.1).

A Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, é a responsável pela certificação das comunidades quilombolas através de emissão de uma certidão sobre essa autodefinição⁴, e ficou transferida do Ministério da Cultura para o INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Organização comunitária

A comunidade de Matinha dos Pretos originou-se da Fazenda Candeal: uma grande área de terra que possuía um extenso engenho, em que os negros escravizados fugiam para uma região da fazenda que ficava situada numa mata, que apesar de densa era pequena, sendo denominada de Matinha, lugar que se constituiu um quilombo.

Com o passar dos anos, a comunidade protagonizou um conflito na então Fazenda Candeal. Este movimento de luta pela terra aconteceu em 1966, motivado por divergências entre as famílias arrendadas na terra e fazendeiros da região. As famílias sentiam-se exploradas pelas cobranças feitas pelos fazendeiros, principalmente por serem terras que eram devolutas⁵ ou que pertenciam aos antepassados das famílias que trabalhavam nas terras. Essa fazenda tinha grandes extensões de terra que hoje se transformaram em comunidades que

⁴ É a própria comunidade que se auto reconhece "remanescente de quilombo", com amparo legal dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto No 5.051/2004. (INCRA, 2016).

⁵ Terras devolutas são terras públicas sem destinação por parte do poder público. O termo "devoluta" está relacionado com a terra devolvida ou a ser devolvida ao poder público.

compõem o distrito de Matinha. A partir de um mapeamento feito pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM, o local em que ficava situada a sede da Fazenda Candéal foi dividido, passando a ser chamado de Candéal 1 e Candéal 2. O conflito aconteceu na área pertencente ao Candéal 2: os moradores passaram a ocupar a área para fazer plantação.

Esse conflito interveio de forma direta na vida da comunidade, momento em que precisaram se organizar enquanto associação⁶. Contaram com a parceria da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Movimento de Organização Comunitária – MOC, que promoveram capacitações e assessorias, quando aconteciam reuniões e diversas atividades que possibilitavam momentos de formação política para a comunidade.

O conflito agrário vivido pelas famílias que trabalhavam na Fazenda Candéal foi um fato importante, a organização política da Matinha dos Pretos se amplia durante a luta pela terra e a partir da organização essas comunidades conquistaram o direito a terra, lideranças que participaram do movimento se destacaram pela luta de fortalecimento da Associação Comunitária da Matinha – ACOMA. Seguiram lutando em organizações do município e ocupando espaços como o do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Feira de Santana, que até o período em que ocorreu o conflito, era um espaço ocupado apenas por fazendeiros da região.

Na década de 1990, algumas mulheres da comunidade começaram a fazer parte do departamento de mulheres do STR e tiveram a oportunidade de trabalhar em parceria com a Associação dos Pequenos Agricultores de Feira de Santana (APAEB), executora de um projeto que tinha como proposição a diversificação de culturas, e con-

⁶ Associação é uma organização sem fins lucrativos, formada entre duas ou mais pessoas, volta da para a realização de um ou mais objetivos comuns. A Constituição Federal garante a livre associação, enquanto pessoa jurídica de direito privado. Esta forma de organização tem o Código Civil como marco legal, segundo a Lei no 10.406 de 2002, no artigo 53, que define a Associação como união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, mas de cumprimento de objetivos comuns.

templou com o projeto quatro mulheres da comunidade de Matinha que tiveram a oportunidade de implantar em seus quintais algumas culturas frutíferas, a exemplo de manga, caju e acerola.

Após o incentivo ao plantio de culturas frutíferas, os agricultores e as agricultoras familiares constataram que durante as safras não tinham como escoar toda a produção e acabavam perdendo muitas frutas. Neste contexto, a comunidade começa a observar a necessidade do beneficiamento das frutas produzidas nas comunidades. Em 2008, a Petrobras lançou o edital do Programa Desenvolvimento e Cidadania, e foi aprovado o projeto denominado *Rede da Terra*, em que a INCUBA/UFRB assumiu a coordenação do projeto como contrapartida, e executado de forma a estruturar a Unidade de Beneficiamento de Polpa de Frutas da Matinha dos Pretos e a Unidade de Beneficiamento de Doces da APAEB – Feira de Santana, com a criação da *Rede da Terra*. As ações foram direcionadas para adequação dos espaços em conformidade com a vigilância sanitária, com aquisição de equipamentos e ações de capacitação e de acesso ao mercado.

Essas ações foram integradas entre a APAEB – Feira de Santana e a ACOMA. Atualmente 15 mulheres da comunidade de Matinha dos Pretos estão organizadas enquanto grupo de produção na Unidade de beneficiamento de Polpa de Frutas, denominada *Frutos da Terra*, que representam 1/3 das associadas da ACOMA.

Aprendizagens na luta

A organização da comunidade de Matinha dos Pretos, a partir da criação da ACOMA, oportunizou diversas conquistas para a comunidade, dentre elas a organização do grupo de produção que trabalha com o beneficiamento de polpa de frutas. As Mulheres estão gerindo um empreendimento associativo que surge enquanto alternativa de desenvolvimento para a comunidade, na geração de trabalho e renda, possibilitando a permanência dessas famílias no campo.

As mulheres e demais moradores da comunidade passaram a plantar em seus quintais uma quantidade maior de espécies frutíferas que são utilizadas na unidade, possibilitando assim o fornecimento das frutas para a fábrica durante as safras, diminuindo a necessidade de compra na central de abastecimento do município, ação que tem contribuído com a geração de trabalho e renda, além do fortalecimento da agricultura familiar na comunidade.

Analisando o contexto histórico em que se insere a agricultura familiar, no qual o espaço agrário era marcado por desigualdades desde o período colonial, em que a posse da terra pertencia a uma elite que tinha a dominação dos ciclos econômicos e sociais, o surgimento da agricultura familiar no Brasil é marcado por fragilidades tanto no que diz respeito ao aspecto econômico quanto no político e social.

Estudiosos apontavam a diferenciação entre o trabalho da agricultura familiar e o modo de produção capitalista, pois o objetivo principal deste modo de produção é utilização da mão de obra para maximizar o lucro, enquanto os empreendimentos familiares visam suprir as necessidades da família na busca pela manutenção da sua existência.

Desafios cada vez maiores para serem superados pelo sindicalismo rural da época, que se organizam e pressionam o estado em busca de políticas públicas que amenizem a desigualdade existente na agricultura do país. Schneider (2003) trata que a afirmação agricultura familiar no cenário político do país está relacionada com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF no ano de 1996, após pressões dos movimentos e das organizações sociais do campo que tinham como finalidade viabilizar o crédito agrícola.

As mulheres da comunidade sempre se organizaram coletivamente, o que resultou na conquista da titulação das terras da Fazenda Candeal. O movimento de luta e organização das mulheres camponesas estava ganhando força por todo o país, uma mobilização nacional

de mulheres que lutavam por sua valorização e reconhecimento como trabalhadoras rurais, além da participação em organizações sindicais.

As mulheres que compõem o grupo de produção têm idade entre 21 e 57 anos, composição familiar média entre 2 e 5 pessoas, e renda que varia entre R\$ 150,00 e 950,00; sendo a principal fonte de renda dessas mulheres a unidade de beneficiamento e as atividades relacionadas com a agricultura familiar. Para caracterização da unidade de beneficiamento e sua importância, foi perguntado as entrevistadas sobre os principais desafios e avanços para a organização do empreendimento. Sobre a importância do processo organizativo na unidade de beneficiamento, Maria da Esperança afirma:

Tivemos muitas reuniões, muitos mutirões. Para capinar e esperando a verba ser liberada para estruturação do espaço. [...] Aos poucos foi se tornando um sonho realizado. O primeiro mercado da gente foi o PAA, que a gente entregava para Santa Barbara foi muito legal foi... e quanto agente recebeu a primeira remuneração foi alegria. (MARIA DA ESPERANÇA, 2019).

Maria da Esperança traz a importância do grupo, fazendo um apanhado histórico que aborda a primeira composição do grupo, que era de 30 jovens e mulheres da comunidade, associados ou filhas de associados. Afirma a importância das diversas reuniões e mutirões que foram necessários até o recurso da estruturação do espaço ser liberado. Aborda que após a estruturação da unidade houve a necessidade dos momentos de formação, como boas práticas na manipulação das frutas, gestão associativa, processo do beneficiamento, segurança do trabalho, entre outros. Maria do Amor afirma que:

O grupo para mim é uma família, porque às vezes a gente tá em casa quando a gente chega aqui a gente esquece tudo, ele ajuda no social como no psicológico também. [...] me mostrou que eu não poderia ficar só dentro de casa tomando conta de casa, que eu poderia ir além, com ser... Além

de trabalhar na roça, eu venho aqui, eu trago fruta, eu ajudo a produzir e ainda ajudo a vender o produto que eu mesmo ajudo no fabrico. (MARIA DO AMOR, 2019).

Maria do Amor traz a importância do aprendizado adquirido a partir da formação do grupo. Ela que é uma das componentes que foram aprovadas no curso de Tecnologia em Alimentos da Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Aborda ainda a importância do grupo em fazê-la acreditar em seu potencial, sair de dentro de casa para estudar e contribuir ainda mais com o grupo que mudou sua vida através da geração de trabalho e renda de maneira coletiva.

Sobre os principais desafios que enfrentam na unidade de beneficiamento, as respostas são unânimes. Maria da esperança afirma que:

Conseguir o mercado que potencialize nossa comercialização, porque onde a gente achava que seria o principal desafio, que tava tão distante era o reconhecimento, a legalização, hoje a gente tem a legalização, tá padronizada, tem rótulo... que quando começou não tinha rótulo nenhum, não tinha imagem nenhuma, era uma embalagem transparente e hoje já tem o rótulo, já tem a liberação. Então o que tá faltando para gente mesmo e o capital de giro e conseguir mercado é o principal desafio. (MARIA DA ESPERANÇA, 2019).

Maria da Esperança traz a conquista da certificação do MAPA. Após a certificação, o grupo organizou embalagem, rótulo e hoje ainda enfrenta o desafio na comercialização. Ela também traz uma reflexão acerca dos avanços:

O certificado foi o principal avanço... O aumento da produção da gente um avanço também muito bom, porque antes a gente produzia pouquíssimo, a gente achava que só tinha o potencial de produzir 200 kg por dia e hoje a gente já aumentou a nossa produção, a gente chega a produzir 600, 700 kg por dia, é um avanço, que a cada dia a gen-

te consegue desenvolver melhor nosso trabalho. (MARIA DA ESPERANÇA, 2019).

Maria da Esperança acredita que o principal avanço da unidade de beneficiamento foi a conquista da certificação do MAPA, conquista importante para um empreendimento da agricultura familiar, protagonizando uma experiência pioneira no estado. Ela ainda ressalta a ampliação na capacidade de produção, que passou a beneficiar as frutas em um tempo muito menor e a importância do acesso ao mercado. Nos desafios relacionados ao recurso da unidade de beneficiamento, Maria da Resistência afirma que:

Tem sido muito bom... Melhor ainda quando tivermos no mercado vendendo para todos! Para isso é um desafio, a gente tem que ter recurso para comprar os frizeres, que tem que ter... A cada supermercado para colocar a polpa, tem que ter o freezer, a própria estrutura e nós não temos esse recurso ainda para comprar esses freezers para colocar lá... E estamos tentando. (MARIA DA RESISTÊNCIA, 2019).

As mulheres afirmam a todo o momento que o grupo não desanima e expressam orgulho por toda trajetória de luta que construíram ao longo do tempo, orgulho das grandes conquistas e avanços que tiveram, e reconhecem a importância das políticas públicas que propiciaram o desenvolvimento comunitário. Maria da Luta trata em seus depoimentos da importância da unidade de beneficiamento para a comunidade, através da geração de trabalho e renda, e reafirma a necessidade de criação de um capital de giro para o grupo, formando um fundo de reserva.

Foi possível verificar na caracterização das mulheres da unidade de beneficiamento a importância das práticas organizativas e coletivas, mas também das políticas públicas e dos apoios que foram destinados ao grupo de mulheres, dentre eles foram destacados: a possibilidade de integrar com a educação superior pública, como também o

acesso ao mercado institucional como o PAA e o PNAE, como programas afirmativos responsáveis pela inclusão de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar.

Práticas agroecológicas

O grupo de mulheres que gerenciam a unidade de beneficiamento desenvolve múltiplas atividades, dentre elas a organização dos quintais produtivos responsáveis por parte significativa da renda da família. As propriedades em que as integrantes do grupo trabalham têm tamanho que varia entre 0,2 e 5 tarefas⁷ de terra. Na maioria das vezes, trabalham acompanhadas de filhos e cônjuge, e as mais jovens trabalham acompanhadas dos pais. Todas as práticas desenvolvidas nas propriedades são culturalmente reproduzidas na comunidade e foram adquiridas dos pais, mães e avós, a exemplo da utilização da enxada, ciscador, plantio em covas, buracos, no pé, deixando de lado o trator, arado, grade e em alguns casos a máquina manual para o plantio do feijão e milho.

Práticas agroecológicas são técnicas limpas, adaptadas a ambientes específicos, que tendem a preservar o meio ambiente, possibilitando uma produção limpa e sustentável. Uma prática muito presente na comunidade, inclusive entre as mulheres do grupo de produção, é o armazenamento das sementes para o plantio no ano seguinte, evitando assim a compra de sementes que não tem informação sobre a procedência. O armazenamento de sementes é uma das principais alternativas para conquistar soberania alimentar, que por vez se encontra em risco por causa da lei de patentes; as sementes do país encontram-se na mão de multinacionais que vendem sementes geneticamente modificadas, híbridas e com fertilidade limitada, provocando assim uma dependência de compra.

⁷ Uma tarefa de terra equivale a 4.356 m², ou seja, 2,3 tarefas de terras equivalem a 1 hectare.

Para Machado e Machado Filho (2014), a nossa soberania alimentar encontra-se ameaçada, a patente de nossas sementes encontra-se nas mãos de multinacionais. O armazenamento de sementes crioulas é um manejo ecológico que leva à independência em relação ao que está posto pelo agronegócio, através do desenvolvimento de práticas de armazenamento seguras que não agridem o meio ambiente. Além do mapeamento da origem das sementes utilizadas nas propriedades, foi realizado um levantamento das principais espécies plantadas nos quintais produtivos.

Identificou-se a utilização de 37 espécies, quantidade que pode variar com as estações do ano, entre hortaliças, legumes e raízes, que são cultivados com maior intensidade no período chuvoso, porque a comunidade não acessa água para produção. Das espécies cultivadas nos quintais, 18 são frutíferas, dentre elas 9 são utilizadas na unidade de beneficiamento de polpa de frutas, as plantas medicinais são as únicas destinadas apenas para consumo, as demais variedades, como as hortaliças, legumes e raízes, são direcionadas para o consumo e comercializado o excedente da produção.

As mulheres vendem para a unidade de beneficiamento as frutas que a unidade utiliza na produção de polpas e as que não são utilizadas na fábrica têm outra forma de comercialização, como em feirinhas e venda para atravessadores. A fábrica traz um diferencial para a comunidade, a produção de frutas que antes era desperdiçada, ou vendida com preço injusto, agora é direcionada para beneficiamento na comunidade, reduzindo custos para os fornecedores que se deslocavam para vender no centro da cidade.

As práticas utilizadas pelos agricultores familiares da comunidade de Matinha dos Pretos são passadas de pai para filho, conservando a herança cultural no trato da produção; para mapear essas técnicas foram realizadas visitas aos quintais produtivos das mulheres que trabalham na unidade de beneficiamento de polpa de frutas, com o

objetivo de realizar um levantamento sobre as práticas desenvolvidas pelas mulheres na estruturação da propriedade. Dentre os quinze quintais visitados, em nenhum foi relatada a utilização de insumos químicos na produção, o que caracteriza uma produção limpa, orgânica e com técnicas agroecológicas.

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre produção do conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (STEPHEN, 2005, p. 54).

O autor traz que as práticas agroecológicas vão além de técnicas limpas, respeitando todo o conhecimento construído historicamente, promovendo a inclusão social, um modelo de agricultura que faz bem ao meio ambiente, além de ser uma ciência capaz de confrontar o agronegócio, que por sua vez degrada os recursos naturais, solo, reservas de água, destruindo a biodiversidade, gerando uma concentração de terra, renda e marginalização do campo. A agroecologia é uma alternativa de produção de alimentos limpos que supera os impactos causados pelo agronegócio e promove o resgate à dignidade no campo.

Um modelo de produção que não agride nem compromete outras dimensões, que não visa apenas altos índices de produtividade e lucros exorbitantes, mas promove o alcance de bons resultados na produção de forma sustentável. Um dos objetivos das visitas aos quintais foi realizar o levantamento das práticas de transição agroecológicas, para tanto, foi desenvolvida uma agenda de visitas aos quintais para realização de entrevistas que identificavam as práticas e caracterizavam o grupo a partir das informações coletadas.

Mapeamento das práticas

O município de Feira de Santana está em uma zona de transição que se caracteriza pela diversidade climática, tendo uma influência maior do clima semiárido, que por sua vez causa irregularidade nas chuvas e interfere no período do plantio, principalmente das culturas anuais que dependem do calendário chuvoso da região. Segundo as mulheres entrevistadas, nos dois últimos anos, o período de chuvas tem ocorrido entre abril e junho, época considerada tardia, porque os agricultores costumavam plantar no mês de março para realizar colheita em junho, mas com a irregularidade do calendário chuvoso, a colheita pode ocorrer até o mês de agosto.

Durante as visitas, ficaram evidentes os problemas que a comunidade enfrenta em relação à questão fundiária. Das quinze pessoas visitadas, oito relataram utilizar toda área da propriedade para o plantio, não ampliando mais a área de produção por ausência de terra, algo que traz consequência séria para as famílias, que limita a produção, onde tudo proveniente da propriedade é para o consumo e só é direcionado para a comercialização se tiver excedente.

Em relação à origem das sementes, cerca de 67% relataram que guardam para o ano seguinte, 13% afirmam que compram e outras 20% utilizam as sementes distribuídas anualmente pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana. O hábito de armazenamento de sementes é tradicional na comunidade, em alguns casos tem sementes que estão guardadas há três ou mais gerações, uma tradição importante que promove independência e segurança alimentar. As mulheres que compram sementes ou utilizam as distribuídas pela prefeitura são as que possuem a menor área de terra, deste modo toda a produção é consumida e não sobra para o armazenamento.

Em relação ao manejo da propriedade, 47% das mulheres afirmaram que lideravam os cuidados com a roça e em alguns casos

recebem ajuda de mais pessoas da família, 13% relataram dividir as responsabilidades da produção com os filhos; 20% relataram que contribuem com o manejo da propriedade, porém a responsabilidade é do marido; e 20% não constituíram família e ajudam os pais na roça. A maioria das mulheres afirma liderar a produção; para tanto contam com a ajuda de outras pessoas da família, mas o manejo da propriedade é responsabilidade delas, o que demonstra que a maioria das mulheres que compõe o grupo de produção tem várias jornadas de trabalho, perpassando entre as tarefas da unidade de beneficiamento, da casa e com a manutenção da propriedade.

Em relação à limpeza da área de plantio, 20% utilizam o arado e grade na preparação do solo; 53% utilizam só grade; e 27% não utilizam máquinas para revolver o solo, limpam com a enxada e plantam em covas e buraco. A prática de revolver o solo é muito presente na comunidade, conscientes da agressão ao solo, as mulheres do grupo de produção estão deixando o arado de lado e intensificando o uso da grade; outras não utilizam mecanização no preparo do solo, realizando todo o processo manualmente. No que se refere à semeadura, as práticas são bastante tradicionais, dispensando o uso de máquina (ainda que seja manual) e realizado o plantio no pé, covas ou buracos.

Referente à finalidade da produção, 100% das entrevistadas afirmaram que a prioridade da produção é o consumo e 37% afirmaram que o excedente é direcionado para o comércio, fator que tem relação direta com a área que tem para produzir, que é pequena, limitando uma produção direcionada para comercialização. Ficou evidente no trabalho de campo a herança cultural presente na comunidade, influenciando na produção. Quando questionadas com quem aprenderam a cuidar da propriedade, todas as mulheres afirmaram aprender com os pais ou avós e afirmam ter começado a trabalhar ainda crianças na roça, mesmo que em atividades mais leves.

Com relação aos problemas relativos à estruturação dos quintais, os mais recorrentes foram: falta de água para produzir, assistência técnica e financeiro. A comunidade sofre com os longos períodos de estiagem e não acessa nenhuma política pública que garanta água para produção, caso tivesse o acesso à água para produzir, além das culturas anuais, poderia ter safras das frutas mais de uma vez por ano, garantindo uma maior frequência de fornecimento para a fábrica, possibilitando o plantio de outras variedades que produzam em ciclos menores, ao exemplo do feijão de corda, que pode ser comercializado verde, maduro e seco e assim ampliar a renda familiar.

No que se refere à assistência técnica, o grupo relatou não ter acesso. Embora a comunidade seja certificada pela Fundação Cultural Palmares, nenhum projeto específico para os povos tradicionais é desenvolvido na comunidade. As técnicas desenvolvidas nos quintais das mulheres do grupo de produção foram ensinadas pelos antepassados ou em algum curso de capacitação da ACOMA. No que se refere ao financeiro, algumas mulheres demonstraram o desejo de investir de alguma forma na propriedade, mas não têm dinheiro, embora haja algumas linhas de créditos disponíveis no município, o grupo relata a dificuldades para acessar tais benefícios.

Foram verificadas as práticas de transição agroecológica nos quintais produtivos, como a redução na utilização da mecanização, anteriormente utilizada de forma intensa. Hoje conscientes da agressão causada ao solo, as mulheres rurais têm buscado a diminuição nos impactos causados pelo processo de revolver o solo. A utilização de adubação orgânica também é presente na comunidade, dos quintais visitados em nenhum foi relatada a utilização adubos de síntese química. A comunidade precisa de assistência técnica para ampliar o processo de transição, a partir do acesso a tecnologias limpas e sustentáveis que venham facilitar o manejo da propriedade.

Considerações finais

A experiência do grupo de mulheres que gerenciam a unidade de beneficiamento de polpa *Frutos Da Terra* caracteriza-se enquanto um empreendimento coletivo que demonstra que a organização coletiva é uma das principais armas para enfrentar as desigualdades impostas pelo sistema capitalista.

Em um recorte do contexto histórico da organização comunitária da Matinha dos Pretos, a ACOMA viabilizou muitas conquistas para comunidade, formando sujeitos que hoje lutam na tentativa de amenizar os problemas causados pelas limitações de acesso a terra, através da organização das propriedades e um manejo adequado.

A agroecologia é uma importante alternativa que vem se firmando no processo de organização dos quintais produtivos e produção de alimentos limpos; o processo de transição agroecológica vem acontecendo na comunidade, mas necessita ser ampliado, o que pode ser viabilizado através da assistência técnica. A ausência de assistência técnica na comunidade tem limitado o processo de transição agroecológica dos quintais produtivos; as mulheres desenvolvem práticas que aprenderam com os pais e avós ou em capacitações realizadas na unidade de beneficiamento, mas as técnicas limpas capazes de impulsionar a produção dos quintais produtivos o grupo de mulheres não acessa.

A organização das mulheres quilombolas da Matinha dos Pretos contribuiu para a construção de uma experiência de economia solidária que, para além de geração de trabalho e renda, promoveu o empoderamento das mulheres agricultoras familiares que deixaram de cuidar apenas do lar e passaram a conquistar diversos espaços políticos como em associações, conselhos, colegiado e universidade; espaços que dão voz e vez às mulheres da comunidade de Matinha dos Pretos.

Referências

BRASIL. **Decreto no 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: set 2017.

FCP. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes de Quilombos** (CRQ's). Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>. Acesso em: jan 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: dez 2020.

_____. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: dez 2020.

MACHADO, Luiz Carlos; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PTDRSS Portal do Sertão. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Feira de Santana - BA: CODETER Portal do Sertão; UFRB, 2017.

SCHNEIDER; Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, 2003.

STEPHEN, R. Gliessman. **Agroecologia: Processos Ecológicos Sustentáveis**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

Saberes e fazeres quilombolas sobre plantas medicinais

*Silvana Souza da Silva
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

Os saberes e os fazeres das plantas para fins medicinais são utilizados desde os ancestrais como alternativas para tratamento e prevenção de várias doenças, através do conhecimento empírico. Sabe-se, entretanto, que muitas pesquisas científicas de comprovação das propriedades das plantas medicinais surgem a partir da interação com o conhecimento popular exercidas principalmente por mulheres.

O conhecimento popular define-se como informações adquiridas no dia a dia, "essa ciência surge como consequência da necessidade de resolver problemas imediatos, que aparece na vida prática e decorrem do contato direto como os fatos e fenômenos" (KOCHE, 2013, p. 24) De acordo com Oliveira (2012), a medicina alternativa nas comunidades tradicionais tem muito valor por ser acessível a qualquer pessoa, o conhecimento popular colabora com o conhecimento científico a compreender o benefício no tratamento com as plantas.

O campesinato, apesar da transformação capitalista que modificou a estrutura social do campo com a intensificação da marginalização dos povos do campo, representa sujeitos do campo resilientes que assumem importância na geração de trabalho e renda e no abastecimento interno da alimentação brasileira.

Tratar do campesinato há necessidade da abordagem sobre as mulheres camponesas, que desempenham muitas funções, de mães, mão de obra na propriedade familiar, esteio da casa, ligadas ao cuidar, mas que possuem histórias e um modo de vivência a que deve se

ter apreço na importância da geração de riqueza e de manutenção da economia familiar. Estudar o modo de vida das mulheres camponesas, visibilizar suas resistências e lutas, como afirma Diegues (2000, p. 37) no contexto da etnociência,

parte da linguística para estudar os saberes das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e as classificações totalizadoras.

Nesse contexto, surge a etnobiologia, que para Morais, Morais e Silva (2009) são sujeitos de quaisquer costumes culturais que decifram, utilizando suas informações sobre os comandos do conhecimento ambiental, que conglomeram os organismos vivos. O campesinato concentra referências sobre o espaço em que vive, usa esse conhecimento para gerir suas necessidades com a utilização das plantas medicinais. Em consonância com Lima *et al.* (2014), no meio rural as mulheres são fundantes nos conhecimentos tradicionais repassados entre as gerações, com a preservação das plantas medicinais, com produção de xaropes, chás, pomadas para os desconfortos do corpo e da alma, enquanto referências no cuidado familiar e da comunidade.

Essa relação é caracterizada como etnobotânica, saber popular sobre o uso da botânica, onde Phillips e Gentry (1993) asseguram que, embora a etnobotânica tenha um perfil de público extenso, são poucas as instituições que a veem como um conhecimento autêntico que recompensa apoio financeiro.

Nesse contexto, observa-se a importância da Educação do Campo na valorização do saber popular, em virtude das informações acumuladas pelas camponesas, podendo se perder ao longo dos anos. Nesta perspectiva, Caldart (2009, p. 44) afirma que a Educação do Campo traz uma:

problematização mais radical sobre o próprio modo de produção do conhecimento, como crítica ao mito da ciência moderna, ao cognitivismo, à

racionalidade burguesa insensata; como exigência de um vínculo mais orgânico entre conhecimento e valores, conhecimento e totalidade do processo formativo.

Conforme Silva *et al.* (2007, p. 2), a Organização Mundial de Saúde (OMS),

define as plantas medicinais como espécies vegetais que possuem em um de seus órgãos ou em toda a planta, substâncias que se administradas ao ser humano ou a animais, por qualquer via sobre qualquer forma, exercem um tipo de ação farmacológica.

O emprego dessas plantas na medicina popular é visto como uma arte sobrevivida oralmente de uma geração a outra, mais conservadas em povos e comunidades tradicionais (AMOROZO, 2002; FRANCO; BARROS, 2006). De acordo com decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, no seu artigo 3º, Povos e Comunidades Tradicionais são, "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais" (BRASIL, 2007).

O reconhecimento e a pesquisa sobre a cultura popular das plantas medicinais é de suma importância, uma vez que a terapia alternativa, em muitas circunstâncias, é a única forma de medicação, pois por um lado, se sabe que muitas pessoas não têm condições financeiras de adquirir medicamentos manipulados, uma situação de fragilidade social, fazendo uso apenas de remédios provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS; e por outro, os medicamentos manipulados têm na sua base os princípios ativos dos elementos químicos existentes nas plantas medicinais, que muitas comunidades detêm o conhecimento de sua utilização, com destaque para as mulheres rurais (CRUZ, 2008).

Este capítulo tem abordagem a partir da Educação do Campo enquanto uma ferramenta para a valorização e autoafirmação da iden-

tidade das mulheres camponesas na resistência e na luta por seus direitos, através de uma formação para a emancipação humana de valorização do campo como espaço de produção de vida. Silva *et al.* (2007) afirmam que, no meio rural, as mulheres, como sujeitos importantes na luta pela transformação social e pela proteção, contribuem para a preservação do meio ambiente e da cultura dos povos camponeses.

Portanto, este capítulo objetivou investigar os saberes e os fazeres da Comunidade Remanescente de Quilombo de Segredo, situada no município de Souto Soares-BA, a partir de conhecimento etnobotânico passado de geração a geração pelas mulheres camponesas, correlacionando o conhecimento popular ao científico das plantas medicinais.

A pesquisa foi realizada na comunidade Remanescente de Quilombo de Segredo, que está situada município de Souto Soares no Território da Chapada Diamantina. Segundo a entrevistada Calêndula 1 (2018), a formação da comunidade ocorreu através da migração dos negros, oriundos das comunidades de Olhos D'água do Basílio, Buracão, Baixão, município de Boninal, que se instalaram em comunidades próximas a Segredo e só mais tarde fixaram residência na comunidade. E ainda, Carmo (2010) afirma que os primeiros moradores que constituíam a comunidade eram as famílias do senhor Bidel, Jenuaro, e velho Luís e os primeiros negros a migrarem para a comunidade foram as famílias do Sr. Fortunato Martins do Carmo, Faustino José dos Santos e Teodoro Gregório dos Santos.

Esses imigrantes são sujeitos que foram historicamente submetidos a condições de exploração por parte do latifúndio e se deslocaram para outras localidades em busca de melhores condições de vida, organizados na situação de camponeses. São sujeitos que têm um forte vínculo com a terra e a utilizam como meio de sobrevivência, permitindo a continuidade de suas tradições.

Segundo dados do Posto de Saúde Familiar (PSF), a comunidade contém hoje cerca de 1.200 habitantes. Uma comunidade bem

desenvolvida, possuindo supermercados, feira livre, posto de saúde, posto de combustível, farmácia, padarias, quadra poliesportiva, campo de futebol, praça de eventos, igrejas, *lan house*, escola de ensino básico, dentre outros estabelecimentos.

O reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares foi uma conquista dos moradores através dos movimentos sociais da comunidade, um avanço histórico e político que oferece aos moradores o direito de exercer sua cidadania, acesso a programas especiais do governo para comunidades tradicionais, preservação da identidade histórica, dentre outros benefícios.

Para a realização desta pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, que tem como propósito de classificar e proporcionar resultados, permitindo compreender o traço histórico (MARCONI; LAKATOS, 2010). Para Godoy (1995), o método qualitativo permite entender o fenômeno na circunstância em que acontece e do qual é parte.

Foram realizadas 40 entrevistas semiestruturadas com moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Segredo, situado no município de Souto Soares - BA. A primeira entrevistada foi indicada por uma liderança da comunidade e os demais foram indicações sucessivas, com destaque nas indicações para as mulheres camponesas. Foi utilizada apenas esta amostra por conta do número de habitantes existentes na comunidade, já que esta amostragem foi suficiente para a realização do trabalho. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas por possibilitar a combinação entre perguntas abertas e fechadas, em que o pesquisador deve seguir um roteiro previamente definido (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O método utilizado durante a seleção das entrevistas foi a técnica de *snowball* ("Bola de Neve"). Baldin e Munhoz (2011) a definem como uma forma de amostra não probabilística usada em pesquisas sociais, em que os participantes indicam no estudo novos participantes, e assim sucessivamente, até que o objetivo proposto seja alcançado.

Ao usar essa técnica, a comunidade fez com que 95% das indicações para as entrevistas fossem do sexo feminino, isso ocorre porque as mulheres ainda são vistas pela sociedade como principais detentoras do conhecimento popular sobre as plantas medicinais. Nas entrevistas realizadas com os homens, mesmo sendo chefes de família, suas descendentes tinham mais conhecimento em relação às plantas medicinais. Dessa forma, entende-se que as mulheres da comunidade buscam outras formas de cuidar da saúde da família, sejam elas mãe, avó ou esposa, dando a elas o destaque na luta por melhoria da qualidade de vida de suas famílias e conseqüentemente da comunidade.

Os entrevistados tinham idade entre 18 e 94 anos, sendo duas pessoas da mesma família na sequência pai e filho ou filha, mãe e filho ou filha ou avó e neto ou neta. No decorrer do trabalho, essas entrevistadas foram divididos em duas classes: a classe 1, a partir dos pais ou mães ou avós, e foi representado (1); e a classe 2, a partir dos filhos ou filhas ou netos ou netas, e foi representado (2). Esta divisão foi opção para compreensão das diferenças geracionais apresentadas nos resultados deste trabalho.

As plantas medicinais e as mulheres rurais

A pesquisa foi realizada com as camponesas e mostrou que a maioria das mulheres da comunidade são responsáveis pela saúde da família e têm conhecimento considerável sobre plantas medicinais: 95% das entrevistas foram realizadas com mulheres com idade entre 18 e 94 anos, elas mostraram que têm um vasto conhecimento sobre plantas medicinais, seus usos e indicações, excedendo o conhecimento dos entrevistados do sexo masculino, que durante as entrevistas foram mais específicos.

Dentre as mulheres entrevistadas, três têm contato mais próximo com as plantas por serem espíritas e têm um centro espírita em

outro estado, outra por ser benzedeira e tem um espaço de atendimento na própria comunidade, e uma rezadeira que faz atendimento em casa (criança). Elas foram indicadas como referências no conhecimento sobre plantas medicinais dentro da comunidade, elas indicaram plantas para males do corpo e da alma, e se destacam das demais entrevistadas pelo vasto conhecimento e forma carinhosa com que se referem às plantas.

Com base nas entrevistas feitas na comunidade, a renda é basicamente da produção agrícola por meio da agricultura camponesa, seguida de programas do governo, comércio, cargos públicos, entre outros. Dos entrevistados, 85% são camponesas; 7,5% são professoras das escolas do campo; 5% são estudantes filhos e filhas das camponesas; e apenas 2,5% exercem outra atividade não agrícola.

Os principais programas governamentais que os entrevistados acessam são: 70% aposentados; 10% Plano Safra e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; 7,5% Bolsa Família; e 10% não acessam nenhum programa governamental. Assim, os entrevistados configuram a realidade da comunidade, em que 90% acessam algum programa governamental, com destaque para a Previdência Social. Mais uma conquista dos movimentos sociais camponeses, que proporcionaram aos trabalhadores rurais serem reconhecidos enquanto segurados especiais da previdência social; o que tem uma relevância para o trabalhador rural. Uma conquista muito importante e que influencia diretamente na economia do município de Souto Soares.

Apenas 50% das entrevistadas disseram fazer parte de organização social, entretanto 49% fazem parte da associação comunitária da comunidade local e 1% fazem parte de outras entidades. Um número baixo quando se trata de sujeitos do campo, pois é através das organizações sociais que esses indivíduos buscam melhoria de permanência e sobrevivência no meio rural.

Os movimentos sociais do campo são uma garantia de acesso aos direitos, ao desenvolvimento, à igualdade, à represália a injustiças, à posse da terra etc. Gohn (2000) *apud* Oliveira e Lima (2012, p. 251) afirma que "os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país".

Sendo assim, o distanciamento dos jovens das organizações sociais implica diretamente sua permanência em áreas rurais, pois os movimentos sociais do campo lutam para o desenvolvimento das camponesas de forma política igualitária.

As entrevistas realizadas com a classe 1 constituíram um diálogo mais produtivo, pois as pessoas dessa classe acreditam na cura através da fé e falam das plantas com muito amor, explicam tudo com muito cuidado, atentos aos mínimos detalhes, citam uma enorme quantidade de plantas; não têm pressa de terminar as entrevistas, têm prazer em passar as informações, apresentando o quintal onde cultivam as plantas.

Nas entrevistas realizadas com a classe 2 foi identificada a ausência de interesse dos participantes quando se trata do uso das plantas medicinais, as pessoas dessa classe passaram o mínimo de informações, respondendo apenas as perguntas que lhes eram feitas. Foram citadas plantas de fácil acesso encontradas nos quintais ou plantas utilizadas por elas no tratamento de alguma doença, evitando citar plantas indicadas no tratamento de problemas espirituais, mesmo quando eram descendentes de curandeiros e benzedeadas.

As comunidades tradicionais têm maior conhecimento sobre as plantas, contudo, sofrem ameaças contínuas, por um lado, na medicina tradicional vinculada às indústrias farmacêuticas, em um modelo ocidental; e por outro, na ruptura de transmissão do conhecimento entre as gerações, com a ausência da sucessão familiar com o envolvimento da juventude.

Durante a conversa com a benzedeira, fomos interrompidas pelo filho de Rosa Branca (2), que afirmou: "eles querem saber é das plantas, mãe, não é de espicula não". Essa interferência ocorreu devido à compreensão de que essas informações não são importantes, e que não fazem parte da cura com as plantas. Era evidente que ele estava constrangido com os dados compartilhados e apesar de conhecer as informações, o filho de Rosa Branca (2) solicitou-lhe que as omitisse. Em conformidade com Silva *et al.* (2007), a pior negação não é o desconhecido, mas é aquela que se conhece e se ignora.

A maior fonte de transmissão do conhecimento sobre as plantas medicinais da comunidade de Segredo são os antecedentes. Embora 5% dos entrevistados tenham indicado duas opções para obtenção do conhecimento, a comunidade adquire as informações sobre as plantas através dos antecedentes (pai, mãe, avó, avô e tia), que foram citados por 92% dos entrevistados como principal fonte de transmissão do conhecimento, seguidos por informações adquiridas na escola com o professor, programa de plantas medicinais e através de amigos.

No levantamento realizado na comunidade Remanescente de Quilombo de Segredo sobre plantas medicinais, foram identificadas 144 plantas de 68 famílias botânicas utilizadas na comunidade como tratamento alternativo, entre elas as fabaceae, lamiaceae, asteraceae, foram as mais citadas simultaneamente.

O número de plantas citadas foi alto devido à biodiversidade local e conhecimento advindo das gerações, podendo ser uma fonte considerável para pesquisas etnobotânicas e etnofarmacológicas. Em conformidade com Cruz (2008, p. 9),

as comunidades rurais detêm um grande conhecimento sobre plantas medicinais, uma vez que a prática é bem elaborada e desenvolvida, através de muitos anos de experimentação empírica envolvendo a miscigenação de conhecimento europeu, indígena e africanos.

Observamos a circulação do conhecimento dentro da comunidade de forma parcial, assim como Rodrigues e Carvalho (2001) também constataram em sua pesquisa que o conhecimento dos raizeiros não estava sendo integralmente transmitidos aos filhos. E embora o conhecimento sobre as plantas medicinais na comunidade de Segredo seja notável, ele está concentrado em pessoas adultas com idade avançada, decorrente da transmissão dos conhecimentos entre as gerações e o difícil acesso que essas pessoas tinham a remédios manipulados no passado, as pessoas adultas de idade avançada alcançaram mais costumes e tradições antigas.

Quanto à forma de preparo dos medicamentos, observamos que o chá fervido ou infusão foi a forma mais citada na preparação dos antidotos caseiros pela comunidade, uma forma mais fácil de conseguir as propriedades medicinais das plantas. Esse procedimento também foi corroborado em uma pesquisa idêntica realizada por Brasileiro *et al.* (2008). Em relação à parte vegetal mais utilizada no preparo dos medicamentos, observamos a utilização da casca, raiz, semente, flor, entrecascas, sendo a folha a mais empregada. Resultado reforçado por Silva *et al.* (2007) em uma pesquisa semelhante, onde o autor alerta sobre a conservação da natureza, na coleta correta das ervas ou parte dela, acarretando o mínimo de impacto sobre o ponto de vista do desenvolvimento sustentável, manipulação e utilização dos recursos naturais.

Dentre as plantas fitoterápicas citadas pelas mulheres camponesas da comunidade, algumas apareceram com maior frequência, como o capim-santo, citado em vinte e três entrevistas; erva-doce, citada em vinte e duas entrevistas; hortelãzinho, citado em dezessete entrevistas; e calêndula, citada em quinze entrevistas.

O capim-santo (*Cymbopogon citratus*), também conhecido como capim-limão ou capim-cidreira, é uma espécie herbácea pertencente à família Poaceae nativa da Índia, porém é muito frequente nas

regiões tropicais do Brasil. Foi indicada no tratamento da pressão arterial, calmante, insônia, dor no corpo, coração, pneumonia, gripe, crescimento de cabelo, antiqueda, dor de barriga, infecção na garganta. É utilizada a folha na forma de chás, infusão e banho.

Pereira e Paula (2018) afirmam que o capim-santo é um fitoterápico com diversas ações, entre elas anti-hipertensiva, diurética, calmante, antimicrobiana, contra cólicas abdominais e analgésica. Zago *et al.* (2009) *apud* Pereira e Paula (2018) afirmam que a planta não apresenta nenhum grau de toxicidade, podendo ser utilizada na extração do óleo essencial que tem como composição o limoneno, citronelal, mirceno, geraniol, e seu fundamental, o citral, que é referido na maior parte das consequências terapêuticas.

A Erva-doce (*Pimpinella anisum*) também conhecida como anis-verde. Anis é uma Magnoliopsida da família Apiaceae nativa do Mediterrâneo e Europa, foi indicada no tratamento de gases, dor de dente, intestino preso, cólica em recém-nascido, imunidade, má digestão, dor de estômago, calmante, torcicolo, diarreia, infecção urinária, problema de bexiga, descarrego e catarro nos peitos. Utilizam-se as folhas, sementes, cacho e a flor na forma de chá, xarope, infusão e banho. Segundo Dross (2012, p. 24),

a erva-doce é uma importante planta medicinal com duas subespécies importantes: *capillaceum* e *piperitum*, que contém óleos essenciais, ácidos graxos e compostos fenólicos, os mais intensos são o transanetol, o estragol e a fenchona é utilizada no tratamento de reumatismo e distúrbios estomacais.

O autor complementa afirmando que a erva pode ser usada como laxante nas terapias digestivas, correspondente aos seus efeitos gastrintestinais.

O hortelãzinho (*Mentha spicata*), também conhecido como hortelã miúdo, hortelã comum, hortelã rasteiro, faz parte da família *Lamiaceae* nativa da Ásia e cultivada em todo o mundo, foi indicado no

tratamento da gripe, hemorroida, verme caseira, desenvolvimento da criança, gases, inflamação, dor no ouvido, mal-estar, cólica (criança), nascimento dos dentes da criança, má digestão, dor de barriga, tosse. São utilizadas as folhas em forma de mel, chá, salada, sumo, infusão, xarope ou *in natura*.

Segundo Almeida (2011), a planta possui propriedades antifúngica, antiviral, antimicrobiana, inseticida, antioxidante, antihemolítica, alergênica, anti-helmíntica, diurética, além de combater gastrite, dores de cabeça, indigestão, náusea e cólica. Os óleos essenciais das folhas e das inflorescências apresentam cânfora e acetato de bornila. Franzon, Carpenedo e Silva (2010) afirmam que a estaquia utiliza qualquer segmento da planta para a propagação vegetativa, e que no caso dessa planta, aumenta o seu desenvolvimento porque permite a obtenção de várias plantas semelhantes, a partir de uma única planta matriz.

A *Calendula officinalis*, também conhecida como margarida ou maravilha, é uma herbácea da família Asteraceae nativa da Região Mediterrânea da Europa, é muito cultivada como planta ornamental. Foi indicada no tratamento de infecção, ferida, problema no útero, caspa, inflamação, gripe, dor no corpo, além de ser cicatrizante e abortiva. É utilizada a planta toda nas formas de chá, infusão, sumo ou suco. Conforme Simões (2003) e Pagnano et al (2008) *apud* Borba, Marques e Zanette (2012), as flores da calêndula são utilizadas em forma de chá, compressas e ainda em extratos contra afecções dermatológicas, para tratamentos de eritemas solares, queimaduras e dermatoses, devido a ação antipruriginosa, anti-inflamatória e cicatrizante.

Provavelmente essas plantas estão em destaque na comunidade porque são indicadas no tratamento de doenças mais simples como hipertensão, gripe, gases, infecção, dores, diarreia, entre outros males que mais acometem a comunidade e são plantas que têm sua eficácia cientificamente comprovada.

Entretanto, o uso desses fitoterápicos, segundo os entrevistados, vem sendo reduzido ao longo dos anos, consequência do fácil acesso aos produtos farmacológicos, como afirma a entrevistada Erva Doce (1): "*agora se a barriga dói vai na farmácia*", e está ligado também à falta de fé, indicação médica e o desinteresse dos jovens em relação às plantas. Segundo Brasileiro *et al.* (2008), os jovens têm menor interesse sobre as informações passadas através das gerações, ao mesmo tempo em que as pessoas com mais idade na maioria das vezes são os responsáveis por cuidar da saúde familiar.

O uso das plantas medicinais, assim como dos remédios manipulados, deve ter uma dosagem para consumo de forma moderada, elas podem conter um alto grau de toxicidade. Entretanto, os entrevistados, ao serem questionados sobre o uso das plantas com finalidade terapêutica, afirmaram que as mesmas podem ser usadas sem restrições por serem um produto natural. Ao consultar a pesquisa realizada por Gomes *et al.* (2001), no município de Morretes no Paraná, dentre as 60 plantas estudadas pelos pesquisadores, foram identificadas 16 plantas com características tóxicas. Ao analisar as 16 plantas citadas por Gomes *et al.* (2001), averiguamos que 11 estão na lista das plantas citadas pela Comunidade Remanescente de Quilombo de Segredo, dados preocupantes, já que 95% dos entrevistados não têm esse conhecimento.

Mesmo não sabendo informar o grau de toxicidade, a entrevistada Rosa Branca (2) alerta e tem consciência do malefício do uso das plantas para fins abortivos, ressaltando que ela não indica esse uso. Oliveira (2012) afirma que a toxicidade de espécies pode trazer consequências sérias, ocasionando distúrbios ao organismo pelo contato ou sendo fatais em caso de ingestão.

Como se vê, não basta discutir sobre a importância do uso das plantas pela comunidade, mas também disponibilizar informações atualizadas sobre as plantas medicinais, sua eficácia e toxicidade.

Considerações finais

O estudo realizado na comunidade Remanescente de Quilombo de Segredo mostra que o conhecimento tradicional das plantas medicinais está sendo transmitido de uma geração a outra, entretanto as pessoas mais velhas ainda são as detentoras do conhecimento quando se trata de plantas medicinais.

A comunidade reconhece a importância do uso das plantas no tratamento alternativo, porém, mesmo reconhecendo, é necessário desenvolver ações que promovam a interação dos jovens com os idosos para um compartilhamento dos conhecimentos empíricos entre as gerações. A partir da pesquisa observamos que existe uma resistência dos jovens em falar de plantas que são utilizadas para o tratamento de problemas espirituais, pois há a compreensão de que são práticas proibidas. São necessários debates sobre o tema, pois é um dos principais problemas que acometem a comunidade.

Com o desenvolvimento do estudo, observamos que há o uso indiscriminado das plantas medicinais, portanto é necessário o debate sobre o assunto, no intuito de alertar a população sobre o grau de toxicidade das plantas, já que os moradores não têm esse conhecimento. Diante dos resultados desta pesquisa, temos por objetivo a valorização e reconhecimento da cultura popular dentro da comunidade no que se refere ao uso das plantas medicinais, assim como há a valorização dos conhecimentos científicos.

Referências

ALMEIDA, M. Z. **Plantas medicinais**. 3. ed. Salvador – BA: EDUFBA, 2011.

AMOROZO, M. C. de M. Uso e diversidade de plantas medicinais em Santo Antônio do Leverger, MT, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, 16 (2), Abr 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062002000200006>. Acesso em: outubro de 2018.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação Ambiental Comunitária: Uma Experiência Com A Técnica De Pesquisa Snowball (Bola De Neve). **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 27, jul./ dez. 2011.

BORBA, E. T.; MARQUES, B. H.; ZANETTE, V. C. Produção orgânica de calêndula: um estudo de caso. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.42, n.11, nov, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/3H4CXHjNVhHK-qj8cQYPtFGn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: setembro de 2018.

BRASIL. Decreto no. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário oficial**, Brasília-DF, 7 fev. 2007, Seção 3, p. 1.

BRASILEIRO, B. G.; PIZZOLO, V. R.; MATOS, D. S.; GERMANO, A. M. Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no "Programa de Saúde da Família", Governador Valadares, MG, Brasil. **Rev. Bras. Cienc. Farm.**, 44 (4), Dez 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-93322008000400009>. Acesso em: outubro de 2018.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, 7 (1), Jun 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>. Acesso em: outubro de 2018.

CARMO, H. M. S. **Estratégias de subsistência, migração, cultura e memória**: trajetória da Comunidade Remanescente de Quilombo de Segredo 1930-1940. (Monografia de Licenciatura em História) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina-BA, 2010.

CRUZ, M. G. De La. **Plantas medicinais de Mato Grosso**: a farmacopeia popular dos raizeiros. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato, 2008.

DIEGUES, A. C. (org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

DROSS, E. C. L. **Estudo das plantas medicinais comercializadas em Pato Branco (PR) para uso em crianças**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – UFSC, Pato Branco – SC, 2012.

FRANCO, E. A. P.; BARROS, R. F. M. Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. **Rev. Bras.**

Pl. Med., Botucatu, v.8, n.3, p.78-88, 2006. Disponível em:https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Botanica/RBPMRevistaBrasileira-dePlantasMedicinais/artigo12_v8_n3.pdf. Acesso em: outubro de 2018.

FRANZON, R. C.; CARPENEDO, S.; SILVA, J. C. S. **Produção de mudas:** principais técnicas utilizadas na propagação de fruteiras. Planaltina – DF: EMBRAPA Cerrados, 2010. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77778/1/doc-283.pdf>. Acesso em: setembro de 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35 n. 3 (1995): maio-junho. p. 4-19. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38195/36939>. Acesso em: outubro de 2018.

GOMES, E. C.; ELPO, E. R. S; GABRIEL, M. M.; LOPES, M. Plantas medicinais com características tóxicas usadas pela população do município de Morretes, PR. **Revista Visão Acadêmica**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 77-80, jul/dez, 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/Tatiana/Downloads/490-954-1-PB.pdf>. Acesso em: outubro de 2018.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 33. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

LIMA, A. R. A; HECK, R. M.; VASCONCELOS, M. K. P; BARBIERI, R. L. Ações de mulheres agricultoras no cuidado familiar: uso de plantas medicinais no sul do Brasil. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2014 Abr-Jun; 23(2): 365-72. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/4x-vJmvrFdVfbH4yykt8qNRC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: outubro de 2018.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAIS, F. F.; MORAIS, R. F.; SILVA, C. J. Conhecimento ecológico tradicional sobre plantas cultivadas pelos pescadores da comunidade Estirão Comprido, Pantanal mato-grossense, Brasil – MT. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 2, p. 277-294, maio-ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/SdSkdfhTY4MnXZPRHcVwfBQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: outubro de 2018.

OLIVEIRA, G. C. **Plantas medicinais utilizadas em comunidades rurais do município de Alagoa Nova-PB**. Campina Grande-PB: UE-BP, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1744/1/PDF%20-%20Gilv%c3%a2nia%20Costa%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: outubro de 2018.

OLIVEIRA, J. F. de; LIMA, E. C. de. Atuação dos movimentos sociais do campo: espacialização e territorialização do MST no espaço agrário Paraibano. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa-PB, v. 6, n. 2, p. 204-211, 2012. Disponível: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/16056/9139>. Acesso em: outubro de 2018.

PEREIRA, P. de S.; PAULA, L. L. R. J. Ações terapêuticas do capim-santo: uma revisão de literatura. **Revista Saúde em Foco**, n. 10, 2018. p. 259-263. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/034_A%C3%87%C3%95ES_TERAP%C3%8AUTICAS_DO_CAPIM-SANTO.pdf. Acesso em: outubro de 2018.

PHILLIPS, O.; GENTRY, A.H. The useful plants of Tambopata, Peru II: Additional hypothesis testing in quantitative ethnobotany. **Economic Botany**, n.47, v.1, p.33-43, 1993.

RODRIGUES, V. E. G.; CARVALHO, D. A. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais no domínio do cerrado na região do Alto Rio Grande – Minas Gerais. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 25, n. 1, p. 102-123, Lavras, 2001.

SILVA, M. P. L. da; ALMASSY JUNIOR, A. A.; SILVA, F. da; SILVA, M. da. **Levantamento Etnobotânico e Etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas por comunidades rurais de Mutuípe - BA integrantes do "Projeto Ervas"**. Cruz das Almas-BA: UFRB, 2007.

Arte de curar pelas plantas: as mulheres rurais de Santa Luz

*Érica de Oliveira Carneiro
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

O Assentamento Rumo à Independência está localizado no município de Santaluz-BA, no Território do Sisal. Esse assentamento fica a 62 km da sede do município, e possui 40 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Surgiu em 2003, sob organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santaluz, junto com a Federação de Trabalhadores na Agricultura (FE-TAG), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e a Fundação de Apoio dos Trabalhadores Rurais do Semiárido da Bahia (FATRES), a partir da necessidade dos agricultores sem-terra, pertencentes as comunidades do município de Santaluz, que buscaram por melhores condições de vida, e reivindicavam o direito à terra para poderem produzir.

A legitimação do assentamento pelo INCRA aconteceu no dia 20/12/2005, quando as 40 famílias passaram a conviver organizada-mente, usufruindo do direito a terra, criando animais, fazendo plantio de sequeiro, trabalhando coletivamente em mutirões e de forma individual. O Assentamento é constituído por famílias rurais que possuem vastos conhecimentos de práticas tradicionais, dentre elas destacam-se as práticas de uso das plantas medicinais e suas aplicações terapêuticas.

O saber popular sobre as plantas medicinais é usado há muito anos, construindo uma relação íntima de cuidados e observações.

O uso das plantas com finalidade terapêuticas apresenta um papel de grande importância na sociedade. De acordo com Brasil (2016), as plantas medicinais vêm há anos sendo utilizadas pela população brasileira, apresentando grande riqueza de práticas tradicionais, tendo em vista a diversidade cultural e étnica existente nos grupos sociais de diversas regiões. Essa diversidade resultou em um acúmulo de conhecimentos e de práticas tradicionais.

As práticas tradicionais, por um lado, têm o destaque para um “vasto acervo de conhecimento sobre manejo e o uso de plantas medicinais” (BRASIL, 2016, p. 18). E por outro, estão relacionadas ao uso popular das plantas medicinais voltadas à atenção primária na saúde, construindo uma alternativa viável para o tratamento de doenças, além disso, aumentam a renda das famílias de comunidades rurais.

As potencialidades das plantas medicinais são importantes para o desenvolvimento social, a partir dos conhecimentos e novas descobertas de aplicações é possível encontrar a solução para os problemas de saúde, e para a fabricação de novos medicamentos mais eficientes. Porém, o desenvolvimento da medicina moderna, com seus processos mercadológicos, juntamente com todos os processos históricos, vem resultando na desvalorização das plantas medicinais.

Para tanto, o objetivo deste capítulo é apresentar a sistematização do conhecimento das mulheres assentadas sobre o uso das plantas medicinais, como forma de valorização do conhecimento tradicional. Nesse sentido, se buscou realizar a análise teórica da relação entre mulheres e plantas medicinais; identificar a existência da transmissão dos conhecimentos, assim como, a confiança na eficácia do potencial medicinal das plantas; e sistematizar os conhecimentos sobre as plantas medicinais utilizadas.

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, a partir de estudos das ciências humanas e sociais, compreendendo as suas complexidades e singularidades. Para a coleta de dados, foram re-

alizadas entrevistas semiestruturadas, as quais “parte[m] de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Foram entrevistadas vinte e quatro mulheres assentadas, no universo de quarenta famílias que residem no assentamento, onde em trinta e três casas residem mulheres, ou seja, a pesquisa contém 72,7% das mulheres do assentamento entrevistadas. A faixa etária das entrevistadas está entre vinte anos e a acima de sessenta anos, sendo que foram entrevistadas mais mulheres entre a faixa etária de trinta a trinta e nove anos.

A pesquisa conseguiu atingir gerações diferentes, representando forte potencial de transmissão dos conhecimentos tradicionais e populares sobre as plantas medicinais. Após esclarecimentos prévios, todas as entrevistadas assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. No trabalho, as entrevistadas são identificadas com o nome de plantas medicinais, como forma de preservar a identidade destas mulheres.

As mulheres rurais e as plantas medicinais

Os saberes sobre as plantas medicinais foram se aperfeiçoando e se transformaram em práticas sociais importantes para a sociedade, surgindo assim as primeiras enfermeiras, conselheiras, parteiras, as principais médicas e anatômicas, as primeiras farmacêuticas, e curandeiras; as mulheres foram médicas sem diploma, estavam relacionadas com os cuidados, com a cura e prevenção de doenças a partir da natureza e faziam a troca de saberes com suas vizinhas, amigas e parentes (EHRENREICH, 1973).

As mulheres passaram anos e anos estudando, experimentando o potencial medicinal das plantas, formando um período significativo de avanço na arte de curar; e exerciam um papel fundamental dentro

da sociedade. Entretanto, a sociedade está em um movimento contínuo de desconstrução, construção e reconstrução de seus arranjos, "como sociedade e, cultura se apresenta como sistemas dinâmicos e não estáticos e por esse motivo, em constante processo de resolução" (PEIRANO, 1995 *apud* GUIMARÃES, 2008, p. 12). No período da idade média, formam-se nossos arranjos que tentam redefinir os papéis sociais que representam, na história da humanidade, um retrocesso sobre o conhecimento e a utilização das plantas medicinais (GUIMARÃES, 2008).

No período da idade média, foi criada a Inquisição, com o propósito de acabar com o conflito religioso dos grupos que não reconheciam a autoridade da Igreja. A Igreja, tendo apoio do estado e da sociedade, especialmente da comunidade médica, majoritariamente masculina, criou a associação mulher-bruxa, que definia mulheres que detinham conhecimento médico e ginecológico como uma associação ao demônio, portanto, uma heresia imperdoável aos olhos da Inquisição.

Borges *et al.* (2010) complementam o raciocínio, analisando que as mulheres se tornaram peritas em medicina e, inevitavelmente, uma ameaça, visto que eram capazes de interferir na influência religiosa e política da Igreja. Inicia-se, então, o período de caça às bruxas, entre o fim do século XIV e o princípio do século XVIII, visando ao extermínio das feiticeiras, por se considerarem suas práticas demoníacas.

Insera-se aí também o fato de que as supostas bruxas perseguidas normalmente eram camponesas, mulheres pertencentes a uma classe social não dominante que viviam à margem do *modus vivendi* da época: sozinhas, sem proteção masculina, solteiras, conectadas com o conhecimento sobre a cura, natureza, parto e higiene. Assim, nota-se que de fato, as bruxas representavam uma ameaça política, religiosa e sexual para a igreja e também para o estado (GOMES, 2017, p. 12).

Sendo assim, essas mulheres foram criminalizadas e perseguidas legitimamente pela justiça eclesiástica como hereges, quanto pela justiça laica, por exercício ilegal da medicina. Nesse cenário, "os Inquisidores procederam a uma implacável caça às bruxas, levando à tortura e morte milhares de mulheres" (GOMES, 2017, p. 15).

É interessante ressaltar que a arte de curar que essas mulheres detinham estava baseada em estudos empíricos, e que até a atualidade gozamos das descobertas realizadas por essas camponesas.

As mulheres sábias, ou bruxas, possuíam múltiplos remédios experimentados durante anos e anos de uso. Muitos dos preparados de ervas curativas descobertos por elas continuam sendo utilizados na farmacologia moderna. As bruxas dispunham de analgésicos, digestivos e tranquilizantes. [...] Existem indícios de que a digitalina (um fármaco muito importante no tratamento de doenças cardíacas) foi descoberta por uma bruxa inglesa (EHRENREICH, 1973, p. 17-18).

A caça às bruxas não eliminou todas as mulheres sábias. Porém, deixou marcas profundas no histórico de uma sociedade patriarcal e heterossexista⁸, que refletem até os dias atuais, na desvalorização da mulher e do potencial terapêutico das plantas medicinais, distancian-do o autoconhecimento de nossos processos fisiológicos e emocionais, com a finalidade de nos controlar e submeter à lógica autodestrutiva de uma sociedade formada sobre ideais doentios.

Atravessou-se o período da inquisição, e no século XVIII já estava institucionalizado o homem como único e principal detentor do conhecimento sobre a medicina, negando todo o conhecimento e valor das mulheres como descobridoras e desenvolvedoras da medicina. Nesse processo, o Brasil já havia surgido como colônia, marcado brutalmente por uma sociedade que vai adquirindo forma através do processo de

⁸ O Heterossexismo é imposto a homens e mulheres na tentativa de controlar os seus corpos e vidas; um discurso que nega a diversidade sexual. Tendo a heterossexualidade como a única forma de expressão sexual, aceitável.

formação capitalista, patriarcal e extremamente preconceituosa, que nega o conhecimento e valor dos povos pré-colombianos (indígenas) e dos africanos, que foram trazidos por meio da escravidão, promovida pelos portugueses.

O período da caça às bruxas "passou" e toma novos moldes no Brasil, em específico, com novas estratégias para a imposição do poder eclesial e laico, em uma abordagem violenta, na qual acontece a invisibilidade das práticas com as plantas medicinais e o preconceito com as manifestações religiosas, que ainda são vistas como magia. Portanto, uma heresia sendo combatida pelo poder, através da catequização, com punições severas aos povos indígenas e africanos que se negavam a praticar o catolicismo e as ordens impostas.

A desvalorização dos povos indígenas e africanos, e de suas culturas, reflete sobre o conhecimento das plantas medicinais, logo que eles detinham grande conhecimento sobre a flora. Os indígenas, em específico, conheciam a flora nativa, clima e tipo do solo. Apesar de toda a desvalorização, o conhecimento se perpetuou através do conhecimento tradicional e popular e é praticado em todo o país, principalmente pelas pequenas agricultoras.

Na realidade da agricultura familiar, esta pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Rumo à Independência. O Assentamento possui extensão territorial de 1.120 hectares, possuindo lotes de 22 hectares, com uma população estimada em 160 habitantes. É interessante ressaltar o reconhecimento e valorização da ancestralidade, os assentados relatam de suas origens indígenas e/ou africanas, nas suas histórias sempre descrevem os aprendizados que eles deixaram, tanto relacionados ao cuidado com as plantas medicinais, como a outros costumes, carregam o conhecimento sobre as espécies vegetais locais, tipo de solo e as variações climáticas que marcam a paisagem com sistemas agrícolas.

O assentamento está localizado no semiárido, apresentando um clima quente e seco, tendo como temperatura média por ano

24°C. Contém o bioma caatinga com fisionomia da caatinga arbustiva. A geomorfologia é Pediplano sertanejo, com solos rasos, contendo características predominantes areno-argiloso (ARGÔLO, 1988).

Em relação à saúde, o Assentamento não dispõe de estruturas de posto de saúde e farmácias para atendimento médico. Neste caso, é necessário o deslocamento para povoados próximos. Além disso, existe a ausência de saneamento básico para a coleta de resíduos. Não há abastecimento de água encanada, o assentamento dispõe de um poço artesiano comunitário e conta com o armazenamento em aguadas e nas cisternas de consumo de 16 mil litros de água. Essas cisternas de consumo foram feitas em 2007 por meio do Projeto 1 Milhão de Cisternas (PIMC). É uma tecnologia social simples e de baixo custo, tendo como objetivo o acesso à água potável; sendo uma peça fundamental para a convivência com o semiárido, possibilitando às famílias água potável durante todo o ano, mitigando assim o impacto da seca.

Os cuidados com a saúde acontecem através da utilização de plantas medicinais e seus preparos (chás, lambedores, pilulas), dos produtos naturais e farmacológicos. As práticas de cura e prevenção de doenças, por meio da utilização das plantas medicinais, pelas mulheres assentadas, são importantes para a preservação do conhecimento tradicional e popular, como para a diversificação dos sistemas agrícolas; além disso, é uma importante alternativa de tratamento de doenças, barata e eficaz, visto que não há assistência médica adequada.

É necessário salientar que, na divisão de tarefas, as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados dos quintais produtivos, sendo elas as gerenciadoras do cuidado com as plantas medicinais e de seus preparos, quanto para a transmissão deste saber para seus filhos e vizinhos.

Nas histórias populares, contadas pelos assentados, as nossas ancestrais (avós, bisavós, tias) eram as responsáveis pela cura e prevenção de doenças, através das ervas, por meio de conselhos, indica-

ções e troca de receitas. O conhecimento tradicional sobre o potencial medicinal das plantas faz parte da história de vida dessas mulheres que construíram uma relação de intimidade com a natureza.

Nossos antepassados, agricultores familiares, baseados na observação aguçada e aprendizagem empírica, passaram a compreender e utilizar a natureza para alimentação, a cura e a prevenção de doenças, garantindo a sua reprodução biológica. A necessidade de sobreviver fez dos nossos ancestrais estudiosos sobre a flora. A partir dos estudos de observação da natureza, formou-se a agricultura tradicional e, em seguida, o modo de se reproduzir quanto sociedade. Os saberes foram se perpetuando, passando entre gerações através da aprendizagem oral e acumulando novos saberes a partir das tecnologias e alternativas, que foram se aperfeiçoando por meio do processo de planejamento e experimentação.

As agricultoras familiares construíram uma preocupação com a saúde da família e com o esgotamento dos recursos naturais, então adotaram uma posição mais sustentável, cultivando espécies diversificadas, que supram as necessidades de toda a família, por exemplo, o cultivo das plantas medicinais, ancoradas no saber tradicional e em experiência de práticas agroecológicas.

Saberes e fazeres das mulheres rurais

Buscou-se sistematizar os conhecimentos das mulheres rurais do assentamento Rumo à Independência na arte da cura através do uso medicinal das plantas, a fim de conhecer como acontecem as interações entre as mulheres e as plantas medicinais. Nesse sentido, adentramos na ciência da etnobotânica, que estuda as interações entre as pessoas e as plantas sob a ótica agroecológica que "é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos" (ALTIERI, 2012, p. 105).

É levado em consideração que a pesquisa foi realizada apenas com as mulheres do assentamento. Pois, partiu do princípio acerca do uso das plantas medicinais como prática milenar, como forma de reconhecer e afirmar todo o processo histórico do uso das plantas medicinais, na qual as mulheres são as principais desenvolvedoras do conhecimento sobre as potencialidades medicinais das plantas. Portanto, na entrevista foi perguntado com quem ou onde elas tinham obtido o conhecimento sobre o potencial medicinal das plantas: 92% das agricultoras afirmaram que aprenderam com a mãe ou avó, os 8% restantes estão distribuídos igualmente entre as que aprenderam com o pai e em pesquisas.

Assim, a pesquisa afirma o domínio do saber e a importância de transmitir esse conhecimento que as mulheres há anos vêm desempenhando para a família (e sociedade), para que desta forma as pessoas que as cercam consigam praticar o autocuidado e, além disso, possam cuidar de outras pessoas.

Ao questionar sobre o local de obtenção das plantas para realizar seus preparos, 100% responderam que era no próprio quintal, e para a utilização de algumas espécies arbóreas nativas vão buscar em seus próprios lotes, dentro do assentamento. A pesquisa mostra que as assentadas possuem fácil acesso às plantas medicinais, encontrando-as no entorno de suas casas. Por meio dessa facilidade, as plantas são utilizadas como primeiros cuidados.

As mulheres da agricultura familiar têm notadamente a diversidade de produtos nos agroecossistemas, principalmente nos quintais produtivos (espaço ao redor das casas). Nesses quintais são encontrados a criação de aves e o cultivo de palma, hortaliças, frutíferas, leguminosas, plantas ornamentais e medicinais, com um suporte suficiente para curar e prevenir diversos tipos de doenças; criando o desenho do agroecossistema capaz de suprir as necessidades mais básicas.

Os produtos gerados são livres de agrotóxicos e de adubo químico, para o preparo do solo são reaproveitadas as sobras de alimentos, e adicionam terra de quixabeira, esterco e cinzas, que são materiais do próprio agroecossistema para suprir as necessidades das plantas. A existência de pragas é controlada pelos inimigos naturais, dada a diversidade desses sistemas. Assim, as famílias são capazes de diminuir a entrada de energia e produzem alimentos saudáveis e com boa produtividade.

Os quintais produtivos seguem as medidas agroecológicas de otimização do agroecossistema, que visa à produtividade a longo prazo. Sob a ótica de Altieri (2012), o planejamento de agroecossistemas sustentáveis segue medidas de otimização do uso de insumos localmente disponíveis, atribuindo combinações entre os componentes do sistema de forma que se complementem, obtendo maiores efeitos sinérgicos. Esse sistema reduz a entrada de insumos externos, o que visa minimizar os custos de produção, substituindo pelos insumos locais, de fácil acesso e com custos baixos, capazes de melhorar o fluxo de energia e a ciclagem dos nutrientes.

Além disso, esse sistema valoriza e conserva a biodiversidade, pois realiza o uso eficiente do potencial biológico das plantas, e aproveita o conhecimento e as práticas tradicionais, sendo possível a adaptação das atividades agrícolas às necessidades locais (CAPO-RAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009). Nesse sentido, é notado o potencial das agricultoras/es para a realização da transição agroecológica, a partir da associação de seus conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos.

Dentro do assentamento, os quintais produtivos são o principal referencial de agroecossistemas diversificados. Altieri (2012) pontua a agricultura familiar como um patrimônio ecológico planetário, fala sobre a utilização de desenhos diversificados nos agroecossistemas como uma saída importante para os agricultores não entrarem em

colapso, devido à forte base ecológica que mantêm e preservam a biodiversidade local, o que proporciona que os agricultores tenham acesso a uma alimentação balanceada, e para a utilização das plantas para fins terapêuticos, sanando diversas doenças.

Quando as entrevistadas foram questionadas sobre qual tipo de medicação elas mais utilizam, 83% responderam que utilizam as plantas medicinais. Esse resultado comprova que as plantas medicinais são importantes para as agricultoras, sendo o principal meio de cuidado com a saúde. Desta forma, se faz um importante gerador de renda, logo é uma alternativa barata e eficaz.

Em seguida, foi levada a debate a possibilidade de essas pessoas possuírem livre acesso aos fármacos, assim como às plantas medicinais, qual a medicação que elas acham que utilizariam com maior frequência: 92% deram resposta exata, que mesmo assim continuariam preferindo as plantas medicinais. Foi questionado sobre por que essa preferência. Seguem algumas falas que explicitam como as mulheres utilizam as plantas medicinais:

Tenho mais fé nas plantas, não acredito nos remédios de farmácia (CAPIM-SANTO, 2019).

Uso mais as plantas porque me sinto mais forte, mais tranquila, me sinto curada e os remédios de farmácia não vejo esse resultado (MORINGA, 2019).

Uso mais os de farmácia porque tem doenças que o chá não faz efeito (SABUGUEIRO, 2019).

Tenho consciência que os remédios de farmácia são drogas, uma vez que os medicamentos naturais e plantas medicinais tem uma eficácia profunda e total, embora o efeito se der de forma lenta (BRAÚNA, 2019).

Uso mais remédios, porque não tem trabalho, mais prático; uso o chá quando não tem recurso de comprar os remédios (ARRUDA, 2019).

Só uso remédios se as plantas não prestar, prefiro as plantas porque vejo resultado, tem remédio que a gente toma e não ver resultado (CASSUTINGA, 2019).

É observado que há duas formas de busca pelo tratamento que são expressas nas falas de Arruda e de Cassutinga. Visbiski, Neto e Santos (2003, p. 16-17) explicam que:

a busca de tratamento geralmente acontece de duas formas: no primeiro caso, a opção terapêutica inicial é o uso de remédios caseiros, entretanto, se não é obtida cura busca-se um profissional médico; no segundo caso, inicialmente recorre-se a um médico e, se não houver disponibilidade dos medicamentos prescritos na farmácia da unidade de saúde ou se o preço for alto, são utilizados os remédios caseiros.

Para tanto, foi avalizado que a maioria das entrevistadas, além de atribuir importância às plantas medicinais, percebe as plantas como uma alternativa barata e eficaz. A afirmação de continuidade dos cuidados demonstra a confiança no potencial medicinal das plantas.

As informações sobre os aspectos etnobotânicos citadas pelas agricultoras, como nome popular, parte utilizada, forma de uso e finalidade terapêuticas, assim como número de citação foram sistematizadas. Foram citadas 75 espécies de plantas medicinais utilizadas, sendo as mais citadas: (cit. 12) hortelã-graúdo, (cit. 12) erva-cidreira, (cit. 9) pau-de-rato, (cit. 9) alecrim, (cit. 7) poejo, (cit. 7) hortelã-miúdo, (cit. 6) acerola, (cit. 6) capim-santo, (cit. 5) maracujá-do-mato, (cit. 5) goiaba, (cit. 5) babosa, (cit. 5) boldo-do-chile. Essas plantas foram citadas para inúmeras finalidades terapêuticas, como os cuidados com a pressão arterial, gripes, infecção urinária, inflamações, antidepressivos, dores de barriga e cabeça, diarreia, hemorroida, assim como para problemas estéticos como a calvície, emagrecedor, dentre outros.

A forma de uso predominante é o uso de chás, que são obtidos de partes diferentes das plantas (raízes, cascas, folhas, flores e sementes), sendo mais comum o uso das folhas. A preparação dos chás é realizada de duas formas, através do cozimento ou da infusão.

Portanto, os resultados obtidos representam o vasto conhecimento sobre o potencial medicinal das plantas, no qual foram citadas setenta e cinco espécies diferentes, com finalidades terapêuticas variadas. Isso enriquece o estudo e comprova a diversidade de espécies medicinais nos quintais produtivos, mantendo sistemas mais equilibrados capazes de suprir as necessidades básicas do autocuidado.

As agricultoras foram questionadas se elas possuíam interesse em compartilhar seus conhecimentos, seja com os filhos, parentes ou vizinhos: 100% das agricultoras responderam que se interessam e passam seus conhecimentos. Em seguida, foi questionado se as pessoas da família dessas agricultoras demonstravam interesse em adquirir o conhecimento e utilizam das plantas para a cura e prevenção de doenças: 83% afirmaram que as pessoas da família se interessam e utilizam as plantas medicinais. A partir daí foi questionada a faixa etária das pessoas interessadas: 60% das agricultoras informaram que as pessoas que fazem parte de maior faixa etária são aquelas que mais buscam o conhecimento sobre as plantas e fazem a utilização.

Esses resultados são capazes de comprovar a transmissão dos conhecimentos tradicionais, comprovando que as agricultoras são propagadoras do conhecimento. Desta forma, os conhecimentos acerca do potencial medicinal das plantas continuarão se perpetuando, pois a pesquisa demonstra o interesse em passar o conhecimento, assim como o interesse em adquirir esses conhecimentos pelas pessoas das famílias das agricultoras.

Por fim, foi questionado se as entrevistadas já teriam recebido indicação para o uso de plantas medicinais ou fitoterápicos pela Assistência do SUS: 67% afirmaram que nunca receberam essa indicação, e ao serem informadas sobre a existência do Programa Nacional de Plantas Medicinas e Fitoterápicos, afirmaram que não faziam ideia da

existência de programas com os objetivos de promover a utilização das plantas medicinais.

O resultado mostra que o Programa ainda precisa ser ampliado para que atinja todas as comunidades. O incentivo e indicação da utilização das plantas medicinais pelo SUS é bastante relevante para a geração de renda das famílias, e além de promover o resgate do conhecimento e/ou ampliar os conhecimentos dos agricultores, fortalece a agricultura familiar, pois utiliza do saber local, na perspectiva da dimensão socioambiental com práticas agroecológicas que vêm contribuindo para a biodiversidade e sustentabilidade dos agroecossistemas (BRASIL, 2016).

Considerações finais

O capítulo apresentou a sistematização dos conhecimentos sobre as plantas utilizadas pelas mulheres, na compreensão do processo histórico da relação entre as mulheres e as plantas medicinais, tendo em vista que a visão patriarcal tem tentado destruir os recursos biológicos e culturais das plantas medicinais e as condições ecológicas que são essenciais para a vida. Juntamente com a análise através da ciência da etnobotânica e do olhar da agroecologia; fazendo a análise das potencialidades que a interação entre as mulheres e plantas possibilitam. Frente a esse processo foi analisado que a agricultura familiar, por meio dos conhecimentos tradicionais, vem mantendo e perpetuando o conhecimento das espécies medicinais, construindo agroecossistemas diversificados capazes de suprir as necessidades básicas das famílias.

Foi desenvolvida, no decorrer do capítulo, uma importante compreensão sobre o papel da mulher como detentora dos mistérios sobre a arte de curar e prevenir doenças através das plantas medicinais. As mulheres rurais são as principais agentes da continuidade desses conhe-

cimentos e gerenciadoras dos ambientes diversificados e sustentáveis, onde encontram-se as plantas para o uso terapêutico de toda a família.

A resistência frente a todo o processo de luta, de desvalorização das mulheres e de seus conhecimentos continua firme. Essa pesquisa vem para valorizar, empoderar e dar voz a todas as mulheres que continuam fazendo parte dessa luta, conectadas com a natureza, em uma relação de respeito e generosidade.

O trabalho vislumbrou um caminho de transformação da realidade, por meio do empoderamento das mulheres, sobre a arte de curar através das plantas medicinais. É compreendido que o primeiro passo para a transformação da realidade é conhecer o local em que estão inseridas e as relações que as pessoas envolvidas mantêm. Sendo assim, esse primeiro passo foi almejado no trabalho com a sistematização e análise das potencialidades. Isso é apenas o início para que seja possível a realização de outras pesquisas científicas, que venham a favorecer e a trabalhar na perspectiva do empoderamento das mulheres do assentamento.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3a ed. rev. ampl. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.

ARGÔLO, J. L.; PÉPE, R. M. Geossistemas de Valente e Santa Luz - relação relevo estrutura. **Sitientibus**, Feira de Santana, 5 (8). p. 25-38, 1988. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/8/geossistemas_de_valente_e_santa_luz.pdf. Acesso em: agosto de 2019.

BORGES, A. M.; CEOLIN, T.; BARBIERI, R. L.; HECK, R. M. Inserção das plantas medicinais enquanto prática da enfermagem: um crescente desafio. **Enfermería Global** - Revista Electrónica Cuatrimestral de Enfermería. Universidad de Murcia, v. 9, n. 18. fevereiro 2010. Disponível em: <https://revistas.um.es/eglobal/article/view/93791/>. Acesso em: outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumaciencia docampodacomplexidade.pdf. Acesso em: setembro de 2019.

EHRENREICH, B.; ENGLISH, D. **Bruxas, parteiras e enfermeiras: uma história das curandeiras**. Berkeley, Editora The Feminist Press, 1973.

GOMES, B. L. C. **Malleus maleficarum: a imagem da mulher no manual de caça às bruxas**. 2017. 20 f. Monografia (Licenciatura) – Universidade de Brasília, 2017.

GUIMARÃES, I. M. **Práticas tradicionais de cura: Plantas medicinais mágico-religiosas utilizadas no povoado Mussaca, Laranjeiras (SE)**. 2008. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Sergipe, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VISBISKI, V. N.; NETO, P. H. W.; SANTOS, A. L. Uso popular das plantas medicinais no assentamento Guanabara, Imbaú – PR. **Publicatio UEPG Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Engenharias**, Ponta Grossa, 9 (1): 13-20 abr. 2003. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/exatas/article/view/790>. Acesso em: agosto de 2019.

As mulheres camponesas na produção agroecológica

*Aidraiane Ferreira dos Santos
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

O Assentamento Lagoa de Dentro I e II está localizado no município de Orolândia no Território do Piemonte da Diamantina. Este assentamento fica a 24 km da sede do município e possui 54 famílias, sendo 40 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Surgiu em 1990, a partir da necessidade de famílias camponesas “sem terra”, que buscavam condições de vida, e que ocuparam uma fazenda abandonada pelos proprietários. Nessa fazenda havia uma empresa de beneficiamento de sisal.

Ao acumularem muitas dívidas, os proprietários foram embora para a Paraíba, deixando a fazenda aos cuidados do vaqueiro, e assim, os empregados que trabalhavam lá juntamente com outras pessoas da cidade decidiram ocupar a fazenda com a ajuda da CPT. Depois da ocupação, a terra era utilizada pelas famílias para a criação de animais e plantio de sequeiro pelos posseiros realizado nos lotes, a partir de trabalhos coletivos em mutirões e individual. Estas práticas são presentes até os dias de hoje.

O interesse pelo tema vem de minha experiência como mulher, militante do Movimento Social CETA, camponesa, assentada, e uma das fundadoras e atualmente coordenadora do grupo de mulheres do Assentamento Lagoa de Dentro I e II. Com o ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em regime de alternância, este trabalho integra

ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos ao longo do curso, e garante a relação necessária de produção acadêmica voltada para a valorização da resistência e da luta de mulheres da reforma agrária e da construção de referenciais produtivos coletivos e de base agroecológica, em defesa da democratização da terra e da vida.

O Assentamento Lagoa de Dentro I e II é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas – CETA, que é um movimento social do campo que foi constituído a partir da Comissão Pastoral da Terra – CPT na articulação e na resistência das lutas camponesas no estado da Bahia pela Reforma Agrária e pela defesa da democratização do acesso a terra. Portanto, a constituição do assentamento teve o acompanhamento e a formação pela CPT durante o processo de ocupação e de sua consolidação, e posteriormente, com a vinculação ao CETA.

As práticas realizadas pelas mulheres são variadas e cada uma tem sua finalidade no conjunto da sua organização. O saber popular se aprimora pelas práticas e conhecimentos, principalmente na organização coletiva, em que as atividades agroecológicas são desenvolvidas por elas que possuem o dom de cuidar e proteger o meio ambiente. Entre estas atividades, destacam-se os quintais produtivos, com uma variedade de plantas medicinais, hortaliças, frutíferas e nativas da Caatinga, como também pequenos animais que fazem parte de uma dinâmica do processo de transição agroecológica do assentamento.

Nesse sentido, este capítulo analisou a participação das mulheres camponesas na produção agroecológica do Assentamento Lagoa de Dentro I e II, localizado no município de Ourulândia-BA. Para tanto, se buscou apresentar a importância do papel da mulher na agricultura campesina e no desenvolvimento da agroecologia; contextualizar a organização das mulheres no assentamento Lagoa de Dentro I e II para a produção agroecológica; e sistematizar as práticas agroecológicas.

cológicas desenvolvidas pelas mulheres no Assentamento Lagoa de Dentro I e II.

A participação delas nos espaços de decisões da comunidade trouxe o reconhecimento de sua luta diária, pois, diante das dificuldades de acesso às políticas públicas, buscaram se organizar para a conquista de autonomia dentro da estrutura familiar e da comunidade e para a construção de espaços coletivos, como a Feira Agroecológica.

A metodologia desenvolvida foi de abordagem qualitativa, a partir da pesquisa-ação. Thiollent (1994, p. 14) afirma que a pesquisa-ação:

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Inicialmente ocorreu uma primeira oficina, onde as mulheres puderam conhecer melhor a agroecologia e seus princípios, conhecer o processo de transição agroecológica pelo qual a comunidade estava passando. Foram apresentados por elas fatos que aconteceram na comunidade que deram início a todo esse processo. Outra atividade realizada foi a roda de conversa com as mulheres para apresentação da proposta do trabalho a ser desenvolvida, se estendendo para troca de saberes e práticas do processo de transição agroecológica, a partir da organização coletiva das mulheres.

Em seguida, foi passado o vídeo "As Sementes" para a discussão do Feminismo e da Agroecologia, a partir de quatro experiências em diferentes regiões do Brasil e na relação com a experiência do Assentamento Lagoa de Dentro I e II. E por fim, foi realizada uma segunda oficina com a finalidade de discutir a transição agroecológica e a maneira como o trabalho seria desenvolvido no assentamento, com a apresentação e a discussão da relevância e dos compromissos assumidos para a socialização do resultado final.

Além das oficinas, foram realizadas visitas de campo às unidades de produção das famílias para observação do trabalho produtivo, desde o preparo do solo até o plantio, com a realização de entrevistas semiestruturadas para levantamento das práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres no Assentamento Lagoa de Dentro I e II.

Foram escolhidas nove mulheres para serem entrevistadas, tendo como critério mulheres que atuam no desenvolvimento da agroecologia e a maior parte da renda vem da agricultura. Segundo as mulheres entrevistadas, elas não conheciam os princípios da agroecologia e achavam que só era cuidar do solo e das plantas, não usar veneno e cuidar dos animais, mas depois da oficina puderam perceber que existem mais coisas para se estar praticando a agroecologia.

As mulheres camponesas e a agroecologia

A agricultura foi descoberta há mais de 10 mil anos, e diversos autores consideram as mulheres como protagonistas da história da agricultura, e que só foi possível o seu desenvolvimento por conta da função da semente, a partir dos processos de germinação na associação da fecundidade à fertilidade (KOSS, 2000).

Essa relação se dá a partir da ação das mulheres em selecionar as sementes e a sua relação com o cultivo da terra. Pode-se analisar que em todo esse trabalho, desde os povos indígenas, povos originários do Brasil, os princípios eram agroecológicos, pois todo o processo de produção era manual e de forma natural.

Ao longo dos anos, a agricultura foi sendo transformada em todo o mundo, a partir das novas tecnologias, a agricultura deixou de ser totalmente natural e teve pouca participação dos camponeses, principalmente a partir da entrada do sistema capitalista no campo. Esta transformação traz aqui a existência de dois projetos distintos no desenvolvimento da agricultura: um do agronegócio, e o outro da agricultura camponesa. Segundo Guimarães e Mesquita (2010), estes

projetos distintos estão relacionados à forma antagônica como se organizam os agricultores, na relação com o meio ambiente, na destinação da produção e nas relações de trabalho.

Na questão agrária brasileira estes dois paradigmas estão colocados: de um lado a Revolução Verde, modernização da agricultura e biotecnologia, reafirmando a velha forma do latifúndio; de outro lado a agroecologia, como uma das formas de (re)criação do campesinato, negando o fim dessa classe e se afirma nos movimentos sociais, com modelo de produção com base ecológica permitindo que as famílias permaneçam no campo, diminuindo a concentração de terras e as desigualdades sociais (GUIMARÃES; MESQUITA, 2010, p. 3).

Assim, o Agronegócio tem sua origem desde o processo de colonização portuguesa, denominado de *plantation*, voltado para grandes propriedades, sistema de plantio em monocultura, para o mercado externo e foi baseado em sistema de exploração de mão de obra a partir da escravidão. Estas características históricas permeiam até hoje, no contexto do modelo brasileiro de concentração de terra e de renda, de trabalho precarizado e de devastação do meio ambiente em favor do capital (MENDONÇA, 1998 *apud* GUIMARÃES; MESQUITA, 2010).

Nesse sentido, a agricultura campesina resiste aos processos excludentes impostos pelo agronegócio, como sujeitos históricos *resilientes* que possuem modo de vida com técnicas de manejo do solo, das culturas e dos animais que preservam o meio ambiente. Shanin (2005) afirma que a agricultura campesina resistiu ao tempo histórico, e apesar de todas as formas de exclusão de mercado e de governos, recriam-se suas resistências.

Portanto, a produção agroecológica traz a superação dos desafios enfrentados pelas mulheres camponesas dentro das áreas de assentamento: a ausência de renda e a desvalorização do trabalho são fatores atribuídos a elas pelo patriarcado, enquanto a produção é gerada pelas suas mãos, pois o trabalho das mulheres não é reco-

nhecido como trabalho, mas de ajuda ao trabalho realizado pelos homens. Diante de todos os desafios enfrentados, a mulher camponesa vai à luta a cada dia em busca de segurança e soberania alimentar e de seus direitos reconhecidos. Isso fica ainda mais explícito quando Caro (2010) *apud* Tavares, Costa e Fagundes (2016, p. 210) afirma que:

as mulheres estiveram historicamente vinculadas à descoberta, pesquisa e criação da alimentação, desde a invenção da agricultura. Experimentaram, criaram sementes híbridas, selecionaram o que era comestível e o que não era, conservaram alimentos, inventaram e refinaram a dietética, a culinária e seus instrumentos. Têm uma longa tradição de coletar, escolher, e propagar variedades de sementes para seus usos alimentícios e medicinais. São as protetoras primárias dos recursos genéticos e da biodiversidade no mundo.

Ao se tornarem geradoras de renda dentro de seus lares, as mulheres vêm lutando pela soberania alimentar e nutricional de sua família e toda a comunidade. Esse é um papel que as mulheres vêm constituindo e fortalecendo com as lutas camponesas juntamente com os movimentos sociais do campo: a alimentação saudável e a soberania alimentar.

Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não-sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido (ALTIERI, 2004, p. 16).

A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidirem seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas capitalistas.

As mulheres camponesas de Ourolândia

O Assentamento Lagoa de Dentro I e II, localizado no município de Ourolândia, caracterizado com clima semiárido, ao longo do ano existe baixa pluviosidade com média anual de 445 mm, sendo o mês mais seco agosto, com 1 mm de precipitação, e a maior precipitação ocorre em dezembro, com média de 87 mm.

Desde o início da formação do município de Ourolândia já existiam muitas terras nas mãos de poucos. É possível verificar na estrutura fundiária do município, segundo o IBGE (2017), que 79% dos estabelecimentos do município são minifúndios, ou seja, possuem terra abaixo do módulo fiscal que é insuficiente para a manutenção de uma família.

A história de resistência, de luta e de conquista do Assentamento Lagoa de Dentro I e II é a estrutura que fortalece as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres no assentamento. O processo de produção agroecológica teve início em 2007, quando as atividades eram realizadas em seus respectivos quintais, onde eram desenvolvidas tecnologias sociais de convivência com o semiárido, a partir de tanques feitos de lona com profundidade de mais de 1 m e comprimento de 4 a 5 m. Estes tanques eram escavados pelos maridos e por algumas mulheres, e as mulheres tinham todo o cuidado com as leiras. A atividade na agricultura era desenvolvida pelas mulheres, que se dedicavam às hortaliças, mas também à plantação de sequeiro junto a seus companheiros e filhos.

A conquista formal da terra através do INCRA trouxe para a comunidade um *pacote tecnológico* que incentivou a entrada de insumos externos na comunidade. Nesse período os posseiros foram contemplados com sementes transgênicas para desenvolver as suas atividades agrícolas em seus respectivos lotes. Além da perda cultural das sementes nativas, os usos de máquinas agrícolas causaram a perda cultural do processo de preparo da terra, em que as famílias pre-

paravam a terra com a roçadeira, não utilizando trator; a vegetação natural foi devastada e houve a perda da conservação das sementes crioulas. Hoje o solo está se recuperando da degradação e nele é cultivada a produção de hortaliças e frutíferas (Figura 1).

Figura 1. Área de produção coletiva no Assentamento de Lagoa de Dentro I e II.



Fonte: Aidraiane Ferreira dos Santos (2019).

Sobre isso, Siliprandi (2013, p. 1) aborda que:

[...] Em linhas gerais, a modernização da agricultura ocorrida no Brasil desde a década de 1960 seguiu o modelo da Revolução Verde, a chamada 'industrialização da agricultura'. Apoiado em políticas estatais de crédito subsidiado, pesquisa e assistência técnica, esse modelo promoveu uma mudança no padrão tecnológico de produção agrícola, levando à maior concentração fundiária e a profundas transformações nas relações sociais no campo e na cidade.

Inicialmente algumas famílias trabalhavam na cultura do sisal, mas a distância da sede do município levou estas famílias a buscarem alternativas para geração de renda. Essa discussão é importante para compreender o processo de modelo de reforma agrária instituído no Brasil. Apesar de formalmente serem consideradas como assentadas pelo INCRA, inicialmente havia muita precariedade. Segundo Fernandes (2000, p. 36),

a implantação dos assentamentos representa um impacto socioterritorial importante, promovendo o desenvolvimento local. Nessas áreas, os sem-terra constroem sua própria existência por meio da geração de renda e trabalho. Existem várias lutas após a conquista da terra: luta por crédito agrícola, por escola no assentamento, por moradia, por estradas, por transporte coletivo, por energia elétrica, por saúde etc., que levam a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. A conquista da terra é condição essencial para o avanço dessa luta pela cidadania.

Nesse contexto, o Assentamento Lagoa de Dentro I e II não tinha acessado os projetos do INCRA e a alternativa encontrada foi o plantio de hortaliças, que já eram cultivadas para o consumo, mas se expandiu para a comercialização.

O conceito de soberania alimentar trazido por Stédile e Carvalho (2012) é o do conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. A segurança alimentar traz como princípio que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao estado o dever de promover os recursos para que as pessoas se alimentem.

Segundo relato das mulheres entrevistadas, a comercialização surgiu como forma de geração de renda. Atualmente o plantio e a venda dos produtos são feitos pelas mulheres, que começam a colheita do que vai ser comercializado na feira, no domingo durante o dia inteiro, para comercializar na segunda, dia em que acontece a feira livre do município. Algumas mulheres aos sábados comercializam nos povoados e em uma Feira Agroecológica, fruto desta organização.

Assim, o assentamento Lagoa de Dentro I e II é reconhecido no município de Orolândia pela sua produção agroecológica, sendo as mulheres protagonistas dessa produção que vem a cada ano aumen-

tando e sendo modelo para outras comunidades do município, e principalmente para outras mulheres das comunidades vizinhas que partem do nosso exemplo para se organizarem na produção agroecológica.

As mulheres de Lagoa de Dentro I e II junto ao CETA buscam seus direitos e as condições de sua permanência na comunidade como camponesas. Neste contexto, sobre a quantidade de mulheres e a importância das mesmas, Butto e Dantas (2011, p. 12) afirmam que:

as mulheres correspondem quase à metade da população rural (PNAD IBGE, 2006). São quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios e a maioria delas não contam com o devido reconhecimento da sua condição de agricultora familiar e camponesa. Apesar disso, assumem de forma crescente a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar que integram.

A luta pela igualdade de gênero é uma das bandeiras das mulheres, os movimentos sociais de luta pela terra têm acompanhado toda a emancipação, as mulheres vêm ocupando novos espaços diante de uma sociedade machista e preconceituosa. A luta por igualdade de gênero é diária e incessante, no entanto as mulheres camponesas vêm alcançando espaços dentro da sociedade e de seus lares, onde a sua autonomia é crescente a cada dia, junto com sua luta. As mulheres se organizam em grupo para discutirem novas práticas de combate às pragas que afetam a produção, discutir a comercialização e a participação em eventos de formação, tanto no âmbito social como no produtivo.

Sobre o reconhecimento do papel da mulher na construção da sociedade, Tavares, Costa e Fagundes (2016, p. 129) afirmam que:

a organização do trabalho nos sistemas camponeses de produção e o desenvolvimento da agroecologia na unidade familiar trazem elementos centrais para a construção da autonomia e eman-

cipação da mulher camponesa, além da organização do trabalho produtivo. Para desconstruir as relações patriarcais são necessários processos de formação política para criação de um novo jeito de viver em sociedade com a nova mulher e o novo homem.

A busca pelo reconhecimento como agricultora familiar é uma luta desenvolvida pela maioria das mulheres camponesas, a conquista da autonomia vem acompanhada da luta pela permanência no campo. Diante da ausência de acesso aos seus direitos, as mulheres buscam se organizar para a conquista de escolas, postos de saúde, hospitais etc., como condição de permanência. Portanto, a luta das mulheres camponesas se torna mais ampla, junto com as suas famílias, por transformação das suas condições sociais e econômicas.

As mulheres são protagonistas da transição agroecológica dentro da comunidade de Lagoa de Dentro I e II, ao iniciarem o plantio com as sementes crioulas e a preservação da vegetação nativa e o uso das plantas medicinais. Esta discussão apareceu no debate sobre o filme "As Sementes", em que trouxeram com ênfase a importância das mulheres para o processo de transição agroecológica do Assentamento Lagoa de Dentro I e II.

Relataram nas entrevistas que existiam resistências às práticas agroecológicas por parte de algumas famílias no início do processo de transição do assentamento. Esta resistência foi vencida a partir de práticas coletivas em áreas degradadas com uso de adubos orgânicos e biofertilizantes. O resultado alcançado incentivou as famílias a adotarem essas práticas, tanto nas atividades coletivas como nos quintais produtivos. Compreendem, assim, que esta ação levou o assentamento ao processo de transição agroecológica, mesmo que ainda tenha apenas uma família que ainda utiliza agrotóxico.

Na criação de animais também são desenvolvidos medicamentos naturais para o combate de enfermidades como: o gogo das ga-

linhas, piolhos e pichilingas⁹, bicheiras nos bovinos e caprinos, empanzinamentos, entre outros. Todas essas práticas são desenvolvidas de forma natural e principalmente pelas mulheres. Durante as visitas pude contribuir com o preparo de um composto orgânico que é utilizado tanto nas leiras como nas frutíferas.

Nas visitas realizadas aos quintais produtivos, pode-se observar grande diversidade de plantas medicinais ao redor da casa, para elas as plantas medicinais trazem os saberes dos seus antepassados. Essas plantas são usadas na medicina natural de diversas formas, tanto para a cura de pessoas como de animais.

As frutíferas e hortaliças são produzidas tanto para o consumo como para a comercialização, identificadas nos quintais das mulheres. Entretanto, apontaram nas entrevistas que um dos desafios superados foi a ausência de espaço para comercialização. Um dos espaços que utilizam para comercialização de forma coletiva são as feiras livres.

Segundo Khatounian (2001), as feiras livres trazem uma relação direta do agricultor com o consumidor, onde se cria uma cooperação entre os dois sujeitos que possibilita maiores ganhos, tanto para os agricultores como para os consumidores. A participação nas feiras livres possibilitou a conquista da Feira Agroecológica de maneira coletiva e integrada, a partir do potencial produtivo do assentamento.

Outra conquista relacionada pelas mulheres foi o reconhecimento de sua carga horária de trabalho. Antes não contabilizam, pois a sua tarefa na agricultura era apenas uma atividade ligada ao trabalho doméstico, o cuidado com o animal, o plantar das leiras e todo o cuidado até sua colheita. Esse reconhecimento foi a partir das formações do CETA, que despertaram nas mulheres a vontade de se libertarem desse sistema de dominação.

⁹ Pichilinga é o piolho que ataca as galinhas ou outros tipos de aves, e pode se espalhar em todo o ambiente. As galinhas que estão chocas são propícias a esse tipo de piolho, podendo abandonar o ninho por conta do incômodo que as pichilingas causam.

Nas entrevistas relataram que essa libertação foi possível a partir do empoderamento que assumiram a partir do protagonismo na geração de renda, deixando de ser dependentes de marido. O empoderamento dessas mulheres foi um processo de muitos anos, ao descobrirem a produção agroecológica, quando elas obtiveram renda própria. Modificaram as formas de manejo do solo e da produção do assentamento, organizaram processos coletivos de comercialização e de participação política em espaços antes exclusivos dos homens.

O movimento CETA fez parte dessa história ao incentivar a participação das mulheres do Assentamento de Lagoa de Dentro I e II a fazerem parte da coordenação do Movimento CETA, da associação e demais entidades de luta pelos direitos das mulheres, em conselhos municipais e territoriais. Nesse sentido, Butto e Dantas (2011, p. 14) abordam que:

a superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos. No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres sindicais e sem terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. Fruto da reivindicação de grandes mobilizações nacionais como a marcha das margaridas, e um maior reconhecimento social de sua reivindicações.

As mulheres camponesas vêm ocupando novos espaços e garantindo seu lugar em meio a uma sociedade que não valoriza seu trabalho e nem lhes dá espaços dentro das políticas públicas. As mulheres do Assentamento de Lagoa de Dentro I e II conquistaram um projeto de criação de caprinos, sendo beneficiadas sete mulheres. A forma de organização delas gerou uma rede, onde os animais após um ano e seis meses eram repassados para as demais que não fo-

ram contempladas, gerando um empoderamento dessas mulheres e o fortalecimento das mulheres entre elas na comunidade.

Considerações finais

A partir do trabalho desenvolvido, foi possível observar a importância da participação das mulheres camponesas na produção agroecológica do Assentamento Lagoa de Dentro I e II, localizado no município de Ourolândia-BA. Este assentamento é referência no município de produção e comercialização agroecológica, mas ainda passa por processos de transição, mediante o modelo de reforma agrária adotado pelo Estado brasileiro.

Por outro lado, importante destacar a importância dos movimentos sociais do campo de luta pela terra, a partir da CPT e da organização do CETA, que possibilitam processos organizativos, por um lado, de resistência e de lutas pelas estruturas para além da terra, e por outro, de formação de outro modelo produtivo de base agroecológica, em contraposição aos modelos de concentração e de exploração, materializados em *pacotes tecnológicos* adotados apenas como sistemas de produção.

Este capítulo é uma pesquisa importante para compreender a importância do papel da mulher na agricultura e no desenvolvimento da agroecologia e da agricultura camponesa, na contraposição de dois modelos distintos e antagônicos de agricultura: o agronegócio e a agricultura camponesa. Entretanto, é importante a resistência contra a influência do agronegócio com características de devastação do meio ambiente e de *produtivismo* de acumulação de capital, em detrimento das condições de trabalho e de vida dos camponeses.

Nesse contexto, a experiência do Assentamento de Lagoa de Dentro I e II na produção agroecológica demonstra a importância de luta pela terra, de organização comunitária protagonizada pelas mulheres, a partir de práticas de transição e de participação em espaços

de representação política. Para a comunidade, o trabalho apresenta uma sistematização importante para visibilizar e valorizar o desempenho das mulheres, na busca de sua autonomia e empoderamento, com espaços de poder e de fala.

Em relação à produção, a partir da transição agroecológica também se ganha maior visibilidade o trabalho das mulheres, pois estão cuidando do meio, do solo, da água e de todos os recursos naturais. A questão da geração de renda é um fato que devemos ressaltar no sentido do fortalecimento da agroecologia, pois através da produção agroecológica é que essas mulheres conseguem ter a garantia de sua renda, com a construção de sua autonomia.

Este trabalho é um início, mas serão necessárias outras pesquisas para aprofundar as questões apontadas para o fortalecimento de modelos de assentamento de reforma agrária. Questões que tenham centralidade em um desenvolvimento implicado com o modo de vida dos camponeses e o papel das mulheres no processo de organização comunitária e de luta pela terra.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2004.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

FERNANDES, B. M. O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil. **Análisis de casos**, set 2000, p. 33-36. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/105/O%20MST%20e%20a%20luta%20pela%20reforma%20agr%C3%A1ria%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>. Acesso em: jan 2019.

GUIMARÃES, R. R.; MESQUITA, H. A. de. Agroecologia x Agronegócio: crises e convivências. **Espaço em Revista**, UFG, vol. 12, n. 2, jul/dez

2010, p. 1-17. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16966>. Acesso em: fev 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: jan 2019.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KOSS, M. V. **Feminino+Masculino**: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades. São Paulo: Escrituras, 2000.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista, **Revista NERA**, ano 8, n. 7, julho/dezembro de 2005, p. 1-21. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/1456-4239-1-PB.PDF>. Acesso em: dez 2018.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. **Soberania alimentar**: uma necessidade dos povos. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos>. Acesso em: nov 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói-RJ: Alternativa, 2013. p. 329-343.

TAVARES, J.; COSTA, J.; FAGUNDES, M. (orgs.). **Diversidade produtiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

Experiência das mulheres camponesas do Assentamento do Rose

*Aline Machado Santana
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

Este trabalho de pesquisa foi realizado no Assentamento do Rose, em Santaluz - BA, localizado a 6 km da sede do seu município, no Território de Identidade Sisal no semiárido baiano. Nesse assentamento as mulheres rurais criaram o grupo denominado "Grupo de Mulheres Produtoras do Rose GMPR", que produz e beneficia, dentro dos princípios agroecológicos, hortaliças, frutíferas, sequilhos e bolachinhas. Estas mulheres foram ganhando visibilidade dentro de diversos espaços, permitindo e construindo a sua autonomia.

O assentamento Rose é caracterizado pela resistência popular e a diversidade cultural que se encontra na comunidade. A agricultura camponesa é importante na soberania das famílias e na fonte de renda de algumas mulheres que revendem hortaliças na comunidade, através do grupo produtivo.

A área é de reforma agrária, exemplo de resistência e palco de lutas que fizeram do Rose um ambiente de orgulho para quem vive e cultiva nas terras do assentamento. Fernandes (2003) afirma que os assentamentos rurais são possibilidades de territorialização dos camponeses por meio da luta pela terra, necessária para a realização da reforma agrária. Este capítulo tem como objetivo analisar a experiência da organização das mulheres camponesas do Assentamento do Rose, situado no município de Santaluz - Bahia, como forma de garantir o empoderamento destas mulheres a partir de formação de grupo produtivo solidário e agroecológico.

Nesse sentido, foi necessário apresentar como as ações de implantação de um grupo produtivo solidário e agroecológico pode ser estratégia importante para incentivar o empoderamento de mulheres camponesas; e evidenciar como a experiência da organização em grupo produtivo solidário e agroecológico das mulheres camponesas contribui para os encontros vivenciados no Assentamento do Rose.

Esse capítulo foi motivado pela importância que as mulheres assentadas têm em sua trajetória nas lutas, resistências, debates políticos, conseqüentemente, assumem as suas identidades e conquistam os seus espaços dentro da sociedade em que estão inseridas, no contexto de contribuir para o seu empoderamento e autonomia.

Assim, acabam desconstruindo estereótipos de submissão e inferioridade ditados pela sociedade patriarcal, que imprime a ideia de que o lugar das mulheres deve se limitar a cuidar da casa e dos filhos. Um dos maiores motivos da pesquisa é ver a luta e a determinação destas mulheres camponesas em alcançar o seu sonho, a vontade de promover uma vida digna com alimentos saudáveis, um solo sadio, a valorização do trabalho desenvolvido pelo grupo e o respeito aos saberes de cada uma.

Dessa forma, ao assumirem o seu lugar na sociedade, como sujeitos de direitos, as mulheres camponesas do Assentamento do Rose constroem uma nova história em suas vidas, tornando-se protagonistas, resultando assim no empoderamento feminino.

Afinal, realizar atividades de produção associada torna-se uma ferramenta consistente para a atuação destas mulheres camponesas na construção da agroecologia, criando autonomia e melhores condições de vida. No atual cenário sociopolítico, inúmeras experiências evidenciam a necessidade de se refletir sobre a valorização dos espaços que incluam as mulheres em sistemas produtivos, tanto para

a complementaridade de gênero, quanto para a implantação de um sistema produtivo (BRUMER, 2014).

A hipótese é que a organização produtiva coletiva das mulheres oportuniza o seu empoderamento a partir da organização coletiva e faz com que elas venham conquistando espaços, produzindo e se capacitando. Destarte, este capítulo apresenta reflexões acerca da importância do empoderamento feminino para a valorização da mulher assentada, seja através do seu papel de mãe e esposa, como também, de sujeito atuante na agroecologia.

Em face disso, é certo afirmar que este capítulo é importante para elucidar a importância da agroecologia no direcionamento de sistemas de produção, no cuidado com a estabilidade dos ecossistemas naturais, através da correlação entre dinâmicas de inovações agroecológicas e empoderamento das mulheres; bem como para ampliar os conhecimentos das mesmas na construção da agroecologia, e conseqüentemente da autonomia feminina.

A metodologia de pesquisa utilizada é de caráter exploratório, de natureza qualitativa, com análise de pesquisa bibliográfica e de observação participante, com uma amostra não probabilística e intencional para realização de entrevistas. Foram entrevistadas oito das vinte mulheres que compõem o grupo, que foram identificadas como espécies da caatinga no trabalho, que representam a organização e a atuação coletiva que buscaram prover a sua independência financeira como aspecto importante de autonomia, validando o seu papel de protagonista frente à sociedade patriarcal.

Sendo assim, estes instrumentos embasaram a participação das mulheres do Assentamento do Rose na pesquisa, como forma de possibilitar a sistematização da experiência a partir de reflexões das lutas, através de espaços formativos realizados de março a setembro de 2019 e a análise de documentos, através da pesquisa documental e bibliográfica.

Mulheres rurais e Agroecologia

A divisão sexual do trabalho está profundamente relacionada com as representações que a sociedade vincula aos gêneros, em que o homem possui o papel provedor que realiza o trabalho pesado e a mulher realiza o trabalho leve, caracterizado como ajuda. Assim, ao trabalho masculino é atribuído valor e ao da mulher não, produzindo uma distribuição desigual de poder e prestígio (PAULILO, 1982, p. 65).

Nesse ínterim, as relações sociais no espaço rural, por muito tempo, foram baseadas num modelo de dominação, e se reproduziram através de mecanismos materiais e simbólicos que ancoram as desigualdades de gênero impostas pela sociedade. As mulheres foram vítimas da produção e reprodução dessas desigualdades, tendo em vista que o papel atribuído a elas era apenas dentro da família, cuidando da casa, dos filhos e ajudando na agricultura, sem nenhum retorno financeiro e/ou reconhecimento.

Desse modo, essa diferenciação fortalece uma relação de poder impregnada na sociedade que é concretizada através da discriminação e da opressão das mulheres. Scott (1995, p. 75) destaca que:

[...] o termo "gênero" é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum pra diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade de dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

A sociedade precisa estar consciente sobre como a relação de dominação é construída, sempre colocando as mulheres em uma posição de inferioridade e submissão. Desta forma, esse cenário revela uma constante necessidade de se fortalecer a autonomia feminina e

o seu empoderamento nos diversos espaços, principalmente em comunidades tradicionais e rurais. Assim,

a superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização em movimentos sociais mistos. No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultora, como sujeitos políticos [...], que reivindicam direitos econômicos e sociais. Fruto da reivindicação de grandes mobilizações nacionais como a Marcha das Margaridas, e um maior reconhecimento social de suas reivindicações (BUTTO, 2011, p. 14).

Nesses movimentos, as mulheres lutavam contra as desigualdades no campo, além disso, as manifestações, lutas e reivindicações sociais eram desenvolvidas com o apoio dos movimentos sindicais, expandindo-se, então, por todo o país. Segundo Montaño e Duriguetto (2011), tornou-se num meio da população ter acesso a melhores condições de vida e ao livre associativismo, aspirando à promoção ao acesso à igualdade e à democracia.

O associativismo acontece quando algum grupo realiza alguma atividade como um objetivo em comum, em diversas associações, fazendo com que as comunidades saiam do anonimato e passem a ter maior expressão sociopolítica e econômica. Através da economia solidária, muitas pessoas vêm crescendo socialmente, gerando uma maior qualidade de vida familiar e aumentando sua autonomia, trazendo benefícios aos jovens que encontram um objetivo socioeconômico. Através dessas atividades as pessoas conseguem conviver em grupo, tendo assim uma melhor relação social.

O envolvimento da mulher com a agricultura e as relações de produção com bases agroecológicas é histórico, sobretudo, porque as mulheres estão presentes em todas as atividades produtivas e não produtivas agrícolas ou não agrícolas da agricultura camponesa. No entanto, "os espaços ocupados pelas mulheres aparecem secundari-

zados e menosprezados, em clara oposição àqueles espaços onde os homens estão presentes" (BRUMER, 2014, p. 27).

Para Biase (2007, p. 7), são importantes as "experiências que incluem as mulheres em sistemas produtivos alternativos, tanto quanto à possibilidade da complementaridade de gênero, quanto à implantação efetiva do sistema produtivo". Nestes pressupostos, surge a necessidade do empoderamento das mulheres camponesas, reverenciando as mesmas como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente e, principalmente, como portadoras de um conhecimento sensível quanto à destruição da natureza, o que possibilita o surgimento de um debate sobre a questão da sustentabilidade e das relações sociais de gênero no meio rural. É importante ressaltar, ainda, que o empoderamento feminino se expande à medida que se compreende a mulher como protagonista social na história (MIRANDA; SILVEIRA; HOELTGEBAUM, 2008).

Dessa forma, para analisar o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres é necessário considerar que as tarefas são realizadas de modo de produção conjunta, entre os trabalhos domésticos, de cuidados e produtivo. Assim, a valorização das mulheres como elemento central no modelo de produção agroecológico acaba por fomentar sua importância nesse sistema, ressaltando as atividades tradicionalmente desenvolvidas por elas no âmbito da produção familiar: hortas, pomares, pequenos animais, agregação de valor da produção. Além disso, contribui para a mudança do comportamento no aspecto produtivo e uma maior participação das mulheres em atividades para além das relacionadas às domésticas.

De acordo com Ferreira (2009), a agroecologia surge com o objetivo de estabelecer modos de produção equilibrados do ponto de vista social e econômico, além de restaurar os vínculos perdidos pelos padrões convencionais de produção. Para tanto, a agroecologia propõe uma abordagem nova no desenvolvimento agrícola, o que a

torna diferente da produção mecanizada ao destacar questões tais como sustentabilidade, segurança alimentar, conservação de recursos, equidade, dentre outros. Desta forma, subsidia a base ecológica para a preservação da biodiversidade na agricultura, através da recuperação do equilíbrio ecológico dos ecossistemas agrícolas, "com o objetivo de alcançar uma produção sustentável" (ALTIERI; NICHOLLS, 2000, p. 32). Destarte, Pacheco (2009, p. 11) enaltece que,

se a agroecologia tem como uma de suas condições primordiais a recuperação da organização camponesa – tradicional, histórica e cultural –, seria fundamental a valorização dos espaços historicamente considerados femininos, e a igualdade de gênero seria uma condição essencial para a sustentabilidade da produção agroecológica e a cidadania no campo.

Com isso, o grau de autonomia das mulheres aumenta, o que conseqüentemente contribui para a diminuição da carga de trabalho, e garante uma maior segurança alimentar e nutricional das famílias. Portanto, a agroecologia não se caracteriza apenas pela adoção de práticas específicas, como a não utilização de venenos ou sementes transgênicas; ela traz a ideia de que as pessoas fazem parte da natureza e que a sobrevivência de ambas está relacionada.

Além disso, traz também a ideia de que o desenvolvimento precisa respeitar a biodiversidade, as diferentes culturas, assim como enfrentar as questões de discriminação entre os gêneros, raças e etnias. Desta forma, as mulheres fazem parte desse ambiente, pois a agroecologia é a integração de todos os seres vivos.

Contudo, é importante lembrar que as mulheres adquiriram, historicamente, um vasto saber sobre os agroecossistemas que manipulam, pois sempre exerceram um importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéti-

cos e filogenéticos e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar (SEMA, 1997, p. 98).

A utilização dos sistemas agroecológicos desenvolve a economia solidária como um fator primordial para mudança no posicionamento dessas mulheres na sociedade, facilitando a economia e sua autonomia. Vale evidenciar que a partir da economia solidária esta mudança pode tomar forma, pois ela se caracteriza como um trabalho associado de produção, que se trata de "toda atividade realizada no coletivo, que tem o associativismo como base, pode ser considerada uma forma de economia solidária" (NESOL, 2015, p. 65).

As formas de agricultura camponesa, assentamentos do MST, cooperativas, recicladores, experiências de finanças solidárias, clubes de troca, entre outras tantas indicam a grande diversidade de atividades denominadas de economia solidária. A partir deste tipo de economia, os participantes constroem vínculos de reciprocidade como sustentáculo para as suas relações de cooperação, por meio, inclusive, de mobilizações, o que contribui na busca em dar visibilidade às mulheres ligadas ao movimento, que possibilita meios de economia de sustentação material das mulheres e pelas mulheres, diminuindo, portanto, as desigualdades de toda ordem entre homens e mulheres.

A economia solidária pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades de gênero por meio da utilização de recursos variados, com foco prioritário nas necessidades humanas e na constituição de espaços de proximidade assegurados principalmente pela dedicação das mulheres (SPECHEIT, 2009, p. 4) Além disso, as redes de comercialização solidária, unidas à produção agroecológica, têm se mostrado como uma possibilidade eficaz no incentivo da sustentabilidade no campo, pois somam valores que não se limitam somente à questão econômica e fortalecem a agricultura familiar.

Assim, no intuito de se alcançar uma perspectiva de desenvolvimento rural baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero, é de fundamental importância garantir o reconhecimento do trabalho que

as mulheres desenvolvem na preservação da biodiversidade, a fim de favorecer a continuidade e o fortalecimento da agricultura familiar com bases agroecológicas.

De acordo com Ferreira (2009), a agroecologia trata-se de uma ferramenta de enfrentamento ao agronegócio, a partir da produção de alimentos saudáveis, acessíveis e em quantidade, do cuidado com as pessoas, da geração de renda, autonomia e soberania alimentar para todos os envolvidos, além da apropriação do conhecimento para o desenvolvimento dessa ferramenta, e do respeito de todas as formas de vida e bens da natureza. Contudo, a agroecologia não é um nicho de mercado, não é troca de serviços, matéria-prima, nem tampouco uma agricultura orgânica simplesmente, ela é, de fato, uma ferramenta de enfrentamento ao agronegócio em sua essência.

Nesse pressuposto, Costa (1997) propõe que alguns critérios sejam considerados na análise sobre o empoderamento, como a construção de uma autoimagem e confiança positiva, o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, a construção da coesão de grupo, sem deixar de mencionar a promoção da tomada de decisões e a ação.

É de suma importância evidenciar que o empoderamento das mulheres produtoras pode ser um processo de muitos anos, até a percepção de que através da produção agroecológica elas podem obter renda própria, desde a modificação das formas de manejo do solo, e produção do assentamento, até a organização dos processos coletivos de comercialização e de participação política em espaços antes dos homens.

História do grupo de mulheres do Rose

O Assentamento do Rose surgiu a partir de organização das famílias originadas da região de Conceição de Coité, Retirolândia, São Domingos e Valente, que ocuparam as terras da fazenda Lagoa do Boi, que pertenciam à Companhia de Celulose da Bahia – CCB com

a ajuda de sindicatos e da igreja católica de Coité, assim como da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB e do Movimento de Organização Comunitária – MOC.

O Assentamento do Rose está localizado a 6 quilômetros da sede do município de Santa Luz, e é uma área de reforma agrária, o qual tem um contexto histórico de luta e resistência, já que os moradores tiveram que travar lutas com os fazendeiros e outros, que tentavam a todo custo lhes derrotar por cerca de dois anos. Apesar de todo esse contexto de dificuldades, os assentados conseguiram garantir a conquista das terras e lá nasceu um assentamento rico em culturas trazidas de vários locais, que ao se misturarem, criaram uma identidade do lugar.

De acordo com Oliveira (1996), a primeira casa foi construída em janeiro de 1990 e hoje o povoado tem sete ruas e uma avenida central, com espaço para a escola, posto de saúde, quadra de esportes, campo e outros espaços de lazer.

A princípio, a forma de organização existente era um grupo de trinta e três pessoas, conhecidas como “Os trinta e três”, que era responsável pela organização dos trabalhos desenvolvidos no assentamento. Cinco meses depois, sentiram a necessidade de criar uma associação, a APCOR – Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Rose, criada pelos moradores, e que começou a cuidar dos assuntos que dizem respeito ao assentamento.

A principal fonte de renda existente no assentamento era o motor de sisal¹⁰, destoca¹¹, criação de animais como caprinos, ovinos, aves, suínos, e poucos bovinos, que serviam para o consumo da família. Disponha também da plantação de mandioca, milho, feijão, abóbora e

¹⁰ Máquina desfibradora utilizada na exploração do sisal.

¹¹ Espécie de atividade manual praticada por homens e mulheres na manutenção de propriedades rurais.

melancia. As terras do assentamento correspondem a 1.360 hectares, com 78 posseiros e cada um deles possui em média 17,4 hectares de terras. Esses posseiros são caracterizados como agricultores camponeses. Segundo Fernandes (2003, p. 15), "são sem-terra, são posseiros, são pequenos agricultores, são sindicalistas: são camponeses".

O Assentamento do Rose possui uma riqueza cultural e participação nos movimentos sociais, isso graças a diversidades de pessoas com costumes e culturas diferenciadas. Por conta disso, existe um grupo de samba cujo nome é Rosas Vivas, além da presença de diversas pessoas que contam as histórias da comunidade, griôs/mestres da oralidade, que enfeitavam e animavam nossas noites com suas histórias e vivências contadas ao redor de uma fogueira, nas noites de luau.

No Assentamento do Rose vivem mulheres camponesas que vêm superando as amarras do machismo, no intuito de transformar a realidade em que elas estão inseridas, afinal, através do enfrentamento junto com os homens na ocupação das terras, e das relações firmadas nas lutas pelo seu protagonismo, essas mulheres empoderaram-se. Munidas de experiências cotidianas que enriquecem e fortalecem as ações e conquistas, as mulheres produtoras do assentamento do Rose alcançaram um empoderamento para além do que acreditavam alcançar.

A princípio, muitas delas dependiam financeiramente dos seus maridos, o que impossibilitava, na maioria das vezes, que comprassem produtos para seu uso ou que fizessem o que achassem conveniente, pois o dinheiro dos seus esposos dava somente para a alimentação da família, e por mais que algumas delas trabalhassem no motor do sisal, o dinheiro era dado aos esposos, por cultivarem uma herança patriarcal de submissão da mulher ao homem.

Com o tempo, algumas moradoras do assentamento começaram a participar de um grupo formado por mulheres na comunidade de Serra Branca, localizado a 18 quilômetros da sede de Santaluz, e

assim essas mulheres decidiram que precisavam criar um grupo na comunidade. Elas pediram ajuda ao presidente da associação na época, que contribuiu com a organização, surgindo assim o Grupo de Mulheres Produtoras do Rose – GMPR, que iniciou com oito mulheres e cresceu, chegando a comportar vinte.

O GMPR é de fundamental importância na vida dessas mulheres, pois além de ajudar financeiramente, ele contribui para o acesso ao conhecimento. Pois através de reuniões e cursos de capacitação, elas trazem seus aprendizados para a vida pessoal e praticam com familiares e amigos o que aprenderam. Com o grupo, essas mulheres participam de assuntos antes restritos para elas, como pagamento de contas, compra de alimentos e até mesmo produtos pessoais, como roupas e acessórios, o que antes era função somente do homem.

Para além do grupo, que muitas dizem que serve de terapia, as mulheres se divertem com rodas de samba, onde elas dançam e cantam, esbanjando sorrisos e alegria por onde passam com o Grupo Rosa Vivas, que se apresenta em datas importantes, como o aniversário do assentamento, e em comunidades e feiras para expor seus costumes culturais. O zumba também é praticado, onde elas se divertem fazendo esse tipo de exercício físico e psicológico.

Apesar de haver um preconceito da sociedade com relação ao gênero feminino estar desenvolvendo atividades como o futebol, as meninas do Rose não deixaram que isso abalasse sua força de vontade, e até os dias atuais praticam esse esporte com forma de lazer, em torneio com comunidades vizinhas e em campeonatos que envolvem toda a cidade. As noites e momentos culturais têm a participação de toda a comunidade com muita música, histórias e diversão, juntando homens e mulheres, crianças e idosos para se divertirem em momentos únicos.

O Assentamento do Rose é um espaço de ampla diversidade cultural, onde mulheres encontraram seus espaços para protagonizarem a própria história a fim de um maior reconhecimento profissional

e pessoal. São guerreiras que correm atrás dos seus sonhos e conquistam fronteiras antes nunca imaginadas.

Nesse espaço de construção de reconhecimento, a produção agroecológica é uma conquista primordial na emancipação dessas mulheres, sendo assim um fator fomentador da construção do protagonismo feminino. As práticas agroecológicas adotadas, como produção de hortaliças, frutíferas, ervas medicinais, sequilhos, bolachinhas e beiju, pelas mulheres do GMPR, além de contribuírem para o desenvolvimento rural sustentável, são uma importante ferramenta para o empoderamento destas mulheres.

Nesse contexto, é necessário compreender o que é a agroecologia e a sua importância. Guedes (2010) afirma que a agricultura com bases agroecológicas considera a qualidade de vida e a segurança alimentar como fatores primordiais para o seu desenvolvimento, a fim de promover a conservação ambiental, tendo em vista que procura utilizar defensivos orgânicos e os insumos existentes na unidade familiar em vez de agrotóxicos.

Além disso, segundo Gliessman (2009), é importante, ainda, salientar que a agroecologia se trata de uma construção social que envolve uma parte dos sujeitos que vivem no campo, suas respectivas entidades sociais e os demais atores que se desenvolvem no sentido de construção e consolidação da educação no campo e das demandas agroecológicas, o que parece resultar em uma expansão das estratégias de meios de vida, com o intuito de melhorar as condições de vida das famílias agricultoras.

Nesses pressupostos, a organização das mulheres do Assentamento do Rose se deu, principalmente, pela necessidade de obtenção de renda, afinal, através da produção de hortaliças e fabricação de beiju e sequilhos, começaram a fazer entrega para a prefeitura do município e para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Assim, distribuindo para outras comunidades, essas mulheres altera-

ram as relações de poder dentro da família, passando a ter mais força para tomar decisões.

Por sua vez, no que se refere à exclusão social e política dessas mulheres, ligada às relações de poder referentes ao gênero dentro da comunidade, há uma grande modificação dessas relações sociais, pois através do grupo de produção elas passaram a participar ativamente das decisões que impactam o assentamento. Nesse ínterim, Schaaf (2001, p. 272) ressalta que,

[...] as mulheres como catalizadoras importantes em iniciativas inovadoras, atuando como boas organizadoras, desempenhando o seu papel como mães e, ao mesmo tempo, mantendo o olhar atento para o detalhe e desenvolvendo capacidades de coordenação em várias atividades organizativas. Observa-se, então, uma função importante – indireta – do movimento na sobrevivência das agricultoras e de suas famílias [...].

Diante disso, ampliar o papel da mulher como protagonista contribui para melhorar a autoestima, a qualidade de vida e para a promoção de mudanças que estimulam o bem-estar físico, social e psicológico das envolvidas.

Além do mais, o sistema produtivo agroecológico pode se constituir numa estratégia de desenvolvimento rural para o semiárido nordestino, pois tem como princípio condutor a inserção de processos produtivos e gerenciais das particularidades ecológica, sociocultural, produtiva e financeira existentes nos estabelecimentos rurais e em seu entorno. Nesse sentido, as mulheres rurais afirmaram:

Com o grupo de produção, várias mulheres foram ganhando conhecimentos e autonomia dentro dos espaços, conquistando prêmios e se apresentando em outras comunidades, mostrando os trabalhos desenvolvidos pelo nosso grupo (BROMÉLIA, 2019).

Hoje em dia as mulheres compram o que quer [sic] com sua própria renda, procura [sic] sempre ir atrás de seus lazeres de sua vida social e tudo a partir do

grupo de produção, eu agradeço todas do grupo e por todas nossas conquistas (MIMOSA, 2019).

Nesses pressupostos, as mulheres agricultoras familiares, trabalhadoras rurais e camponesas que, em meio aos movimentos da agricultura familiar identificados com a agroecologia, vêm se estabelecendo como sujeitos políticos, são mulheres que se estimulam através de grupos, articulações que organizam experiências produtivas e de comercialização, para fazer aparecer o ponto de vista das mulheres dessa área. "A partir da produção agroecológica nós mulheres do grupo teve um reconhecimento maior, tanto dentro da nossa comunidade quanto dentro de outros espaços" (MACAMBIRA, 2019).

De acordo com as mulheres entrevistadas no assentamento do Rose, a partir das discussões é feita a organização dos grupos, que se dá a partir da divisão de pequenos grupos de mulheres, após ser debatido como será a produção, pois o espaço em que as atividades são realizadas é pequeno. Além disso, é notório nas falas das entrevistadas o papel de protagonismo que cada uma exerce na realização das atividades.

Através do grupo a gente participa de várias reuniões, quando participamos dessas reuniões vamos aprendendo coisas que a gente nem esperava, e com isso, vamos trazendo para nossa convivência muita experiência [...] agroecologia não é só produzir, é, também, ajudar no desenvolvimento. Nós temos capacidade de produzir vários tipos de bolachinhas, apesar de que muitas coisas ainda precisamos comprar como: manteiga, farinha de trigo entre outras coisas que não produzimos na comunidade (MANDACARU, 2019).

Notou-se que essas mulheres não abrem mão de sua identidade como camponesas com base agroecológica, trabalhadoras da terra, protagonistas da sua própria história e que desejam ser reconhecidas como provedoras do próprio sustento. Além disso, ficou evidente

a forte imagem, que perpassa nos seus discursos, de que não se consegue nada sem se organizar coletivamente, "as mulheres se reúnem e falam como vai fazer, se dividem em equipes e debate como será a produção" (CACTUS, 2019).

A partir da organização dessas mulheres surgem novos modos de pensar a sustentabilidade na agricultura, através do olhar feminino, que não abre mão de questionar o lugar subordinado ocupado pelas mulheres, inclusive na realização das atividades agrícolas.

Em meio às práticas de organização política das mulheres agricultoras, com bases agroecológicas, do Assentamento do Rose, percebe-se que diferentes sujeitos políticos vão se estabelecendo, em função de diferentes experiências de vida, interesses, valores; o que se evidencia na forma como elas se envolvem nos movimentos sociais, nas prioridades de cada uma, nos temas que lhes são mais importantes, no empoderamento.

As mulheres agricultoras do Assentamento do Rose vêm mostrando, com suas ações na agricultura, que é possível organizar-se e se construir como sujeitos políticos que, a partir de suas múltiplas identidades, não aceitam como destino o "sabor amargo" reservado a elas pelo patriarcado.

Considerações finais

Diante do trabalho realizado, conclui-se que a pesquisa foi de suma relevância como produção acadêmica da UFRB, através do Curso de Tecnologia em Agroecologia do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e da sua relação com os movimentos sociais do campo. Na vida profissional, por se tratar de uma realidade presente em comunidades tradicionais, a pesquisa ajuda a ampliar conhecimentos críticos e seletivos, exaltando sempre as potencialidades desses povos, já que através da vivência, se aprendeu de forma coletiva a valorizar as culturas e lutas populares.

Observa-se que a comunidade tem uma ótima organização através da associação e da igreja católica, a partir dessa organização que vieram as lutas e as conquistas para a comunidade. Com isso, as mulheres vêm se destacando com o grupo de produção, fazendo gerar renda extra para as suas famílias. Assim, contribuiu para o enaltecimento das atividades desenvolvidas por mulheres camponesas, evidenciando sua importância na produção agroecológica, bem como o processo de emancipação feminina.

A partir da organização do grupo produtivo solidário, as mulheres desenvolveram-se, várias delas lutando por sua autonomia dentro de diversos espaços. A valorização dessas mulheres é um elemento importante para o grupo de produção, possibilitando a vivência dessas mulheres em outros tipos de atividades e dessa forma o reconhecimento que auxilia na emancipação feminina no processo da soberania alimentar.

Em meio ao desenvolvimento deste trabalho, foi possível evidenciar que cada história é uma experiência de vida na busca da realização de sonhos. Uma experiência de mulheres rurais na conquista de sua emancipação, a partir da resistência e da soberania em superação das dificuldades no semiárido baiano.

Referências

BIASE, L. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da agroecologia. **Agrária**, São Paulo, no 7, p. 4-36, 2007.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 12, p. 205-227, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>. Acesso em: 19/04/2019.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

COSTA, A. A. **Gênero poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: NEIM/UFBA, Coordenadora Executiva da REDOR, 1997.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, Jan/Jun. 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>. Acesso em: julho de 2019.

FERREIRA, A. P. L. A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas: processo mulheres e agroecologia como estudo de caso. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUEDES, Z. M. **Agroecologia**: norteando caminhos para mulheres do assentamento mulunguzinho em Mossoró-RN. 2007. 52 f. Monografia (Graduação) – Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2007.

MIRANDA, C. M. S.; SILVEIRA, A. S.; HOELTGEBAUM, M. Empreendedorismo Feminino: Características das Gestoras em uma Instituição de Ensino Superior. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5, 2008, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2008.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NESOL. **Núcleo De Economia Solidária**. Finanças solidárias. São Paulo: USP, 2015.

SCHAAF, A.V. D. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCOTT, R. P. CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.

SPECHT, A. A. Economia Feminista. **Cadernos Brasil Local**: Desenvolvimento e Economia Solidária, v. Suplemento, n. 2002, 2009.

As relações de gênero em empreendimentos associativos

*Kátia Emanuela Duarte Guedes
Elieze Gomes dos Anjos*

Introdução

Nos primórdios da existência da sociedade, as diferenças entre homens e mulheres foram ligadas às suas estruturas físicas e biológicas. Enquanto os homens eram vistos como seres fortes, inteligentes e pertencentes ao espaço público, as mulheres eram associadas como frágeis, sensíveis, aptas para o cuidado, logo, estabeleceu-se que o espaço privado é de sua responsabilidade. Após muita luta dos movimentos feministas no século XX, o direito das mulheres foi reconhecido e essas têm conquistado cada vez mais espaço na sociedade, obtendo direito ao voto, certa autonomia econômica, maior nível de educação e ampliada a participação no mercado de trabalho.

Não obstante as conquistas destacadas, ainda há um longo caminho para termos uma equidade entre homens e mulheres, não somente no contexto nacional, mas, também, no cenário internacional. É devido à persistência das desigualdades de gênero que Freire (2011, p.137) pontua: “ainda que a cada ano as ‘primeiras’ se multipliquem – a primeira governadora, a primeira ministra do Supremo Tribunal Federal, a primeira Presidenta – são ainda raras na paisagem do poder as figuras femininas”. A constituição Federal de 1988 proíbe não somente a discriminação pela raça/etnia, mas, também, a baseada no sexo, entretanto, na prática, isso ainda não acontece.

Matos (2005) demonstra que o mercado de trabalho não favorece as mulheres, seja em forma de desvalorização e/ou discriminação, as mulheres continuam sendo vistas e problematizadas por

estereótipos de comportamento e responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo. Esse quadro é mais agravado quando analisamos a situação das mulheres negras. Essas, além de serem discriminadas pela condição de mulher, enfrentam mais desvantagens por serem negras, o que resulta em inserção marginal no mercado de trabalho, ocupando as funções menos qualificadas e com menores rendimentos, como demonstrado pelas pesquisas de Abramo (2006).

É nesse cenário que os empreendimentos da economia solidária surgem como uma alternativa de trabalho que possibilitaria relações mais democráticas, alimentadas em práticas igualitárias e autogestionárias. Nesta direção, este capítulo buscou compreender como as mulheres estão lidando com as desigualdades de gênero com o intuito de verificar se a experiência em empreendimentos associativos norteados pelos princípios da economia solidária contribui para o protagonismo feminino e a redução das desigualdades entre homens e mulheres no território Recôncavo da Bahia.

Além disso, destaca as relações no âmbito público e privado e as condições de trabalho das associadas. O trabalho possui abordagem qualitativa, pois utiliza as percepções coletadas no trabalho empírico e o levantamento bibliográfico buscou contextualizar o campo da economia solidária e delinear as desigualdades de gênero que imperam socialmente.

O método utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, definida por Marconi e Lakatos (2003) como uma conversa informal e espontânea que apresenta um conjunto de perguntas prévias que pode variar no decorrer da entrevista. Por consequência da pandemia do COVID-19, que se iniciou em março de 2020, a parte empírica ocorreu em ambiente virtual, com a utilização da ferramenta Google Meet. Foram realizadas 8 (oito) entrevistas de outubro de 2020 a fevereiro de 2021, todas gravadas e posteriormente transcritas. No entanto, é preciso destacar as dificuldades para mobili-

zar e assegurar a participação das mulheres, principalmente as rurais, que não têm fácil acesso à internet e, em sua maioria, não têm a cultura de participação virtual, inibindo-as de estabelecer uma relação dialógica necessária para responder às indagações da pesquisa.

Este capítulo está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda apresenta uma reflexão sobre a categoria gênero que explicita as relações assimétricas entre homens e mulheres. A terceira seção traz uma análise das desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres que estão nos empreendimentos associativos no Recôncavo, para, enfim, na quarta seção apresentar as considerações finais deste estudo.

A categoria gênero para explicitar as desigualdades

O termo gênero é utilizado no ambiente acadêmico, nas organizações da sociedade civil e órgãos governamentais como um descritor que explicita as relações desiguais constituídas entre homens e mulheres. Tendo isso em vista, é importante pontuar a diferença conceitual entre as noções de sexo e gênero. Para Giddens (2005), as distinções atribuídas aos homens e as mulheres não têm origem biológica, pois o "sexo" faz referência às partes anatômicas e fisiológicas que compõem os corpos femininos e masculinos, enquanto o gênero, por sua vez, trata das diferenças sociais, culturais e psicológicas ligadas à construção do ser homem e ser mulher.

A visível separação entre o ser homem e o ser mulher é tão presente que está evidenciada em pequenas atitudes e costumes que estão enraizados na cultura, sendo reproduzido assim em diferentes contextos históricos, transformando-se com o passar das gerações, mas nunca tornando-se extinto (GUEDES, 2018, p. 17).

Matos (2005) concorda com a argumentação de Guedes (2018). Para ela, a categoria gênero é sobretudo relacional, uma vez que as

construções do masculino e do feminino se constituem uma a partir da outra, no meio social, cultural ou histórico. O conceito de gênero, assim como os papéis relacionados aos atributos socialmente construídos, se firma de forma tão prematura na vida, que acabamos por aceitá-lo como fato real. O papel da mulher e do homem é ensinado desde a primeira infância, seja através das distinções de cores, para um rosa e para outro azul, respectivamente, ou até mesmo nos brinquedos. As meninas costumam receber utensílios de cozinha e bonecas, enquanto os meninos recebem jogos relacionados a profissões, é a partir daí que a criança aprende por diferentes meios o que a sociedade espera dela. Para Giddens (2005, p. 99), é no cotidiano que introjetamos os papéis sociais, pois “Socialmente reproduzimos – fazemos e refazemos – o gênero em milhares de pequenas ações no decorrer da vida”.

Até mesmo quando as proteções e garantias legais se fazem presentes, os braços do Estado não são suficientemente longos para neutralizar as profundas tradições culturais, que continuam relegando as preocupações das mulheres à esfera privada. Os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda tão entranhados que a implementação de leis que desafiam a subordinação “naturalizada” das mulheres tornou-se um desafio crítico no país (TAVARES, 2011, p. 9).

Numa perspectiva mais ampla, Carvalho (2004) defende que o conceito de gênero não é apenas relacional porque o masculino e o feminino se inscrevem numa relação de poder. Sendo este poder um jogo estratégico que leva o ser dominado a considerar natural a subjugação, ou seja, ao passo em que a sociedade dita os papéis comportamentais e sociais na primeira infância, no que diz respeito ao gênero, somos guiados a acreditar que a mulher faz parte do espaço privado, responsável única pela criação dos filhos e o cuidado da casa, enquanto aos homens cabe o espaço público, onde trabalham e cuidam da parte financeira da família. Silva (2018) afirma que essa realidade é responsável por tornar a mulher subordinada ao homem não apenas

no ambiente doméstico, mas, também, no mercado de trabalho com a desvalorização do trabalho feminino.

Com as diversas lutas dos movimentos feministas, dentre eles, o do feminismo negro, os níveis de desigualdades nos espaços laborais vêm, paulatinamente, sendo reduzidos, porém, ainda distante da equidade tão almejada. Tavares (2011) chama atenção para o fato de que mesmo as mulheres apresentando níveis educacionais maiores do que os dos homens, estas demoram a crescer e/ou assumir postos de decisão e continuam a receber remuneração inferior ainda que exerçam o mesmo tipo de trabalho.

O Brasil continua sendo um país violentamente desigual. Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência. [...] o estado brasileiro não conseguiu melhorar a situação da maioria das mulheres brasileiras, especialmente das mais pobres, rurais, negras e indígenas, que continuam a experimentar exclusão social e violência (TAVARES, 2011, p. 7-8).

É esse contexto que instiga Anjos (2020) a realizar uma pesquisa no campo da economia solidária com uma abordagem interseccional para enfocar a questão de gênero e raça. Para Anjos (2020, p. 37):

As iniciativas de trabalho da economia solidária são constituídas pelos segmentos que estão mais submetidos à subordinação e a relações de dominação. São compostas pelas minorias que historicamente sofrem a desqualificação social, como os negros, as mulheres, especialmente as negras, os sem qualificação profissional e aqueles com baixa escolarização. Esta constatação nos impulsiona a adotar a perspectiva analítica da interseccionalidade para compreender a complexidade das desigualdades, demonstrando a interação de diversas categorias que explicam a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores dos empreendimentos solidários.

Essa perspectiva de análise articula a presença expressiva de mulheres em empreendimentos solidários destinados a gerar trabalho e renda à complexidade do mercado de trabalho formal que excluiu parcelas significativas da população economicamente ativa (PEA) do emprego formal no Brasil. Assim, Anjos, Rocha, Cerruci e Silva (2019) demonstram que, em relação à questão racial, existe maior presença da população negra nos ambientes laborais da economia solidária. Destacam que são as mulheres negras as que mais atribuem ao desemprego o motivo para estarem inseridas nos empreendimentos solidários, o que explicita as maiores desvantagens enfrentadas pelas negras para conseguir uma posição no mercado formal de trabalho.

Além das especificidades das mulheres negras reveladas pelas pesquisadoras identificadas com o feminismo negro, as particularidades das mulheres rurais também demonstram que é possível haver mais desigualdades entre as desiguais. A FAO (2016) analisa que mesmo trabalhando em quintais, roças, hortas e na criação de pequenos animais, o trabalho da mulher rural é invisibilizado por ser visto como uma extensão do trabalho doméstico, portanto, uma forma de "ajuda", como denunciado por Cintrão e Siliprandi (2011). O termo "mulheres rurais" agrega um grupo diverso, no qual, segundo a FAO (2016, p.155), estão inseridas "[...] as agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, quilombolas, atingidas por barragens, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas". Cada segmento tem sua própria singularidade, entretanto, enfrenta os mesmos desafios na construção da autonomia tão almejada. As mulheres rurais estão organizadas em diversos movimentos que, em certa medida, mobilizaram políticas públicas que estão, paulatinamente, possibilitando a autonomia econômica para um número mais expressivo desse contingente.

São esses movimentos combinados às políticas públicas que vêm mudando a realidade nos espaços rurais, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), que possibilitaram a inserção das agricultoras familiares nas compras públicas, diversificando o escopo dos seus produtos que anteriormente eram destinados apenas para o autoconsumo da família.

Nesta direção, Cintrão e Siliprandi (2011) ressaltam a importância de uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que busque melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, reconhecendo a necessidade de sujeitos específicos, portanto, uma ATER que promova o “incentivo às iniciativas produtivas de mulheres, especialmente no que tange à sua participação nas atividades agrícolas, de gestão econômica e comercialização” (2011, p. 206).

Problematizar as situações diversas enfrentadas por determinados agrupamentos de mulheres não diminui o potencial da categoria gênero de explicar as desigualdades das relações constituídas entre homens e mulheres, inclusive no campo da economia solidária. No entanto, não destacar as singularidades vivenciadas por aquelas que são negras e rurais, por exemplo, contribuiria para apresentar um diagnóstico homogêneo da realidade das mulheres que não condiz com o cotidiano das entrevistadas que compuseram o estudo empírico desta pesquisa, tampouco com a diversidade de experiência vivenciada pelas mulheres brasileiras.

Enfrentando as desigualdades de gênero

Apesar da limitação em assegurar um número mais expressivo de mulheres em empreendimentos associativos na pesquisa empírica devido à crise sanitária provocada pelo coronavírus, realizamos 8 (oito) entrevistas com associadas no Recôncavo. Essas associadas concordaram em ser entrevistadas pelo *Google meet*, no entanto, percebemos que o ambiente virtual melindrou as narrativas, principalmente das que têm mais idade, ainda assim, foi possível compreender as desigualdades de gênero vividas na adolescência até a idade mais

adulta, quando adentram os espaços laborais, sejam eles formais ou não. A tabela 1, a seguir, sumariza os aspectos mais relevantes coletados nos diálogos virtuais que permitiram traçar um perfil das entrevistadas.

Tabela 1. Caracterização das mulheres de empreendimentos associativos entrevistadas no Território do Recôncavo.

ENTREVISTADA	FAIXA ETÁRIA	RAÇA/ETNIA	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS/QUANTOS	CARGO	TIPO DE EMPREENDIMENTO
JOANA	Até 25	Preta	Superior	Solteira	Não	Gerente de negócios	Cooperativa de crédito
DANDARA	26 a 36	Parda	Superior	Solteira	Não	Atendente de agência	Cooperativa de crédito
MARIA	26 a 36	Não informou	Superior	Solteira	Não	Gerente de negócios	Cooperativa de crédito
NÍSIA	26 a 36	Preta	2o grau	União estável	Não	Tesoureira	Associação quilombola
PATRÍCIA	26 a 36	Preta	Superior	União estável	1	Presidenta	Associação comunitária
VIRGINIA	Até 25	Branca	Superior	Solteira	Não	Atendente de agência	Cooperativa de crédito
BERTHA	26 a 36	Preta	Superior	Solteira	Não	Gerente de negócios	Cooperativa de crédito
SIMONE	+ 51	Preta	1o grau incompleto	Casada	4	Vice presidenta	Cooperativa da agricultura

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020/2021).

Entre as 8 (oito) mulheres entrevistadas, predominam jovens na faixa etária de 26 a 36 anos. Quanto à representação racial, majoritariamente, se autoidentificam com a população negra, declarando que são de cor preta. Apresentam elevado grau de escolaridade, 6 (seis) delas têm o ensino superior completo, somente 2 (duas) têm filhos e a maioria, 5 (cinco) delas, é solteira.

Constatamos que a inserção nos empreendimentos associativos se deve a motivos distintos. As mais jovens, e com nível de escolarização mais elevado, estão trabalhando em cooperativas de crédito, a maioria delas concluiu a graduação em Gestão de Cooperativas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), são empregadas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Já as duas en-

trevistadas que têm mais idade e menor nível de escolarização estão nesta modalidade associativa como uma alternativa ao desemprego.

Cabe destacar que a população do espaço rural enfrenta mais dificuldades para alcançar uma escolarização que gere mais oportunidade no mercado de trabalho. Esse contexto não foi diferente para as duas mulheres que não têm o ensino superior, uma, agricultora familiar, e a outra, quilombola. Ambas não apresentam qualificação profissional e na trajetória ocupacional não tiveram oportunidades no emprego formal. Essa constatação reafirma as análises de Cintrão e Siliprandi (2011) quando afirmam que as mulheres rurais têm mais dificuldades para assegurar sua autonomia econômica, por isso a importância de uma política pública de apoio aos empreendimentos da agricultura familiar para diversificar os canais de comercialização.

Apesar das limitações enfrentadas pelas pessoas que residem em comunidades rurais, cabe destacar que há uma entrevistada agricultora familiar que, diante de muitos empecilhos, conseguiu concluir a graduação Tecnológica em Agroecologia, também na UFRB. A trajetória dessa entrevistada para concluir o ensino superior – marcada pela má alimentação, ameaças do companheiro, falta de transporte contínuo para se deslocar à universidade – retrata os desafios vivenciados pela população rural, mas, mais particularmente, pelas mulheres rurais que já constituíram família e precisam dialogar (ou impor sua vontade) com os companheiros.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais não se limitam à escolarização, elas também relatam limitações para participar mais ativamente dos espaços públicos, seja por insegurança por não se sentirem capacitadas, seja pela responsabilidade que assumem no espaço privado. Ainda que não possamos generalizar o quadro descrito a todas as mulheres rurais, os dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) revelam que, na distribuição por gênero do quadro social das cooperativas no ramo agropecuário, há 85% de

homens contra 15% de mulheres (OCB, 2020). O Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), também apresenta dados que invisibilizam o trabalho feminino rural, pois entre os estabelecimentos da agricultura familiar da Bahia, nos quais o produtor informou que está associado à cooperativa, 81% são homens, restando 19% de mulheres.

A participação feminina é mais expressiva no cooperativismo de crédito, ramo que abarca 5 entrevistadas. Nesse, 59% dos associados são homens e 41% são mulheres (OCB, 2020). Cabe destacar que as entrevistadas que trabalham em Pontos de Atendimento (PAs) de cooperativas de crédito residem em espaços urbanos, e as cooperativas empregadoras são identificadas com o campo da economia solidária e historicamente têm na agricultura familiar a maioria dos seus associados.

Nos empreendimentos da economia solidária, com exceção das cooperativas de crédito, as mulheres estão em cargos de direção, são lideranças em suas comunidades, contudo apontam insegurança para exercer seus cargos por não se sentirem suficientemente capacitadas para exercê-los.

As mulheres empregadas nas cooperativas de crédito, com exceção de duas, estão na gerência dos PAs, contam com todos os direitos trabalhistas, como a remuneração mensal, jornada de oito horas, benefícios, descanso semanal e férias remuneradas. Já as entrevistadas que estão no trabalho associado, ou seja, estão em empreendimentos que geram trabalho e renda para seus associados, não contam com os direitos previstos na Lei 12.690, criada em 2012, a qual rege os direitos daqueles/as que dispõem sua força de trabalho nas cooperativas de trabalho. As 3 (três) mulheres associadas descrevem descontinuidade nas retiradas, falta de direitos e uma enfatizou a longa jornada de trabalho para alcançar o valor de remuneração acordado pelo grupo. Essa realidade retratada coaduna com as aná-

lises realizadas por Anjos *et al.* (2019, p. 110) do trabalho associado no campo da economia solidária.

[...] evidencia-se um intenso processo de precarização e flexibilização do trabalho e, por conseguinte, a diversificação das formas de trabalho que, na maior parte dos casos, é precária. O trabalho associado, aquele caracterizado pela autonomia do trabalho em relação ao capital, é uma dessas formas. A sua propagação está relacionada às profundas transformações ocorridas no modo de produção capitalista e na organização do mercado de trabalho. Por isso, não está isento das contradições inerentes às alternativas adotadas pelos/as trabalhadores/as que não estão inseridos/as integralmente no assalariamento formal.

As conclusões de Anjos *et al.* (2019) podem ser aplicadas à maioria dos/as trabalhadores/as associados/as. No entanto, cabe ressaltar que a maioria das mulheres que possibilitou a análise empírica desse capítulo não está inserida no trabalho associado, ainda que compo-nham o quadro social das cooperativas, elas têm o vínculo empregatício, logo, se distanciam das condições laborais das demais associadas. Apesar das diferenças na atual relação de trabalho do conjunto das entrevistadas, a condição de mulher demarca as desigualdades de gênero nas suas trajetórias, como será destacado na seção seguinte.

Lutando pelo protagonismo

Uma sociedade oriunda do trabalho escravo, ao decretar sua extinção formal, não libertou as mulheres negras do serviço manual desvalorizado, ao contrário. Segundo Abramo (2006), o trabalho doméstico remunerado no Brasil é realizado majoritariamente pelas mulheres negras. Um estudo realizado por um grupo ativista denominado Nós, mulheres da periferia (2015) aponta que esse tipo de trabalho é uma herança escravocrata, as mulheres negras são maioria, enfrentam condições precárias e são também mal remuneradas. Esse contexto está

presente nas narrativas de quase todas as entrevistadas. A Nísia, uma mulher negra e quilombola, começou a trabalhar ainda na adolescência como diarista e babá, ainda hoje atua como diarista e avalia que seu trabalho é instável. Bertha também iniciou sua trajetória ocupacional como babá, antes de conseguir um emprego em uma escola. Dandara aos dezessete anos estudava e tomava conta de uma criança, por esse "tomar conta" recebia um valor ínfimo pelo serviço prestado.

A trajetória de Dandara é simbólica por outras razões. Lidando com a rejeição materna quando criança, foi criada pela avó e conviveu com uma tia que não aceitou sua presença. Na busca por seu primeiro estágio, foi informada que a vaga era para o perfil masculino, mas, ainda assim, não desistiu. Terminou sendo contratada para o estágio e no final do contrato recebeu o convite para permanecer na empresa. A entrevistada avalia que a entrada no mercado de trabalho é difícil, principalmente para as mulheres que, conforme suas palavras, "precisam ter jogu de cintura em relação a algumas coisas".

A entrevistada Maria começou a vida laboral vendendo churrasco com seu pai quando tinha 11 anos, mudou de emprego muitas vezes enquanto estava na graduação. Assim como a Joana, ao finalizar o estágio e concluir o curso de Gestão de Cooperativas na UFRB, foram contratadas pelas cooperativas em que atuam no momento. As outras duas mulheres que estão no cooperativismo de crédito também foram contratadas após o período de estágio.

Simone, a entrevistada com mais idade, começou a trabalhar com produção de fogos a partir dos 10 anos, ainda que não tenha tido oportunidade de concluir nem o primeiro grau, afirmou que sempre alimentou a esperança de mudança. Além do trabalho que fazia com fogos, também trabalhava na produção familiar em uma pequena área que divide com o filho. Quando surgiu a oportunidade de trabalhar em coletivo com outras mulheres que também estavam lidando com fogos, se inseriu e é a liderança principal do grupo que atua na

produção de alimentos. Hoje é a vice-presidenta da cooperativa da agricultura familiar que não é exclusiva de mulheres, mas são elas as mais atuantes. Outra entrevistada nomeada como Patrícia, quinta de 8 (oito) filhos de um casal, começou a trabalhar com 7 anos na agricultura juntamente com seus pais. Relatou inúmeras dificuldades, como a falta de alimento e a distância para chegar até a escola, porém, nunca desistiu dos seus objetivos e dos estudos. Atualmente participa ativamente da sua comunidade e responde pela presidência da associação.

Quanto à renda familiar das associadas, ela varia entre números inferiores ao salário mínimo e seu dobro. Os menores rendimentos foram apontados pelas mulheres rurais que ainda afirmaram uma instabilidade nos valores auferidos. Algumas das participantes relataram que dividem a despesa da casa com seus pais, ou com seus companheiros e filhos. Quando questionadas se a renda obtida no empreendimento era a única fonte de renda, em sua maioria, responderam que sim.

Trabalho de forma remunerada, é minha única fonte de renda (MARIA, 2020).

Trabalho de forma remunerada, tem vezes que sim e vezes que não. Não estamos produzindo coletivamente por conta da pandemia, mas antes estávamos (NÍSIA, 2020).

Minha renda principal era essa antes da pandemia, R\$40,00 diária. Mas com o Covid, hoje tem a diária de R\$25,00 para raspar mandioca, para fazer beiju, uma vez na semana, é 30,00..., mas tem semana que não tem diária... (SIMONE, 2020).

Sim, é meu único trabalho remunerado (JOANA, 2020).

Refletindo sobre as vivências das entrevistadas, percebemos que os avanços alcançados pela luta das mulheres ainda não foram suficientes para alterar a divisão sexual do trabalho no espaço privado. Dois relatos são emblemáticos dessa situação:

Dentro de casa tem eu e minha filha, então eu e ela, a gente trabalha por igual. [...] a gente antes de sair já deixa tudo organizado em casa, deixa a roupa lavada, a comida pronta e quando chega 17h, a gente volta pra cozinha pra terminar de fazer alguma coisa pra noite. Os homens só fazem sujar, não limpam nada (SIMONE, 2020).

Minha trajetória não era fácil, ficava várias noites sem dormir, era muito cansativo minha jornada de trabalho e às vezes não tinha apoio nem dá família nem do companheiro. Cada dia que passava ficava mais complicado, tinha que estudar, ser dona de casa, trabalhar na roça e ter de cumprir com minhas obrigações na Associação (PATRÍCIA, 2020).

Para Corrêa (2011, p. 340), a categoria gênero contribui “para pensar criticamente as concepções de masculino e feminino, assim como as relações entre esses dois termos que dão significado e materialidade a permanências e transformações das lógicas socioculturais”. Os avanços alcançados não conseguiram transformar substancialmente a divisão do trabalho doméstico, este continua sendo obrigação das mulheres, principalmente para as mais pobres. Essa constatação valoriza ainda mais as conquistas de Patrícia, agricultora familiar, que, além de assumir a presidência da Associação da sua comunidade, concluiu a graduação.

A narrativa das entrevistadas revela trajetórias de luta pelo aperfeiçoamento profissional, inserção em espaços públicos de poder e sérios limites para subverter a relação de subordinação no ambiente familiar. A entrevistada mais adulta, mãe e agricultora familiar é um ícone dessa condição. Educada numa lógica patriarcal, mesmo tendo na sua casa maior número de homens, são as mulheres as responsáveis pelas tarefas domésticas. Destaca também o quanto é difícil e cansativo conciliar as atividades familiares com as do empreendimento.

Nas narrativas, percebemos a criticidade das mulheres que se sentem exploradas, mas, principalmente, para as que têm menor grau de escolaridade, romper com os papéis que estão acostumadas a de-

sempenhar não é tarefa fácil. Neste contexto, cabe destacar a necessidade de um processo educativo que possibilite mudanças na esfera pública para que as mulheres ocupem espaços de poder, mas, além disso, faz-se necessário que a formação envolva os membros da família, principalmente os homens, para que elas não fiquem mais sobrecarregadas. Freire (1996, p. 42) ressalta o papel da educação emancipadora:

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a História e manter a ordem injusta.

Para Freire (1996), a educação é um meio de intervenção, por isso ela precisa ser emancipadora para aqueles e aquelas que sofrem as injustiças sociais. Ao formar sujeitos críticos, questionadores, os educadores contribuem para o desenvolvimento de indivíduos capazes de ser protagonistas de sua própria história ao buscarem seus direitos e cumprirem com seus deveres. A educação emancipadora nos leva a quebrar ideologias e desigualdades, inclusive a da suposta igualdade existente entre mulheres e homens. A possibilidade de emancipação está presente nos empreendimentos econômicos solidários que podem fornecer, em certa medida, a autonomia econômica, mas, também, propiciar espaços formativos para que as mulheres rompam com as relações de dominação que marcam suas histórias.

Depois que eu entrei aqui foi maravilhoso, porque antes eu fazia alguns bicos né. Eu acho que minha vida melhorou, mudou bastante, porque a gente ganhou experiência e sempre tá trocando experiências com pessoas (JOANA, 2020).

Minha vida atual é mais flexível (BERTHA, 2021).

Antes me sentia só uma agricultora, depois do empreendimento cresci adquirindo conhecimento,

experiência, lutando por uma sociedade justa para com todos (PATRÍCIA, 2020).

Consegui me desenvolver profissionalmente bastante e tive a oportunidade de conhecer várias pessoas de influência (VIRGINIA, 2021).

Antes eu fazia minhas coisas de manhã e de tarde tava livre, né, não tinha nada assim pra fazer, né, eu já fazia crochê, mas nem ligava mesmo pra fazer, mas depois eu comecei a ter outras experiências, gostei e fico aqui, agora tá bom, e fora, né, conversando as meninas, dando risada, porque costurando, conversando e rindo (NÍSIA, 2020).

Eu aprendi muita coisa, muita coisa, sobre empoderamento mesmo, o conhecimento, coisas que a gente conseguiu na própria comunidade. Eu mesma tinha até a quarta série, parei de estudar, quando comecei a participar do grupo, voltei a estudar (SIMONE, 2020).

Eu amadureci mais e criei mais responsabilidade, me fez mostrar o quanto eu sou capaz (MARIA, 2020).

Eu me vejo muito no cooperativismo porque acho que às vezes a inserção da mulher no mercado de trabalho, não só no cooperativismo, mas no mercado de trabalho em geral é muito difícil porque eu não sei, porque não sou homem e não posso dizer, mas assim como mulher eu já passei por vários testes que eu consegui observar que era teste (DANDARA, 2021).

Para as teóricas feministas, o patriarcado é um sistema político e social que coloca os homens em posição de poder sobre os diferentes gêneros e, portanto, responsável por alimentar a ideia de que os homens são mais aptos a atuar em cargos de liderança, com maior nível de poder. Esses estereótipos são normatizados e/ou preconcebidos, segundo Toegel e Lavanchy (2019), ditam perfis. Enquanto os homens são caracterizados pela competência, comando e racionalidade, as mulheres são relacionadas com a preocupação e a sensibilidade emocional. Esses estereótipos contribuem para gerar insegurança nas mulheres que alcançam cargos com mais poder e, ao mesmo

tempo, exigem que essas mulheres continuem desempenhando o papel de cuidadora nos espaços públicos.

As desigualdades de gênero são percebidas e vivenciadas de formas diversas pelas entrevistadas:

Uma coisa que eu observo no mercado de trabalho é que ele é muito descartável com as pessoas, principalmente quando se trata de mulher, eu acho que a gente sofre a questão de gênero, mulher sofre muito em relação a tudo sabe, as vezes as pessoas acham que você não tem capacidade e te testam pra ver se você tem capacidade pra exercer aquela função (DANDARA, 2021).

Muitas pessoas não acreditavam no meu potencial por ser uma mulher assumindo a gerência nova, porque antes de mim era um homem... disseram que eu não teria capacidade (MARIA, 2020).

Eu ouvi até de um homem que achou que eu não tinha capacidade de estar como presidente, eu até falei para ele que isso é machismo e que ele devia incentivar e não colocar uma pessoa para baixo, a relação da gente com eles não é uma relação boa, existe muita desigualdade racial [grifo nosso] e até o machismo mesmo (SIMONE, 2020).

Deveria haver mais igualdade em todos os quesitos e questões femininas serem respeitadas e levadas em consideração (BERTHA, 2021).

Os testemunhos demonstram as adversidades enfrentadas nos empreendimentos identificados com o campo da economia solidária, apesar de esse conceito apresentar como um princípio basilar a igualdade entre homens e mulheres. As entrevistadas relatam insegurança para exercer as atividades delegadas; a ausência de mulheres em cargos de diretoria; a falta de interesse dos sócios e a dificuldade da obtenção do respeito e igualdade entre os sócios. Essas vivências demonstram os desequilíbrios que as desigualdades de gênero podem acarretar na atuação de homens e mulheres nos empreendimentos.

É importante destacar que entre as 8 entrevistadas, 6 se autodeclararam como pretas e em apenas um depoimento aparece a

desigualdade racial. A ausência majoritária da condição racial como mais um atributo que contribui com a discriminação, não minimiza as maiores adversidades enfrentadas pelas mulheres negras, como já assinalada na seção 2 deste capítulo.

O Recôncavo é um território com grande percentual de negros na sua população, identificar tratamentos desiguais por estereótipos construídos pela questão da raça/cor pode estar sendo minimizado pela ideia difundida de forma errônea que o Brasil não é racista. Logo, atitudes que poderiam ser motivadas pelo preconceito de cor podem ser atribuídas a outras motivações, o que escamoteia mais um problema vivenciado pela maioria das entrevistadas, o preconceito racial.

As entrevistadas relatam ainda que as atitudes discriminatórias deixam o ambiente de trabalho competitivo, uma vez que precisam a todo tempo conquistar o direito a voz e provar seu domínio e competência para exercer determinados cargos e funções. Ao compartilhar sua experiência, Dandara acredita que uma das razões para a igualdade cooperativista não acontecer na prática deve-se ao desconhecimento do modelo econômico solidário por parte dos trabalhadores que estão nos empreendimentos. Segundo ela, eles conhecem apenas o ideal capitalista advindo da formação técnica que obtiveram no setor contábil e administrativo. Neste contexto, uma entrevistada oriunda do curso de Gestão de Cooperativa destaca:

Eu acho que uma das conquistas em relação ao cooperativismo foi trazer mais pessoas do curso de Gestão de Cooperativas, pessoas que são inteiradas no tema, que conhecem o cooperativismo, que estudaram sobre, porque a gente vê também que têm muitas cooperativas contratando administradores etc., o que acaba por perder a essência do cooperativismo, então isso é uma grande conquista no meu ver (MARIA, 2020).

Esse relato considera a formação consistente no campo do cooperativismo como elemento para romper com as relações desiguais

e vivenciar na prática relações menos assimétricas entre homens e mulheres. Pode ser um caminho, mas essa premissa ainda não está comprovada. A trajetória das distintas vivências analisadas demonstra que é possível alterar a estratificação social de diversas famílias caracterizadas pela vulnerabilidade socioeconômica, principalmente pela ampliação da escolarização, todavia, as desigualdades de gênero continuam presentes, mesmo para aquelas que estão inseridas em empreendimentos que têm como primazia a igualdade entre todos e todas.

Considerações finais

Este estudo buscou compreender como as mulheres lidam com as desigualdades de gênero com o intuito de verificar se a experiência em empreendimentos associativos norteados pelos princípios da economia solidária contribui para o protagonismo feminino e para a redução das desigualdades entre homens e mulheres no Recôncavo. As trajetórias narradas pelas entrevistadas demonstraram a superação de diversas adversidades, no entanto, no que tange às relações assimétricas entre homens e mulheres, tanto no espaço privado quanto no público, estão distantes de uma ruptura que proporcione igualdade entre os gêneros.

Constatamos que ao acessarem cargos com mais poder, seja no organograma das cooperativas de crédito ou na diretoria dos demais formatos associativos, as mulheres se sentem protagonistas da sua história pessoal e coletiva, no entanto, não estão isentas das desigualdades oriundas da condição de ser mulher numa sociedade movida pela lógica patriarcal. Elas continuam sendo a referência nas obrigações domésticas e continuam tendo que comprovar constantemente competência para exercer as funções que lhes foram designadas.

Não obstante, a inserção em empreendimentos e mais a formação adquirida permitiram uma criticidade diante de uma realidade que persiste contrária à igualdade de homens e mulheres, principal-

mente para as mulheres rurais que ainda enfrentam mais dificuldades, inclusive para alcançar maior nível de escolarização como conquistado pelas mulheres urbanas que compuseram a pesquisa. Para além dos limites metodológicos enfrentados, o estudo demonstrou que a participação em empreendimentos regidos por valores distintos do capital não prescinde de um processo educativo que propicie a emancipação para além da autonomia econômica. Essa formação precisa envolver a todos do ambiente doméstico porque nesta esfera parece que as conquistas femininas estão longe de romper a divisão sexual do trabalho estabelecida. Por outro lado, estar nestes empreendimentos parece propiciar momentos de prazer e descobertas que animam a luta para, inclusive, perceber outras formas de preconceito, que precisam ser superadas e visibilizadas porque só assim será possível construir uma sociedade baseada em relações mais igualitária em todas as esferas entre homens e mulheres.

Referências

- ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.
- ANJOS, E. G. dos. A interseção das desigualdades de gênero e raça no campo da economia solidária. In: SOUZA, A. R.; LUSI, I. A. O.; ZANIN, M. (orgs.). **Engajamento e reflexão transversal em economia solidária**. São Carlos/SP: EDUFSCar / ABPES, 2020. p. 37-47.
- ANJOS, E. G. dos; ROCHA, A. G.; CERRUCI, I.; SILVA, F. S. A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. **Otra Economía Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v. 12, p. 106-119, 2019.
- ANJOS, E. G. dos; SILVA, F.; PEREIRA, E. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a interseção com as questões de gênero e raça. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, vol. 7, p. 94-117, 2018.

CARVALHO, M. E. P. de. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. **Revista Ártemis**, n. 1, p. 1-14, 2004.

CINTRÃO, R.; SILIPRANDI, E. O progresso das mulheres rurais. *In*: BARSTED, Leila L.; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-230.

COELHO, L. Economia feminista. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 128-133.

CORRÊA, S. O conceito de gênero: teorias, legitimação e usos. *In*: BARSTED, Leila L.; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 339-344.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Superação da fome e da pobreza rural: Iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016. p. 151-168.

FREIRE, N. Mulheres e Poder. Uma relação delicada? *In*: BARSTED, Leila L.; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 137-139.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

GUEDES, K. C. D. **O Assédio sexual não existe ou é silenciado?** A invisibilidade do assédio sexual no ambiente universitário. Monografia (Graduação) –Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 02/11/2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, M. I. S. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. **Trabalho doméstico: mulheres negras são a maioria na categoria e têm os piores salários**. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/trabalho-domestico-mulheres-negras-sao-a-maioria-na-categoria-e-tem-os-piores-salarios/>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo brasileiro/2020**. Brasília: SESCOOP/OCB, 2020.

SILVA, F. S. **Os caminhos do empoderamento feminino em um empreendimento solidário da agricultura familiar no Recôncavo da Bahia**. Monografia (Graduação em Gestão de Cooperativas) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.

TAVARES, R. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: BARSTED, Leila L.; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 7-14.

TOEGEL, I.; LAVANCHY, M. 4 tipos de preconceito que mulheres enfrentam no trabalho e como vencê-los. **Revista Exame**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://exame.com/carreira/4-tipos-de-preconceito-que-mulheres-enfrentam-no-trabalho-e-como-vence-los/>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

Desigualdades de gênero e o empoderamento feminino

*Jaciane Silva de Araújo
Eliene Gomes dos Anjos*

Introdução

A luta das mulheres rurais pelo reconhecimento dos direitos e a equidade de gênero adquiriu contornos mais nítidos na década de 1980, com a ação coletiva das mulheres agricultoras que passaram a se reunir e refletir sobre o acesso aos benefícios previdenciários, aos direitos à terra e à reforma agrária, à participação na estrutura sindical e ao reconhecimento do trabalho na agricultura (CORDEIRO; SCOTT, 2006). Embora tenha sido garantida a igualdade de direitos e obrigações para homens e mulheres, na Constituição Federal de 1988, na prática, essa é uma realidade ainda distante.

Em relação ao mercado de trabalho, por exemplo, são notórias a discriminação e a desvalorização das mulheres; vale ressaltar que fatores como representação e poder, maternidade, planejamento familiar, violência doméstica dificultavam e ainda dificultam a sobrevivência diária, bem como a vida doméstica das mulheres (MATOS, 2005).

Em abordagens semelhantes, outros autores como Pereira, Guerra e Toledo (2016), mais Cruz e Cavalcante (2012) apontaram em suas pesquisas que é comum ver funções específicas nas relações de trabalho e gênero, de modo que o espaço de atuação é dissociado por sexo, advindo da tradição patriarcal, onde o homem fica no campo produtivo-público e a mulher, no reprodutivo-doméstico. Mas, a busca por valorização e reconhecimento na sociedade tem estimulado as mulheres a assumirem seu protagonismo em ambas as esferas,

pública e privada. Não obstante, cabe destacar que as mulheres que estão em espaços rurais ainda são mais invisibilizadas porque tradicionalmente o homem é apresentado como o principal produtor, restando a essas mulheres o papel secundário de ajudante.

É nesse contexto que a inserção em empreendimentos associativos da economia solidária vem, paulatinamente, possibilitando que a ação coletiva contribua para o reconhecimento da trajetória dessas mulheres. A atuação nessas modalidades organizativas tem contribuído significativamente para uma maior autonomia das mulheres, sobretudo as rurais, porque possibilita processos democráticos no cotidiano, o que permitiria questionamentos das relações de subordinação impostas socialmente às mulheres.

A despeito disso, as mulheres que estão nesses empreendimentos não estão isentas das contradições que caracterizam as relações de gênero. Apesar de algumas mulheres estarem nos cargos de direção dos empreendimentos solidários, a participação nos espaços públicos de representação institucional tem mais representantes homens, a exemplo da extinta Secretaria nacional de economia solidária (Senaes) e da Superintendência de economia solidária (Sesol) da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (Setre) do estado da Bahia. Essa constatação nos permite sugerir que apesar do processo de empoderamento feminino nas experiências da economia solidária apontado pela literatura, e da presença de algumas mulheres em cargos de prestígio, aqueles que detêm mais poder de decisão continuam com os homens.

Diante desse quadro, este capítulo, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão de Cooperativas, em 2017, analisa em que medida a participação das mulheres em empreendimentos solidários contribui para o processo de empoderamento feminino. Devido à diversidade de atores sociais que compõem os empreendimentos da economia solidária (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017), faz-se

necessário destacar a presença majoritária das/os agricultoras/es familiares, entre eles.

O Segundo Mapeamento da Economia Solidária, realizado pela Senaes, entre 2009 e 2013, registrou 19.708 empreendimentos, desses, 10.899 (55,3%) têm preponderância de agricultores familiares no quadro social, enquanto 1.033 (5,2%) têm, em sua maioria, assentados de reforma agrária. A distribuição regional desses empreendimentos revela uma concentração significativa no Nordeste, 52,2%, seguido do Sul, 15,7%. O Norte tem 15%, já as regiões Centro Oeste e Sudeste têm 9,8% e 8,4%, respectivamente. Entre os estados, os três com maiores percentuais de empreendimentos são nordestinos: Bahia (10,2%), Ceará (9,9%) e Pernambuco (7,8%).

As estatísticas do Segundo Mapeamento da Senaes revelam a predominância dos agricultores e agricultoras familiares entre os associados dos empreendimentos solidários também no território do Recôncavo baiano. Foram registrados 48 EES, em 12 municípios, totalizando 1.399 mulheres associadas e 1.834 homens associados. Entre os sócios solidários, predominam os de cor preta, 47,9%, seguidos dos pardos, 25%. Quanto ao perfil etário, em 89,7% predominam os adultos, e os jovens e idosos somam 8,3% (SANTOS, 2016).

Os EES são caracterizados pelas práticas democráticas nos processos decisórios e no estímulo à participação dos associados. Devido à concepção igualitária na economia solidária, advoga-se que nas experiências socioeconômicas haveria mais possibilidades de superação das formas de desigualdades que persistem na sociedade, dentre elas, a das relações de gênero. Com base nessa contextualização, estabelece-se analisar em que medida a participação das mulheres na diretoria de empreendimentos da economia solidária contribui com a redução das desigualdades de gênero. Além desse, buscou-se também: analisar os discursos das mulheres para identificar se há um processo consciente do empoderamento feminino; identificar se houve

alterações nas responsabilidades das atividades no âmbito doméstico e, por fim, verificar se as mulheres são protagonistas nos espaços públicos de atuação dos seus empreendimentos.

Para desenvolver esse trabalho, o método adotado foi a História de Vida, com uma abordagem qualitativa. Esse método permitiu um relato das trajetórias das entrevistadas, enfatizando as experiências e percepções das relações estabelecidas na sociedade e as posições adotadas por cada uma. Utilizou-se da história oral de vida que visa, segundo Bueno (2002), identificar os sentidos e os significados das ações e das relações tanto para os indivíduos quanto para os grupos.

As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017, com 07 (sete) mulheres, instadas a contar suas vivências desde o processo de educação infantil no espaço doméstico à fase adulta, com uma ênfase na etapa em que iniciam a participação nos empreendimentos identificados com a economia solidária. Portanto, as narrativas foram livres, somente tendo intervenção da pesquisadora quando havia omissão de uma etapa da vida que se constitui em objeto de análise. Além dos dados primários, foram utilizados os secundários do Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o levantamento bibliográfico para constituir as categorias analíticas que permitem responder a problematização da investigação.

Na sequência do capítulo, encontra-se a seção que debate a categoria gênero e o processo paulatino de empoderamento das mulheres. Na terceira seção, encontram-se as discussões sobre os resultados da pesquisa de campo com a narrativa de mulheres que lutam para ser protagonistas da sua história pessoal e coletiva.

A categoria gênero e o empoderamento

A categoria gênero foi forjada para desvendar as profundas desigualdades que caracterizam as relações entre homens e mulheres.

Na percepção de Matos (2005), esse conceito apresenta uma abordagem relacional, ou seja, trata-se de compreender o papel social do homem e da mulher, cuja construção se realiza uma em função da outra, fruto de uma elaboração ao longo do tempo social, cultural e historicamente definido. A autora afirma que “[...] as construções de gêneros não são inertes nem eternas, são mutáveis e reconstruíveis” (MATOS, 2005, p. 66).

No contexto de lutas por mudanças e direitos, a Constituição de 1988 proporcionou avanços em relação aos direitos individuais e sociais das mulheres, já que muitos dos temas abordados eram voltados a eliminar as formas de violação dos direitos das pessoas, quer seja no ambiente privado ou no público, e várias das discussões referiam-se à descriminalização, marginalização e opressão vividas pelas mulheres (BARRETO, 2010).

Nesta perspectiva, Piovesan (2016) afirma que a Constituição de 1988 foi um divisor de águas para a democracia brasileira, bem como para os direitos humanos, visto que após um regime autoritário, veio fomentar a dignidade do homem e da mulher, que através de emendas populares tiveram a oportunidade de participar da elaboração da própria Constituição. No momento, também foi avaliado o movimento das mulheres e seus direitos, culminando na Carta das Mulheres aos Constituintes, que tratava das suas principais reivindicações.

Embora tenham alcançado diversas conquistas para enfrentar as desigualdades de gênero nas últimas duas décadas, a situação de vulnerabilidade socioeconômica das mulheres ainda é mais destacada do que a dos homens, principalmente para as rurais, indígenas e negras. Devido a essa constatação, os movimentos das mulheres rurais e indígenas adotaram a expressão mulheres do “campo e das florestas” para unificar suas lutas e apresentar à sociedade e ao estado suas reivindicações.

Cintrão e Siliprandi (2011) ressaltam a participação das mulheres rurais na construção dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulhe-

res I e II, nas duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007). Nesses espaços, as mulheres rurais exigiram políticas que assegurassem direitos básicos de cidadania que lhes eram negados, tais como: acesso à documentação civil, à posse da terra, à assistência técnica e à organização produtiva.

A autonomia financeira na economia feminista é uma condição irredutível para o processo de empoderamento das mulheres. Nesta perspectiva, valorizar e reconhecer o protagonismo das mulheres rurais na produção dos seus estabelecimentos é um caminho para visibilizá-las e transformar o status do trabalho feminino nos espaços rurais que, na maioria dos casos, é apresentado como ajuda.

O seu acesso direto ao dinheiro frequentemente é dificultado pelo fato do seu trabalho ser considerado "uma ajuda" e daquelas atividades que estão sob sua responsabilidade direta gerarem poucos recursos. Os dados indicam que, apesar de alguns avanços, a pobreza e a invisibilidade continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres que vivem no campo brasileiro (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 189).

Paulatinamente, a realidade foi sofrendo alterações e a mulher foi conquistando espaço na sociedade. Porém, para que obtenha ainda mais avanços, é preciso primeiramente conhecer e divulgar seus direitos, pois ao tomar parte do que é seu terá a liberdade e autonomia para decidir sobre as coisas que estão diretamente ligadas a ela, o que possibilita mais força para lutar por si e por outras, podendo assim garantir que sua cidadania aconteça de forma plena e digna. Nesse sentido, Piovesan (2016, p. 21) declara:

O maior desafio é introjetar e propagar os valores igualitários e democratizantes consagrados na Constituição e nos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos das mulheres, compondo um novo paradigma, emancipatório, capaz de assegurar o exercício da cidadania civil e política das mulheres brasileiras, nos espaços público e privado, em sua plenitude e com dignidade.

Mesmo com alguns avanços, as questões de gênero dão vazão a várias discussões, tendo em vista as noções que a sociedade tem em mente de masculino e feminino, principalmente em relação aos papéis e locais destinados a cada um, que julga ser pré-determinados. Conforme Pereira *et al.* (2016), é comum ver funções específicas nas relações de trabalho e gênero, de modo que o espaço de atuação é dissociado por sexo, advindo da tradição patriarcal, onde o homem fica no campo produtivo-público (cargos diretivos, engenharias, mestre de obras) e a mulher, no reprodutivo-doméstico (babás, secretárias, serviços de limpeza). E, além disso, Silva e Oliveira (2016) trazem as questões étnicas como agravantes para a desigualdade social no país. Elas destacam que mulheres com baixa escolaridade e negras são significativamente mais discriminadas no mercado de trabalho.

No Brasil, essa desigualdade é consideravelmente aparente e está diretamente relacionada à exclusão social, o que contribui de forma negativa para a pobreza. Abramo (2006) investiga as questões de desigualdade de raça e gênero correlacionadas. Defende a necessidade de uma atenção maior das políticas públicas no tocante aos seus processos de planejamento, execução e compreensão, especialmente às voltadas para gerar emprego, inclusão social e redução de pobreza. Essa situação, ainda para Abramo (2006), afeta a maioria da população brasileira, com mais ênfase a negra, principalmente no âmbito social e mercado de trabalho, e embora haja aumento da participação da mulher nesse mercado, ainda existe uma discrepância em relação à do homem.

Considerar os diversos atributos que constituem as mulheres, como a questão da raça, orientação sexual, pertencer aos povos e comunidades tradicionais, dentre outros, permitem a Anjos *et al.* (2019) afirmarem que há desigualdades entre os desiguais. Essa tese é defendida quando as autoras analisam a inserção das mulheres negras em empreendimentos de economia solidária. Elas constata-

que essas iniciativas se constituem no trabalho remunerado principal proporcionalmente mais para as mulheres negras. No entanto, identificam, também, que inseridas em experiências coletivas, as mulheres adquirem formação para questionar os papéis que lhes são atribuídos, provocando repercussões nos espaços públicos e privados nos quais estão inseridas.

É esse contexto que mobilizou os movimentos de mulheres rurais a reivindicar, segundo Cintrão e Siliprandi (2011), políticas públicas de apoio à produção e à comercialização dos empreendimentos de mulheres. Esses movimentos avaliam que a inserção em grupos produtivos propicia melhoria na autonomia financeira das mulheres, ademais, promove formação sociopolítica que contribui para o processo de empoderamento que resulta na redução das desigualdades de gênero tão em voga nos espaços rurais.

O empoderamento é analisado em diversas pesquisas do campo da economia solidária. Empoderar-se é ter liberdade, autonomia, influência. É determinar o que quer e como quer, é poder decidir sobre coisas que estão diretamente ligadas a si (corpo, trabalho, mundo). É uma ação que permite o poder de participação social, é poder fazer parte de debates públicos e contribuir nas tomadas de decisões que sejam importantes para o futuro da sociedade.

A noção de empoderamento para Matos (2005, p. 80) "deve ser entendido como um processo de mudanças das relações de poder com a eliminação das ações de subordinação das mulheres e subversão das práticas instituídas". Nesta perspectiva de análise, o empoderamento não é uma ação estanque, mas, um processo que permite alteração nas relações de poder constituídas tanto no espaço público, quanto no privado.

Segundo Miguel e Biroli (2014), na visão do feminismo, a esfera política e a vida social, bem como a vida pública e a privada, precisam andar juntas, de modo que as relações de poder e os direitos garan-

tidos em uma interferência na outra. Esse é o sentido que as mulheres buscam nas experiências da economia solidária, questionar o papel subordinado atribuído às mulheres na esfera pública e emancipar-se das relações de dominação na esfera privada.

Para Silva e Oliveira (2016), a economia solidária possibilita oportunidade para as mulheres fazerem parte de espaços dos quais foram impedidas, de modo que contribui para que obtenham autonomia, autoestima, bem como melhorar as condições de vida. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) entende que na perspectiva feminista, a economia solidária vem fomentar as mulheres para que assumam papéis que fogem do que lhes foi imposto pela sociedade ao longo do tempo, e assim obtenham um maior reconhecimento em cargos diretivos, espaços de decisão ou representação política, possibilitando plena autonomia, que através da autogestão as levará a práticas de igualdade.

O FBES destaca a resistência das mulheres trabalhadoras contra a opressão e exploração do capitalismo e do patriarcado, com base nas experiências de economia solidária, afirma que reivindicam uma sociedade justa e sustentável, com a superação de todas as formas de desigualdades. A luta pela superação das mazelas do sistema capitalista e das desigualdades de gênero é apontada por Jesus (2020) como oportunidade de se constituir sujeito da sua história pessoal e coletiva.

Contrapor essa lógica do capital e a desnaturalizar das desigualdades entre mulheres e homens tem sido uma tarefa das organizações mistas e movimentos de mulheres rurais, que atuam em espaços comunitários e outros mais amplos, no sentido de provocar a tomada de consciência coletiva para redefinição do seu lugar de sujeito, na ocupação de espaços estratégicos e intervir nas políticas de seu interesse, todavia, esse é um processo lento e complexo, dada a estrutura patriarcal engendradora em todas as esferas da vida humana (JESUS, 2020, p. 40).

Por sua vez, Nascimento e Mota (2020) discutem o processo de empoderamento das mulheres rurais na perspectiva da autonomia do trabalho e o uso dos recursos dele oriundos. A autonomia constituída, nessa perspectiva de análise, não se limita um aumento da importância econômica da produção, mas engloba acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, acesso ao crédito, destinação da produção à comercialização e participação na tomada de decisão. Portanto, são diversas formas de autonomia, inclusive do seu próprio corpo em relação à maternidade.

Não é possível afirmar que as mulheres, em sua maioria trabalhadoras rurais, que estão nos empreendimentos da economia solidária estejam empoderadas, subvertendo as relações desiguais de gênero nos espaços públicos e privados. No entanto, diversos estudos demonstram que essas iniciativas estão provendo aprendizados os quais estão possibilitando enfrentamentos nos espaços domésticos e protagonismo nos espaços públicos.

Mulheres solidárias protagonistas

A análise apresentada está baseada na história de vida de 06 (seis) mulheres rurais e 01 (uma) mulher urbana. Com exceção de duas delas, todas as demais se apresentam como chefes de família e assumiam cargos na direção dos empreendimentos à época da pesquisa. Esses empreendimentos têm atuação diversa, desde associações comunitárias da agricultura familiar, inclusive em uma comunidade quilombola, aos de produção de artesanato e de alimentos. O quadro seguinte sintetiza o perfil das entrevistadas.

Quadro 1. Perfil das mulheres pesquisadas segundo a raça, faixa etária, escolarização, estado civil e número de filhos.

Entrevistadas	Raça/ Cor	Faixa Etária	Escolaridade	Estado civil	Filhos	No de filhos
A	Negra	30 a 35	Superior (em curso)	Casada	Não	
B	Negra	50 a 60	Superior (completo)	Divorciada	Sim	3
C	Negra	35 a 40	Médio (completo)	Casada	Sim	2
D	Negra	40 a 45	Superior (completo)	Casada	Sim	2
E	Parda	25 a 30	Superior (em curso)	Casada	Sim	1
F	Negra	50 a 60	Médio (completo)	Casada	Sim	3
G	Negra	45 a 50	Fundamental II	Casada	Sim	2

Fonte: Elaborado pelas autoras (2016/2017).

As mulheres entrevistadas apresentam um nível de escolaridade muito superior à média encontrada nos espaços rurais da Bahia. O Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que, entre os produtores da agricultura familiar que estão associados a alguma organização coletiva, 67% estudaram até o primeiro grau (ensino fundamental). Das 7 entrevistadas, 4 cursaram ou estão cursando o ensino superior. Essa constatação indica que a inserção das mulheres em empreendimentos estimula a qualificação profissional.

A formação adquirida, seja nos empreendimentos ou nos espaços de educação formais, contribui para problematizar um agrupamento de atributos negativos e positivos que distinguem homens e mulheres, desde que nascem, de modo a determinar funções, papéis, ocupações e as relações que desenvolvem na sociedade. Apesar de a narrativa das mulheres demonstrar conhecimentos das desigualdades de gênero, a ruptura com as funções determinadas às mulheres no ambiente privado ainda está longe do cotidiano da maioria delas.

Estudo durante o dia, chego em casa por volta das 7 horas da noite e ainda está tudo por fazer. [Po-

sição do companheiro em relação aos estudos] ... Ou você deixa os estudos ou a gente se separa [...] (ENTREVISTADA A, 2016; Presidenta de Associação Comunitária).

[...] 20 anos nesse casamento de um homem que eu não tinha responsabilidade, eu sofria tanto, eu apanhava, eu apanhava desse marido. [...] O esposo já tinha saído de casa porque ele não aceitava porque, assim, quando eu comecei a trabalhar, na prefeitura de São Félix, ele achou assim que eu fiquei ousada (ENTREVISTADA B, 2017; Presidenta Associação da Agricultura Familiar).

[...] conheci o pai dos meus filhos, que eu tive 2 filhos, que casamento não tive, mas vivi junto com ele 12 anos, que foram 12 anos só de sofrimento, só de sofrimento, sofrimento [...] (ENTREVISTADA C, 2016; Presidenta de Associação do ramo alimentício).

Segundo Miguel e Biroli (2014), a atuação nos espaços público e privado é um vetor no processo de empoderamento das mulheres. No entanto, ressalta que na esfera privada, a relação de poder dos indivíduos, que independente da atuação do Estado, está diretamente associada à posição social deles. No que se refere à divisão sexual do trabalho, o poder aquisitivo também tem influência significativa, o que torna a privacidade distinta para mulheres de classe média e as de classe pobre.

Nesta perspectiva, os depoimentos das entrevistadas expressam que o trabalho reprodutivo continua a cargo somente dessas mulheres em situação de pobreza. Além disso, revelam que os companheiros não desejavam relações igualitárias de poder, usando muitas vezes da violência para impor sua vontade.

Estimuladas a relatar os motivos que as levaram a fazer parte de empreendimentos associativos, todas elas demonstraram preocupação com os problemas enfrentados pelas comunidades nas quais estão inseridas. São mulheres militantes, lideranças que buscam melhorias nas condições de vida numa perspectiva coletiva. Algumas ações narradas exemplificam esta realidade, como a da entrevistada

B, cuja comunidade não dispunha de energia elétrica e, a partir dessa ausência, conjuntamente com seu irmão, iniciou o processo de organização da Associação que preside. A entrevistada D relatou que a precariedade socioeconômica que vivenciava, individualmente e coletivamente, a mobilizou para concluir o ensino superior e assumir a liderança de uma Associação quilombola para reivindicar melhorias para si e para a comunidade.

A importância da atuação das mulheres na associação quilombola deve ser destacada devido à ausência dos direitos de cidadania que historicamente são negados aos remanescentes das comunidades quilombolas. Cintrão e Siliprandi (2011) afirmam que as mulheres quilombolas necessitam, com mais ênfase do que outros segmentos, de reconhecimento, valorização e visibilidade. Em muitas dessas comunidades, as mulheres têm papel destacado na luta para superar a situação de pobreza que as caracteriza e na construção de mecanismos que assegurem os direitos plenamente assegurados na Constituição, como a regularização fundiária.

A trajetória ocupacional das entrevistadas, em sua maioria, revela precariedade e subempregos, com poucas entradas no trabalho formal. A inserção em empreendimentos associativos para gerar trabalho e renda é apresentada como uma oportunidade de mudar de vida, tanto no sentido financeiro, quanto no aspecto político por possibilitar novos conhecimentos e vivências em espaços que anteriormente não frequentavam. Além disso, todas relatam ter enfrentado (e algumas ainda enfrentam) sérias restrições financeiras e afetivas, ainda que mencionem as conquistas.

À medida que as mulheres entenderam a necessidade de melhorar as condições de vida, romperam com o papel tradicional imposto, vislumbraram novos horizontes com a diversificação dos espaços de sociabilidade, que não mais se restringiram ao ambiente doméstico.

[...] estamos tentando levar a mulher para o seu papel, que não é papel de doméstica, que não é um papel apenas de mãe e dona de casa, mas um papel de estar à frente no mercado de trabalho. [...] Todos os dias a gente enfatiza isso dentro de casa, e a minhas filhas eu tenho dito a mesma coisa, não faça contrato de doméstica, faça seu marido compreender que vocês têm os mesmos direitos, que as tarefas de casa têm que ser divididas (ENTREVISTADA D, 2017; Presidenta da Associação Quilombola).

A gente sempre tem uma hora que é pra dentro de casa, mas têm horas que o mundo lá fora chama (ENTREVISTADA A, 2016; Presidenta de Associação Comunitária).

No momento em que a mulher se posiciona na sociedade ela acaba aprendendo a separar as coisas. Ela acaba sendo esposa, sendo mãe e sendo participativa. É tudo uma questão de a gente ter o controle (ENTREVISTADA E, 2017; Presidenta de Associação comunitária).

[...] pelo marido, eu não teria nem começado, se eu abaixasse o pescoço, ele montava em cima. Por isso continuei a trabalhar na Associação, e hoje ele aceita melhor a minha ausência, quando preciso trabalhar (ENTREVISTADA F, 2016; Diretora da Associação do ramo alimentício).

Mas eu hoje eu vivo isso, tem casa pra limpar, se der pra limpar de manhã eu limpo, eu lavo roupa de noite, eu varro casa de noite, eu passo pano, eu faço tudo assim, mas, dá pra conciliar as três coisas: trabalho, a associação e a minha casa. E ajudar a comunidade (ENTREVISTADA B, 2017; Presidenta Associação da Agricultura Familiar).

Sou mãe, sou esposa, sou artesã e viajo. É assim, como aqui em casa graças a Deus tem um lado de conversa que um entende o lado do outro, então até as tarefas domésticas é dividida (ENTREVISTADA G, 2017; Diretora Associação de artesanato).

Apesar de identificar avanços ao assumirem espaços de poder em suas organizações associativas, as narrativas expressam processos de empoderamento distintos. Algumas demonstram que rom-

peram com a concepção de que os cuidados são responsabilidades exclusivas das mulheres ao questionarem os papéis sociais, outras somente incluíram mais uma obrigação ao identificar na Associação um espaço de "cuidar" dos problemas da comunidade, resultando em mais trabalho com a aquiescência de alguns companheiros.

Cabem, nesse contexto, ponderações sobre a participação associativa das mulheres da agricultura familiar, a partir das estatísticas dos estabelecimentos agropecuários que estão vinculados a algum formato associado na Bahia. Segundo o Censo Agropecuário 2017 do IBGE, entre os/as produtores/as associados/as que respondem pelos seus estabelecimentos, daqueles que estão em cooperativas, somente 19% são mulheres, já nas associações de moradores são 29,7% e, nas associações de produtores, 33,66%.

Constatam-se percentuais mais elevados da presença feminina nas associações, uma modalidade organizativa que, em certa medida, "cuida" para melhorar as condições de vida da comunidade. Diferente das cooperativas, que por sua finalidade legal, voltam-se para a dimensão econômica, comercializando os produtos dos associados, uma atividade que, segundo a literatura especializada, tem o predomínio dos homens e a presença incipiente das mulheres.

Ao observar os discursos das entrevistadas, nota-se que a maioria delas é consciente do poder que tem sobre a própria vida e possui autonomia financeira, evidenciando níveis distintos do empoderamento feminino. Conseqüentemente, ao estar à frente de seus empreendimentos, são solicitadas a representá-los nos espaços públicos. Espaços esses historicamente caracterizados como domínio masculino estão sendo ocupados, paulatinamente, pelas mulheres que estão se empoderando e descobrindo que seu lugar é onde elas quiserem.

Não obstante, faz-se necessário problematizar a representação dos empreendimentos do campo da economia solidária nos espaços públicos. Os depoimentos sugerem uma prática que a literatura rela-

tiviza, pois nas narrativas, as mulheres representam seus empreendimentos e participam dos eventos promovidos no contexto da economia solidária. Por outro lado, a bibliografia consultada demonstra que na esfera pública, os cargos com mais poder e prestígio ainda são predominantemente ocupados por homens, inclusive nas experiências baseadas na cooperação e associação (CRUZ; CAVALCANTE, 2012).

As histórias narradas demonstraram que essas mulheres não se acomodaram com as condições em que vivem, pelo contrário, elas entenderam que poderiam mudar, e suas atitudes servem de exemplo para outras, fazendo a diferença e influenciando tantas que precisam sair da zona de dominação e subordinação na qual estão inseridas.

A história de vida das mulheres entrevistadas que ocupam cargos diretivos em seus empreendimentos demonstrou que a inserção em empreendimentos caracterizados pela solidariedade e participação democrática contribui, em certa medida, com o processo de empoderamento feminino. Não obstante, este processo é contínuo, marcado por contradições e demandas que ainda não estão asseguradas, como a divisão igualitária das atividades domésticas e os cuidados com os filhos.

Considerações finais

Este estudo buscou verificar se a participação das mulheres em empreendimentos no campo da economia solidária contribui para a redução na desigualdade de gênero. As narrativas das entrevistadas revelam que à medida que foram se inserindo em associações, suas vidas mudaram com repercussões nos espaços público e privado.

Embora haja mudanças efetivas na forma de relacionar-se com os homens e a percepção de que poderiam decidir os rumos da própria vida, muitas delas continuam responsáveis pelas atividades domésticas e são exigidas a desempenhar o papel de cuidadoras, historicamente atribuído as mulheres.

Ainda que o estudo tenha sido realizado com um grupo reduzido, as mulheres entrevistadas, na maioria rurais, espelham as lutas travadas pela autonomia, visibilidade do trabalho e o protagonismo das mulheres para fortalecer seus coletivos e reduzir a situação de pobreza que ainda caracteriza os espaços rurais na Bahia.

No entanto, as análises apontaram que a divisão sexual do trabalho doméstico praticamente não sofreu alteração, portanto, ainda que haja um processo de empoderamento dessas mulheres, superar as desigualdades de gênero não se limita a compartilhar o poder na direção das associações, embora seja imprescindível. É preciso conciliação do espaço público e privado para que toda a família seja envolvida e que o próprio Estado se responsabilize pelo trabalho do cuidado, tanto no espaço doméstico, quanto na própria comunidade.

Referências

ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, 2006, vol. 58, n. 4, São Paulo, p. 40-41, 2006.

ANJOS, E. G. dos; ROCHA, A. G.; CERRUCI, I.; SILVA, F. S. A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. **Otra Economía**, Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria, v. 12, p. 106-119, 2019. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14830/9464>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

BARRETO, A. C. T. **ConJur** – Constituição de 1988 é um marco contra a discriminação da família, 2010. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

BUENO, B. O. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

CINTRÃO, R. P.; SILIPRANDI, E. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 186-230.

CRUZ, L. A.; CAVALCANTE, L. M. A. **Economia solidária e gênero no processo de construção da cidadania**, 2012. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_AlvesLL.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2016.

JESUS, S. G. **Águas do Semiárido**: mulheres rurais e o acesso a cisterna para consumo humano no município de Serrinha-Bahia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana/BA, 2020.

MATOS, M. I. S. de. **Terceiro Setor e gênero**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica; Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005. p. 47-77.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

NASCIMENTO, D.; MOTA, D. M. da. Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 721-743, out. 2020.

PEREIRA, L. B.; GUERRA, A. C.; TOLEDO, D. A. C. Economia solidária como possibilidade de emancipação das Mulheres: O caso da associação Cora Minas. In: IX ENAPEGS - IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS EM GESTÃO SOCIAL, Porto Alegre – RS, 2016. **Anais** [...]. 2016.

PIOVESAN, F. **Igualdade de gênero na constituição federal**: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de-genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

SANTOS, I. F. **A contribuição dos empreendimentos econômicos solidários na geração de trabalho e renda no Recôncavo baiano**. Trabalho de Conclusão (Curso de Gestão de Cooperativas) – UFRB, Cruz das Almas, 2016.

SILVA, A. S.; OLIVEIRA, B. B. O empoderamento da mulher através da economia solidária enquanto alternativa para o emprego e renda. *In*: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DIÁLOGO BRASIL – CUBA, Feira de Santana/BA, 2016. **Anais** [...]. 2016.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Cadernos do CRH**, Salvador, vol. 30, n. 79, p. 89-104, jan-abril, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792017000100089&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

Tecnologia social e inclusão social: as mulheres de fibra

*Geusa da Purificação Pereira
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

A Tecnologia Social (TS) trata-se de um conceito que remete a uma proposta inovadora de desenvolvimento que considera a participação coletiva no seu processo de organização, planejamento e aplicação. Essa tecnologia tem por base a busca por soluções para problemas voltados a demandas de diversas naturezas, envolvendo, sobretudo, as camadas mais excluídas da sociedade, e buscam, por meio de técnicas, materiais e procedimentos, soluções simples para problemas voltados a demandas de educação, meio ambiente, energia, alimentação, habitação, água, trabalho e renda, saúde, entre outros (ZUCOLOTO; PEREIRA, 2017).

A TS contribui para a emancipação social, pois tem os próprios trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos protagonistas, além da utilização de recursos acessíveis e locais. Essas TSs têm importância significativa para as comunidades e para as pessoas que as desenvolvem e utilizam, no entanto, muitas pessoas, mesmo quando a realizam, não as reconhecem ou identificam como tal.

Comumente pode-se observar que o entendimento sobre a tecnologia gira em torno dos modelos tecnológicos convencionais, especialmente dos artefatos. Diante disso, faz-se necessário trabalhar os conceitos, principalmente junto às comunidades que as desenvolvem, para que a TS possa ser conhecida, apropriada e disseminada entre as comunidades, e possa contribuir para a promoção de desen-

volvimento inclusivo e coletivo. Desse modo, é necessário pensar a TS não de forma isolada, mas, principalmente, aliada às alternativas que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, minimizando as desigualdades sociais existentes.

Como forma de identificar e difundir o conhecimento a respeito da TS e de mapear as TSs desenvolvidas, foi realizada uma pesquisa de modo integrado com o processo de assessoria desenvolvida pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (INCUBA/UFRB), em 2012, na Cooperativa de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS), um empreendimento de Economia Solidária localizado no Território do Sisal da Bahia. A realização do trabalho foi baseada em ações participativas, de forma integrada com a geração e a apropriação de conhecimentos em um processo de assessoria e de capacitação voltadas para o fortalecimento da base social da cooperativa.

Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza empírica e de abordagem qualitativa desenvolvida entre os meses de julho a agosto de 2012. A metodologia adotada consistiu na realização de oficinas de capacitação sobre Tecnologia Social em 11 núcleos de produção constitutivos da COOPERAFIS, localizados nas comunidades de Boa Fé e Lapinha, em São Domingos; Tanquinho, Cabochard, Poço, Alagadiço, Cipó de Leite, Recreio e o Núcleo da Sede, em Valente; Retirada, em Aracá; Lagoa das Salinas e Lagoa da Cruz, em Nordestina; Várzea da Pedra, em Santa Luz; e Palha Formosa, em Itiúba. As oficinas tiveram como objetivo contribuir para o conhecimento a respeito das TS e identificar, em diálogo com as mulheres integrantes do empreendimento, quais as TSs desenvolvidas e/ou apropriadas por elas.

Desse modo, este capítulo tem o propósito de apresentar as principais Tecnologias Sociais identificadas a partir das oficinas realizadas na COOPERAFIS, destacando as características de cada uma delas.

Tecnologias convencionais e tecnologias sociais

Ao falar em tecnologia é muito comum lembrar-nos dos artefatos tecnológicos, *smartphone*, computadores, câmera fotográfica, enfim, uma série de máquinas e equipamentos utilizados pela sociedade, dos quais se espera que contribuam para facilitar a vida humana. Contemporaneamente, o termo tecnologia tem sido concebido como o conjunto de meios ou atividades através dos quais o homem procura mudar ou manipular o seu ambiente. Desse modo, a atividade tecnológica pode ser observada em dois aspectos: como um fator constitutivo da vida do homem em sociedade ou como elemento problemático na medida em que implica escolhas e decisões, tanto para sua produção, como para sua difusão e seu consumo (FIGUEIREDO, 1989).

Normalmente se liga tecnologia aos produtos que são fabricados pelas grandes corporações, isso faz com que muitas técnicas, produtos e métodos que também são tecnologias não sejam reconhecidos como tal. Por isso, é importante conhecer e diferenciar dois tipos de tecnologias: a Tecnologia Convencional (TC), a predominante e usada pelas grandes empresas, e a Tecnologia Social (TS), uma tecnologia tão importante quanto a convencional, mas que recebe menor atenção.

Para Dagnino (2004), as TCs possuem como principais características o fato de serem mais poupadoras da mão de obra do que seria conveniente, almejando sempre o lucro para as empresas, pois, à medida que diminui a quantidade de mão de obra na execução e na produção de bens e serviços, diminuem também os gastos financeiros na produção, o que, automaticamente, irá refletir na margem de lucro empresarial.

Outra característica da TC é que esta é ambientalmente insustentável e intensiva no uso de insumos sintéticos, o que coloca a sustentabilidade ambiental em risco à medida que a produção dessas tecnologias vai aumentando. Além disso, essas tecnologias são segmentadas e alienantes, pois não permitem o controle direto daquele

que produz/desenvolve sobre o processo de trabalho, sendo necessária a presença de um supervisor, não considerando a capacidade criativa do produtor e não aproveitando assim as suas potencialidades (DAGNINO, 2004).

A TC tem por prioridade os valores do capital, preocupando-se com a maior produtividade e com os benefícios que essa produtividade pode proporcionar. No entanto, tais benefícios ficam concentrados em uma pequena parcela que dispõe dos recursos financeiros para adquiri-los. De acordo com Frigotto (2009), a tecnologia, como força dominante do capital, acaba atuando numa lógica crescente de produção destrutiva. Segundo o autor, é crucial, no atual contexto histórico do capitalismo, entender a tecnologia como uma prática social cujo sentido e significado econômico, político, social, cultural e educacional se define dentro das relações de poder entre as classes sociais.

Assim, as TCs não são adequadas para a inclusão social, em virtude do modelo de desenvolvimento no qual estão baseadas, centrado nos propósitos da maximização do lucro e de alto custo, o que inviabiliza o acesso de determinadas camadas sociais. Nesse contexto, é importante falar em outro modelo de tecnologia que pense não apenas nos benefícios individuais, mas, principalmente, no bem-estar e no desenvolvimento socioeconômico, valorizando o ser humano e o capital social, e estimulando a participação cidadã, considerando os sujeitos como detentores de potencialidades.

A abordagem do tema da inclusão social é feita frequentemente a partir da diversidade de problemas associados ao seu polo oposto, a exclusão social: analfabetismo, desemprego, pobreza e marginalização, segregação étnica de minorias, de portadores de necessidades especiais, de grupos etários e de gênero, distribuição desigual de riquezas entre cidadãos e regiões etc. (MOTA; CHAVES FILHO, 2005). Assim, inclusão social refere-se à criação de oportunidades para que a sociedade possa ter acesso aos bens e serviços dos quais ficam mui-

tas vezes à margem, tendo nas TSs uma possibilidade que pode contribuir nesse sentido.

As TSs emergem no Brasil como um movimento de “baixo para cima”, e se caracterizam pela capacidade criativa e organizativa de segmentos da população em geral. Embora não seja constituído enquanto uma política pública, esse modelo de tecnologia vem obtendo reconhecimento crescente no que se refere à sua capacidade de viabilizar um novo modelo de produção e aplicação da tecnologia em prol do desenvolvimento social (MACIEL; FERNANDES, 2011).

A TS caracteriza-se como uma tecnologia inclusiva, pautada em princípios da Economia Solidária, que permite o protagonismo dos sujeitos que a desenvolvem. De acordo com Dagnino (2014), o entendimento a respeito do que é TS vem crescendo ao longo dos anos, compreendendo a noção de que,

[...] se trata de algo relacionado ao trânsito da economia informal para a Economia Solidária (ES) e seus empreendimentos. E bem diferente daquela que desenvolvem as empresas para operar no setor formal. Gerar inclusão social, trabalho e renda não é o que se pode esperar das empresas e da finalidade que têm: extrair mais-valia de quem vende sua força de trabalho e gerar lucro para o proprietário dos meios de produção. Uma empresa pode, no máximo, gerar empregos; e com um salário sempre menor do que aquilo que o trabalhador efetivamente produz (DAGNINO, 2014, p.15).

Nessa lógica, Rodrigues e Barbieri (2008) reforçam que a crescente adoção de TSs ocorre concomitantemente com o avanço de dois conceitos que lhes são complementares: Economia Solidária e Capital social. A TS surge para contrapor a TC, despontando em meio as adversidades e emergência de um modo de fazer e de pensar diferente que visa possibilitar a melhoria das condições de acesso das populações a determinados bens, principalmente as mais carentes, mas não exclusivamente a estas.

O ITS BRASIL (2004, p. 26) define tecnologia social como “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”.

A TS compreende uma abordagem sistêmica, levando em consideração uma diversidade de fatores, tais como o reconhecimento das necessidades e da mobilização para a mudança; os métodos de gestão e a eficácia da solução tecnológica desenvolvida; a avaliação de impactos socioambientais e a busca direta de impactos positivos para o conjunto da sociedade (ITS BRASIL, 2007).

Desse modo, para ser considerada uma TS, algumas características são fundamentais: surgir a partir da iniciativa e da necessidade de um determinado grupo social para resolução de um problema comum; levar em consideração as demandas e necessidades sociais e possuir relevância na eficácia social enquanto efetivo instrumento de mudança e de transformação na sociedade; considerar os aspectos ambientais, ser de fácil acesso; possuir baixo custo de aplicação e envolver toda a comunidade em seu processo criativo, sendo este um processo participativo e democrático (ITS BRASIL, 2004).

Pode-se ainda definir a TS como um modelo que vem tratar das demandas, necessidades e dos problemas sociais, com o intuito de gerar oportunidades para os socialmente excluídos, no entanto, embora esta seja, muitas vezes, criada pelas camadas menos favorecidas da sociedade, isso não significa que a TS é algo feito por pobres e para pobre. Ela é, antes de tudo, um instrumento de transformação e de emancipação social que permite desenvolver de modo inclusivo, democrático e a um baixo custo meios que viabilizem o desenvolvimento de produtos, processos, técnicas e métodos de modo eficiente.

As mulheres da COOPERAFIS

A Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão – COOPERAFIS tem sede localizada no município de Valente, situado a aproximadamente 246 km da capital baiana (ROTA MAPS, 2020). Este empreendimento é formado por núcleos de produção localizados nas zonas rurais dos municípios de Araci, São Domingos, Santa Luz, Nordestina, Itiúba e Valente e constituído exclusivamente por mulheres.

A COOPERAFIS foi fundada em 1998, a partir do desenvolvimento na região de cursos de capacitação realizados em parceria com a Prefeitura Municipal de Valente e a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) (MASCARENHAS, 2010). Esses cursos tinham como objetivo incentivar os saberes locais para o desenvolvimento de artesanatos com fibras vegetais da região, criando uma fonte para a geração de renda e uma alternativa para as mulheres que desenvolviam atividades nas Frentes de Serviço¹², tendo como público participante pessoas que trabalhavam nessas frentes nos municípios de Araci e Valente (VELLOSO, 2006).

A COOPERAFIS foi formalizada em 2002, pela união de 54 artesãs, distribuídas em cinco Núcleos de Produção situados nos municípios de Valente, Araci e São Domingos. Em 2012, este empreendimento era composto por quatorze núcleos de produção, sendo dez já associados, e quatro em processo de integração, além disso, compreendia outros três municípios: Santa Luz, Nordestina e Itiúba.

Esse empreendimento possui um papel importante tanto para a Região do Sisal quanto para as mulheres que o compõem. Sua forma organizativa e as atividades por ele desenvolvidas, mais que simples atividades em si, representam um instrumento de libertação e de valorização do trabalho da mulher e das potencialidades da re-

¹² Iniciativa do Governo Federal para minimizar os efeitos deletérios da seca na região, para tanto eram cadastradas as pessoas e estas desenvolviam atividades de limpeza de tanques e de terras devolutas a beira de estradas, uma atividade estafante e precária, mas sem a qual a sobrevivência dessas famílias seria ainda mais difícil (VELLOSO, 2006).

gião, agregando valor aos produtos confeccionados a partir de fibras de plantas locais, gerando desenvolvimento e inclusão social, e contribuindo para o fortalecimento e potencialização das regiões rurais dos municípios que o compõem.

A atividade principal da COOPERAFIS é a confecção de artesanatos (bolsas, chapéus, colares, cestaria e objeto de decoração), feitos a partir de fibras adquiridas por plantas nativas (o sisal (*Agave sisalana*), o caroá (*Neoglaziovia variegata*) e o ariri (*Diplothermium Campestre*)). Uma preocupação constante desse empreendimento se refere à qualidade e à naturalidade das fibras e dos produtos desenvolvidos, para tanto, as artesãs utilizam-se de plantas nativas para a extração de corantes naturais a serem utilizados nas peças confeccionadas, tais como: Erva-de-passarinho (*Phoradendron affine*), Jurema (*Mimosa verrucosa*), Malvarisco (*Melochia tomentosa*), Pau-de-colher (*Maytenus rígida*), Quixabeira (*Sideroxylon obtusifolium*), São-João (*Senna cf. angulata*) e Umburana (*Comiphora leptophloeos*). O processo de retirada das partes necessárias das plantas é realizado de modo artesanal (VELLOSO, 2006).

Essa cooperativa era, desde 2008, assessorada pela INCUBA/UFRB¹³ nas atividades de formação e de acompanhamento voltadas para o fortalecimento da base social formada por núcleos produtivos no Território do Sisal da Bahia, a partir de dois projetos sociais desenvolvidos em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Na parceria estabelecida com a COOPERAFIS, a INCUBA/UFRB coordenou os projetos "Tecnologias Sociais e cidadania: alternativa para a inclusão social" e "Mulheres de Fibra: fortalecimento do artesanato regional no Território do Sisal – Bahia", em que uma das metas estabelecidas foi de realizar o levantamento das TSs existentes e/ou cria-

¹³ A INCUBA/UFRB foi implementada em 2007, com o objetivo de contribuir com a promoção e o fortalecimento de empreendimentos solidários, a partir de atividades estruturantes voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania no contexto do desenvolvimento territorial.

das nos empreendimentos solidários. Este levantamento foi realizado a partir das percepções dos próprios membros da comunidade de forma integrada com o processo de assessoria. Nesse processo a INCUBA atuou conjuntamente com a COOPERAFIS, realizando as atividades formativas e priorizando a participação e o envolvimento das artesãs.

As mulheres como protagonistas

Para identificar quais as TSs desenvolvidas pela COOPERAFIS, primeiramente, trabalharam-se a compreensão do que é e quais as características dessa tecnologia. Por considerar que o trabalho construído coletivamente permite obter resultados mais reais, pois viabiliza a participação das pessoas que vivem e que conhecem a realidade do que está sendo estudado, buscou-se desenvolver uma metodologia onde as participantes se sentissem à vontade para dialogar e contribuir com a discussão.

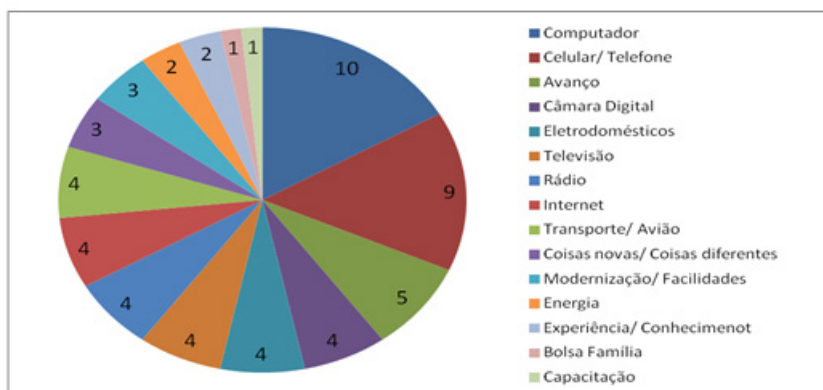
Desse modo, a metodologia de realização do trabalho compreendeu, inicialmente, a elaboração de um roteiro base procurando adequá-lo aos estágios organizacionais dos núcleos de produção, diferenciando as TCs e TSs. Esse roteiro serviu para orientar a discussão nas oficinas, as quais também tinham a intenção de contribuir para o fortalecimento da consciência crítica das artesãs, entendendo que o papel do facilitador não é o de passar o conhecimento, mas sim de contribuir para a construção de modo interativo entre os sujeitos envolvidos.

As oficinas foram iniciadas com o resgate histórico de formação de cada núcleo com o objetivo de conhecer o seu surgimento, e, a partir da identificação de suas necessidades e de suas potencialidades, discutir as técnicas de produção e de gestão por eles realizados.

Para iniciar os debates que culminariam no tema principal realizava-se a seguinte pergunta: O que é tecnologia para você? Ao falar

em tecnologia, qual a primeira ideia que lhe vem à cabeça? Em respostas, foi possível observar que as ideias iniciais surgidas se referiam às TCs, especialmente os artefatos tecnológicos, como exemplo, o computador foi citado em dez das onze oficinas, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1. Exemplos de Tecnologias citados nas Oficinas de Tecnologia Social.



Fonte: COOPERAFIS (2012).

A partir dos exemplos citados, foi questionado aos núcleos sobre o que era TS. Ao fazer essa pergunta, observava-se que a contribuição era tímida, e algumas artesãs colocavam-se como se "não soubessem nada", estando no espaço das oficinas para que lhe fosse ensinado, sendo assim necessário, em alguns momentos, enfatizar que o conhecimento não é privilégio acadêmico e que a interação dos saberes é fundamental.

Após essa abordagem, era exibido o vídeo institucional da Rede de Tecnologia Social (RTS), o qual tratava dos conceitos e citava exemplos de TSs. A partir da exibição do vídeo, observava-se que as artesãs passavam a demonstrar familiaridade com a temática, principalmente quando se tratava de TS para o semiárido, como por exemplo, as cisternas; e de processo de gestão a partir da formação de cooperativas ou grupos coletivos.

Após a exibição do vídeo e a discussão, as artesãs começavam a citar exemplos do seu cotidiano, práticas da sua comunidade e de seus ancestrais que, embora não definidas como TSs, sempre tiveram muita utilidade, representando soluções rápidas e eficientes para determinados problemas, tais como: chá caseiro; os mutirões para construção de casas, inclusive, a sede onde se concentra um dos núcleos foi construída em regime de mutirão; o soro caseiro; entre outros.

Visando contribuir para que as artesãs tivessem mais subsídios para diferenciação das TSs e TCs, eram distribuídas imagens impressas com figuras que representavam TS e TC para que as artesãs pudessem identificá-las, diferenciá-las e apresentá-las, conforme seus entendimentos.

Finalizando, dividiam-se os núcleos em grupos, para que estes, baseados nos conceitos trabalhados, pudessem realizar o mapeamento das TSs por eles desenvolvidos. Assim, cada grupo debatia entre si e apresentava ao final as TSs mapeadas. Como resultado das oficinas, em diálogo com as mulheres, identificaram-se as seguintes TSs listadas no Quadro 1.

Quadro 1. Principais Tecnologias Sociais identificadas na COOPERAFIS - 2012.

ATIVIDADE	CARACTERÍSTICAS
O tratamento das fibras e as técnicas de tingimento	As peças são confeccionadas na cor natural das fibras do sertão e, para conseguir uma pigmentação diferenciada, as artesãs utiliza-se de plantas tintórias da região com as quais conseguem dar a coloração desejada aos seus artesanatos. Uma técnica artesanal que dispensa o uso de produtos químicos, mantendo assim a naturalidade e a preservação do meio ambiente.
O processo de extração das plantas para o tingimento	O processo de retiradas das cascas, folhas e raízes utilizadas na pigmentação dos produtos é realizado manualmente, tendo sempre o cuidado para que a planta não morra, pois reconhecem que se as mesmas forem extintas o seu trabalho será prejudicado. Assim preocupam-se com a preservação das plantas e seguem princípios de preservação e de conservação do meio ambiente. São práticas extrativistas de convivência com o semiárido.
A agulha usada para fazer o trançado	A agulha usada para trançar o macramê é confeccionada a partir do reaproveitamento de restos de sombrinhas não mais utilizadas, sendo fabricadas a partir do aço retirado das mesmas. Esta agulha é mais prática e não machuca os dedos como acontecia com a agulha usada antes, que era confeccionada com arame liso, facilitando assim o desenvolvimento do trabalho das mulheres.

O trabalho desenvolvido pelos núcleos e sua forma de organização	A forma organizativa em que se encontram os núcleos que permite a participação de pessoas de cidades geograficamente distantes, bem como a cooperação e a solidariedade entre as artesãs. A união do grupo, a forma em que se organizam para ajudar uma a outra e a mudança que o empreendimento provocou na vida das mulheres, tirando-as de uma difícil realidade que era o trabalho na Frente de Serviço representa uma solução eficaz que possibilitou a inclusão social, permitindo assim maior desenvolvimento de cada artesã.
Os produtos frutos desse trabalho	As peças desenvolvidas por cada núcleo são frutos de um processo manual e natural, respeitando o meio ambiente, usando produtos desenvolvidos pelos próprios núcleos, tais como a fibra natural ou tingida, a agulha confeccionada a partir de restos de sombrinhas velhas, portanto, se todos esses processos são considerados TSs, logo, os resultados desses, ou seja, os produtos, também são.
Diferentes técnicas de produção do artesanato regional de fibras a partir da matéria-prima local	Os núcleos produtivos da COOPERAFIS são especializados em técnicas diferentes de artesanato, como a costura de feixes contínuos, tecelagem em tear de pregos e malharia em sisal e caróá utilizando-se das potencialidades das próprias comunidades e não ficando superespecializados em uma única técnica ou produto, o que poderia excluir algumas mulheres que não se adequassem a uma determinada técnica.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2012).

A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que a COOPERAFIS desenvolve diversas TSs, compreendendo técnicas, produtos e processos. A forma organizativa em que o empreendimento se encontra, onde cada núcleo se une nos espaços de produção para desenvolvimento de suas atividades, caracteriza-se como um importante diferencial tanto para as mulheres que dela fazem parte quanto para a Economia Solidária, sendo um modo inclusivo. Essa inclusão é devida à possibilidade de participação de mulheres localizadas em diferentes áreas do território. Embora cada comunidade seja responsável por sua produção no contexto de um núcleo coletivo, esses momentos além do trabalho são também espaços de diálogo e socialização das experiências, dificuldades e acontecimentos envolvendo cada um, o que fortalece as relações comunitárias entre as artesãs.

Era comum ouvir durante as oficinas relatos das artesãs sobre o significado do seu trabalho dentro do núcleo, enfatizando no fato de que o seu trabalho no empreendimento contribuiu para a sua independência com relação aos seus parceiros; permitiu maior integração com outras mulheres da comunidade e as permitiu sair de uma atividade cansativa, que era a Frente de Serviço.

A partir dos seus relatos, observou-se que o trabalho desenvolvido em cada núcleo possui um significado para além da complementação de renda, contribuindo para a emancipação, apropriação e valorização do trabalho da mulher dentro de casa, bem como fortalecendo as relações de cooperação entre as artesãs, que passam a conviver mais próximas umas das outras.

Os núcleos eram espaços de trocas constantes de saberes e também de ajuda mútua, à medida que uma se propunha a contribuir e ajudar na conclusão das peças uma das outras, seja trocando materiais entre si, ou ajudando na produção quando havia alguma que, por algum motivo, não conseguia dar conta da produção por que ficou responsável, pois todas sabiam que o atraso de uma podia comprometer todo o empreendimento, já que este pertence a todas.

Por fim, o Território do Sisal é por excelência um lugar de intensa atuação de organizações sociais – sindicatos, associações, cooperativas, organizações de mulheres, dentre outros – visando ao desenvolvimento sustentável do meio rural e a luta pela exclusão (MORAIS; SILVA, 2010, p. 3). Assim, a COOPERAFIS representa mais um instrumento que contribui para minimizar as dificuldades sociais, gerando novas oportunidades para as mulheres desse Território.

Considerações finais

A TS, enquanto estratégia para a inclusão socioeconômica e cidadã, representa um fator importante para as comunidades que compõem a COOPERAFIS, sendo modelo de independência e valorização social, trazendo como uma de suas principais características a preocupação com o ser humano, diferentemente da TC.

Nas oficinas foi possível observar que o termo “Tecnologia Social” ainda era pouco conhecido. Ao se perguntar sobre o que é TS, poucas foram as respostas, no entanto, após a apresentação conceitual do tema, observou-se que todos tinham exemplos para contribuir,

fossem eles de práticas individuais, do grupo ou da comunidade. Assim, observou-se que o termo TS era uma nomenclatura recente para práticas antigas, sendo necessário difundir-la cada vez mais.

As técnicas e os produtos trabalhados na COOPERAFIS representam uma alternativa a favor da inclusão social, à medida que possibilitaram a saída das mulheres de uma atividade difícil e extremamente cansativa, para a realização de uma outra atividade que já era tradição na região, usando para isso matérias-primas locais. Essa atividade, a partir dos cursos e das capacitações, foi melhorada e trabalhada de modo a gerar renda para as famílias, contribuindo para o seu desenvolvimento socioeconômico.

A COOPERAFIS, enquanto empreendimento autogestionário e solidário, possui uma forma diferenciada de organização que é a sua composição em núcleos produtivos localizados, muitas vezes, distantes geograficamente um do outro, o que representa um diferencial em comparação a outras organizações, sendo mais inclusiva, permitindo a participação mesmo das comunidades mais afastadas. No entanto, essa forma organizativa demanda uma gestão mais cuidadosa, tanto nos aspectos logísticos, quanto nos aspectos interrelacionais para tornar possível a participação das artesãs.

O levantamento das TSs do empreendimento possui um papel bem maior do que o simples registro, caracteriza-se como uma ferramenta que, além de permitir o conhecimento e identificação dessas tecnologias entre as artesãs, possibilita sua disseminação entre o empreendimento e também entre outros empreendimentos, dando assim maior visibilidade à TS, e permitindo despertar nas próprias artesãs participantes das oficinas o interesse em repassar em outros momentos para outras pessoas da comunidade as informações referentes a essa tecnologia.

Referências

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. *In*: LASSANCE JR. *et al.* **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FBB, 2004.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

FIGUEIREDO, Vilma. **Produção social da tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Tecnologia. *In*: BRASIL, Isabel Pereira; LIMA, Julio César França (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2009.

ITS BRASIL. Instituto de Tecnologia Social. **Caderno de Debate: Tecnologia Social no Brasil**. São Paulo: ITS, 2004.

_____. **Conhecimento e Cidadania 1 – TECNOLOGIA SOCIAL**. São Paulo: ITS, 2007. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_5dbe395e82e142caad9baa12765461bb.pdf. Acesso em: out. 2020.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. **Serviço Social**, São Paulo, n. 105, 2011.

MASCARENHAS, Thais Silva. **O caráter educativo da economia solidária: o caminho do desenvolvimento como liberdade a partir da experiência da COOPERAFIS**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientação de Celso de Rui Beisiegel.

MOTA, Ronaldo; CHAVES FILHO, Hélio. **Educação Transformadora e Inclusiva**. Brasília: Inclusão Social, 2005.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como es-

tratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, 2008.

ROTA MAPS. **Distância entre Salvador e Valente**. Disponível em: <https://www.rotamapas.com.br/distancia-entre-salvador-e-valente>. Acesso em: 01 de out. de 2020.

VELLOSO, Tatiana Ribeiro. **Mulheres de fibra**: o artesanato regional como geração de renda no território do sisal da Bahia. Monografia (Especialização em Cooperativismo) – UFV, DER, Viçosa-MG, 2006.

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero; PEREIRA, Larissa de Souza. Tecnologias Sociais e Economia Solidária: projetos certificados pela Fundação Banco do Brasil. **Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 1, 2017.

Inclusão socioprodutiva de mulheres rurais de Valença

*Rosana Andrade Bonfim
Tatiana Ribeiro Velloso*

Introdução

A agricultura familiar é um segmento formado por sujeitos rurais que têm a propriedade e a gestão familiar dos meios de produção e do trabalho. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da produção, e este setor produz cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira, sendo responsável por 67% de trabalho e emprego gerado no campo (IBGE, 2017).

A geração de ocupação na região Nordeste tem destaque, com 46,6% do total, sendo 13,9% de abrangência no estado da Bahia. Assim, a Bahia é o estado que tem mais agricultores familiares no Brasil, mas também ratifica tanto a sua importância, como também os desafios estruturais aliados às condições de concentração fundiária. Esse contexto é visto quando se observa que 77,8% das unidades produtivas são da agricultura familiar, enquanto dispõem apenas de 32,2% das áreas dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017).

As mulheres rurais desempenham um papel fundamental como agentes nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, mesmo diante da sua situação de desigualdade frente aos homens, ainda fortemente marcada no meio rural. A mulher rural busca constantemente atuar na vida comunitária, nos movimentos e nas organizações da agricultura familiar, mesmo que muitas vezes enfrentem resistências dos homens e da própria estrutura de preconceitos da vida da mulher rural em espaços públicos.

A presença e trabalho da mulher rural na conjuntura de luta, de produção e de resistência são notáveis no campo brasileiro, a agricultora tem feito história, pois a organização do trabalho da mulher rural sempre existiu e contribuiu efetivamente para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar. Entretanto, não se tem a devida visibilidade e reconhecimento no contexto de sua importância nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

No município de Valença, situado no Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia, existe a experiência de organizações de grupos de mulheres rurais, entre elas, na comunidade rural do Orobó, que faz parte do Distrito de Maricoábo, situada a 20 km da sede do município. As mulheres rurais nesta comunidade se destacam, assim como suas famílias, no abastecimento de alimentos, principalmente de cravo da índia, guaraná, cacau, urucum, dendê, banana tipo terra, abacaxi, maracujá e mandioca, além de outras culturas.

A partir da necessidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar, foi formado o grupo produtivo de mulheres rurais que fazem parte da Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Médio Orobó (APRUMO). Este grupo produtivo foi constituído como forma de materializar, em um espaço não formal da educação, um conjunto de princípios, diretrizes e propostas de organização, que tem a *práxis* de um movimento social (GOHN, 1999).

Almeida (2015) afirma que a relação entre *práxis* e movimento social deriva do entendimento de potencializar a transformação social que tem nesta relação política a característica da luta de classes, mesmo quando não há por parte destes sujeitos a consciência de classe. É a compreensão de que a classe luta e esta luta é determinante da materialidade objetiva, mediada pela esperança de libertação de si e da humanidade, e condicionada pela organização social dos sujeitos.

Assim, a *práxis* política representa a possibilidade concreta da elaboração de um projeto em que os sujeitos se comprometem com a

transformação de sua realidade, a partir dos saberes e da cultura adquiridos na trajetória de vida. Os saberes populares são acumulados pelos sujeitos durante sua vida e servem para explicar e compreender aquilo que os cerca.

Lakatos e Marconi (2003, p. 75) definem o saber popular como aquele "transmitido de geração em geração por meio da educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal". Como afirma Freire (1987, p. 68), "não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes".

Dessa forma, o objetivo deste capítulo foi apresentar as ações da extensão universitária, voltadas para contribuir com a promoção da inclusão socioproductiva e gestão associativa das mulheres rurais em Valença - BA. Para isso, buscou-se caracterizar o grupo de mulheres rurais da comunidade de Orobó, no contexto organizacional da agricultura familiar e do associativismo em Valença-BA; e apresentar o percurso formativo da construção do estudo de viabilidade e gestão associativa, como estratégia voltada para o fortalecimento da inclusão socioproductiva das mulheres rurais.

A metodologia usada neste trabalho foi de natureza qualitativa, a partir da pesquisa-ação, por permitir a aproximação dos pesquisadores de maneira a sistematizar o conhecimento de forma participativa com as mulheres, com busca no processo de intervenção para transformação de sua realidade rural (THIOLLENT, 2005).

Essa metodologia traz a formação como um processo de comunicação que se estabelece entre universidade e comunidade, com o intuito de produzir conhecimentos através da indissociabilidade entre a extensão universitária e sua relação com o ensino e a pesquisa, com respeito aos saberes e aos modos de vida da comunidade. Esse processo diminuiu o distanciamento entre universidade e comunidade, em que as ações formativas foram voltadas para o fortalecimento das mulheres rurais da agricultura familiar.

O trabalho foi realizado a partir de oficinas participativas, com a presença de quinze mulheres rurais, no período de outubro de 2019 a março de 2020, sendo encontros quinzenais, onde foram realizadas quatro oficinas para realização do Diagnóstico Organizacional participativo (DOP); e cinco oficinas participativas com o Estudo de Viabilidade Econômica na Gestão Associativa, com as mulheres rurais que fazem parte do grupo produtivo da APRUMO.

As mulheres rurais de Orobó

A agricultura familiar é o segmento rural responsável pela garantia da segurança alimentar e nutricional no país, devido a sua importância de abastecimento interno de alimentos. Esta agricultura ainda é responsável por grande parte da produção de diversos cultivos, como também da criação de animais, gerando trabalho, emprego e renda, mesmo com desafios estruturais de acesso aos mercados na obtenção de preços justos, bem como das condições de assistência técnica e de acesso à terra (DEMLING, 2015).

Esses desafios ainda se tornam maiores para as mulheres da agricultura familiar, pois ainda enfrentam a divisão sexual do trabalho, a remuneração inferior ao que é pago ao homem, ou mesmo a não remuneração, além do não reconhecimento e legitimidade do seu trabalho na agricultura. As atividades que as mulheres realizam em seu dia a dia são essenciais para o bem-estar das famílias, a subsistência biológica e a importância socioeconômica, direcionada para a soberania e segurança alimentar, a manutenção do tecido social e cultural das famílias e comunidade onde vivem, a preservação do meio ambiente e da paisagem rural.

As mulheres rurais desempenham um papel fundamental como sujeitos nas estratégias de manutenção e reprodução da agricultura familiar, mesmo diante da sua situação de desigualdade frente aos homens, ainda fortemente marcada no espaço rural. As desigualda-

des estão presentes no mundo do trabalho, na participação social e política, na autonomia pessoal e econômica que influencia no acesso às políticas públicas. Estas relações criam empecilhos que dificultam a entrada e a permanência das mulheres em instâncias importantes para o seu desenvolvimento social, econômico e político (FILIPAK, 2017).

Evidencia-se a importância do trabalho coletivo para o fortalecimento das mulheres rurais no acesso a seus direitos, bem como para a geração de renda e a sua emancipação, conquistas estas que vêm sendo construídas a partir da união das mulheres em grupos produtivos. Esses grupos produtivos possibilitam que as mulheres rurais produzam alimentos e conquistem espaços e, assim, acessem políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar em que o trabalho da mulher rural seja reconhecido.

Ramos (2014) aborda que a valorização das atividades produtivas como reprodutivas desempenhadas pelas mulheres rurais está intrínseca ao trabalho inerente à agricultura familiar. Entretanto, as mulheres rurais buscam coletivamente esse reconhecimento, através da organização coletiva de grupos produtivos, como forma de garantir sua autonomia que perpassa pela sua inserção visibilizada e garantida na dimensão das estruturas associativas e comunitárias.

Entre as experiências comunitárias, destaca-se o grupo de mulheres da Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Médio Orobó – APRUMO. Essa organização associativa foi construída a partir da educação como prática social, onde este modelo de educação pode ser realizado através de oficinas que são espaços de aprendizados que possibilitam a construção de conhecimentos através de vivências e de memórias que propiciam a construção de pertencimento por parte dos sujeitos participantes (SILVA, 2007).

Essa forma de educação foi a base para compreender a trajetória de luta na formação desse grupo, com a construção da Linha da vida, foi possível constatar lutas, momentos importantes, influências

externas, ou seja, a trajetória do grupo de mulheres da APRUMO, no contexto de um Diagnóstico Organizacional Participativo.

O grupo produtivo foi formado em 2012, quando, através de um edital do Consulado da Mulher, ganharam alguns equipamentos de cozinha por meio dos quais começaram a fabricação de biscoitos de goma e bolos. Nesse mesmo ano conseguiram participar da primeira feira realizada no distrito de Guaibim, em Valença, promovida pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)¹⁴.

Em 2013, as mulheres começaram a participar de alguns eventos, como a 6ª edição da Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), em Salvador, com exposição e comercialização de produtos, como: azeite de dendê, banana chips e cravo da índia. Ainda nesse ano, elas passaram a comercializar no mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com produtos *in natura*, como: banana (*Musa spp*), mamão (*Carica papaya*), laranja (*Citrus sinensis* L. Osbeck), melancia (*Citrullus lanatus*) e aipim (*Manihot esculenta Crantz*).

Porém, o ano de 2014 foi um ano ruim para as mulheres do grupo; elas relatam a falta de apoio, de gestão, sem estímulo, deixaram de fornecer alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE por falta de organização do grupo, mas continuaram com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Porém, mesmo assim chegou um período em que as atividades estagnaram porque as lideranças ativas do grupo entraram em licença maternidade e isso foi o suficiente para a desarticulação do grupo.

Esse acontecimento nos mostra a necessidade de formação destas mulheres, porque todas têm capacidade de exercer o papel de liderança, mas não se sentem capazes de assumir tal responsabili-

¹⁴ A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) foi extinta em 2015, e criada em sua substituição a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), esta que tem o compromisso de promover a gestão e a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural e articulação de políticas públicas para a agricultura familiar.

de. Gubert *et al* (2020, p. 23) abordam que o empoderamento feminino é necessário no meio rural para o enfrentamento da depreciação que a mulher rural passa, em ser considerada como "um ser fraco e relegado ao segundo plano nos trabalhos da propriedade rural".

O empoderamento feminino passa pelo que Srilatha Batliwala (1994) *apud* Siqueira e Sardenberg (2014, p. 3776) afirmam que "é um processo individual e coletivo de questionar as ideologias e as bases das relações de poder patriarcais em vigor". Esse processo possibilita as mulheres reconhecerem o seu lugar no âmbito da agricultura familiar, não apenas no desempenho das atividades laborais e reprodutivas, mas como gestoras do ambiente, como também é sobre todas as minorias que buscam diminuir as desigualdades, especialmente no que se refere à participação das mulheres rurais (GUBERT *et al*, 2020).

Entre os caminhos para o empoderamento feminino, o associativismo comunitário exercido pelas mulheres que buscam conquistar espaços públicos, percebe-se em diversas experiências a possibilidade de construção de sentimentos de apropriação, de pertencimento e de confiança coletiva. É o que Horochovski (2007) *apud* Siqueira e Sardenberg (2012) afirmam sobre os níveis de processo de empoderamento que as mulheres rurais e seus grupos vivenciam: individual, organizacional e comunitário, com o entendimento que o empoderamento é uma composição destes níveis de forma simultânea.

Observa-se que o empoderamento individual é evidenciada com a participação das mulheres nos grupos coletivos, enquanto o empoderamento organizacional é observado no compartilhamento das decisões coletivas e da liderança, e a nível comunitário está presente nas ações coletivas de busca de direitos e de construção de sua autonomia (SIQUEIRA; SARDENBERG; 2014).

Esse processo é visto no grupo das mulheres rurais da APRUMO, ainda em andamento, como construção de práticas coletivas que buscam romper a cultura do patriarcado, na conquista do seu espaço

e dos seus direitos. Essa condição foi vista em 2015, com a retomada das atividades de fornecimento de alimentos ao PAA e ao PNAE. No entanto, com uma diminuição bastante significativa da aquisição de alimentos para o programa, comparadas com as entregas iniciais nos anos anteriores em que participaram, as mulheres tiveram que buscar alternativas de inserção no mercado local.

O ano de 2016 foi um ano que marcou a chegada da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP Mulher). Foi um momento em que elas enxergaram novas possibilidades de participar de projetos através de editais e vários outros benefícios que este documento traz para a mulher do campo, como financiamento para a mulher rural através de sua própria DAP, sem haver a necessidade de usarem a de seus esposos, que muitas vezes não se enquadram para terem acessos a editais específicos para elas.

Além disso, foi iniciada a construção da cozinha comunitária e a fabricação de um novo produto, o coco fatiado, e assim perceberam a necessidade de incluir nas embalagens etiquetas simples, identificando onde eram produzidos os alimentos e elas perceberam que também seria uma forma de dar maior visibilidade. Com essas conquistas, que aparentam pequenas, sentiram-se mais animadas, amparadas e fortalecidas.

Nos anos de 2017 e 2018, conseguiram inserir outro produto na produção para comercialização, que foi o aipim descascado. Nesses anos permitiram uma participação mais ativa das mulheres com mais oportunidades e capacitações como: a oficina referente a reaproveitamento de óleo de cozinha para fabricação de sabão de coco; participação no curso sobre plantas medicinais oferecido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); participação semanal na feira novo horizonte em Valença, porém a construção da cozinha foi interrompida por falta de recursos.

Por fim, no ano de 2019, participaram de outras atividades, como o curso de derivados do cacau, produto o qual quase todas as famílias

possuem plantio em suas áreas, participação também do "Orobó Sustentável"¹⁵, onde apresentaram iniciativas e palestras de bom convívio com o meio ambiente, aconteceram manifestações culturais, brincadeiras, dentre tantas outras atividades que alegraram a comunidade nesse dia.

Essas mulheres buscaram superar desafios, movidas pelos sonhos de melhorias, pautadas no seu modo de vida a partir da relação com o solo, cultivam e gerenciam seu trabalho no âmbito familiar, possuem suas próprias áreas de cultivo, poucas vezes necessitando comprar produtos *in natura* na mão de seus próprios vizinhos que também são agricultores, para que sejam beneficiados por elas, como o coco fatiado, aipim e o biscoito de goma.

Para a melhor compreensão das relações do grupo produtivo e as instituições parceiras, foi trabalhado o diagrama de Venn nas Oficinas Participativas. Os diagramas funcionam de forma a explorar o ambiente interno e externo da comunidade, identificando e caracterizando as relações com as instituições e grupos existentes, facilitando a comunicação agricultor-técnico e posterior análise (KUMMER, 2007; VERDEJO, 2006).

No contexto da trajetória do grupo, foi possível verificar os principais parceiros do grupo produtivo das mulheres rurais. A construção do Diagrama de Venn teve como propósito pontuar as instituições parceiras do grupo, descrevendo a natureza das relações constituídas ao longo dos anos com seus parceiros, neste processo as instituições com maior proximidade com o grupo são colocadas próximas ao círculo, e as instituições com menor relação foram colocadas mais distantes do círculo.

Assim, foi possível analisar a relação entre o grupo de mulheres e as instituições que poderão reconhecer e colaborar com a melhoria da

¹⁵ Orobó Sustentável, evento realizado através dos agricultores familiares da comunidade do Orobó, onde expõe seus produtos, mostram sua cultura. Neste evento, os parceiros oferecem palestras, cursos e atividades.

comunidade, envolvendo-se com os processos de desenvolvimento da mesma. Com esta ferramenta foi possível compreender a atuação de diversas entidades dentro da comunidade e do grupo produtivo, e ao mesmo tempo, promover um debate sobre sua importância para o desenvolvimento da comunidade e do grupo de mulheres.

O grupo produtivo de mulheres percebeu, a partir da construção do diagrama de Venn, a extensa rede de cooperação do grupo com as instituições, que a depender da relação, podem estar perto ou longe do grupo produtivo. Avaliou ser de grande importância a cooperação com algumas instituições, apesar de a relação ser ainda fraca, foi possível também perceber que algumas cooperações não tinham um retorno positivo para o grupo e vice-versa.

Gestão associativa e viabilidade econômica

O estudo de viabilidade consiste na análise econômica de um empreendimento associativo em que se pretende realizar determinada atividade produtiva; nas questões de gestão do empreendimento e nas relações associativas assumidas e desenvolvidas pelas pessoas em termos de compromissos e responsabilidades. Segundo a CAPINA (1998, p. 7), "para realizar um estudo de viabilidade precisa-se conhecer muito bem a atividade, e o que se pretende desenvolver, para que aumente a possibilidade de acertos evitando problemas futuros".

Para que as organizações populares tenham sucesso em seus projetos, é fundamental que o estudo de viabilidade econômica seja feito com a participação de todos os envolvidos. No campo, a comercialização se apresenta ainda como um gargalo para diversas atividades, no qual ainda existem diversos grupos que não têm a preocupação com a análise da viabilidade econômica do projeto que se pretende realizar (CAPINA, 1998).

O Estudo de Viabilidade Econômica foi construído com as mulheres do grupo produtivo da APRUMO no período de Novembro de

2019 a Janeiro de 2020, esta construção se deu a partir de encontros quinzenais, com a realização de 5 oficinas participativas. As mulheres do grupo decidiram trabalhar com 3 produtos (coco fatiado, aipim descascado e biscoito de goma) para realizar o estudo de viabilidade. Foram coletadas algumas informações para a construção das contas, sobre os produtos beneficiados pelo grupo de mulheres agricultoras e a forma de comercialização destes produtos.

O estudo de viabilidade foi realizado em oficinas participativas, entendido como um instrumento de avaliação e planejamento. O que se pretende é um aumento da capacidade de os sujeitos interferirem na realidade em que se estabelecem. Tais procedimentos metodológicos vão além de um modo técnico, pois possuem um sentido educativo e político (KRAYCHETE, 1998). Assim, as oficinas são espaços de aprendizados que possibilitam a construção de conhecimentos através de vivências e de memórias que propiciam a construção de pertencimento por parte dos sujeitos participantes (SILVA, 2007).

A prática da educação popular, com trabalhadores do campo, tem comprovado que o trabalho de desconstruir e reconstruir conceitos é essencial para a formação de agentes da Economia Solidária. A condição é buscar, através do diálogo com os participantes, o conteúdo que eles dão a cada conceito, a partir da sua vida e trabalho. Cabe ao educador guiá-los nesta reflexão, contextualizando-os histórica e sociologicamente e, assim, abrindo horizontes para outros sentidos possíveis a serem estabelecidos pelo diálogo coletivo (KRAYCHETE, 1998).

Dessa forma, durante o diálogo com as mulheres, foram realizadas algumas perguntas pertinentes referentes ao processo produtivo, para começar a despertar nelas respostas e indagações as quais nunca tinham sido feitas por elas durante o desenvolvimento e produção do grupo. Perguntas como: O que produz? Que quantidade produzir? Para atingir esta produção, quais as matérias-primas que teremos que comprar? Em que quantidade? Quanto custa? E produzir uma unida-

de do produto quanto custa? Qual a quantidade de mulheres necessária para atingir a produção programada? O que cada um irá fazer?

Essas perguntas foram feitas para provocar a discussão entre as mulheres e para observar o quanto elas conhecem seu processo de produção, e assim começar a despertar nelas a importância do Estudo de Viabilidade Econômica no processo produtivo do grupo, já que foram bem debatidas entre elas estas perguntas, pois não sabiam todas as respostas. Nas oficinas seguintes, de posse de informações e respostas bem debatidas durante os primeiros encontros, passamos a explicar as fórmulas e cálculos para que chegássemos a cada resultado.

Os cálculos foram realizados conforme a demanda mensal dos produtos beneficiados para o seu principal mercado, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Portanto, para que ficasse de forma mais didática e entendível para o grupo, foram escritas em cartazes e fixadas nas paredes algumas definições, também foi desenhada em papel cartaz a tabela trabalhada, esta foi a melhor forma para solucionar qualquer dúvida que ocorresse durante a construção da atividade, as informações estariam escritas em cartazes e poderiam consulta-las a qualquer momento.

Como os custos fixos são aqueles que devem ser honrados, independente do funcionamento da unidade; e os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com produção da unidade de beneficiamento, a depreciação refere-se “[à] reserva que precisamos fazer para que, após um determinado período de uso, tenhamos dinheiro em caixa para trocar o equipamento, que já está muito usado, por outro mais novo” (CAPINA, 1998, p. 16).

A receita líquida é considerada como o resultado da atividade, sendo medida através da diferença entre o que é vendido e o que se gasta para produzir a mesma quantidade. Assim foram realizados cálculos de receita líquida, de acordo com a quantidade inicial produzida pelo grupo de mulheres. Já a margem de contribuição é o quanto

sobra da receita obtida com as vendas dos produtos e serviços para pagar os custos fixos e ter lucro após o pagamento dos custos variáveis, calcula-se subtraindo o total de custos variáveis da receita bruta obtida. Por fim, o Ponto de Equilíbrio é a quantidade necessária a ser vendida para cobrir os gastos, só se obtém lucro quando se vende quantidade superior ao ponto de equilíbrio (CAPINA, 1998).

As contas foram feitas e escritas com canetas coloridas em uma tabela desenhada no papel cartaz fixado na parede, para que ficasse didático e legível, e como uma forma de integrar as pessoas no processo. Ainda para se trabalhar de uma melhor forma, todas as mulheres desenharam as tabelas em seus cadernos para que também realizassem os cálculos e tirassem todas as dúvidas no decorrer do processo formativo.

Dessa forma, foi necessário diversas vezes no decorrer do processo realizar novamente explicações dos cálculos individualmente para cada uma que manifestasse dificuldades, além de revisar os cálculos realizados em oficinas anteriores, para que elas fixassem como eram realizadas as contas, pois o intuito deste trabalho é que as mulheres realmente aprendam a fazer o Estudo de Viabilidade Econômica e dar continuidade na gestão da sua produção.

Segundo Aguiar (2006), a educação não se trata de aplicar e encontrar melhor método, mas de colocar em questão o processo de trabalho e as condições nas quais ele acontece, incluindo sua organização. A autora afirma que ainda perdura a visão que apenas um bom método promove a apropriação de conteúdos, mas que essa forma desconsidera os processos de trabalho, de vivência e de conhecimentos dos sujeitos envolvidos. É o que Freire (1997a) denomina de uma educação "bancária" que "deposita" conteúdos programáticos pré-definidos, em uma perspectiva de alienação.

Portanto, este trabalho não se trata de um trabalho tecnocrático, realizado por especialistas externos, mas de um processo de cons-

trução coletiva de conhecimentos, em um contexto de uma educação libertadora (KRAYCHETE, 1998). Dessa forma, as mulheres do grupo produtivo e os acadêmicos descobrem juntos as condições necessárias para a sustentabilidade da unidade, sobre uma ótica da relação sujeito-sujeito e sobre a ótica da autonomia, em que se baseia em uma relação com sujeitos da história, de forma crítica e reflexiva que visa a transformação (FREIRE, 1997b).

Desse modo, o estudo de viabilidade econômica do empreendimento associativista se constitui numa ferramenta que contribui muito para o processo de equilíbrio, dando possibilidade para que o grupo, formado por mulheres rurais, tenha ciência da gestão do empreendimento, do nível organizacional, e da importância da participação de todas no processo de aprendizado e de construção da autonomia.

Durante as oficinas, foi possível perceber a dificuldade que as mulheres tinham na gestão do grupo, e na compreensão de que todas faziam parte do processo, e para isso precisavam dividir tarefas, assumir compromissos e responsabilidades. Nos empreendimentos associativos as decisões são realizadas coletivamente, com transparência, assim os conhecimentos diversos das pessoas podem ser mobilizados de forma integrada para as tomadas de decisão. São regras de convivência que devem ser estabelecidas pelo grupo e que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento.

A gestão na economia solidária é aquela gestão que faz com que não se separe mais o trabalho intelectual do trabalho manual. É uma forma em que as pessoas têm o controle do processo e dos produtos, participam da atividade de produção e também da gestão do empreendimento. Com isso é possível superar algo que é forte na nossa sociedade, inclusive uma das bases da desigualdade social, que é a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Singer (2000) diz que existe uma descrença na capacidade administrativa dos grupos e isto acaba ameaçando estes empreendimentos da economia solidária.

Diante da necessidade de uma nova conjuntura de mercado, formas de organização e gestão dos empreendimentos solidários são desafios que, quando superados, poderão fortalecer os grupos produtivos e as mulheres na agricultura familiar. Assim, canais de distribuição aliados a estratégias de comercialização definem os ganhos dos agricultores e sua segurança em relação ao mercado, unidos a outros fatores diretamente relacionados à produção como produtividade e qualidade do produto, uma vez que um dos desafios da agricultura familiar é a comercialização.

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi discutir e apresentar as ações da extensão universitária voltadas para contribuir com a promoção da inclusão socioprodutiva e gestão associativa das mulheres rurais em Valença-BA.

A construção deste trabalho se deu a partir do envolvimento com o grupo produtivo de mulheres da Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do Médio Orobó (APRUMO), que tem parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, a partir do desenvolvimento do projeto “Fortalecimento de Grupos Produtivos da Agricultura Familiar do estado da Bahia”, com financiamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

A produção deste trabalho proporcionou oportunidades para as mulheres rurais, dando um maior embasamento com relação à gestão do grupo, à importância da troca de experiência com outro empreendimento solidário para o fortalecimento do grupo; e possibilitou a apropriação de suas histórias de lutas e de conquistas no contexto da organização coletiva, bem como de sua relação com a Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença-COOMAFES.

Contribui também de forma muito significativa para a formação acadêmica e pessoal da pesquisadora, foi possível estabelecer uma vivência com as mulheres agricultoras que por muitas vezes o meio acadêmico não nos oportuniza vivenciar, na troca de saberes e fazeres, pois muitas vezes seu trabalho, sua história não são vistos com tanta importância como deveriam.

O trabalho se deu através da realização de oficinas participativas, que foram espaços que contribuíram para a construção do Diagnóstico Organizacional Participativo e a sistematização do estudo de viabilidade Econômica e Gestão Associativa.

Desse modo, esta pesquisa apresenta aprendizados entre conhecimento científico e saberes populares, e o importante não é o resultado material dos cálculos apenas, mas o processo de apropriação destes conhecimentos e da construção das regras de convivência entre as mulheres. Ainda, estas ferramentas se mostraram de excelente funcionalidade, na sua construção com as mulheres contribuíra, significativamente para o fortalecimento das mulheres de forma que construíssem sua própria trajetória, oportunizando as agricultoras a perceberem a necessidade de melhor organização e empenho, bem como da valia do diálogo entre elas e de articulação com outros grupos produtivos, despertando nelas o espírito de liderança, empoderamento, aprendizado e o espírito coletivo de trabalho ainda mais forte.

Referências

AGUIAR, K. **Estratégias de Formação no campo da economia dos setores populares**. Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.capina.org.br>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ALMEIDA, R. C. M. de. **Reflexões sobre práxis política e movimentos sociais**: concepções, projetos e utopias. 2015. Disponível em: <https://sicsufg.files.wordpress.com/2015/12/almeida-rejane-c-medeiros-re->

flexc3b5es-sobre-prc3alxis-polc3adtica-e-movimentos-sociais-concepc3a7c3b5esprojetos-e-utopias.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.

CAPINA. Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa. **Puxando o Fio da Meada**: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I. Rio de Janeiro: CAPINA, 1998. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/elb246_4f2e952e6ed64736bf0834fd8c2d684d.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

DEMLING, M. F. Agricultura Familiar e as relações na comercialização da produção. **Revista Interciência**, vol. 40, n. 7, p. 440-448, 2015.

FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. Marília: UNESP, 2017. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150147/filipak_a_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 03 fev. 2021.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva. 3. ed. São Paulo: Editora Moraes Ltda., 1997. (a)

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura). (b)

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

GUBERT, F. P. P.; HANZEN, M.; RECALCATTI, J. F.; COLTRE, S. M. Empoderamento feminino na agricultura familiar. **Revista Fitos**. Rio de Janeiro. 2020; 14(Supl): 23-30.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**: Resultados. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro. Acesso em: 10 set. 2020.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e trans-

formação social. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (orgs.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. Rio de Janeiro: CAPINA, 1998. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/elb246_4d51dec8975f4dccb75055da4405509f.pdf. Acesso em: Mar 2021.

KUMMER, L. **Metodologia Participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar, conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RAMOS, C. P. **Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local**. Gênero, Niterói, v. 15, n. 1. p. 29-46, 2. sem. 2014.

SILVA, C. R. Oficinas. In: PARK; FERNANDES; CARNICEL (Org.). **Palavras-chave em Educação não-formal**. Holambra: Setembro; Campinas/CMU, 2007.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

SIQUEIRA, A. E. S.S. de; SANDENBERG, C. M. B. Empoderamento de Mulheres Agricultoras: Possibilidades e Limites de Um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano. In: **18o REDOR**, Recife, UFRPE, 24 a 27 de novembro de 2014. p. 3773 – 3783.

THIOLLENT, M. Perspectivas de metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In: LIANZA, S.; ADDOR, F. (orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 172-189.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um Guia Prático DRP**. Brasília: MDA, 2006.

O trabalho em empreendimentos solidários de mulheres

*Ivanice Cerruci
Eliene Gomes dos Anjos*

Introdução

A inserção de mulheres e homens no trabalho assalariado na América Latina, e, mais particularmente no Brasil, não assegurou a toda classe trabalhadora a proteção que foi mediada pelo Estado para equilibrar a relação assimétrica estabelecida com os capitalistas. Uma parcela significativa dos trabalhadores e das trabalhadoras pobres e sem qualificação profissional está inserida em formas de trabalho informais – assalariados/as sem registro, conta própria, trabalho associado, sem remuneração e trabalho doméstico. Esse cenário caracteriza a trajetória ocupacional de diversos segmentos, no entanto, Abramo (2006) destaca que essa realidade permanece para contingentes mais expressivos de mulheres e da população negra.

As iniciativas de trabalho associado no campo da economia solidária proliferaram, na década de 1990 e início dos anos 2000, como resposta à expansão da vulnerabilidade socioeconômica entre os segmentos que historicamente foram mais desfavorecidos. O crescimento numérico dos empreendimentos solidários promoveu um acirrado debate no meio acadêmico sobre a possibilidade dessa modalidade assegurar direitos e afastar-se do trabalho precário (ANJOS, 2012).

Apesar da fragilidade econômica revelada pelos Mapeamentos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), realizados pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), juntamente com o também extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

no Governo de Jair Bolsonaro, diversas pesquisas demonstraram que nessas iniciativas há uma ressignificação do sentido do trabalho, ao constituir vínculos que asseguram a permanência de trabalhadores e trabalhadoras, mesmo em um contexto adverso.

Os sentidos e as condições empíricas do trabalho associado continuam sendo objeto de análise, mas, para além das controvérsias, esses estudos contribuíram para visibilizar o trabalho das mulheres com baixa qualificação, seja ele desempenhado no espaço urbano ou rural, revelando o protagonismo daquelas que não desistiram de transformar as relações de subordinação e dominação às quais foram submetidas.

Nesta perspectiva, cabe ressaltar a ponderação de Jesus (2020) sobre o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aponta 47,7% das mulheres rurais do Nordeste como não economicamente ativas. Para essa autora, esse dado se explica devido à desvalorização do trabalho feminino e a sua invisibilidade na produção familiar. Ela conclui que:

essas mulheres são expostas às situações mais vulneráveis e de extrema pobreza na Região Nordeste, já que 91,8% delas dispõem de renda mensal inferior a um salário mínimo e 59,5%, sobrevivem de transferências de renda, através do Programa Bolsa Família (JESUS, 2020, p. 37).

Devido às circunstâncias narradas, compreender a situação do trabalho em empreendimentos da economia solidária contribuirá para evidenciar as possibilidades e limites de essas experiências se afastarem do trabalho precário diagnosticado em diversas pesquisas (ANJOS, 2012; LIMA, 2009; GAIGER, 2006). Neste sentido, este capítulo examina as condições do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários da Bahia formados exclusivamente por mulheres para dimensionar o acesso aos direitos laborais e as principais dificuldades para garanti-los.

Além desse, estabelecemos como finalidade: i) descrever o perfil predominante das associadas dos empreendimentos; ii) caracteri-

zar os empreendimentos, destacando suas formas de organização, os motivos de criação, as atividades econômicas desenvolvidas e o papel desempenhado na constituição da renda familiar; e, por fim, iii) compreender se a inserção nos empreendimentos solidários contribui para alterar a divisão sexual do trabalho na esfera privada.

Esta investigação foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico em diversas fontes secundárias para construir os principais conceitos analíticos da pesquisa. Em seguida foi elaborado um estudo quantitativo, com o manuseio dos dados do Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado entre 2009 e 2013, pela Senaes. Utilizou-se do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para construir as frequências e cruzamentos das variáveis que foram selecionadas para delinear as condições do trabalho em EES formados por mulheres e suas principais características. Para tanto, realizou-se um filtro com os 19.708 EES mapeados para selecionar aqueles formados somente por mulheres no estado da Bahia, resultando em 184 empreendimentos, nos quais predominam as mulheres negras e agricultoras familiares no quadro social.

Na sequência do capítulo, apresentamos o debate sobre os significados e limites do trabalho associado nos empreendimentos solidários para segmentos que historicamente vivenciam processos de inserção marginal no trabalho formal. Em seguida, os resultados do manuseio das variáveis que permitem analisar a situação do trabalho nos empreendimentos femininos da Bahia, correlacionando-as com aquelas que delineiam o perfil das mulheres inseridas nessas iniciativas.

Trabalho associado solidário

O emprego assalariado e regulamentado continua predominando no capitalismo, contudo não conseguiu abranger a totalidade dos trabalhadores na América Latina. No Brasil essa realidade não é distinta, o emprego formal coexiste com outras modalidades de tra-

balho nas quais os trabalhadores são donos dos meios de produção, ou trabalham por conta própria, como os autônomos. O trabalho associado é uma dessas formas que adquiriu destaque no cenário nacional na década de 1990, devido aos altos índices de desemprego e a expansão das falsas cooperativas que se destinavam a rebaixar os custos com a força de trabalho.

Segundo o que está disposto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o vínculo empregatício se caracteriza pela presença conjunta, em um contrato de trabalho e de quatro condições de exercício do trabalho: pessoalidade, subordinação, habitualidade e onerosidade. O que significa dizer que empregada é a pessoa física, que se compromete a trabalhar como subordinada para outra pessoa física ou jurídica, com contrato individual e intransferível; cumprir o horário e frequência pré-determinados em contrato; com vínculo de trabalho permanente e não eventual; em troca de salário fixo.

Assim sendo, o trabalho associado se distancia do assalariado, pois possui quatro princípios contrastantes: a associação voluntária; a posse associativa dos meios de produção; a gestão democrática do empreendimento; a repartição dos resultados econômicos gerados pelo trabalho. Destarte, o trabalho associado distingue-se por ser uma atividade econômica de produção ou prestação de serviços, realizada em conjunto, baseada na autogestão, onde todos são donos e tomam decisões em conjunto, valorizando os conhecimentos individuais.

A produção e a distribuição dos rendimentos são efetuadas tendo como objetivo beneficiar o associado, que não é salário nem remuneração pelo capital social investido no empreendimento. Além disso, o trabalho associado suprime a mais-valia porque não há a venda da força de trabalho, e os trabalhadores passam a ser donos dos meios de produção, resgatando sua dignidade e permitindo o fim da subordinação que caracteriza o assalariamento.

As práticas organizativas no campo da economia solidária representam uma alternativa para os trabalhadores se unirem em gru-

pos, para produção independente e autônoma, sem a relação de subordinação porque não existe(m) o(s) dono(s) dos meios de produção, portanto, um nicho para o trabalho associado. De acordo com Fischer e Tiriba (2009), a crise estrutural do capital, decorrente da reestruturação produtiva, favoreceu a expansão das organizações associativas de trabalhadores e das trabalhadoras no campo e na cidade.

Nesse contexto, o associativismo e o cooperativismo aparecem como alternativas para reduzir os problemas do desemprego e superar a exploração decorrente da relação do trabalho assalariado. Surgem as cooperativas de trabalho para a autogestão de empresas recuperadas, associações e grupos informais produtivos com o objetivo de gerar trabalho e renda. Por outro lado, a expansão dessas alternativas de trabalho impôs o debate do trabalho precário pela falta de uma legislação que assegurasse direitos aos trabalhadores associados, pois, segundo Gediel (2006), tanto a CLT quanto a Lei 5.764/71 se tornaram obsoletas e inadequadas porque não legislam os direitos do trabalho daqueles que dispõem a sua força de trabalho de forma cooperada.

É nesse contexto que é aprovada, em 2012, a Lei 12.690, que versa sobre os direitos dos que trabalham de forma associada em cooperativas. Ainda que a nova Lei assegure alguns direitos que se aproximam dos garantidos no trabalho assalariado, tais como: retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade demandar a prestação de trabalho por plantões ou escalas; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; repouso anual remunerado; retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; e seguro de acidente de trabalho (PEREIRA; SILVA, 2012), para a maioria dos trabalhadores em cooperativas solidárias, não há condições para efetivar esses direitos.

O que torna mais crítico esse quadro, segundo Anjos, Silva e Pereira (2018), é a constatação de que o perfil dos trabalhadores associados retrata um quadro de exclusão histórico da proteção social. As autoras afirmam que os segmentos que optam pelo trabalho associado já estiveram inseridos no trabalho precário, caracterizado pela instabilidade e vulnerabilidade, como é o caso dos remanescentes da população que fora escravizada, a negra, e as mulheres rurais.

O trabalho associado não está isento de contradições. Gaiger (2006), ao estudar os EES no Rio Grande do Sul, constatou que há uma intensificação na jornada de trabalho para garantir um volume de produção que os torne autossuficientes. Além disso, ressalta que os setores de atividades em que se situam esses empreendimentos não demandam mão de obra altamente qualificada, o que reduz o fator trabalho à capacidade física somada dos trabalhadores, constituindo o trabalho num dispêndio árduo e permanente. Por outro lado, esse mesmo trabalho institui a base da identidade coletiva, promovida pela participação ativa nas decisões cotidianas de um empreendimento associativo e cooperativo. Esse aspecto compensaria a face penosa do trabalho, pois a atividade produtiva ficaria dotada de um sentido moral e simbólico elevado.

Diante da expansão dos empreendimentos da economia solidária, Tiriba (2007) pondera nas suas análises sobre a necessidade de considerar o contexto empírico vivenciado pelos trabalhadores solidários. Afirma que as maiores dificuldades vivenciadas por esses empreendimentos não são as relações com a comunidade, mas a fragilidade econômica e política. Daí conclui que uma nova cultura do trabalho não depende somente da vontade política dos excluídos do mercado formal de trabalho, mas, mais do que nunca é preciso fortalecer os movimentos sociais, pois, se não houver uma conjuntura política favorável, não constituiremos outra cultura do trabalho, apartada da rela-

ção salarial. As iniciativas históricas ocorridas na economia popular ou na economia solidária estariam adstritas à subsistência dos que não encontram mais "lugar" no sistema de produção mercantil.

A inclusão da economia solidária nos programas de geração de trabalho e renda nos governos de Lula e Dilma, como política de combate à pobreza, impulsionou o fomento de empreendimentos econômicos solidários (EES) em territórios que até então não contavam com a atenção do poder público, ampliando, assim, o contingente de trabalhadores que veem nessas experiências um paliativo para o quadro adverso no qual estão inseridos. Casos empíricos dessa prática foram apontados por Anjos (2012) em Salvador.

A Superintendência de Economia Solidária (Sesol) conjuntamente com outros órgãos do governo estadual incentivaram grupos associativos como estratégia de desenvolvimento de áreas caracterizadas pela violência e pobreza extrema. A autora conclui que apesar de agregar adeptos nessas iniciativas, se não houver políticas públicas que garantam o financiamento e alternativas efetivas de comercialização, elas entrarão no ciclo nascimento e mortalidade, típico dos micro e pequenos empreendimentos.

Esse contexto propicia a expansão dos EES não só na Bahia, mas em todo o território nacional. Ainda de acordo com os argumentos de Anjos (2012), o campo da economia solidária é muito heterogêneo, com seus dilemas e possibilidades, no entanto, não há como refutar que um percentual significativo desses EES, revelados pelos Mapeamentos realizados pela Senaes, esteve relacionado diretamente com a demanda de geração de trabalho e renda. A autora defende que, apesar dos poucos benefícios assegurados pelo trabalho associado, em virtude das fragilidades econômicas dos empreendimentos, a situação de trabalho daqueles que estiveram historicamente nas ocupações marcadas pela precariedade, não foi intensificada nos EES.

Ainda que esse processo vivido seja lento e incerto, há, em alguma medida, redução da precariedade, uma vez que um contingente de trabalhadores persiste nessas alternativas, mesmo admitindo que a maioria dos trabalhadores associados enfrentaria muitas dificuldades para conseguir um emprego formal.

Nas suas pesquisas, Anjos (2016) constatou que as mulheres têm presença majoritária nas cooperativas de pequeno porte, que são mais frágeis economicamente se comparadas às de maior porte. Identificou também nos estudos de casos, realizados em Salvador, que uma parte das trabalhadoras associadas enfrenta mais dificuldades para garantir a remuneração e benefícios no trabalho, destacando a extrema vulnerabilidade das mulheres negras, concluindo, assim, que as fragilidades das iniciativas da economia solidária podem ser acentuadas se consideramos os atributos pessoais, como o gênero e a raça/cor.

De fato, há práticas em curso nas cooperativas de trabalho da economia solidária com um sentido emancipatório, pois segmentos submetidos à subordinação e a relações de dominação, compostos pelas "minorias" que historicamente sofrem a desqualificação social, como os negros, as mulheres, especialmente as negras, os sem qualificação profissional e aqueles com baixa escolarização, encontram nas cooperativas um espaço para ampliar a participação política, constituindo significados no trabalho que propiciam vínculos que os/as unem para seguir adiante, em um quadro bastante adverso (ANJOS, 2012, p. 196).

Esse quadro analítico justifica a análise do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários femininos na Bahia. Esses empreendimentos reúnem as mulheres associadas baianas, negras e não-negras, rurais e urbanas, que têm em comum uma trajetória de inserção marginal no trabalho formal e, a partir da organização coletiva, buscam em condições precárias a construção de outro mundo possível, como advogam os adeptos da economia solidária.

Os empreendimentos solidários femininos

Dos 184 empreendimentos econômicos solidários formados exclusivamente por mulheres, à época do Mapeamento da Senaes, 88% deles estavam em funcionamento, os demais estavam em fase de instalação ou reestruturação. A área de atuação está bem equalizada entre o rural, 45,1%, e o urbano, 41,3%, sendo que 13,6 % atuavam em ambos os espaços. De acordo com a forma de organização, os EES estão tipificados como: grupos informais, 66,3%, seguidos pelas associações, 28,8%, e apenas 4,3% são cooperativas.

Quanto ao perfil racial/étnico, predomina o pardo, 46,2%, seguido do preto, 29,9%. Estes percentuais corroboram com a análise de Anjos (2012), quando conclui que as iniciativas de trabalho associado da economia solidária são estratégias para os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, como a população negra, principalmente as mulheres negras.

O perfil etário retrata o predomínio de mulheres adultas (89,7%); seguido pelos jovens (8,2%). Ainda que predominem jovens em menos de 10% dos EES que compõem o estudo, registrar empreendimentos de mulheres jovens sugere que a economia solidária está propiciando trabalho e renda para um dos segmentos mais afetados pelo desemprego. Além disso, contribui, em certa medida, para a permanência das jovens nas comunidades rurais, já que não seriam obrigadas a buscar inserção ocupacional nos espaços urbanos.

Na questão do pertencimento aos povos ou comunidades tradicionais, em 11% dos empreendimentos de mulheres predominam associadas desse subconjunto. Neles, destacam-se as que integram: comunidades quilombolas (35%); população negra (25%); extrativista (15%); comunidades de terreiro (10%); povos indígenas (5%); ribeirinhos (5%) e pescadores artesanais (5%). Nota-se a prevalência das mulheres negras e das quilombolas.

Em relação aos motivos de criação dos EES, os mais citados foram: uma forma alternativa de combate ao desemprego, 67,9%; uma fonte complementar de renda para as associadas, 53,3%; desenvolvimento de uma atividade em que todas são donas, 38,6%; obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo, 35,9%. Essa variável adquire mais importância na análise ao constatar que em 64,7% dos empreendimentos exclusivos de mulheres predominam beneficiárias do Programa Bolsa Família, uma política pública destinada às pessoas que vivem na pobreza extrema.

No que se refere aos atores sociais que compõem o agrupamento investigado, os empreendimentos das agricultoras familiares e das artesãs, descritos na tabela 1, são maioria. Cabe destacar que a informalidade desses EES expressa os desafios para sua sustentabilidade, uma vez que o acesso ao crédito e à própria política pública tornam-se mais difíceis pela não existência jurídica.

Tabela 1. Atores sociais e as formas de organização dos EES de mulheres.

Categoria social	Formas de organização				Total
	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade mercantil	
Agricultores familiares	51	21	3	0	75
Artesãos	45	20	1	0	66
Artistas	2	1	0	0	3
Assentados da reforma agrária	1	1	0	0	2
Catadores de material reciclável	1	0	0	0	1
Técnicos, profissionais de nível superior	0	1	0	0	1
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	8	1	2	1	12
Desempregados (desocupados)	8	5	1	0	14
Não se aplica ou não há predominância	6	3	1	0	10
Total	122	53	8	1	184

Fonte: SIES (2013).

A constatação majoritária de grupos informais entre as mulheres, somada à presença de 40,8% de agricultoras familiares, poderia explicar, como hipótese, o percentual reduzido de mulheres nos estabelecimentos agropecuários associados a alguma organização coletiva, captado pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017). Sabe-se que predominam no cenário nacional da economia solidária os empreendimentos da agricultura familiar, ainda que diversos atores estejam nomeados nesse conceito para efeito das políticas públicas, a exemplo dos quilombolas, pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, dentre outros, constatar que os EES femininos da Bahia têm presença expressiva de mulheres agricultoras familiares contrasta com o percentual reduzido (29%) de produtoras de estabelecimentos agropecuários associados do referido Censo.

Essa estatística precisa ser problematizada porque pode estar contribuindo para invisibilizar o trabalho das mulheres rurais, prática tão comum nos espaços rurais devido à cultura patriarcal que ainda impera no ordenamento social. O trabalho das mulheres rurais, seja realizado nos estabelecimentos familiares ou em grupos informais, muitas vezes não é contemplado nas metodologias das pesquisas públicas. Esse procedimento pode resultar na inclusão delas, em maior proporção, como pessoas não economicamente ativas, o que, a nosso ver, explicaria maior percentual de mulheres que não são ativas na dimensão econômica na PNAD 2015 do IBGE.

Tabela 2. Pessoas de 15 anos ou mais de idade e o valor do rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, sexo e a condição de atividade na semana de referência – Bahia – 2015.

Situação do domicílio, sexo e condição de atividade na semana de referência	Pessoas de 15 anos ou mais de idade (1000 pessoas)		Valor do rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade (R\$)	
	Total	Com rendimento	Total	Com rendimento
Rural	2964	2268	547	710
Economicamente ativas	1839	1566	619	722
Não economicamente ativas	1125	702	428	685
Homens	1526	1177	629	811
Economicamente ativas	1167	986	685	803
Não economicamente ativas	360	191	452	848
Mulheres	1438	1091	459	602
Economicamente ativas	672	580	506	583
Não economicamente ativas	766	511	412	624

Fonte: IBGE, Pesquisa por Amostra de Domicílios (2015).

Na Tabela 2, entre as pessoas com mais de 15 anos que não são economicamente ativas, as mulheres rurais respondem a 68%, em contrapartida, entre as pessoas que são ativas, respondem por 36%. Se escrutinar os rendimentos das pessoas não ativas, a renda média das mulheres é de R\$ 624,00 contra R\$ 848,00 dos homens. Essas estatísticas impõem uma agenda de pesquisa que demonstre as atividades que as mulheres rurais estão desenvolvendo para gerar rendimentos, como as desempenhadas em empreendimentos informais da economia solidária e as realizadas no interior do próprio estabelecimento familiar sem, contudo, o reconhecimento de que é um trabalho produtivo.

Entre os empreendimentos objeto de análise, as atividades econômicas mais praticadas são: produção e comercialização, 88% (162); somente a comercialização, 8,2%; prestação de serviço ou trabalho a terceiro, 2,2%; consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, 1,6%. Há 162 empreendimentos de mulheres na Bahia organizando a produção e a comercialização das suas associadas, com esse dado, é plausível depreender que as mulheres rurais desse subconjunto estão produzindo ativamente nos seus estabelecimentos, além de assegurar a inserção da sua produção nos mercados. Esses produtos, na maioria dos EES, são vendidos diretamente ao consumidor, 93,8%, já 22,5% comercializam com revendedor ou atacadista, enquanto 17,5% estão inseridos nos programas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A abrangência geográfica desses mercados ainda está limitada ao local ou comunitário para 78,8%, no âmbito municipal tem 51,2%, no territorial ou microrregião, 13% e, numa escala mais ampla, 10,6% que conseguem inserção no estado. Quanto aos espaços em que são realizadas as vendas, 42% as realizam em feira livre; 37,5% em feira de economia solidária e/ou agroecológica; 26,9% em feira e exposição eventual. Destacamos os 23,1% que têm seus próprios espaços, além de 5% comercializarem em espaços coletivos. Ainda verificamos que 62,5% também utilizam a entrega direta aos clientes/consumidores.

As atividades econômicas predominantes se relacionam com as funções historicamente atribuídas às mulheres, ou seja, produção de gêneros alimentícios, 24,6%; confecção de artigos do vestuário e acessórios, 19,3%; fabricação de produtos têxteis, 15,8% e, de forma mais secundária, a atividade agrícola e a produção artesanal. Cabe aqui ressaltar que os grupos informais das agricultoras familiares, em sua maioria, fazem o beneficiamento dos produtos *in natura* da produção do estabelecimento familiar.

Quanto aos rendimentos obtidos através das atividades econômicas desempenhadas nos empreendimentos, 42,3% apontaram como a única fonte de entrada da família; outros 53,6% informaram que complementam a renda oriunda de outra atividade. Convém destacar os 4,1% que informaram que a complementação se dá aos recursos oriundos de doações ou programas governamentais de transferência de renda.

Nos grupos informais, para 40% a renda obtida é a principal, nas associações é o principal rendimento para 48%, já nas cooperativas há um equilíbrio, pois para 50% os rendimentos obtidos têm papel preponderante na reprodução familiar. Essas constatações sugerem que a formalização dos EES, em certa medida, proporciona resultados econômicos mais significativos, que permitiriam às iniciativas do trabalho associado formalizados se constituírem a fonte de renda principal com percentuais mais elevados que os grupos informais.

As variáveis analisadas até então demonstram uma vulnerabilidade socioeconômica das mulheres que estão inseridas nas iniciativas econômicas solidárias do estado. Correlacionar esse contexto com a escassez de direitos e benefícios assegurados às associadas contribuirá para apontar os desafios para que o trabalho associado se afaste do trabalho precário. O fato de a maioria ser de grupos informais (61,5%) dificulta ainda mais na questão da proteção social, pois somente 1,2% dos empreendimentos concedem descanso remunerado e férias; a licença maternidade está assegurada para 3,7%; a creche ou auxílio creche em 0,6%; equipamentos de segurança, 2,5%; a previdência social, 2,5%; a qualificação social/profissional, que sobressai em relação aos demais, com 6,2%. Do escrutínio das variáveis que captam os direitos pelo dispêndio da força de trabalho, a mais expressiva revela que no campo da economia solidária, a Lei 12.690, do cooperativismo de trabalho, será letra morta se não houver políticas efetivas para fortalecer esses empreendimentos, uma vez que 86,4% não garantem nenhum benefício ou direito às suas associadas.

A variável que expressa as despesas e sobras dos EES dimensiona a possibilidade de perenidade dessas iniciativas de trabalho associado, conforme a tabela 3.

Tabela 3. Resultados econômicos sem doações dos EES de mulheres.

Atividades	No de EES	% Validos
Pagar as despesas e ter uma sobra /excedente	95	51,6
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	60	32,6
Não deu para pagar as despesas	20	10,9
Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo)	9	4,9
Total	184	100,0

Fonte: SIES (2013).

O desempenho econômico dos EES foi apontado pelo pagamento das despesas e sobras no ano anterior à realização do Mapeamento. Assim, constatar que 51,6% conseguiram cumprir com seus compromissos e obter sobras, sugere um cenário mais alvissareiro para as mulheres que persistirem no empreendimento de trabalho associado. Porém, para os 32,6% que somente pagaram as despesas, a incerteza está no horizonte dessas trabalhadoras, pois no contexto socioeconômico em que estão inseridas, não ter sobras é uma razão para que o empreendimento não apresente capital de giro no ano seguinte.

Para além do sentido do trabalho desenvolvido no empreendimento, diversas pesquisas apontam que a inserção nessas modalidades possibilita a autonomia das mulheres em várias dimensões, além da econômica. Então analisamos variáveis que revelam a divisão do trabalho doméstico, também invisibilizado e desvalorizado socialmente, para verificar se há repercussão de uma sociabilidade mais equitativa nos EES na esfera privada. O escrutínio dessas variáveis revelou que a dupla jornada de trabalho para essas mulheres não chegou ao fim, pois elas permanecem como responsáveis pelas obrigações domésticas, além das atividades de produção ou prestação de serviços que desempenham nos seus EES.

Os percentuais em relação às atividades domésticas pelas quais as mulheres são responsáveis apontam que, para alterar a divisão sexual do trabalho reprodutivo, ainda haverá um longo percurso para ter rupturas com o modelo patriarcal implementado. Os quesitos cozinhar/lavar e/ou passar roupa/limpar a casa (94,4%); cuidar dos/as filhos/as menores e/ou demais dependentes (65,0%); acompanhar os/as filhos/as e/ou demais dependentes em atividades escolares (52,8%) foram apresentados majoritariamente pelos empreendimentos como atividades a cargo das mulheres.

Considerações finais

Este estudo constatou que o trabalho associado nos empreendimentos econômicos solidários formados exclusivamente por mulheres na Bahia não consegue ainda assegurar direitos e benefícios às suas associadas. Não obstante, esses empreendimentos se constituem em uma alternativa econômica, ainda que de forma precária, pois não conseguiram sustentabilidade como organização econômica que assegure os direitos laborais para aquelas que dispõem da sua força de trabalho nas modalidades associativas pesquisadas. Por outro lado, em que pese a constatação de que a maioria dos empreendimentos seja constituída de grupos informais, o desempenho positivo para 51,6% deles demonstra que, em certa medida, estão contribuindo para a inserção socioeconômica das mulheres.

A informalidade da maioria dos empreendimentos femininos continua sendo uma constante para as mulheres, com mais ênfase para as negras. Esse diagnóstico impede qualquer tipo de regulamentação do trabalho associado solidário, o que resulta na permanência do trabalho precário para segmentos que historicamente buscam superar as desigualdades que atravessam suas trajetórias. No entanto, em um contexto no qual o trabalho assalariado formal absorve um contingente cada vez menor da classe trabalhadora, a relevância dos

empreendimentos econômicos solidários para gerar trabalho e renda, seja como fonte principal seja como complementação de outros rendimentos, é ampliada, embora estejamos numa conjuntura na qual as políticas de combate à pobreza não são mais prioridade.

Reconhecer os limites para que o trabalho associado se afaste do precário é o caminho para fortalecer o campo da economia solidária. Todavia, urge mudanças nas concepções teórico/metodológicas que invisibilizam as lutas travadas pelas mulheres, principalmente as rurais e negras, para construir um horizonte mais equitativo. Esse horizonte somente será possível com a articulação dos diversos atores que compõem a economia solidária para reivindicar políticas públicas que visem à sustentabilidade dos empreendimentos solidários e o reconhecimento das mulheres rurais que não são apêndices dos homens com os quais compartilham suas vidas.

Referências

ANJOS, E. G. dos. **Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho:** um estudo a partir da economia solidária. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unisinos, São Leopoldo, 2012.

ANJOS, E. G. dos. Para onde caminham as cooperativas de trabalho: Uma análise baseada nos mapeamentos dos empreendimentos solidários. **Otra Economía**, vol. 10, p. 112-124, 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.10>. Acesso em: 20 maio de 2017.

ANJOS, E. G. dos; SILVA, F.; PEREIRA, E. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a intersecção com as questões de gênero e raça. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, vol. 7, p. 94-117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3369>. Acesso em: 20 maio de 2020.

ARAÚJO, A. M. C. Informalidade e Relações de Gênero. In: GEROME, I. P. H.; LEITE, M. P. (Orgs.). **Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

FISCHER, M. C. B.; TIRIBA, L. Saberes do trabalho associado. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 293-298.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, maio/ago., 2006.

GAIGER, L. I.; LAVILLE, J. L. Empreendimento econômico solidário. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 181-187.

GEDIEL, J. A. P. Trabalho, cooperativismo e direito. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 36-38, 2006.

LIMA, J. Cooperativas de trabalho. *In*: CATTANI, A. D. *et al.* (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 91-95.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho**, IPEA, n. 53, p. 65-74, nov. 2012.

SIES. **Sistema de Informação da Economia Solidária**. Brasília: Senaes, 2013.

TIRIBA, L. Pedagogia(s) de la producción asociada: hacia dónde camina la economía popular? *In*: CORAGGIO, J. L. (Org.). **La economía social desde la periferia**. Contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 195-224.

Autoras

Aidraiane Ferreira dos Santos

Graduada no Curso de Tecnologia em Agroecologia pelo CFP/UFRB/PRONERA. Mestranda em Educação do Campo do CFP/UFRB. Camponesa, Assentada da Reforma Agraria no Assentamento Lagoa de Dentro I e II, em Ourulândia – BA. Militante Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas (CETA).

E-mail: aidraiane@hotmail.com

Aliete Alves da Gama

Graduada no Curso de Tecnologia em Agroecologia pelo CFP/UFRB/PRONERA. Quilombola do Povoado de Patos III do Distrito de Lage dos Negros, em Campo Formoso.

E-mail: alietelages@gmail.com

Aline Machado Santana

Graduada no Curso de Tecnologia em Agroecologia pelo CFP/UFRB/PRONERA. Assentada da Reforma Agraria no Assentamento do Rose, em Santa Luz – BA.

E-mail: alinetec.agroecologia@gmail.com

Eliene Gomes dos Anjos

Doutora em Ciências Sociais pela Unisinos. Docente do CCAAB/UFRB e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social. Participa da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBA/UFRB e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária - ABPES.

E-mail: elieneanjos@ufrb.edu.br

Érica de Oliveira Carneiro

Graduada no Curso de Tecnologia em Agroecologia pelo CFP/UFRB/PRONERA. Assentada da Reforma Agrária no Assentamento Rumo a Independência. Possui formação complementar em áreas voltadas a Agroextrativismo Sustentável e SAFs na caatinga e em cadastro ambientais rurais particulares e em áreas de assentamentos rurais.

E-mail: erika.o.carneiro@gmail.com

Flávia Santos Silva

Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela UFRB e Especialista em Rotinas Trabalhistas e Previdências pelo Centro Universitário Dom Pedro II. Voluntária no Projeto Costurando Sonhos da INCUBA/UFRB (2016/2017). Atua como Analista Administrativo no Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais (IDEIAS) em Salvador - BA.

E-mail: flavia.005@gmail.com

Geusa da Purificação Pereira

Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela UFRB; Mestre e Doutora em Extensão Rural pela UFV. Professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Serrinha.

E-mail: geusapereira@hotmail.com

Gilmara Borges Ferreira

Graduada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza pelo CETENS/UFRB. Especialista em Pedagogia Histórico Crítica pela UFBA. Agricultora familiar de Feira de Santana que atua na organização da Feira da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Portal do Sertão e dos movimentos associativos e sindicais na Bahia.

E-mail: borgesgilmara1052@gmail.com

Hegair das Neves Pereira

Engenheira Agrônoma pela UFRB e Mestranda em Educação do Campo pelo CFP/UFRB. Possui nível Técnico em Meio Ambiente pela Escola Família Agrícola de Riacho de Santana-BA – ABEPARS. Atualmente é monitora/professora no ensino médio integrado ao nível técnico da Escola Família Agrícola Mãe Jovina.

E-mail: hegraneves@gmail.com

Ivanice Cerruci

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social na UFRB. Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela UFRB. Integrou a equipe técnica do Projeto Mais Mercado: Articulação entre a oferta da Agricultura Familiar e a demanda do PNAE na Bahia (2017 a 2021).

E-mail: ivanicecerruci@hotmail.com

Jaciane Silva de Araújo

Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela UFRB. Foi estagiária no Centro Público de Economia Solidária (CESOL) do Território do Recôncavo.

E-mail: jacyelyas@gmail.com

Kátia Emanuela Duarte Guedes

Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas pela UFRB. Monitora no componente curricular Fundamentos Socioantropológicos Aplicados ao Meio Rural pelo CCAAB/UFRB.

E-mail: katiaemanieladg@gmail.com

Rosana Andrade Bonfim

Engenheira Agrônoma pela UFRB. Técnica em Agropecuária Formada pela Escola Média de Agropecuária Regional da Ceplac - EMARC Valença. Bolsista da INCUBA/UFRB no Projeto em parceria com o MAPA (2019/2021). Extensionista Rural e Agente popular de Educação Ambiental na Agricultura Familiar.

E-mail: rosana.bonfim@outlook.com

Silvana Souza da Silva

Graduada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza pelo CETENS/UFRB. Técnica em Administração pelo Instituto Federal da Bahia. Atua como professora na Escola Municipal Rui Barbosa. E-mail: silvanamundonovo@hotmail.com

Tatiana Ribeiro Velloso

Engenheira Agrônoma pela UFBA; Especialização em Cooperativismo e Mestrado em Extensão Rural pela UFV; e Doutorado em Geografia pela UFS. Docente dos cursos da Educação do Campo do CETENS e do Mestrado em Educação do Campo do CFP/UFRB. Participa da INCUBA/UFRB, do Fórum Baiano de Economia Solidária, do Conselho Estadual de Economia Solidária e da Câmara de Inovação da FAPESB.

E-mail: tatiana@ufrb.edu.br

O E-book *Mulheres Rurais na Bahia: Lutas e Conquistas* surge no Edital no. 004/2020 - Ações e Políticas Afirmativas da UFRB, promovida pela Editora da UFRB em parceria com a PROPAAE, como espaço para visibilizar as experiências das mulheres rurais no enfrentamento das diversas formas de desigualdades e os avanços conquistados. Ao narrar as lutas das mulheres rurais, estamos, também, reforçando a parceria da Universidade com as comunidades tradicionais, pois as autoras de todos os capítulos são egressas da UFRB, orientadas pelas organizadoras desta obra, que, em sua maioria, são oriundas de algum agrupamento da agricultura familiar. Ao ingressarem no ensino superior, visibilizaram trajetórias, resistências, resiliências, sonhos, lutas e conquistas em seus trabalhos de conclusão de curso que se configuram a materialidade das ações afirmativas.

ISBN: 978-65-88622-69-8

